



Academia

Revista da Academia Angolana de Letras

N.º 2 - Dezembro 2023

ISSN: 3007-0333



Línguas de Angola

Órgãos da Revista

Director

Paulo de Carvalho
Presidente da Academia Angolana de Letras

Editor deste número

António Fonseca

Conselho Científico

António Fonseca
António Quino
Artur Pestana “Pepetela”
Boaventura Cardoso
Fátima Viegas
Filipe Zau
Inocência Mata
João Melo
Jofre Rocha
José Octávio Van-Dúnem
Paulo de Carvalho
Víctor Kajibanga
Virgílio Coelho

Conselho Editorial

Abreu Paxe
Albino Carlos
Aníbal Simões
António Tomás
Armindo Ngunga
Bento Siteo
Brazão Mazula
Carlos Cardoso
Carlos Lopes
Carlos M. Lopes
Carlos Serrano
Carmen Tindó Secco
Carmo Neto
Cláudio Furtado
Dagoberto Fonseca
David Capelenguela
Eugeniusz Rzewuski
Francisco Soares
Francisco Topa
Giorgio di Marchis
Irene Guerra Marques
José Carlos Venâncio
José Maurício Domingues
Laurindo Vieira
Luiekakio Afonso
Luís Kandjimbo
Maria da Conceição Neto
Mário César Lugarinho
Óscar Guimarães
Pires Laranjeira
Rita Chaves
Sónia Jorge

Índice

7 - Nota do editor

ARTIGOS

Vária

- 11 - Tributo a Amílcar Cabral
Carlos dos Reis
- 27 - Frantz Fanon e a insurreição no noroeste de Angola em 1961
João-Manuel Neves
- 51 - Um breve relato do surgimento do MABLA: actuação de protagonistas brasileiros e africanos no processo de independência de Angola
José Francisco dos Santos
- 65 - Problemática da literatura colonial em Angola
João Ngola Trindade
- 83 - Oratura, performance e voz nos ritos fúnebres em A Muxiluanda de Celestina Fernandes
Itamar Cossi
- 97 - As carreiras nas letras e rendimentos económicos: problemas de Estado, de mercado e autonomização em Angola
Adérito Manuel
- 107 - Cultura e desenvolvimento: experiências na CPLP
José Carlos de Paiva

Artigos e Conferências

Tema Central

Línguas de Angola

- 125 - A Valorização lexicocultural dos antropónimos em língua kimbundu
Ana Pita Grós Martins da Silva
- 133 - Línguas locais de Angola no contexto da globalização
Mbiavanga Fernando
- 151 - Estatuto das línguas locais em contexto pós-colonial
Hélder Simbad
- 163 - Situação linguística de Angola
Pedro Ângelo da Costa Pereira
- 175 - Conflito linguístico na forma de grafar os antropónimos e topónimos à luz do mosaico linguístico angolano
Narciso Benedito Homem

187 - Antropologia linguística de Angola

Virgílio Coelho

Entrevista

221 - Entrevista do Presidente da AAL ao jornal O PAÍS

“O sistema de educação não fomenta o gosto pela leitura”

Dossier

233 - Encontro Sobre Lei do Mecenato: Promoção e Valorização da Cultura e das Artes

241 - Lei do Mecenato: Promoção e Valorização da Cultura e das Artes - Programa

243 - Intervenção de Abertura do Encontro sobre a Lei do Mecenato, proferida pelo

Presidente da Academia Angolana de Letras

Paulo de Carvalho

249 - Lei do Mecenato: Promoção e Valorização da Cultura e das Artes

Boaventura Cardoso

255 – Fomento do Mecenato à Luz do Código de Benefícios Fiscais

Nuno Borges - GTEE

259 - Mecenato – Os desafios da sua implementação

Aguinaldo Guedes da Costa Cristóvão

267 – Benefícios Fiscais Relativos ao Mecenato

Esteves Cambundo Francisco de Oliveira

277 - Comunicado Final

A Academia em Acção

287 - Homenagens

293 - Conversas da Academia à Quinta-feira

LIBERDADE MARCOU O RITMO DAS CONVERSAS

309 - Notícias

A propósito do Mecenato

Novos Membros

Dagoberto aproxima mais Angola ao Brasil

Paradigmas da liberdade dos PALOP

Revista Academia noticiada na Argélia

Documentos

315 - Declaração da Academia Angolana de Letras

Sobre Toponímia e Identidade Nacional

319 - Declaração da Academia Angolana de Letras sobre o Acordo Ortográfico da Língua

Portuguesa de 1990

323 – Lei do Mecenato

329 – Declaração de Asmara

Normas Editoriais

334 - Normas Editoriais da Revista Academia

Livros

338 - Maio, Mês de Maria
Boaventura Cardoso

339 - Os Bantu na Visão de Mafrano
Maurício Francisco Caetano

341 – O Estatuto do Indigenato
Palmira Tjipilica

343 – Linguística Bantu
Zavoni Ntando

345 – Contributos Para a História do Bairro Operário – Tributos às Suas Gentes e Famílias
Manuel Vaz de Boraja Júnior "Novato"

Nota do Editor

Estimado leitor,

Eis o número 2 da revista *Academia*, em formato digital, com publicação online, processos com os quais pretendemos chegar aos mais diversos leitores e responder às diversas demandas. Trata-se de um número no qual são tratados diversas matérias, tendo como tema central as “Línguas de Angola”. Com a eleição de tal tema, por um lado, quisemos trazer vários subsídios que possam ser úteis a todos quantos tratam das decisões sobre a política linguística nacional, bem como àqueles que se dedicam à investigação neste domínio. Por outro lado, quisemos trazer matérias que procurem responder às inquietações que amiúde se levantam. Com efeito, a questão das Línguas de Angola, constitui um dos temas do momento, o que desde logo indicia a preocupação de todos, ou pelo menos de muitos, quanto à política linguística seguida desde a proclamação da independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, aos nossos dias. E tal preocupação é legítima, porquanto interfere com a nossa identidade, que se expressa na nossa diversidade cultural e linguística, ao mesmo tempo que, em nossa opinião, interfere com o que se entende por soberania. Tal preocupação, do mesmo modo, revela o interesse de todos acerca de tal tema o que indicia que há dúvidas acerca dos caminhos que têm sido seguidos neste domínio.

Desde que a 24 de Novembro, de 1977, no acto de tomada de posse do cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da União dos Escritores Angolanos, o Dr. Agostinho Neto se pronunciou sobre a questão linguística quais são os caminhos que têm sido seguidos, é a questão. Importa, pois, relembrar as palavras do patrono da AAL naquela ocasião – cito:

“Referi-me às línguas. O uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável actualmente na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. E tanto no ensino primário, como provavelmente no médio, será preciso utilizar as nossas línguas. E dada a sua diversidade no país, mais tarde ou mais cedo deveremos tender para a aglutinação de alguns dialectos, a fim de facilitar o contacto”¹.

¹ Sobre a Literatura - Discurso no acto de posse do cargo de Presidente da Assembleia Geral da União dos Escritores Angolanos, em Luanda, a 24 de Novembro de 1977.

Dúvidas e dilemas em torna desta matéria não são poucos, pelo que “é necessário o mais alargado possível debate de ideais²”, de modo a que todos nos sintamos acolhidos na política linguística seguida, ou a seguir no país. Aliás, de certo modo, a opinião da AAL sobre esta matéria, ficou conhecida no Colóquio sobre Toponímia e Identidade Nacional, pela mesma realizado, em cujo acto de abertura pudemos ouvir as seguintes palavras do seu Presidente, embora referidas à toponímia, mas extensíveis à antroponímia, - cito:

"A Toponímia é um assunto bastante sério, que está relacionado com a Identidade ou com as várias Identidades colectivas no âmbito de um dado espaço geográfico. A Toponímia trata as relações do ser humano com o espaço e até com a terra, as migrações e elementos de aculturação presentes ao longo de séculos de trocas culturais, bem como elementos de poder, da literatura, das artes e da ciência. (...) Os topónimos reflectem a memória colectiva e é sobre isso que devemos aqui reflectir. Por exemplo, haverá razão para apagar da memória o histórico KK (Kuando-Kubango), apenas porque no português de Portugal não existe a letra K? Onde andam os elementos da memória colectiva associados à língua portuguesa escrita em Angola? Vamos simplesmente deitá-los fora, apagá-los da memória?"³

Chegados aqui, estimado leitor, importa entretanto lembrar que Angola não subscreveu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Por tal facto, constará ao longo da sua leitura que foram usadas duas grafias, de acordo com a dos países de onde os autores nos enviaram os seus artigos.

Finalmente, resta-nos desejar-lhe boa leitura e solicitar-lhe que submeta seus artigos para possível publicação, para o que os deverá enviar de acordo com as normas editoriais da Memorial, indicadas na parte final deste número.

António Fonseca

² Sobre a Cultura Nacional - Discurso proferido na Cerimónia da Tomada de Posse do Corpo Dirigente da União dos Escritores Angolanos para o Biénio 1979/1980, em Luanda, a 8 de Janeiro de 1979.

³ Intervenção de Abertura do Encontro sobre Toponímia e Identidade Nacional, proferida pelo Presidente da Academia Angolana de Letras, Prof. Paulo De Carvalho, em Luanda aos 28 de Outubro de 2022.

Artigos

Vária



Carlos dos Reis

Tributo a Amílcar Cabral (12.09.1924-20.01.1973)

Resumo

O texto é integrado por cinco itens: 1. Enquadramento; 2. Quem foi Amílcar Cabral; 3. A resistência armada à ocupação militar; 4. A arma da teoria; 5. O Direito Internacional, a diplomacia e a valorização da ética política como armas da luta de libertação nacional.

O enquadramento estabelece a ligação entre as notas que serviram de introdução ao debate, organizado pela Academia Angolana de Letras, em Fevereiro de 2023, no qual o Autor teve a honra de participar como conferencista, e a ocasião em que se cruzam as datas do cinquentenário do falecimento do conhecido líder e revolucionário africano e o centenário do seu nascimento.

O segundo item resume o percurso de vida de Cabral, com destaque para a sua juventude, a sua rica formação e a importância da juventude nas suas grandes opções de vida.

O terceiro item fundamenta a opção fundamental de Cabral por uma política de paz e a sua aprendizagem na criação de alternativas às propostas de diálogo e negociações, nomeadamente, a organização da autodefesa armada, face à política de ocupação militar do território das colónias.

O quarto item ilustra a importância do aparelho teórico para a prática política e sublinha a relevância dada por Cabral à interacção virtuosa entre a teoria e a prática.

O quinto item demonstra a contribuição dada por Amílcar Cabral para o direito dos povos, no quadro do Direito Internacional, através das denúncias públicas feitas, a aprovação da Resolução 1514 e, sobretudo a sua aplicação, aos casos concretos das colónias portuguesas.

O texto assume a figura de Amílcar Cabral como um grande ser humano, preocupado com o mundo e com a África, defensor da dignidade do homem africano e um grande combatente pela independência não só da Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas de todas as colónias portuguesas.

Palavras-chave: povo, ocupação, anticolonialismo, resistência, luta, independência.

1. Enquadramento

Este texto foi elaborado a partir das notas feitas à intenção de introduzir a sessão do dia 2 de Fevereiro de 2023, das «Conversas da Academia à Quinta-feira», promovidas pela Academia Angolana de Letras, que decidiu homenagear o grande africano que foi Cabral, numa ocasião em que se cruzam as datas do quinquagésimo aniversário do seu assassinato – a 20 de Janeiro de 1973 – e a do centenário do seu nascimento, a 12 de Setembro de 1924.

Felicitos a Academia Angolana de Letras e o seu Presidente, o Professor Doutor Paulo de Carvalho e todos os corpos sociais da Academia, pela iniciativa, e agradeço a oportunidade que me foi dada ao ser convidado a fazer uma intervenção de introdução ao debate, oportunidade que me é

agora renovada com esta publicação na Revista da Academia.

Para mim, faz todo o sentido que a Academia Angolana se interesse por Amílcar Cabral porque a sua ligação com Angola foi muito forte e porque foi um político que se tornou académico devido ao reconhecimento formal de várias Academias e Universidades no Mundo e à qualidade da sua criação intelectual, a ponto de ser reconhecido como um dos mais importantes intelectuais africanos do século vinte.

Para Cabral, a educação e a investigação ocupam um papel insubstituível em qualquer política pública que decida contribuir para a construção de um país melhor, num mundo melhor, em que o foco principal deve ser sempre as pessoas. É um trabalho gigantesco que depende de várias gera-

ções mas precisa ser perseverante e com exigências sistemáticas de procura de qualidade, para que a estrada aberta com as independências nacionais possa ser continuamente alargada. Como Cabral, vamos prosseguir na via da procura de conhecimento, que por sua vez, passa pela procura da verdade, num processo em que as escolas, as universidades e suas academias têm um papel de primeiro plano. Impressionado pela postura de Cabral a este respeito, é o Presidente Poeta que foi Léopold Sedar Senghor [1985: 25] que disse que *«Ele sabia e dizia que a verdade não era dada antes de tudo; ela nascia do diálogo, isto é, da confrontação, melhor ainda, da simbiose entre ideias e temas opostos. Entre a cultura e a política, a poesia e a ciência, a teoria e a acção, o combate pela descolonização e a luta pela civilização do universal, ele tinha escolhido a simbiose viva, dinâmica, criadora, entre as duas formas de actividade. Só esta via, a de Amílcar Cabral, nos ajudará a resolver os nossos problemas africanos de hoje, ...»*.

2. Quem foi Amílcar Cabral?

Segundo os seus principais biógrafos, Mário Pinto de Andrade [1980], Oscar Oramas [1998], António Tomás [2008], Julião Soares Sousa [2011] e Daniel Santos [2014], Amílcar Lopes Cabral foi um líder revolucionário africano da Guiné-Bissau, onde nasceu e viveu até os oito anos, e ao qual viria a dedicar a sua vida, depois de se formar em agronomia. Filho de pais cabo-verdianos, Juvenal Cabral e Iva Pinhel Évora, ambos nascidos na ilha de Santiago, teve uma

infância difícil, que ele próprio classificou de *«agreste»*, num singelo poema dedicado à mãe Iva, considerada a sua *«estrela»* porque *«Sem ti, não sou ninguém; Só sou porque és Mãe»* [Osório, 2018: 81].

Fez os estudos primários e secundários em Cabo Verde e os estudos universitários em Lisboa, onde se formou em agronomia. Escreveu poemas na juventude, sendo alguns deles considerados de muita qualidade pelos especialistas, como são os casos de *«Não Poesia»*, *«Rosa Negra»* e *« regresso»*, mais conhecido por *«Mamãe Velha»*, muito divulgado pelas vozes de Cesária Évora, Alcione e Tété Alinho. Os temas dos seus poemas estão ligados à Liberdade, ao Amor e à Vida. Alguns dos estudiosos de Cabral, como Manuel Veiga, [2021: 20 e 21] consideram que os seus primeiros poemas estão muito ligados a António Nunes, particularmente, ao *«Poema de Amanhã»*. Coube ao poeta Osvaldo Osório a investigação que permitiu recolher algumas dezenas de poemas de Cabral. Em *«Não Poesia»*, Cabral convidou a Poesia a não se esconder *«nas grutas do seu ser»* e a *«não fugir à Vida»*, e a *«tomar os seus braços para abraçar o mundo»* e *«dá-lhe os seus braços para abraçar a vida»*. Em *«Rosa Negra»*, publicado pela primeira vez em 1949, temeu pela vida da Rosa, a preta formosa, pela vida que leva, *«amanhã não serás Rosa»* e ressuscita-a através dos seus filhos, *«amanhã terás filhos, mas também, ...amanhã terás vida»*. Convidou a poesia para a luta, luta pelas pessoas e pela vida, para que a tempestade vire bonança, como cantou em *«Regresso»*, aliás *«Mamãe Velha»* [1949].

Desportista e dirigente desportivo, dedicou-se às questões ambientais através de trabalhos sobre Cabo Verde que ele intitulou «Em defesa da terra» [Cabral 2015: 41] e através da sua tese sobre erosão na região alentejana de Cuba (Portugal) e investigou e publicou artigos sobre «As condições fitossanitárias dos produtos africanos nos armazéns do Porto de Lisboa». Em 1953 realizou o trabalho de recenseamento agrícola da Guiné-Bissau [2013: 35], que viria a ter uma grande importância no plano técnico-agrícola e no plano político devido à intensidade dos contactos que lhe permitiu ter com as populações. Entre 1958 e 1959 foi encarregado de estudos da sua especialidade em Angola. Apesar da sua reconhecida competência técnica como agrónomo e ambientalista, a sua grande opção foi pela vida política onde desenvolveu uma notável actividade que haveria de lhe dar uma dimensão africana e mundial.

Pana-fricanista convicto, defendeu e militou pela unidade da Guiné e Cabo Verde, pautou sempre a sua actividade em defesa da unidade africana e da solidariedade entre os povos colonizados. Ainda estudante de agronomia, frequentou a muito conhecida Casa dos Estudantes do Império (CEI), conviveu com outros jovens provenientes das outras colónias portuguesas, como Mário de Andrade, Marcelino dos Santos, Lúcio Lara, Viriato da Cruz, Agostinho Neto, Alda do Espírito Santo, Hugo Menezes, Francisco José Tenreiro, Noémia de Sousa e outros, com quem organizou estudos e debates sobre temas africanos e o futuro dos povos africanos, que iam da literatura

e poesia africanas à organização política necessária para se iniciar a longa caminhada que haveria de ser o processo da luta de libertação nacional.

Em 1956 fundou o PAIGC, em Bissau, com Aristides Pereira e outros companheiros. Quando esteve em Angola, nos anos de 1957 e 1958, encontrou o seu amigo e companheiro da CEI, Viriato da Cruz, com o qual viria a dinamizar organizações de luta para a independência de Angola e a participar na elaboração de documentos para serem enviados à ONU sobre a questão colonial e o caso português, uma vez que o Governo não aceitava a existência de colónias, porque dizia que só tinha «*províncias ultramarinas*», «*do Minho a Timor*». Em 1958 assistiu como observador à 1ª Conferência dos Povos Africanos, em Acra, e juntamente com nacionalistas de Angola, Moçambique, Guiné e S. Tomé, foi criado o Movimento Anti-Colonialista (MAC). Os esforços e a vitalidade de Cabral para denunciar, enviar «*memorandos*» ao governo português, chamar à razão e procurar vias possíveis de diálogo, ficaram registados através de documentos.

3. A ocupação militar do exército colonial e a resistência armada

Com o massacre de Pindjiguiti, em Bissau, a 3 de agosto de 1959, e sobretudo, com o início do envio de contingentes militares para Angola, em Fevereiro de 1960, deixou de haver esperanças em possíveis soluções negociadas, o PAIGC, na Guiné, decidiu preparar-se para a resistência armada, como resposta à intensificação da ocupação militar através

da instalação de quartéis nas cidades e no interior do país. A resposta portuguesa – de alguns colonos residentes em Angola e do Governo colonial – não se fez esperar e foi de extrema violência: nova vaga de mortes, desta vez, realizada por colonos em Luanda e no norte de Angola, iniciando um movimento que viria a fomentar a criação das «*milícias para a vingança branca*»; reforço da presença militar, desta vez, em larga escala, e do aparelho de segurança militar e da polícia política (PIDE). Segundo Eduardo Lourenço, [2014: 43] «*A consciência moral portuguesa neste momento é a de uma Cruzada. De um lado, o Bem, representado pelo Branco e a sua civilização cristã superior, do outro, o Mal, representado pelos «bandidos» Negros inconformados com os benefícios seculares dessa civilização*».

Amílcar Cabral compreendeu muito cedo que a luta anticolonial precisava de uma visão estratégica global, unida e coesa, e que pudesse dividir o esforço de guerra do inimigo colonialista. Sempre aberto ao diálogo e a negociações, mas também firme no respeitante às consequências da opção salazarista pela guerra, compreendeu que não havia alternativa à preparação para a auto-defesa. E foi de auto-defesa que se tratou quando se iniciou a preparação e a organização das primeiras unidades das forças armadas. Ele ainda não sabia, veio a saber depois, que a sua Guiné, por exemplo, território de trinta e seis mil quilómetros quadrados de superfície, haveria de ser ocupada por quase quarenta mil homens, dispendo de aviões que bombardeavam tabancas. O estratega que já era Amíl-

car considerou urgente a realização de actos concretos de solidariedade com o povo angolano e que obrigassem a fragmentar o esforço colonial de guerra do governo salazarista.

A 3 de agosto de 1961, em homenagem às vítimas do massacre de Pindjiguiti, procedeu à proclamação formal de uma declaração da acção directa [2013: 35], cujo texto começou por lembrar os massacres da Guiné-Bissau (Pindjiguiti) e de Angola, e manifestar a solidariedade do PAIGC para com o povo angolano e proclamou a passagem da luta à acção directa.

Entretanto, a juventude africana em Portugal decidiu tomar uma atitude política em relação à guerra colonial através da organização de uma fuga para se juntar à luta no exterior. Foram cerca de cinquenta jovens, maioritariamente angolanos, mas contando também com alguns moçambicanos e cabo-verdianos. A fuga destes estudantes de Portugal para a luta no exterior teve um grande eco na imprensa europeia cuja opinião pública era totalmente desinformada sobre a realidade colonial portuguesa.

Em Fevereiro de 1963, o PAIGC publicou um comunicado assinado pelo seu Secretário-Geral, Amílcar Cabral, para tornar pública e saudar a primeira deserção do exército colonial em Angola, do cabo-verdiano alferes miliciano Silvino da Luz. Obviamente, outras deserções acabaram por acontecer, mais tarde.

Apesar de todos estes indicadores de mudança, Cabral não se deu por satisfeito com o que considerava o dever de solidariedade dos povos africanos em conflito com a potência

colonial, fez tudo para realizar uma Conferência sobre a Independência de Cabo Verde, de 17 a 20 de Julho de 1963, em Dakar [2015: 91], que já acolhia uma importante comunidade cabo-verdiana.

Para Cabral, a existência de grupos concretos de jovens que se disponibilizavam para a luta e, sobretudo, para a sua vertente armada, era um passo importante no processo nacionalista de cada país, mas, também era um ato de solidariedade com os povos das outras colónias, e neste caso concreto, sobretudo, com o povo angolano que estava a ser duramente reprimido por forças militares de ocupação e criminosamente auxiliados pelas sucessivas vagas das «*milícias da vingança branca*» fanatizadas a ponto de exibir cabeças empaladas de homens negros.

Iniciada a luta armada na Guiné-Bissau, o PAIGC criou uma administração embrionária nas regiões libertadas, que foram dotadas de forças armadas locais (FAL) e organizou a educação, a saúde e o abastecimento de bens essenciais. Criou tribunais militares e aprovou um Código de Justiça Militar. Um ano depois de iniciar a luta armada apresentou à imprensa o primeiro livro para as escolas do PAIGC. Criou a Rádio Libertação, que Cabral apelidava de «*canhão de boca*» e explicava que a sua finalidade era combater a propaganda e as mentiras do governo colonial português.

Ao referir a forma como o povo da Guiné-Bissau assumiu a luta pela independência nacional, Cabral disse que «*este povo não dispunha de muitos bens materiais para ajudar a luta:*

deu-se para a luta» [2018]. Foi esta entrega que tornou possível que um território de trinta e seis mil quilómetros quadrados, com uma grande parte insular, chegou a ter quase quarenta mil soldados do exército de ocupação, incluindo uma força aérea muito interventiva através de bombardeamentos frequentes, pudesse resistir à ocupação do seu território. Foi graças à extraordinária mobilização do seu povo, à liderança de Cabral e aos seus companheiros, que a situação política e militar na Guiné chegou a tal ponto, que foi o Governador colonial, general António de Spínola, a reconhecer publicamente, na sequência da Reunião de Comandos, realizada a 15 de Maio de 1973, a impossibilidade de uma solução militar para a guerra na Guiné. Mesmo depois de assassinado o líder excepcional que foi Amílcar Cabral, o PAIGC prosseguiu com a execução dos planos projectados por ele, nomeadamente, a tomada do quartel de Guiledje, no sul da Guiné, e a organização de eleições para a Assembleia Nacional Popular, que haveria de proceder à proclamação da República da Guiné-Bissau e a intensificação da acção política em Cabo Verde. Foi organizada uma campanha diplomática de reconhecimento da recém-proclamada República. Em Janeiro de 1974, mais de setenta países já tinham reconhecido a Guiné-Bissau como país independente. Ciente do legado de Cabral, a direcção do PAIGC liderada por Aristides Pereira, que lhe sucedeu como Secretário-Geral, persistiu na concretização das suas principais orientações e insistiu, junto das autoridades coloniais, na via do diálogo que

levasse a um entendimento possível e o reconhecimento da jovem República da Guiné-Bissau, proclamada nas colinas do Boé, no leste da Guiné, a 24 de Setembro de 1973, oito meses depois do assassinato de Cabral, sete meses antes do 25 de Abril de 1974. Chegou-se a propor um encontro de delegações conduzidas pelos respectivos ministros das relações externas. Obtido o acordo de princípio para a realização do encontro, em Londres, foi constituída a delegação chefiada por Vítor Saúde Maria, recém-nomeado como o primeiro responsável pelas relações exteriores e da qual fazia parte Silvino da Luz. O Embaixador Vilas-Boas, em artigo publicado no ano passado, no jornal «Expresso», e depois retomado nas suas memórias, que ocupava a função de Director-geral dos Assuntos Políticos, no Ministério português dos Negócios Estrangeiros, deu-nos conta do seu embaraço por ter esperado o seu Ministro, dr. Rui Patrício, até o último momento, e só na sala da reunião é que teve conhecimento que o seu Ministro não foi autorizado pelo Chefe do Governo, Dr. Marcello Caetano, a estar presente. Estávamos em Fevereiro de 1974.

Em meados dos anos sessenta, Cabral sabia que a luta em Moçambique tinha um grande atraso devido a problemas de liderança, e considerava fundamental a abertura de uma nova frente de luta. Por isso, o início da luta armada na Guiné, simbolizado pelo ataque ao quartel de Tite, a 23 de Janeiro de 1963 e a Conferência de Dakar, de Julho do mesmo ano, sobre a luta pela independência de Cabo Verde, tiveram essa valência de soli-

dariedade com o povo angolano, fundados num pensamento estratégico constituído por princípios e valores que têm a ver com a Estratégia, mas também têm a ver com a solidariedade e a Ética. Afinal, a luta anti-colonial é uma luta por valores éticos ligados a direitos de pessoas e povos e impõe-se como uma questão ética.

Muito preocupado com a sanha imperialista contra o ANC de Mandela, com o seu líder carismático preso, Cabral interveio várias vezes a denunciar a situação, a solidarizar-se e a exigir solidariedade com esta organização de luta do povo sul-africano. A sua preocupação com os movimentos africanos de libertação nacional era constante e, particularmente, com os das colónias portuguesas. Esta preocupação assumiu a forma de uma opção estratégica corporizada pela importância que deu à Conferência Nacionalista das Colónias Portuguesas (CONCP), ao alimentar, sempre que pôde, os contactos e a coordenação entre eles, encorajando, muitas vezes com alguma insistência, como aconteceu com os contactos que manteve com a direcção do MPLA, enquanto Agostinho Neto esteve exilado em Cabo Verde ou a insistência feita junto de Eduardo Mondlane para assumir a liderança da FRELIMO quando ainda era professor na Universidade de Siracusa, nos Estados Unidos da América ou ainda, os contactos mantidos com dirigentes são-tomenses.

A sua insistência em distinguir o povo português dos responsáveis salazaristas pela guerra colonial e a importância que deu à língua portuguesa, bem como ao futuro das relações dos

novos países com Portugal e a acção por ele desenvolvida junto de organizações e responsáveis dos aliados de Portugal, ou ainda, o papel que teve na organização da audiência concedida pelo Papa, a 1 de Julho de 1970, a representantes dos três movimentos de libertação nacional, bem como a sua frontalidade junto dos países socialistas, em relação à não subordinação da ajuda a compromissos ideológicos, ajudam a compreender a natureza universal e profundamente humana da sua acção política e os caminhos da independência.

Fundador e líder do PAIGC, o movimento de libertação nacional que conduziu dois países à independência nacional, a Guiné-Bissau e Cabo Verde, defensor criativo e interventivo da unidade africana e da unidade estratégica da luta dos povos das colónias de língua oficial portuguesa, Amílcar Cabral desempenhou um papel decisivo na fundação da CONCP, e com outros companheiros, com destaque para a figura gigantesca de Agostinho Neto, conseguiram imprimir alguma orientação estratégica comum para a luta para a independência das antigas colónias portuguesas. Acelerador da História, fazedor de utopias e visionário para além do seu tempo, Amílcar Cabral conseguiu demonstrar que não se constrói o futuro sem haver utopias e vontade e capacidade para concretizar algumas delas. O escritor angolano José Eduardo Agualusa resumiu assim a biografia de Cabral no livro «*O fazedor de utopias*» de António Tomás [2008]: «*A história do homem que liderou a independência das colónias portuguesas em África - Amílcar Ca-*

bral nasceu guineense e cabo-verdiano, numa generosidade panafricana que, paradoxalmente, haveria de ser a sua desgraça. Tenho por mim que é uma das figuras mais interessantes do século XX, ...». Tendo nascido a 12 de Setembro de 1924 e assassinado a 20 de Janeiro de 1973, encontramos num tempo de celebração da sua curta mas frutífera e enriquecedora vida de quarenta e oito anos.

Defensor frontal da Dignidade do Homem Africano e da necessária unidade africana, alimentou a expectativa de «*lutar em prol dos humanos, num Mundo de todos, sem Mal e sem danos*», [2015: 28, 29 e 30] como escreveu. São muitas as evidências das suas preocupações e das contribuições que procurou dar para um mundo melhor e com mais humanidade.

4. A arma da teoria

Foi durante a sua juventude que Amílcar Cabral produziu o essencial dos elementos que haveriam de constituir a matriz da sua formação, fortemente marcada pelo estudo e utilização que fez do marxismo, sem se assumir como marxista, antes rejeitando rótulos, e que viria a ser a base para a sua teoria de libertação nacional. Foi na juventude que se afirmou o espírito avançado que viria a ser, procurando acompanhar os avanços da Humanidade. Mais precisamente, foi durante a década e meia que vai dos princípios de quarenta, quando estava nos últimos anos do Liceu, a meados de cinquenta, no início da sua actividade profissional como engenheiro agrónomo, profissão que exerceu em Portugal, Guiné-Bissau e Angola.

Foi a realidade vivida nestes países, e em Cabo Verde, onde viveu a adolescência e parte da sua juventude, que funcionaram como um verdadeiro laboratório para a sua formação. O ambiente juvenil africano em Lisboa, sobretudo, à volta da Casa dos Estudantes do Império (CEI), foi essencial para a formação do jovem Cabral.

A sua formação e as reflexões que ele foi fazendo da sua prática política conduziram-lhe aos dois importantes passos dados, ainda em Junho e Novembro de 1960, respectivamente: a Conferência de imprensa dada em Londres, com o apoio dos Sindicatos dos jornalistas ingleses, graças à influência do jornalista Basil Davidson, que contou com uma publicação intitulada «*The facts about Portugal's African colonies*» [Cabral 2013: 63] que teve como objectivo a denúncia da situação real que prevalecia nas colónias portuguesas e que o Governo Português rejeitava, baseando no argumento da não existência de colónias mas sim de «províncias do ultramar»; a elaboração de um «Memorando ao Governo Português» [Cabral 2015: 83] em que se reclama a necessidade de se reconhecer e aplicar o direito dos povos coloniais à autodeterminação consagrado pela Carta das Nações Unidas.

Cabral insistia nos caminhos da Paz e da Dignidade do Homem Africano com frontal rejeição do que designava de «*paz dos cemitérios*» e considerava que só a luta pela autodeterminação e independência poderia garantir as condições para se atingir este objectivo, tendo em conta a opção pela utilização da força física

e militar feita pelas autoridades coloniais, expressa por Salazar no seu primeiro discurso que reagiu às primeiras manifestações nacionalistas em Angola, em 1961, através de uma declaração de guerra: «*Para Angola, já e em força*» [Menezes 2009]. Contrariamente, Cabral continuou fiel aos ideais da juventude que lhe levariam a insistir tanto em negociações e na paz como provam a Conferência de imprensa dada em Londres, em Junho de 1960, o «Memorando do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) ao Governo Português, de 15 de Novembro de 1960, a «Nota aberta ao Governo Português» de 13 de Outubro de 1961, as muitas mensagens enviadas aos militares portugueses e aos jovens guineenses e cabo-verdianos «*obrigados a servir no exército colonial português*» [Cabral 2013: 9 a 33]. Foram atitudes muito marcadas pelas preocupações da juventude, num tempo em que faltavam a paz e a dignidade humana, sobretudo para o homem africano. Por isso, escreveu que a sua grande preocupação, na época, já era «filha das preocupações que tanto me afligem, como afligem a todo o homem que deseja viver e sente que não vive, neste mundo de ódios, de injustiças e de misérias». É uma ideia projectada para o futuro que interpela a grande responsabilidade de ter um filho, e ainda segundo Cabral [1949], utilizando o pseudónimo de Arlindo António: «*Estou na casa dos vinte, e nada me garante que possa subir a ladeira ascendente da vida, dobrar a colina, descer a prumo e pender da outra banda – que é a velhice ... Assim, não*

sei se não serei um dos que ficarão pelo caminho ... Mas com o meu filho não será o mesmo ... Ele há-de viver a vida porque anseio, não-de ser para ele realidades as minhas esperanças de hoje ... Ele há-de ser aquilo que de-sejar ser, desde que, sendo-o, concorra para a felicidade de todos. O filho que hei-de ter viverá num mundo diferente, esse mundo que milhões de homens trazem dentro deles, construído dos seus anseios e das suas esperanças ...» [2015: 27 a 30].

Para o historiador Thierno Bah, Cabral é «*uma referência singular na interpretação do nacionalismo visto como espaço de construção entre o lugar e o cosmo*» [2005: 99 a 124]. Valorizou muito o que considerou a necessidade imperiosa de *independência de pensamento*, considerada por ele, a primeira das independências. *Pensar pelas nossas cabeças e agir para melhor pensar*, constituiu para ele um compromisso de vida e princípios dos quais todo o processo libertador decorre. Inversamente, deplorou a renúncia ao pensamento próprio, crítico e analítico, por constituir uma das fontes de dominação e de manipulação. Retomou e aperfeiçoou a tese de Frantz Fanon segundo a qual «*a luta de libertação nacional não liberta só o colonizado mas também liberta o colonizador*» e considerou que a mais grave das crises que condicionam e, por vezes, impedem o desenvolvimento dos povos e países é a crise do conhecimento

Ao intervir, em representação dos povos e das organizações nacionalistas das colónias portuguesas, na 1ª Conferência de Solidariedade dos

Povos da África, da Ásia e da América Latina, que aconteceu em Havana, de 3 a 14 de Janeiro de 1966, a partir de um texto intitulado «*Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social*» [2013: 239], Cabral manifestou a sua proverbial frontalidade ao afirmar que, sem deixar de reiterar o seu respeito pela contribuição teórica de Marx, que este, «*colocava a África fora da História*» ao insistir que «*a luta de classes era o motor da História*», razão que lhe levou a apelar à sua revisão, «*para precisá-la e dar-lhe maior aplicabilidade*», tendo em conta a experiência histórica africana. Nesta mesma conferência, procedeu a uma abordagem singular do processo imperialista e do sistema colonial, criticou as opções políticas que conduzem à tomada do poder pelo poder e a ausência de ideologia.

Aproveitou ocasiões de reflexão como, por exemplo, as homenagens póstumas a estes outros grandes africanos que foram Kwame Nkrumah e Eduardo Mondlane, para abordar o que designou de «*lições positivas e negativas da revolução africana*» [Cabral 2013: 233] e o papel da Cultura na libertação nacional [2013: 267 e 283] ou ainda, a reflexão apresentada na *Reunião de Peritos sobre a noção de raça, identidade e dignidade*, realizada pela UNESCO, em Paris, em Julho de 1972.

Ao exaltar a importância da Cultura para a luta de libertação nacional [2013: 267 e 283], por ele concebida como ato e factor de cultura, não deixou de chamar a atenção para o que designou por «*aspectos negativos da cultura popular*» que muitas vezes levam ao preconceito, à discriminação e perseguição

de pessoas diferentes como os albinos, pessoas portadoras de deficiências, as mulheres e as crianças.

Cabral viveu e pensou, de facto, «para além do seu tempo», como escreveu Oscar Oramas [1998], e demonstrou isso, quando contribuiu para a defesa de «*identidades múltiplas*», para a tolerância e para a solidariedade internacional sem amarras e dependências ideológicas.

Mário Pinto de Andrade sintetizou com felicidade o conjunto da obra teórica de Amílcar Cabral e a interacção criadora entre a teoria, de acordo com a realidade, e a prática política, ao designar os subtítulos dos dois volumes de alguns dos seus textos, publicados em 1975 pela editora «Maspero»: «Unidade e Luta» - 1. A arma da teoria; 2. A prática revolucionária e reeditados em 2013 pela Fundação Amílcar Cabral (Praia – Cabo Verde).

São muitas as expressões que podem servir para ajudar a descodificar a teoria de libertação nacional elaborada por Cabral e a mestria com que utilizou a dialéctica como método e ferramenta de análise. Uma combinação de «Independência de pensamento, de acordo com a realidade», «Esperar o melhor e preparar-se para o pior» e «Pensar para melhor agir; agir para melhor pensar» podem servir de referência para a caracterização do seu pensamento e das suas abordagens de análise política e social. O elevado sentido de compromisso de que era possuidor obrigava-o a reflectir muito, a estudar constantemente e recolher aprendizagens do quotidiano e da acção prática, o que dava maior densidade à componente ética da sua obra teórica e prática.

Viria ainda a caber a Mário Pinto de Andrade a criação e utilização do conceito de «*A geração de Cabral*» que deu título à palestra por ele realizada na Escola-Piloto do PAIGC, em Conakry, em Janeiro de 1974, um ano depois do assassinato de Cabral, onde o Autor apresentou e defendeu um conjunto de conceitos que enformaram o pensamento dessa geração que teve a missão histórica de iniciar o processo da luta de libertação nacional. Os conceitos apresentados constituem valores éticos que não só têm a ver com uma época mas, também com a sua aplicação no presente e no futuro.

5. O Direito Internacional, a diplomacia e a ética política como armas da Luta de Libertação Nacional

Com a entrada em vigor, em 24 de Outubro de 1945, da Carta das Nações Unidas, deu-se um importante passo na defesa dos direitos dos povos que se encontravam sob administração colonial. Passo importante, mas insuficiente porque a formulação adoptada permitia o que o eminente jurista e magistrado que foi Manuel Duarte [1977], caracterizasse assim a situação: «*de subtilezas sofisticadas de interpretação e outros subterfúgios puramente formais do governo fascista haviam levado a encalhar num impasse a aplicação do Direito Internacional às colónias, quando Cabral, sob o pseudónimo de Abel Djassi, contactando organizações não-governamentais, trouxe a público, para quebrar a política de silêncio desse governo, a sua primeira grande denúncia dos crimes e violência, das mentiras e falsificações*

do colonialismo português. Por isso, ao sintetizar as suas conclusões, Cabral já então inseriu esta reivindicação: "os africanos querem que Portugal respeite rigorosamente as obrigações definidas na Carta das Nações Unidas. Exigimos que Portugal (...) reconheça o direito dos povos, que domina, à autodeterminação e à independência" porque, acrescentou ainda Duarte que «Quando, em Dezembro de 1955, Portugal foi admitido como membro das Nações Unidas, já havia procedido à mistificadora alteração da designação de colónia para a de província ultramarina».

A contribuição de Cabral para a Resolução 1514 da Assembleia Geral, tomada na sua XV Sessão, realizada em 14 de Dezembro de 1960, que depois se tornou célebre sob a designação de «*Declaração sobre a concessão de independência aos países e aos povos coloniais*» foi de muita importância porque esta Resolução, segundo Duarte, «*expurgou de ambiguidades o texto dos dispositivos fundamentais da Carta, referentes ao respeito dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais para todos os povos e ao princípio da autodeterminação e independência, cujo conteúdo foi desentranhado e explicitado em coerência com o imperativo da descolonização. Por isso lhe chamou Cabral «resolução histórica e construtiva».* Foi esta dinâmica que permitiu que em 1961, a Assembleia Geral da ONU reafirmasse o direito das populações das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência e criasse um Comité Especial encarregado de estudar e acompanhar a aplicação da «*Declaração*». Convicto da contribuição que a

luta de libertação nacional dava para a causa das Nações Unidas, tendo chegado a afirmar que apesar de não dispor de «*capacetes azuis*», o militante armado do movimento de libertação era, de facto, um verdadeiro soldado das Nações Unidas a zelar pela aplicação das suas resoluções.

Cabral elaborou uma teoria de libertação nacional em que a comunicação, o diálogo, a diplomacia e o direito internacional, ocupam um papel de extrema relevância. Não foi por acaso que a sua acção política tenha começado com a denúncia internacional da realidade que prevalecia nas colónias portuguesas e pelo envio de propostas ao governo português visando a eleição de representantes encarregues de preparar a autonomia de cada uma das colónias, exigindo a retirada das forças armadas portuguesas e da polícia política, a amnistia e a libertação dos presos políticos. A sua insistência nos contactos com entidades dos países que ajudavam o governo colonial de Portugal e com as universidades destes países podem ajudar a caracterizar a importância que dava à diplomacia e às relações futuras com esses países. Como explicar o bombardeamento da delegação das Nações Unidas, na primeira semana de abril de 1972, convidada a visitar as regiões libertadas da Guiné-Bissau?

Para Cabral, uma das condições essenciais de aceitação da nobreza da acção e da actividade política e diplomática é a ética, e é esta que fortalece a ligação do político e do diplomata com a condição de servidor do povo ou «*servidor público*», emprestando

autenticidade e dignidade ao conceito. A nobreza da acção política, em Cabral, não só assume a ética como essencial como também só aceita a sua subordinação a interesses do povo. Pedro Pires, um dos conhecidos companheiros de Amílcar Cabral, tem defendido que o nosso principal compromisso com Cabral é de natureza ética e moral. Segundo *Carlos Lopes*, [2011: 185 e 199] «*o legado ético de Cabral muito pode servir para entender os desafios contemporâneos*», destacando-se o seu incontornável estilo de liderança, no quadro do qual, a transparência, a integridade, o respeito pelas diferenças, o respeito e aceitação dos direitos das mulheres, como cidadãs de pleno direito, a protecção das crianças e a protecção e o respeito dos mais velhos, considerados depositários de conhecimento e experiência que devem ser valorizados, aparecem como elementos essenciais. O mundo plural de hoje, necessita de rever os seus conceitos éticos e morais se quiser ser mais justo. Necessita da visão de Cabral porque tem tratado as diferenças de uma forma inaceitável, relegando quase sempre as minorias e, até as maiorias sem poder, à marginalidade. A compreensão deste mundo e a mudança para um mundo melhor requerem uma visão próxima da de Cabral: humana e mais solidária, assente na liberdade cultural e na compreensão e aceitação da diversidade.

Cidade da Praia, Junho de 2023.

Referências bibliográficas

AGUALUSA, José Eduardo
2008: *O fazedor de utopias* de António Tomás

ANDRADE, Mário Pinto de
1980: *Amílcar Cabral. Essai de biographie politique*, Petite collection Maspero
2013: Coordenação de textos de «Unidade e luta»; Volume 1: A arma da teoria; Volume 2: A prática revolucionária – Edição da Fundação Amílcar Cabral (FAC) – Praia – Cabo Verde

AZEVEDO, Fernando Alves de
s/d.: *Mística Imperial*, S. Paulo: Cosmos

BAH, Thierno
2005: «História e consciência histórica na obra de Amílcar Cabral, Kwame N’Krumah e Frantz Fanon» in: *Cabral no cruzamento de épocas*, Praia: Alfa-Comunicações e Fundação Amílcar Cabral

CABRAL, Amílcar
1947: *Mensagem*, Boletim da Casa dos Estudantes do Império, nº 6

DUARTE, Manuel
1977: «Cabral e a legalidade internacional», *Raízes*, nº 3. [Praia].

LOPES, Carlos
2011: *Desafios contemporâneos da África. O legado de Amílcar Cabral*, S. Paulo: UNESP.

LOURENÇO, Eduardo
2014: «O preto no branco – A consciência nacional e a rebelião africana», in: *Do Colonialismo como nosso Impensado*, Lisboa: Gradiva

MENEZES, Filipe Ribeiro de
2009: *Salazar*, Lisboa: D. Quixote

ORAMAS, Óscar

1998: *Amílcar Cabral. Para além do seu tempo*, Huguin.

OSÓRIO, Osvaldo

2018: *A emergência da poesia em Amílcar Cabral*, Praia: Fundação Amílcar Cabral.

SANTOS, Daniel

2014: *Amílcar Cabral, um outro olhar*, Lisboa: Chiado Editora.

SENGHOR, Léopold Sedar

1984:25. «Ler Cabral hoje» in «Continuar Cabral» - Simpósio Internacional Amílcar Cabral. Fundação Amílcar Cabral. Praia - Cabo Verde.

SOUSA, Julião Soares

2011: *Amílcar Cabral. Vida e morte de um revolucionário africano*, Praia: Fundação Amílcar

TOMÁS, António

2008: *O fazedor de utopias*, Cidade da Praia: Spleen

VEIGA, Manuel

2021: Coordenador da Comissão Técnica criada pela Fundação Amílcar Cabral para elaborar o «dossier» de candidatura do legado documental de Cabral à Memória-Mundo da UNESCO. «O legado de Amílcar Cabral na Memória do Tempo». Síntese do Estudo, Praia: Fundação Amílcar Cabral. 1949: «Carta para Longe - Hoje e Amanhã» - Arlindo António (Pseudónimo), *Mensagem*, nº11 – Boletim da Casa dos Estudantes do Império.

1949: «Cabo Verde», *Boletim de Propaganda e Informação*, Ano I, nº2.

2013: «Unidade e luta». – Volume 1: *A arma da teoria*; Volume 2: *A prática revolucionária*, Praia: Fundação Amílcar Cabral.

2014: «Pensar para melhor agir» - Intervenções no Seminário de quadros, Praia: Fundação Amílcar Cabral.

2015: *Cabo Verde – Reflexões e mensagens*, Praia: Fundação Amílcar Cabral.

2018: *A luta criou raízes – Intervenções, entrevistas, reflexões, artigos. 1964 - 1973*, Praia: Fundação Amílcar Cabral.

"Tribute to Amílcar Cabral"

Abstract

The text is comprised by five items: 1. Background; 2. Who was the tributed; 3. The military occupation and the armed resistance; 4. The theory as a weapon; 5. International law, diplomacy and the political ethics valorization.

The background provides the link with the notes that served as an introduction to the debate organized by the Angolan Academy of Humanities in February 2023 in which the author had the honor of participating as a conferencist.

The author also highlighted the importance of the occasion, which coincides with the dates of the fiftieth death anniversary of the well-known revolutionary and African leader, as well as the centennial of his birth.

The second section summarizes Cabral's life journey, highlighting his youth, his enriching education and the importance of the youth in his major life choices.

The third item justify Cabral's fundamental option for a peace policy and his learning in the development

of alternatives to the proposals for dialogue and negotiations, namely, the organization of armed self-defense force, to confront military occupation of colonies territory

The fourth item describes the importance of the theory for political practice and underlines the importance given by Cabral to the interaction between theory and practice.

The fifth item demonstrates the contribution made by Amílcar Cabral to people's rights, within the framework of International Law through public denouncements, the approval of Resolution 1514 and, above all its applicability to the case of Portuguese colonies.

The text portrays Amílcar Cabral as a great human being concerned about the world and Africa, as an advocate of the African man dignity and, as a great fighter for the independence not only of Guinea-Bissau and Cape Verde, but also of all the Portuguese colonies.

Keywords: people; occupation; anti-colonialism; resistance; fight; independence.

Membro da Marinha do PAIGC, onde exerceu várias funções. Reformado como Comandante das Forças Armadas de Cabo Verde. Membro da Fundação Amílcar Cabral, coordenou e contribuiu para a organização de várias reuniões internacionais, nomeadamente: Colóquio Internacional "Que estados, que nações, em construção nos Cinco?", em homenagem a Mário Pinto de Andrade, organizado pela Fundação Amílcar Cabral, em Março de 1996.

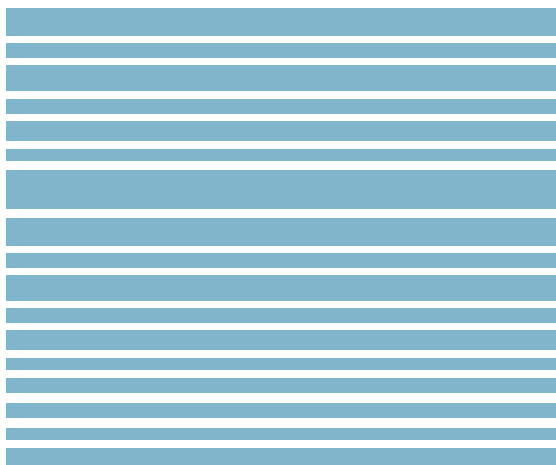
«Doutor Honoris Causa» pela Universidade de Cabo Verde (Dezembro de 2019), pelo "papel desempenhado na concessão e desenvolvimento dos primeiros projectos de formação pós-secundária em Cabo Verde, que constituem o embrião do Ensino Superior em Cabo Verde".

E-mail: carlosnfreis46@gmail.com

BIO-BIBLIOGRAFIA

Carlos Nunes Fernandes dos Reis

Licenciado em Ciências Sociais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (1964-1969), é militante do PAIGC desde 1965, tendo contribuído para a independência através de actividade política em Cabo Verde, Portugal e junto das comunidades cabo-verdianas na diáspora.



João-Manuel Neves

Frantz Fanon e a insurreição no noroeste de Angola em 1961

Resumo

Em 1959 Frantz Fanon encontrou-se em Roma com Mário de Andrade e outros escritores angolanos ligados à fundação do MPLA. Fanon propôs na altura serem seleccionados alguns militantes no interior de Angola com o objectivo de receberem treino militar nas bases do FLN, preparando-os para desencadear acções concretas no sentido da organização da luta pela independência da colónia portuguesa. Em 1960, a estrutura do MPLA encontra-se completamente desarticulada por uma repressão sem precedentes, sendo impossível pôr em prática o plano acordado com Fanon. Entretanto uma parte do FLN e o próprio Fanon aprofundam os laços estabelecidos desde 1958 com Holden Roberto e a UPA, considerada como uma organização capaz de lançar uma mobilização efetiva das massas camponesas, encaradas como único sujeito histórico revolucionário. Em Angola a repressão vai intensificar-se de forma dramática com a acessão do Congo à independência. Nos primeiros meses de 1961, tem lugar uma primeira carnificina de massa como resposta à paralisação laboral das populações da Baixa do Cas-sange. A 4 de Fevereiro, algumas centenas de simpatizantes da UPA e do MPLA tentam assaltar as prisões de Luanda. A 15 de Março as populações do noroeste da colónia vão insurgir-se em massa, tendo sido chacinados 200 a 300 europeus durante a insurreição. Será analisado o aproveitamento que a propaganda colonial fará destas chacinas e a especificidade das formas de propaganda do fascismo.

O enorme sentimento de pânico entre os europeus engendrou uma psicose assassina generalizada em relação aos africanos. Entre os colonos e depois entre os militares circulavam teorias sobre a possibilidade de eliminar todos os africanos de Angola para os substituir por europeus. O noroeste de Angola encontra-se completamente desabitado em outubro quando são

dadas como concluídas as operações. Calcula-se entre 25.000 a 50.000 africanos mortos e cerca de 300.000 refugiados, muitos mutilados, queimados ou feridos.

Palavras-chave: Angola, Bakongo, Frantz Fanon, Amílcar Cabral, Genocídio, Império Colonial Português.

Durante o II Congresso Internacional de Escritores Negros, entre 26 de Março e 1 de Abril de 1959, em Roma, Frantz Fanon encontrou-se na cave de um pequeno café, situado perto do local do congresso, com os escritores angolanos Mário de Andrade, Viriato da Cruz e Lúcio Lara. Mário de Andrade exilara-se em Paris, em 1954, onde integrou a redacção da revista *Présence Africaine*, tendo sido um dos organizadores do I Congresso de Escritores Negros que teve lugar em Paris em Setembro de 1956. Data dessa altura o seu primeiro encontro com Fanon que apresentou ao congresso a comunicação *Racisme et culture*, redigida ainda em Blida (Argélia). Os três escritores angolanos viriam a ser membros fundadores do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), movimento independentista formado entre o final de 1959 e os meados de 1960 [Lara 2000: 300; Pacheco 1997: 41-44; Rocha 2009: 130-135] pela fusão de várias organizações de referência marxista (entre elas o Partido Comunista Angolano de Viriato da Cruz e António Jacinto, activo desde 1955), às quais se junta-

riam também elementos oriundos do panafricanismo e angolanos antifascistas de origem europeia.

Fanon fora expulso da Argélia no início de 1957, integrando então as bases da FLN (Front de Libération National) na Tunísia. Por ocasião da I Conferência dos Povos Africanos em Accra, em Dezembro de 1958, Fanon estabeleceu já contacto com os representantes da UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), em particular com Holden Roberto, o seu líder. Esta organização formara-se ao mesmo tempo que vários outros agrupamentos políticos do povo bakongo como uma facção protestante para a disputa do tradicionalmente católico trono do Congo, na sequência da morte do rei Pedro VII em 1955. O rei do Congo constituía uma entidade manipulada desde há vários séculos pelas autoridades portuguesas para manter o controle sobre os bakongo, maioritários no noroeste de Angola. Holden Roberto estava ligado por estreitos laços familiares aos principais dignitários da UPNA e dirigia a organização desde 1958. Durante a conferência, os representantes da UPNA aperceberam-se do

completo desfasamento dos seus princípios organizativos em relação à realidade política africana internacional, tendo em consequência passado a designar-se UPA (União dos Povos de Angola), substituindo o referencial regional por uma pretensão de representatividade do conjunto das populações africanas da colónia. Depois da conferência, Holden Roberto permaneceria em Accra em resultado dos contactos estabelecidos com as novas autoridades do Gana [Wheeler & Pélissier 1971: 168-170; Marcum 1969: 64-70; Rocha 2009: 137-138; Davidson 1975: 198-200].

Os participantes da conferência de Accra teriam ficado bastante impressionados pelo testemunho dos representantes da UPNA acerca da violência constante exercida sobre os africanos pelos cerca de 170.000 colonos presentes em Angola. De facto, o discurso imperial populista articulado pelo fascismo português caracterizava-se por um arcaico ultranacionalismo, justificando um sistema de dominação total dos colonizados semelhante ao do período pré-industrial, assente em condições de trabalho próximas da escravatura e na repressão sanguínea de qualquer tentativa de oposição. O relatório apresentado à Assembleia Nacional portuguesa em 1947 pelo deputado por Angola Henrique Galvão, alto dignitário do regime com vários cargos anteriores no topo da administração colonial, ou o testemunho de Basil Davidson na sequência de uma visita a Angola em 1954, ou ainda o relato resultante de uma viagem de alguns meses do economista Armando Castro por várias colónias

portuguesas no final dos anos 1950, permitem avaliar a tragédia das populações submetidas à brutalidade e ao arcaísmo da administração portuguesa [Galvão s.d. (c. 1949); Galvão (1961) 2014: 46-62; Davidson 1955; Castro 1978]. O próprio Fanon escreveria no *El Moudjahid*, o órgão do FLN publicado em Tunes:

Se a Bélgica, a Inglaterra com a Nigéria e o Tanganica, ou a França com a Guiné recuaram, Portugal está pelo contrário a desenvolver um regime policial nas suas possessões. Os delegados de Angola foram acolhidos com emoção e manifestou-se uma cólera imensa quando se ouviu descrever as medidas discriminatórias e desumanas aplicadas pelas autoridades portuguesas. [*El Moudjahid* n.º 34, 24 Dezembro 1958, in Fanon (1964) 2001: 174].

Também durante um discurso proferido numa outra conferência em Accra, em Abril de 1960, Fanon lembrava que “em Angola 200.000 portugueses governam pelo terror.” [Fanon (1959) 2001: 175].

O distrito do Uíge em particular, no noroeste de Angola, tinha registado um aumento da população colona de 609 para 4555 pessoas [Castelo 2007: 221] entre 1950 e 1960, ou seja um número seis vezes superior, em resultado da expansão da cultura do café, tornando a colónia portuguesa no terceiro produtor mundial. No mesmo período, o número de plantações na região passou de 630 a cerca de 2.000 [Guerra 1994: 114], tornando insuportável a

pressão sobre as populações bakongo para as reduzir ao trabalho forçado. Ao mesmo tempo, a expansão económica implicava a transferência do planalto central angolano de milhares de “contratados” forçados ovimbundu, causando uma irreversível desestabilização social em toda a região.

Durante a reunião de Roma, Fanon debateu com os activistas do MPLA sobre a necessidade de avançar com formas eficazes de acção no terreno com o objectivo de obter a independência de Angola, face à total intransigência expressa pelo regime fascista português para encontrar uma solução política. Poucos meses antes, durante a conferência de Accra de 1958, Holden Roberto e os representantes da UPA tinham também sido abordados no mesmo sentido. No entanto, segundo Mário de Andrade, as evasivas e as ligações entretanto estabelecidas pela UPA com o American Committee on Africa, levaram uma parte dos dirigentes do FLN a questionar as intenções da UPA [Andrade, 1984: 254]. O ALN (Armée de Libération Nationale) atravessava uma situação difícil após uma ofensiva em larga escala do exército francês, que vinha implementando desde 1957 um complexo dispositivo militar no sentido de isolar a guerrilha das populações. A estratégia do FLN visava alargar o campo da solidariedade anti-imperialista pela abertura de novas frentes de luta concreta nos países colonizados, em particular implicando o exército português, muito dependente em meios técnicos e em equipamento da NATO [Andrade 1984: 254].

Apesar de Lúcio Lara e Mário de Andrade viverem há alguns anos na Europa (Lara em Coimbra desde 1949, refugiado há poucos meses na Alemanha donde era originária a sua mulher, e Andrade em Lisboa desde 1948, refugiado em Paris desde 1954), mostravam manter relações próximas com as células do movimento no interior da colónia; Viriato da Cruz saíra de Angola apenas há alguns meses, em Outubro 1957 [Andrade 1997: 51, 53; Sousa 2016: 157, 181; Rocha 2009: 104-105, 223, 242-243]. Os três podiam garantir que os simpatizantes estavam determinados a passar a formas de luta permitindo pôr em causa a extrema violência do poder colonial. Fanon formula então a proposta de recrutar onze jovens nas células clandestinas do movimento no interior para receberem formação política e militar junto das bases do FLN na Tunísia. Estes quadros regressariam depois à colónia com o objectivo de formar grupos operacionais preparados para desencadear a luta armada de independência. Para os três activistas angolanos o encontro com Fanon teve uma enorme importância, como refere Mário de Andrade:

Este encontro com Fanon reforçou em cada um de nós uma decisão importante: era preciso voltar para África. Não podíamos estar dispersos pela Europa, a Europa era um lugar de passagem, era uma transição para África. [Andrade 1997: 151].

Os militantes angolanos tentaram encontrar alguém ligado ao MAC (Movimento Anti-Colonial, formado

em 1957, ver *infra*) capaz de assumir a missão de recrutamento na colónia. A poetisa Noémia de Sousa, que saíra de Moçambique em 1951 devido à pressão policial, foi contactada mas declinou por motivos familiares. Amílcar Cabral concluíra o curso de agronomia em 1952 e após um período de trabalho na Guiné-Bissau regressara com a sua mulher e filha a Lisboa, em 1955, por motivos de saúde [Sousa 2016: 171]. Apesar do seu grande envolvimento na actividade anticolonial, Cabral não aparentava ser objecto de vigilância por parte da polícia política. Aceitou assim a missão proposta pelos seus companheiros do MPLA, tendo viajado em Angola entre agosto e Setembro de 1959 para proceder ao recrutamento dos quadros [Sousa 2016: 185, 194; Lara 2000: 148-155].

Entretanto abatera-se sobre a colónia uma nova vaga de repressão. Num contexto internacional em que as principais potências imperiais optavam por iniciar processos de descolonização, em particular a Bélgica em relação ao Congo vizinho, o regime fascista português avançava com uma série de medidas repressivas designadas de “guerra preventiva”. Logo em 1957 serão presos inúmeros opositores e “suspeitos” na colónia. Em 1958 a Força Aérea instala-se em Angola e a polícia política PIDE surge com enormes recursos, sobretudo nos centros urbanos, contratando informadores e infiltrando os meios dos mestiços euro-africanos e dos africanos escolarizados [Guerra 1994: 112-113; Wheeler & Pélissier 1971: 146, 164; Rocha 2009: 142]. Ao mesmo tempo são reforçadas as forças policiais, criados grupos

militarizados, agrava-se a censura e as medidas de controle dos movimentos das pessoas. Durante o ano de 1959 são presos dezenas de activistas anticoloniais dos quais 51 africanos e 4 portugueses serão levados a julgamento no ano seguinte, em quatro processos, acusados de subversão [Rocha 2009: 127-129; Duffy 1962: 213]. A actividade da polícia política em Luanda (225.000 habitantes em 1960 dos quais 55.567 são europeus [Castelo 2007: 222] e nos pequenos centros urbanos da colónia visava sobretudo o reduzido número de africanos escolarizados ou os mestiços euro-africanos (cerca de 53.392 mestiços euro-africanos ditos “civilizados” em Angola em 1960 e 30.089 africanos “assimilados” em 1950 [Castelo 2007: 216; Amaral 1960: 58] e tinha efeitos devastadores sobre os movimentos independentistas.

Ao chegar a Angola, Amílcar Cabral encontrou as organizações anticoloniais completamente desarticuladas pela repressão sendo impossível organizar a saída para o exterior dos jovens simpatizantes [Lara 2000: 119-120; 153-155]. As notícias são sinistras relatando tortura sistemática, deportação para campos de concentração e assassinatos. De regresso a Lisboa, Cabral faz escala em Léopoldville onde teve contactos com responsáveis do Mouvement National Congolais, dirigido por Patrice Lumumba, procurando eventuais apoios para as actividades do MAC. Fez em seguida escala em Brazzaville e depois em Accra onde informa o governo do Gana sobre a desastrosa situação humanitária e o clima de terror instalado em Angola, tentando também obter apoio do

presidente Kwame Nkrumah para a instalação de de uma delegação do MAC na cidade. Alguns dias mais tarde Kwame Nkrumah fará referência à situação em Angola num discurso proferido durante a Conferência dos Povos Africanos realizada em Accra [Lara 2000: 137-140; 160-161, 185-196; Sousa 2016: 186-187].

Após a sua breve passagem pelo Gana, Cabral faz ainda escala em Bissau e depois em Dakar, estabelecendo contactos com activistas bissau-guineenses e cabo-verdianos no sentido de avançar com o processo de fundação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) [Sousa 2016: 196-214]. De volta a Lisboa, Cabral percebe estar na mira da polícia política e por outro lado estima ser necessário dedicar-se em exclusivo à luta pela independência da Guiné e de Cabo Verde. Refugia-se por um breve período em Paris e Londres para depois passar a residir entre Conakry e Dakar, preparando a implantação das bases do PAIGC no interior do território da Guiné-Bissau [Sousa 2016: 214-218]. Em Londres, Cabral elaborou um documento sobre a situação nas colónias portuguesas, editado em Junho de 1960 pela organização inglesa Union of Democratic Control (com um prefácio de Basil Davidson). Este texto bastante sintético, intitulado *The Facts about Portugal's African Colonies*, constitui a primeira análise de conjunto do colonialismo português no pós-guerra a partir de uma perspectiva pós-colonial. As características da formação social portuguesa e da sua administração colonial são expostas de forma exemplar:

Portugal é um país subdesenvolvido com 40% de analfabetos e o seu nível de vida é o mais baixo da Europa. Se conseguisse ter uma "influência civilizadora" sobre qualquer povo seria uma espécie de milagre. (...)

99,7% da população africana de Angola, Guiné e Moçambique é considerada "não civilizada" pelas leis coloniais portuguesas e 0,3% é considerada "assimilada". Para que uma pessoa "não civilizada" obtenha o estatuto de "assimilada", tem de fazer prova de estabilidade económica e gozar de um nível de vida mais elevado do que a maior parte da população de Portugal. Tem de viver à "europeia", pagar impostos, cumprir o serviço militar e saber ler e escrever correctamente o português. Se os portugueses tivessem de preencher estas condições, mais de 50% da população não teria direito ao estatuto de "civilizado" ou de "assimilado".

O pretendido "não civilizado" é tratado como um objecto e deixado à mercê dos caprichos da administração colonial e dos colonos. A sua situação é absolutamente indispensável para a manutenção do sistema colonial português. Fornece uma inesgotável massa de mão-de-obra para o trabalho forçado e a "exportação" de trabalhadores. Ao classificá-lo como "não civilizado", a lei oficializa a discriminação

e justifica a dominação portuguesa em África.

[Djassi (pseud. de Cabral) 1960: 3-5]

Lúcio Lara volta a encontrar Frantz Fanon em Tunes durante a II Conferência dos Povos Africanos, em Janeiro de 1960, informando-o das dificuldades para concretizar a missão de recrutamento. Participaram também na conferência Viriato da Cruz e o próprio Amílcar Cabral [Andrade 1997: 152]. Mário de Andrade referirá mais tarde que Fanon tiraria uma conclusão precipitada sobre a natureza dos obstáculos encontrados pelos membros do MPLA no meio urbano, ao considerar que decorriam da hesitação de intelectuais “assimilados” em avançar para uma opção radical. Esta consistiria em integrar as massas camponesas, único sujeito histórico revolucionário para Fanon. Andrade comentaria:

Forjado no seio da acção concreta, impulsionado pela chama de um combate libertador, constantemente sujeito à procura de soluções urgentes, em suma, prisioneiro da conjuntura, o pensamento de Frantz Fanon é fecundo e controverso. [Andrade 1984: 257]

Fanon, de acordo com uma parte do FLN, considerava a UPA de Holden Roberto como uma organização capaz de lançar uma mobilização efectiva dos camponeses. Nesta óptica os simpatizantes do MPLA, muitos deles intelectuais mestiços euro-africanos ou africanos escolarizados oriundos na sua maioria das periferias dos centros urbanos, deveriam integrar as

bases da UPA em meio rural [Andrade 1997: 175-176].

No decorrer da conferência de Tunes, os representantes das organizações que integravam o Movimento Anti-Colonial (MAC), fundado em 1957, vão associar-se também à UPA para formar a Frente Revolucionária dos Africanos para a Independência Nacional (FRAIN), com objectivos expressos de lançar a luta armada pela independência das colónias portuguesas. Na formação do MAC, entre o final de 1957 e o início de 1958, encontram-se alguns dos principais activistas anticoloniais, provenientes sobretudo dos círculos culturais criados nas cidades das colónias e entre os estudantes africanos em Lisboa. Também aglutinou elementos oriundos de organizações marxistas ou próximos do panafricanismo. Estes activistas participariam depois na fundação de vários movimentos de luta pela independência das colónias portuguesas, como Mário de Andrade ou Agostinho Neto (MPLA), Amílcar Cabral (PAIGC), ou ainda Noémia de Sousa e Marcelino dos Santos (Frelimo, Frente de Libertação de Moçambique). A partir da FRAIN seria formada em Casablanca, em abril de 1961, a CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), integrando oficialmente o MPLA, o PAIGC, a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique, um dos três movimentos na origem da Frelimo), um comité de São Tomé e Príncipe e vários comités de Goa. A UPA, directamente relacionada com o levantamento das populações do noroeste de Angola em Março de 1961, tinha

participado na formação da FRAIN mas não integrava a CONCP de cuja orientação ideológica e em certa medida “sociológica” (em relação à origem social dos seus membros) divergia [Rocha 2009: 110-111, 117-123, 157-158, 172-174; Wheeler & Pélissier 1971: 166-172; Pacheco 1997: 139-141].

Mário de Andrade refere que ao longo do ano de 1960 prosseguiram os contactos com os dirigentes do MPLA. Fanon fora entretanto designado, em Março, embaixador itinerante para a África pelo GPRA (Gouvernement Provisoire de la République d’Algérie). No entanto, o equívoco em relação à análise da situação no terreno estabeleceu-se definitivamente e o apoio à UPA aparecia cada vez mais formal, enquanto o MPLA surgia ainda mais debilitado por uma nova vaga de prisões de dezenas dos seus membros, incluindo a do presidente Agostinho Neto, em Junho e Julho de 1960 [Rocha 2009: 130-133; Duffy 1962: 213]. Nessa altura será também preso o padre Joaquim Pinto de Andrade, irmão de Mário de Andrade, chanceler da arquidiocese de Luanda. Entretanto os membros do comité director do MPLA, Lúcio Lara, Viriato da Cruz e Hugo de Menezes, instalam-se em Conakry após a conferência de Tunes, onde Mário de Andrade se lhes juntaria em Maio de 1960 [Rocha 2009: 162; Andrade 1997: 156].

A ferocidade da repressão atingia do mesmo modo as outras colónias portuguesas, em particular a Guiné onde em Junho de 1959, durante uma greve em Pidjiguiti, a zona portuária de Bissau, a polícia dispara sobre os estivadores fazendo dezenas de

mortos e feridos. Tirando as ilações da experiência nos centros urbanos de Angola, onde a intensidade da repressão deixara os simpatizantes dos movimentos anticoloniais num impasse, Amílcar Cabral e os membros do PAIGC começam nesta altura a definir uma estratégia para lançar a luta armada pela independência a partir do território da Guiné-Conakry. Por um lado, os simpatizantes do movimento foram aconselhados a manter uma actividade estritamente clandestina em Bissau e nas cidades [Davidson 1969: 31-32]. Entretanto, centenas de jovens simpatizantes eram formados na escola de quadros do PAIGC em Conakry e mais tarde constituiriam as bases da guerrilha nas zonas rurais perto da fronteira. Por outro lado, os militantes eram formados para estabelecer em cada zona do território um equilíbrio entre as estruturas políticas e militares do movimento e as chefias ou representações tradicionais africanas locais [Davidson 1969: 52-56, 60-61]. A partir de Julho de 1960, numerosos jovens começaram a ser enviados à China para receber treino político e militar. Cabral acompanharia o primeiro grupo de quadros, permanecendo na China até Outubro [Sousa 2016: 254-255]. Outros jovens seriam também mais tarde formados na Argélia, em Marrocos e noutros países, até o movimento poder contar com um número de quadros suficiente para avançar com uma disseminação eficaz no terreno.

Em Angola a repressão vai intensificar-se de forma dramática em paralelo à acessão do Congo à independência com Lumumba, em Junho de 1960. O MPLA, com pouca implantação em

áreas rurais, mostrava uma certa dificuldade para encontrar uma estratégia perante a extrema violência do fascismo português. Após as prisões de Junho e Julho de 1960, muitos habitantes da localidade de Icolo e Bengo, de onde era originário Agostinho Neto, manifestaram-se em Catete, a sede de distrito, reclamando a libertação do dirigente. A força militar enviada para o local disparou sobre os manifestantes indefesos matando cerca de 30 pessoas e ferindo outras 200. Em seguida as duas aldeias serão destruídas e um número indeterminado de habitantes serão também chacinados e outros feitos prisioneiros [Davidson 1975: 179]. O sentimento de pânico da administração portuguesa perante a evolução da situação no Congo vai resultar numa primeira carnificina de massa em resposta à paralisação laboral generalizada da população da Baixa do Cassange. Os camponeses nesta região situada a leste de Malange, a cerca de 300 km de Luanda, encontravam-se submetidos à cultura obrigatória do algodão para a companhia monopolista Cotonang, em detrimento do cultivo para a sua própria alimentação. O algodão era vendido por um preço muito inferior às tarifas do mercado mundial, um agregado familiar africano auferia um rendimento anual de cerca de 20 a 30 dólares americanos [Wheeler & Péli-sier 1971: 174]. Os chefes de posto locais eram subornados pela companhia para aumentar a produção. Como a colheita do algodão tinha de ser rápida e coincidia com as colheitas dos produtos alimentares, os campos de cultivo destes produtos eram sistematicamente destruídos para obrigar os cam-

poneses a dedicarem-se em exclusivo ao algodão. Os camponeses deixaram de cultivar e de pagar taxas em toda a região por altura de Novembro e Dezembro de 1960. Outros factores estariam também na origem da paralisação como a influência da agitação social no Congo e de movimentos messiânicos africanos, como o tocoísmo¹ ou a seita Maria [Marcum 1969: 76-82, 124-126], assim como a propaganda do MPLA e da UPA. Em resposta a uma primeira fase de repressão do movimento pelo exército, os camponeses atacaram lojas, uma missão e pelo menos um posto administrativo. A companhia algodoeira exigiu da administração uma "repressão impiedosa" [major Carlos Everdosa, desertor da Força Aérea Portuguesa, citado in Guerra 1994: 123]. Começou então uma carnificina que se estendeu de Janeiro a Março de 1961. Os aviões PV2 e T6 bombardeiam toda a região utilizando grande quantidade de napalm fornecido pela NATO, enquanto as primeiras companhias militares de caçadores, chegadas recentemente à colónia, entram no terreno, apoiadas por milícias de colonos, massacrando indiscriminadamente a população. Calcula-se terem sido chacinados cerca de 5.000 africanos durante as operações militares na Baixa do Cassange [Guerra 1994: 123-124; Rocha (2009: 145) fala de 7.000 mortos].

A inquietação da base dos movimentos independentistas nos centros urbanos era enorme perante a ferocidade sanguinária da administração portuguesa. A actuação da polícia política PIDE, sob fundo da revolta do

¹ Relativo ao profeta Simão Toco (1918-1984).

Cassange, era cada vez mais arbitrária e as prisões sucediam-se nos museques (os subúrbios africanos) de Luanda, seguidas de tortura muitas vezes mortal. Circulava na capital da colónia a informação de uma próxima transferência dos presos para campos de concentração como o Tarrafal em Cabo Verde. Entretanto, no final de Janeiro de 1961, o capitão do exército Henrique Galvão, dissidente do regime, encontra-se à frente de um grupo de 24 portugueses e espanhóis antifascistas que assaltam e desviam o paquete português de luxo *Santa Maria* nas Caraíbas. O plano era ocupar a ilha espanhola de Fernando Pó (hoje Bioko, uma região da Guiné Equatorial) para em seguida desembarcar em Luanda desencadeando uma insurreição. Aproveitando a presença de um grande número de jornalistas em Luanda, algumas centenas² de simpatizantes da UPA e do MPLA atacaram na noite de 3 para 4 de Fevereiro uma patrulha de polícia subtraindo as armas aos agentes. Lançaram-se em seguida ao assalto da Casa de Reclusão Militar, da prisão de São Paulo, da sede da polícia política, e dos locais da rádio. A intenção dos revoltosos seria libertar os presos em risco de serem transferidos para os campos e ao mesmo tempo denunciar a brutalidade do colonialismo português perante a imprensa internacional. No entanto, sem armamento nem plano, a revolta seria um fracasso. Foram mortos 7 polícias e 14 africanos, segundo a administração, tendo

sido presos uma centena. O pânico que alastrava entre os colonos desde a independência do Congo ia agora tornar-se numa psicose assassina. O governador-geral da colónia declarava à *France Presse* estar em curso uma “conspiração internacional” movida “às ordens de agentes estrangeiros” e relacionava a revolta com o assalto ao *Santa Maria* [Guerra 1994: 175]. Logo no dia seguinte, durante o funeral dos 7 polícias, os africanos que tiveram a má sorte de se encontrar no percurso do cortejo foram chacinados [Davidson 1975: 168-169, 190]. A caça ao homem nos bairros africanos começou em grande escala com raids organizados pela PIDE, pela polícia, pelo exército e por milícias de colonos armados pelo governo. Mário de Andrade comentou mais tarde que se tratou de um “verdadeiro plano de genocídio” [Guerra 1994: 176]. Ainda a 24 de Fevereiro, três semanas após a rebelião, a revista *Time* relatava que um condutor de táxi de Luanda tinha “dito aos repórteres ter visto cinco camiões carregados de cadáveres a serem levados para um enterro em massa no mato”. Um médico relatou à mesma revista: “Cada noite tratamos de homens terrivelmente feridos e cortados”. Um missionário norteamericano disse ter conhecimento próprio da morte de cerca de 300 pessoas [Davidson 1975: 184]. A PIDE começou a eliminar sistematicamente todos os africanos escolarizados, muitas vezes através de tortura, por terem reputação de ligações aos movimentos anticoloniais. Havia sobretudo uma colaboração explícita entre a polícia política e a maioria dos colonos (muitos analfabetos ou com uma formação básica e sem

² De 200 a 500 segundo Duffy [1962: 215], ou de 80 a 180 segundo Pélissier [Wheeler & Pélissier 1971: 175].

qualificações) para suprimir os africanos escolarizados dado constituírem uma camada social em concorrência com os *poor-white* portugueses no mercado de trabalho. Joaquim Pinto de Andrade relataria:

Era o início da agressão sistemática e exaustiva que, sobretudo em 1961, viria a atingir o paroxismo recaindo sobre todo o homem de cor que, de qualquer modo, se salientasse entre os demais.

Era o início da perseguição de todos os que tinham bens pessoais, instrução, posição social, cargos elevados, funções de chefia.

Era o início da perseguição – ainda mais estúpida e impiedosa – dos que sabiam ler e escrever, dos que tinham livros, dos que possuíam um rádio, dos que usavam óculos ou calças compridas, etc.

[Coelho s/d (1971): 48; citado in Davidson 1975: 167]

Muitos destes africanos deixaram de se vestir à europeia para passarem desapercibidos. Os simpatizantes do MPLA sobreviventes a esta onda de massacres vão procurar refúgio nas matas dos Dembos, uma extensa região de floresta densa, em altitude, começando a cerca de 70 km a nordeste de Luanda, com uma longa tradição de resistência ao colonialismo.

A 15 de Março começa o levantamento generalizado das populações no noroeste da colónia. A UPA desde há meses preparava a revolta junto das comunidades rurais, sobretudo entre os bakongo. O movimento de início foi

lançado pela organização independentista mas rapidamente se tornou numa *jacquerie* incontrolada. Segundo Holden Roberto, Fanon teria participado directamente na elaboração do plano para lançar a revolta [Furtado 2008a; ver também Marcum 1969: 140]. A FLN tinha vindo a apoiar a UPA de forma efectiva desde 1959, prestando treino militar aos seus militantes nos campos do norte de África e fornecendo-lhes armas em Léopoldville, onde a organização instalara a sua sede após a independência do Congo. Os contactos entre Roberto e Fanon eram de alguma proximidade tanto em Accra como depois em Léopoldville [Davidson 1975: 201]. Fanon teria acompanhado Roberto ao longo da fronteira entre o Congo e Angola localizando as zonas onde os militantes da UPA deveriam entrar para desencadear a insurreiçã [Furtado 2008a].

No ataque às fazendas do Uíge houve muitos assassinatos realizados com uma grande crueldade ritual e mágica. Houve mutilações, violações, mulheres com paus espetados na vagina, crianças esmagadas. No entanto, cenas de horror semelhantes tinham também sido praticadas pelas milícias de colonos e pela tropa poucas semanas antes na Baixa do Cassange, a cerca de 200 km do Uíge. O geógrafo Orlando Ribeiro relaciona directamente a carnificina na região do Cassange com o levantamento no noroeste da colónia:

Mas quem determinou o extermínio das aldeias da Baixa do Cassange e a destruição das lavras indígenas, porque os pretos prejudicavam a apanha do algodão com as suas colheitas

e esboçaram uma greve de braços caídos por os obrigarem a permanecer num lugar quente, enevoado e insalubre, quando eles preferiam o clima agradável do planalto de Malanje?! Diz-se que aviões metralharam aldeias e que isto causou (ou apressou) o desencadear do terrorismo no Norte. [Ribeiro 1981: 369]

A propaganda fascista fez um rápido aproveitamento da chacina dos fazendeiros, mulheres e crianças, no sentido de inverter a realidade colocando o colonialismo no papel de vítima. Para o conseguir articulou o imaginário da conquista do século XIX, representando o conjunto dos africanos como “raça” de selvagens dominados pela feitiçaria e sedentos de sangue, enquanto o humilde colono português surgia como o altruísta defensor da civilização cristã e humanista. A primeira reacção ao horror reproduzido nas fotos dos cadáveres mutilados, que a propaganda fascista pôs em circulação em todos os lugares e sob todas as formas possíveis, é de repulsa. A propaganda fez um jogo hábil com a recusa inconsciente da maior parte das pessoas em voltar a ver essas fotos uma segunda vez. De facto, uma análise objectiva dos inúmeros documentos e suportes onde foram reproduzidas as fotos mostra tratar-se de um número relativamente reduzido de imagens e sempre dos mesmos corpos, em particular no que respeita às mulheres e crianças trucidadas. O total de europeus mortos deverá mesmo assim ter sido entre 200 a

300³, mas o governo e a imprensa portugueses mencionavam números dez vezes superiores⁴. Um grande número de “bailundos” foram também mortos pelos revoltosos. Estes ovimbundos eram na maioria trabalhadores forçados transferidos em “contrato” do planalto central angolano. Muitos tinham sido largados como reféns pelos colonos que se refugiaram nas vilas e deixaram os ovimbundos a guardar as plantações [Furtado 2008a]. Há no entanto bastantes casos em que os trabalhadores se juntaram à revolta. É provável ter havido, em certas circunstâncias, uma fractura entre populações angolanas provocada pela instabilidade social que as transferências massivas de trabalhadores forçados ovimbundo para a região de predominância bakongo engendraram. Estas clivagens foram também dirigidas, num outro sentido, contra os mestiços euro-africanos ou os africanos escolarizados, muitas vezes chacinados durante a revolta [Davidson 1975: 186-187; Wheeler & Pélissier 1971: 177-178].

O facto da censura não ter permitido à rádio de informar os colonos nas fazendas sobre a progressão da revolta

³ O Relatório Anual da companhia Diamang de 30 de Junho de 1961 estima em 200 o número de europeus mortos [citado in Parsons 1962: 67]; Pélissier estima um número entre 200 e 300 [Wheeler & Pélissier 1971: 179; Pélissier 1978: 529-531]; Davidson faz uma estimativa de cerca de 300 [1975: 186].

⁴ Segundo o jornalista Horácio Caio da televisão portuguesa teriam sido mortos 2.000 europeus [Caio 1961: 49]. Hélio Felgas, governador até Abril de 1960 do distrito do Congo, a região onde a revolta alastrou, referia “o assassinio feroz de centenas de mulheres e crianças” [Felgas 1962: 222].

no terreno levanta bastantes dúvidas sobre as verdadeiras intenções do governo da colónia. De facto, nesse momento a maioria dos oficiais superiores do exército português, assim como o próprio ministro da defesa, eram contrários a um cenário de guerra como caução para a permanência do colonialismo [Furtado 2008b]. Tudo leva a crer ter havido uma manipulação deliberada para precipitar um envolvimento militar em larga escala. Entretanto o sentimento de pânico era total entre os colonos e engendrava uma psicose assassina generalizada em relação aos africanos:

Defronte dos criados manifestam a sua ânsia de sangue negro. Estes homens estão todos mais ou menos loucos, como sucede em Luanda à quase totalidade da população branca. Mas, naturalmente, ninguém o percebe. Até chegarem à conversa sobre os indivíduos [africanos] parecem normais, inclusive serviçais e simpáticos. [Pádua 1963: 43]

Todo o africano passou a ser suspeito de terrorismo. Sucediã-se as execuções sumárias muitas vezes precedidas de torturas de uma crueldade indescritível. Em zonas do sul sem qualquer ligação com a revolta eram chacinados africanos, como relata Orlando Ribeiro:

No principal bar da Gabela ficaram bebendo até tarde alguns fazendeiros e empregados brancos. Um deles lembrou que, servidos pelos pretos, podiam ser envenenados. “Só se nós

quisermos”, disse outro. Desceram à loja onde os serviçais dormiam no chão, enrolados em mantas, e despejaram sobre eles as cargas das pistolas. [Ribeiro 1981: 369; ver também Parsons 1962: 72-73].

Todas as noites saíam expedições para matanças nos musseques de Luanda. Rapidamente chegaram à colónia os primeiros destacamentos de milicianos voluntários da Legião Portuguesa, a organização paramilitar fascista, para participarem nas represálias [Guerra 1994: 181]. Entre os colonos e depois entre os militares circulavam teorias não apenas sobre a “solução final” para as populações bakongo mas também sobre a possibilidade de eliminar todos os africanos de Angola para os substituir por europeus [Pádua 1963].

Em Portugal a tendência favorável a um eventual processo de descolonização, representada pelo ministro da defesa Moniz Botelho e pelo anterior presidente da república Craveiro Lopes, fora derrotada por Salazar e pela facção militar mais extremista do regime dirigida por Kaúlza de Arriaga, responsável pelas forças paraquedistas. Salazar demite o ministro e assume a pasta da defesa. Um importante dispositivo militar será accionado na colónia a partir dos meados de Abril. Vários oficiais responsáveis pelas colunas militares que vão ocupar o norte de Angola fazem declarações à imprensa internacional presente na colónia em como se vai proceder a uma operação de “extermínio” do povo bakongo [Guerra 1994: 183; Pádua 1963]. O ministro do exército,

general Mário Silva, declarava num discurso proferido no momento da partida de um contingente:

Vamos para combater não contra seres humanos mas contra feras e selvagens. Vamos para combater animais selvagens. Vamos enfrentar terroristas que devem ser abatidos como animais selvagens. [Reproduzido pelo *Daily Telegraph*, 3 Maio 1961, citado in Davidson 1975: 191; ver também Guerra 1994: 183].

Quando os regimentos desembarcam em Luanda, os soldados ainda a desfilar são acossados por colonos, homens e mulheres, propondo-lhes participar nessa mesma noite nas matanças de “pretos” nos musseques, de preferência com as armas do exército de maior poder mortífero [Furtado 2008c; Parsons 1962: 72; Davidson 1975: 191]. Os destacamentos militares progridem no terreno acompanhados à retaguarda por milícias de colonos que exterminam à coronhada todos os feridos após os confrontos com os rebeldes. Muitos colonos se gabam de não gastar uma única bala para eliminar quantidades de africanos. A população dos aldeamentos que não foge, homens, mulheres e crianças, são executados. A maior parte dos africanos apanhados vivos são mortos lentamente no meio de torturas atrozes:

[O alferes Macedo] Concorde que os civis são uma peste, mas quanto à maneira de matar, comentou com a sua bela voz indiferente, sorrindo, com bonomia: “Ah isso! Nós ainda

lhes fazemos pior. Matamo-los à catanada e cada um dá uma. E depois de interrogá-los com dureza. No outro dia, um que andava a espiar armado em louco, foi morto em interrogatório que durou dias, mas, ao segundo, já não falava...” [Pádua 1963: 50].

Era a mulher do alferes Matos quem se divertia com as crueldades. Acompanha o pelotão de caçadores especiais para toda a parte. Conta, muito excitada, a maneira como vazam olhos e espetam sabres devagarinho em várias partes do corpo até sobrevir a morte. [Pádua 1963: 79].

Entretanto, o rosário de torturas continua com grande prodigalidade. Contam-me que, no Terreiro, um mecânico tentou soldar dois homens amarrados, armado de maçarico e chumbo. O resultado foi evidentemente a morte de ambos entre terríveis sofrimentos. [Pádua 1963: 81].

Garantem-me que no Quixote [Quitexe], como eu aliás já tinha ouvido atribuído ao alferes Robles, alguns civis vangloriavam-se de serem grandes cirurgiões: eles gabavam-se de qualquer coisa de espantoso. Tirar o coração pelas costas a homens vivos!!!

Asseveram-me também, o que não é novo para mim, que o doutor Abrunhosa, nome que nunca quis esquecer, tenente-médico do quadro e médico da

companhia do capitão Mendonça (Eichmann) creio, injectava grandes quantidades de água destilada nas veias dos prisioneiros para ver qual a porção que causava a morte. [Pádua 1963: 108]

Estes [os soldados] começaram a torturá-lo. Cortaram-lhe uma orelha e estenderam-lha divertidos: "Come-a se não morres". Ele negou-se. "Antes quero morrer do que comer uma parte do meu corpo". Cortaram-lhe a outra orelha e tentaram mais uma vez obrigá-lo a comê-la. Ele continuou a recusar-se. [Pádua 1963: 112].

Outro [oficial] observou-me que éramos compelidos a aterrorizá-los e que se não lhes cortássemos as cabeças eles supunham que ressuscitariam. Não havia outro processo. [Pádua 1963: 23]

A desproporção das forças em presença no terreno é abismal. Enquanto os rebeldes se encontram armados de catanas, paus e de armas de fogo muito rudimentares, são fornecidas armas automáticas aos colonos pelo exército que utiliza os mais sofisticados meios militares da NATO. A aviação bombardeia com rockets e napalm aldeamentos e florestas, enquanto que a tropa e milícias de colonos e legionários massacram e mutilam sistematicamente a população⁵. Quando, em Outubro, são dadas como concluídas as operações o noroeste de Angola encontra-se desa-

bitado⁶. Calcula-se que entre 25.000 a 50.000 africanos foram mortos e cerca de 300.000 se refugiaram no Congo ou nas serras e florestas, muitos mutilados, queimados ou feridos⁷. A resposta do fascismo português à chacina de 200 a 300 colonos foi de facto a solução final para o povo bakongo em Angola. Após a conclusão das operações militares, a administração colonial tentará no entanto tomar medidas para repovoar a região. Entre Outubro de 1961 e o final de 1962, no quadro da "acção psicológica" empreendida pelo novo governador do Uíge, vão render-se à tropa mais de 236.000 africanos que serão todos cadastrados [Wheeler & Pélissier 1971: 190].

Dois vastos campos de pesquisa e de reflexão se abrem perante (mais) este episódio da história imperial portuguesa. Por um lado, num evidente contexto de genocídio com a carnificina da Baixa do Cassange e os massacres nos musseques de Luanda, seria importante compreender os

6 No final de Junho de 1961, segundo a Cruz Vermelha Internacional, encontram-se refugiadas no Congo 103.000 pessoas originárias do noroeste de Angola [Wheeler & Pélissier 1971: 187]. Segundo a mesma fonte este número ascende a 215.000 no verão de 1962 [Davidson 1975: 192]. 20.000 africanos, homens, mulheres e crianças, foram mortos pela tropa e milícias entre meados de Março e meados de Junho segundo uma Sociedade Missionária Baptista Britânica [Davidson 1975: 191].

7 Pélissier estima em cerca de 50.000 o número total de africanos mortos. Segundo este autor, 400 civis e 110 militares portugueses teriam sido mortos até ao final de 1961 e 300.000 africanos encontravam-se refugiados no final das operações [Wheeler & Pélissier 1971: 189-191].

⁵ Ver alguns testemunhos de refugiados em: Davidson 1975: 192-196.

mecanismos que permitiram à propaganda fascista transformar o colonialismo português em vítima da “selvajaria” africana. A propaganda joga decerto com a reprodução do africanismo português a nível interno e a sua aceitação também no exterior, no quadro mais geral da articulação de um aspecto do discurso colonial, onde a vida de um africano e a vida de um europeu são valoradas de forma completamente diferente. No entanto, não devemos esquecer as características de funcionamento da propaganda fascista, cujas raízes se encontram no programa do movimento futurista. A influência do futurismo em Portugal no início do século XX não é negligenciável, tendo sido junto com a Itália e a Rússia o país onde esta corrente artística e política mais se expandiu. Porém, será sobretudo a partir da incorporação da metodologia futurista nas técnicas de propaganda do fascismo em Itália ou do nazismo na Alemanha e do seu posterior transplante pela ditadura para Portugal que será constituída a forma de propaganda específica do fascismo português com a instituição, em 1933, do Secretariado da Propaganda Nacional. A sua realização material mais conseguida foi a Exposição do Mundo Português em 1940, em plena guerra mundial. A sua realização ideológica mais complexa e sofisticada trata-se sem dúvida do lusotropicalismo, a construção retórica de uma particularidade histórica de relações humanistas dos portugueses para com os colonizados. No funcionamento desta forma discursiva encontramos censura, falsificação do passado e mentira sistemática

sobre o presente. Só assim se explica continuarmos sem dispor de um número mais exacto dos mortos em 1961, tanto de colonos como de insurrectos, ou serem desconhecidas as circunstâncias exactas da paralisação e da carnificina na Baixa do Cassange. Ou ainda, revelando o explícito carácter criminoso e manipulador desta forma de propaganda, o facto dos fazendeiros não terem sido prevenidos do alastrar da revolta pela rádio. O governo português teria aliás informação da iminência da revolta [Furtado 2008a], a tática de propaganda parece ter sido deixar as chacinhas de fazendeiros tomarem a maior amplitude possível, permitindo justificar uma retaliação posterior com vista ao aniquilamento total dos rebeldes.

Por outro lado, o comportamento genocida, para o qual a propaganda fascista, apesar de uma relativa incidência, está longe de constituir a explicação suficiente como pretende o discurso lusotropicalista, implica um campo de pesquisa de amplitude mais vasta. Trata-se de facto de uma forma de peste emocional, uma psicose homicida e de extrema crueldade em relação aos africanos que alastrou entre os colonos sob a cobertura de um governo de assassinos. Manifestou-se desde os primeiros sinais de independência do Congo, atingindo o paroxismo durante o ano de 1961. Fanon [1961] analisou a violência dos colonizados como forma de ultrapassar a extrema violência despersonalizante da condição colonial. Seria importante compreender também quais os motivos que levaram a este movimento da população da colónia de Angola

em 1961, transportada por um delírio completamente desumanizante até comportamentos genocidas de uma crueldade quase artesanal, exercida numa escala sem precedentes em qualquer outra situação colonial. O testemunho de Mário Moutinho de Pádua constitui um documento essencial para se compreender este processo. Pádua integrou, constricto como médico, um dos primeiros contingentes de tropas especiais que chegaram ao norte de Angola em 1961. Ligado ao partido comunista, desertaria alguns meses depois, arriscando a vida em várias ocasiões, para se juntar como médico voluntário anticolonial às forças do PAIGC na Guiné-Bissau. Pádua deixou um relato do horror a que assistiu durante a campanha de extermínio do povo bakongo em Angola por parte do exército português e das milícias de colonos. *Guerra em Angola* é um testemunho único sobre uma realidade tenebrosa que muitos militares e colonos preferiram auto-censurar interiorizando traumas terríveis. Pádua formula nesta narrativa a sua perplexidade enquanto ser humano perante a transformação desses joviais portugueses, pessoas em geral pacíficas e amáveis para com parentes e amigos ou mesmo para com estranhos, tornados em poucas horas assassinos de uma crueldade indescritível:

Os soldados estão transformados. A sua antiga simplicidade e, de certo modo, pureza, a alegria sem mácula, a capacidade de sofrimento do proletário, desapareceram deles quase por completo. Querem matar. Sem re-

morso nem hesitações, como se fosse num jogo. Brincam entre si a respeito do assunto. Alguns querem levar para Portugal a orelha de um preto. Perguntam aos mais antigos, cheios de interesse, quantos pretos já liquidaram e esse número é motivo de bravata ou de vergonha (se é pequeno). [Pádua 1963: 15]

A cegueira, a maldade, o desprezo pelo homem negro são aqui imensos, depravadores. Sinto como um pecado contra a natureza humana que estes homens brancos [os colonos] sorriam, sejam aparentemente simpáticos, que cantem, que as suas mulheres pareçam normais, quando por trás de tudo isto há acções monstruosas, sensibilidade de loucos homicidas, prazer pela morte de outros seres humanos, sentimentos que transformam estas criaturas, muitas vezes de aspecto atraente, humano, em seres verdadeiramente repelentes. De resto, esta loucura, a perda dos valores morais, ameaça atingir todo um povo. [Pádua 1963: 17-18]

No entanto a pulsão assassina no discurso africanista português não surgiu nessas jornadas do norte de Angola em 1961. Pádua demonstra ter uma intuição clara sobre a acumulação discursiva de uma brutalidade feroz e desumanizante na origem do comportamento dos colonos para com os africanos, muito rapidamente interiorizada também por grande parte dos soldados portugueses.

Um número considerável de africanistas portugueses, académicos, intelectuais ou jornalistas, continua a reproduzir na actualidade, invocando uma espécie de caução científica, as duas principais linhas discursivas de representação do genocídio extensivamente articuladas durante o período fascista. Na altura recorreu-se a formas de propaganda em larga escala, sob um fundo de mistificação histórica, para se reproduzirem as mentiras oficiais tanto sobre as operações no terreno como sobre o número de pessoas mortas. No presente tenta-se, por um lado, provar a inexistência de um genocídio dado que, em 1962, 200.000 ou 300.000 sobreviventes bakongo se renderam às autoridades portuguesas regressados do Congo-Kinshasa ou das florestas onde agonizavam. Esta tese aparece, por exemplo, implícita num estudo recente desenvolvido por uma equipe de investigação dirigida por Diogo Ramada Curto [2016: 235-278]. Por ilação poderíamos concluir não ter existido um genocídio no Ruanda, devido ao facto de os sobreviventes terem vindo a tomar o poder; ou não terem tido lugar genocídios na Europa durante a II Guerra Mundial, dada a presença de populações de origem cigana na actualidade, ou de os sobreviventes judeus terem vindo a fundar Israel; o mesmo se aplicaria aos sobreviventes arménios durante a I Guerra Mundial, etc.

Por outro lado, alguns autores continuam a tentar provar que a síndrome de psicose assassina que afretou os colonos, soldados e voluntários fascistas portugueses seria compreensível perante a chacina de “milhares” de

brancos pelos bakongo. A jornalista Felícia Cabrita por exemplo, no seu livro *Massacres em África* publicado em 2008, parece querer apresentar os assassinatos em massa ocorridos em Wiryamu, em 1972, ou em Batepá, em 1953, como uma espécie de contrapartida para a chacina dos colonos portugueses durante a insurreição de Março de 1961 no noroeste de Angola. A vitimização mistificante de valorosos colonos tidos como alvo da violência selvagem dos colonizados, presente por exemplo em alusões de Bandeira Jerónimo à transição para a independência, aparece muitas vezes como justificação discursiva para políticas endémicas de terror imperial, tanto no discurso africanista latente como no manifesto [Jerónimo 2016: 68]⁸. As reportagens de Cabrita sobre a insurreição no noroeste de Angola constituem uma mera reformulação, sem qualquer originalidade, das grandes linhas da propaganda de 1961 e 1962. O governo fascista português desenvolvera então uma campanha de publicidade massiva através de todos os canais disponíveis, incluindo um importante contrato com a empresa de relações públicas *Salvage & Lee* para exercer acções de *lobbying* e inundar de falsas notícias os média dos Estados Unidos [Minter 1972: 83-87]. O mesmo escasso conjunto de velhas fotos de corpos de mulheres e crianças mortas e mutiladas, que tinham sido amplamente publicitadas no início dos anos 1960 e seriam

⁸ Sobre as formulações latente e manifesta do discurso colonial ver: Said (1978/1995) 2003: 206ss.

profusamente distribuídas pela hierarquia militar às tropas de comando europeias durante os anos de guerra, são agora mais uma vez utilizadas por Cabrita para ilustrar as suas reportagens⁹. Surgem de novo reactivadas antigas mentiras garantindo que se “assassinaram dois mil colonos portugueses”, um número hiperbolizado mais à frente na reportagem para “oito mil mortos” [Cabrita 2008: 100, 133]. Num registo diferente, é também de notar o erro de Afonso Ramos num artigo académico sobre fotografia, quando refere 300 a 800 portugueses europeus mortos sem mencionar a sua fonte, os quais na conclusão do artigo seriam já entre 1.000 a 2.000, mais uma vez sem se mencionar a fonte [Ramos 2014: 402, 433]. Na realidade, os dados disponíveis sobre o total de colonos mortos, em particular os números do relatório anual publicado em Junho de 1961 pela Diamang, a companhia de diamantes de Angola [citado em Parsons 1962: 67], foram amplamente divulgados na altura do genocídio por opositores ao fascismo imperial português, por académicos e por membros de diferentes igrejas. Estas fontes independentes estimam o total de europeus mortos durante a insurreição em cerca de 200, com

um máximo de 300, continuando a não existir números oficiais por parte do estado ou do exército portugueses [Wheeler & Pélissier 1971: 179; Davidson 1975: 186]. René Pélissier confirmaria, em 1978, a estimativa de 200 a 300 europeus mortos citando, entre outras, uma fonte oficial do governo português e a agência de notícias Lusitânia [Pélissier 1978: 529-531]. Valentim Alexandre, num estudo recente, viria a aceitar estes números embora os considere “mínimos”; no entanto, o historiador apenas consegue citar informação administrativa impressionista para justificar as suas dúvidas [Alexandre 2021: 147-148].

Tanto a integração no discurso lusotropicalista do modo de funcionamento da propaganda fascista portuguesa sobre as colónias, como os motivos da transformação de homens “normais” em agentes cruéis de um processo genocidário, necessitam ampla pesquisa. O encontro de Frantz Fanon com Mário de Andrade, Viriato da Cruz e Lúcio Lara em Roma, em Março ou Abril de 1959, foi um momento de um processo onde o discurso africanista português viria a cristalizar a tendência assassina presente desde a sua fase de elaboração inicial, relacionada com a organização da escravidão a partir das costas africanas. O contacto e o debate de ideias com Fanon levariam Mário de Andrade e Amílcar Cabral, entre muitos outros, a questionar o significado da cultura no contexto colonial. A necessidade de suprimir a própria contingência despersonalizante da violência colonial aparecia como condição prioritária para a realização de uma nova forma de cultura.

⁹ Fotos de colonos mutilados, incluindo crianças, ou de mulheres portuguesas cortadas em pedaços e empaladas, foram abundantemente distribuídas, até 1974, entre os soldados comandos de origem europeia durante os treinos militares [Antunes 1995: 390]. A máquina de propaganda fascista publicitou largamente estas fotos de todas as formas possíveis em Portugal e no exterior. Ver o artigo de jornal de Afonso Ramos onde se documenta a utilização destas imagens de horror [Ramos 2021].

O encontro de Roma foi crucial, como referiu Mário de Andrade, para o regresso a África com uma perspectiva de ruptura explícita de muitos africanos das colónias portuguesas a viver na Europa. Com o início da luta armada pela independência precipitou-se o fim do tempo colonial e a deslocação do africanismo português para a articulação das formas de dominação indirecta que caracterizam actualmente esta formação discursiva.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, Valentim

2021: *Os desastres da guerra: Portugal e as revoltas em Angola (1961: Janeiro a Abril)*, Lisboa: Temas e Debates

AMARAL, Ilídio do

1960: *Aspectos do povoamento branco de Angola*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar

ANDRADE, Mário Pinto de

1984 : "Fanon et l'Afrique combattante", in: AAVV, *Mémorial International Frantz Fanon: 31 mars-3 avril 1982: Fort-de-France*, Paris: Présence Africaine, pp. 253-261

1997: *Uma entrevista* [com Michel Laban], Lisboa: João Sá da Costa.

ANTUNES, José Freire.

1995: "Jaime Neves: 'Mama sume!'", *A Guerra de África: 1961-1974*, 2 vols, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 387-400.

CABRITA, Felícia

(2008) 2008: *Massacres em África*, 2^a ed., Lisboa: A Esfera dos Livros.

CAIO, Horácio

1961: *Angola: Os dias do desespero*, 12^a ed., Lisboa: Grupo de Publicações Periódicas

CASTELO, Cláudia

2007: *Passagens para África: O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920–1974)*, Porto: Afrontamento

CASTRO, Armando

1978: *O sistema colonial português em África: Meados do século XX*, Lisboa: Caminho

COELHO, Mário Brochado

s/d (1971): *Em defesa de Joaquim Pinto de Andrade*, Porto: Afrontamento.

CURTO, Diogo Ramada & Bernardo Pinto da Cruz & Teresa FURTADO (org.)

2016: *Políticas coloniais em tempo de revoltas: Angola circa 1961*, Porto: Afrontamento

DAVIDSON, Basil

1955: *The African Awakening*, London: Jonathan Cape

1969: *The Liberation of Guiné: Aspects of an African Revolution*, London: Penguin

1975: *In the Eye of the Storm: Angola's People*, 2nd rev. ed., London: Penguin

DJASSI, Abel [pseud. de Amílcar CABRAL]

1960: *The Facts about Portugal's African Colonies*, London: Union of Democratic Control

DUFFY, James

1962: *Portugal in Africa*, London: Penguin.

FANON, Frantz

(1959) 2001: *L'an V de la révolution algérienne*, Paris: La Découverte.

1961: *Les damnés de la terre*, Paris: François Maspéro

(1964) 2001: *Pour la révolution africaine: Écrits politiques*, Paris: La Découverte.

- FELGAS, Hélio
 (1961) 1962: *Guerra em Angola*, 3ª ed, Lisboa: Livraria Clássica Editora
- FURTADO, Joaquim (dir.)
 2008a: "Angola, dias de morte", *A guerra*, Disco 01, DVD, Lisboa: RTP/Correio da manhã
 2008b: "Andar rápido e em força", *A guerra*, Disco 02, DVD, Lisboa: RTP/Correio da manhã
 2008c: "Massacres contra chacinas", *A guerra*, Disco 03, DVD, Lisboa: RTP/Correio da manhã
- GALVÃO, Henrique
 s.d. (c. 1949): *Por Angola: quatro anos de actividade parlamentar: 1945-1949*, Lisboa, e. a
 (1961) 2014: *Minha Cruzada PróPortugal: Santa Maria*, (ed. facsimilada do original publicado por Liv. Martins, São Paulo), Lisboa: A Bela e o Monstro
- GUERRA, João Paulo
 1994: *Memória das guerras coloniais*, 2ª ed., Porto: Afrontamento
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira
 2016: "Revisitando os lutos inacabados do império", in: RIBEIRO, António Sousa & Maria Calafate RIBEIRO (orgs), *Geometrias da Memória: Configurações póscoloniais*, Porto: Afrontamento, pp. 61-94
- LARA, Lúcio
 (1998) 2000: *Documentos e comentários para a história do MPLA: Até Fev. 1961*, Lisboa: Dom Quixote.
- MARCUM, John A.
 1969: *The Angolan Revolution, Vol. 1: The Anatomy of an Explosion (1950-1962)*, Cambridge, MA: MIT Press
- MINTER, William
 1972: *Portuguese Africa and the West*, Harmondsworth: Penguin.
- PACHECO, Carlos
 1997: *MPLA: Um nascimento polémico: (As falsificações da História)*, Lisboa: Vega
- PÁDUA, Mário Moutinho de
 1963: *Guerra em Angola: Diário de um Médico em Campanha*, São Paulo: Brasiliense
- PARSONS, Clifford
 1962: "The Makings of a Revolt", in: AAVV, *Angola: A Symposium: Views of a Revolt*, London: Institute of Race Relations/Oxford University Press, pp. 58-79.
- PÉLISSIER, René
 1978 : *La colonie du Minotaure: Nationalismes et Révoltes en Angola (1926/1961)*, Orgeval: Pélissier.
- RAMOS, Afonso
 2014: "Angola 1961, o horror das imagens", in: VICENTE, Filipa Lowndes (org.), *O império da visão: Fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*, Lisboa: Edições 70, pp. 399-434.
 2021: "A maldição das imagens coloniais", *Público P2*, 25 Abril 2021, pp. 10-13
- RIBEIRO, Orlando
 1981: *A colonização de Angola e o seu fracasso*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- ROCHA, Edmundo
 2009: *Angola: Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período 1950-1964): Testemunho e estudo documental*, 2ª ed., Lisboa: Dinalivro
- SAID, Edward
 (1978/1995) 2003: *Orientalism*, [novo pref.], London: Penguin

SOUSA, Julião Soares
2016: *Amílcar Cabral (1924-1973): Vida e morte de um revolucionário africano*, ed. rev. corrig. e aum., Coimbra: e. a
WHEELER, Douglas L. & René PÉLIS-SIER
1971: *Angola*, London: Pall Mall Press

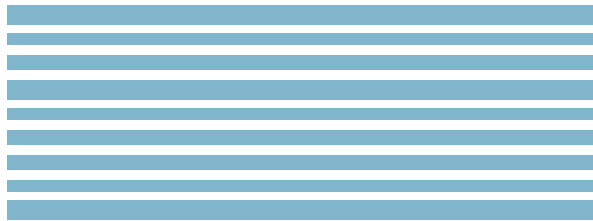
Frantz Fanon and the Insurrection in Northwest Angola in 1961

Abstract

In 1959 Frantz Fanon met in Rome with Mário de Andrade and other Angolan writers linked to the foundation of the MPLA. On that occasion, Fanon proposed to select some militants inside Angola to receive military training in the bases of the FLN, in order to prepare them to launch concrete actions aimed at organizing the struggle for the independence of the Portuguese colony. In 1960, the structure of the MPLA was completely weakened by an unprecedented repression, making it impossible to put into practice the plan agreed upon with Fanon. Meanwhile, a part of the FLN and Fanon himself deepened the ties established from 1958 with Holden Roberto and the UPA, considered to be an organization capable of launching an effective mobilization of the peasant masses, seen as the only historical revolutionary subject. The repression in Angola was to intensify dramatically after the independence of the Congo. During the first months of 1961, a

first mass slaughter took place in response to the work stoppages of the people of Baixa do Cassange. On February 4, a few hundred UPA and MPLA sympathizers tried to assault Luanda's prisons. On March 15 started the general uprising of the populations of the northwestern part of the colony, with 200 to 300 Europeans being slaughtered during the insurrection. The use that colonial propaganda was to make of this slaughter will be analyzed as well as the specificity of the forms of Fascist propaganda. The huge sense of panic among the Europeans produced a generalized murderous psychosis towards the Africans. Among the settlers and later on among the military, theories abounded about the possibility of eliminating all Africans from Angola and replacing them with Europeans. When in October the operations were declared over, the northwest of Angola was completely deserted. It is estimated that between 25,000 and 50,000 Africans were killed along with some 300,000 refugees, many of whom were maimed, burned or wounded.

Keywords: Angola, Bakongo, Frantz Fanon, Amílcar Cabral, Genocide, Portuguese Colonial Empire



BIO-BIBLIOGRAFIA

João-Manuel Neves

Centro de Estudos Comparatistas,
Faculdade de Letras da Universidade
de Lisboa

Email: jmneves@tutamail.com

Academia.edu: <<https://ulisboa.academia.edu/JoaoManuelNeves>>

João-Manuel Neves é investigador no Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa. Tem um doutoramento em *Études du Monde Lusophone* pela Universidade Sorbonne Paris Cité. Publicou três livros, quatro capítulos em livros e vários artigos sobre a cultura colonial portuguesa e o pensamento racial português.

Publicações mais relevantes

2022. *O si-mesmo como sujeito imperial. Literatura colonial dos anos 1920: O caso de Moçambique*. Porto: Afrontamento.
2023. *Soi-même comme un sujet impérial. Littérature coloniale des années 1920 : le cas du Mozambique*. Paris: L'Harmattan.
2015. "Frantz Fanon and the Struggle for the Independence of Angola: The Meeting in Rome in 1959". *Interventions: International Journal of Postcolonial Studies* 17 (3): 417-433. Routledge.
2017. "La ligne brisée du désir colonial : Sexualité et domesticité dans la littérature coloniale des années 1920 : le cas du Mozambique". *Portuguese Studies Review* 25 (2): 171-208. Trent University / Baywolf Press: Peterborough (Canada).

2023. "Portuguese Fascism Genocidal Strategy in Mozambique: the Zambezi River South Bank in the Early-Mid 1970s". *Interventions: International Journal of Postcolonial Studies* 25 (2): 192-215. Routledge.
2023. "'Portuguese Race' and Empire". *Social Identities: Journal for the Study of Race, Nation and Culture* 29 (5): 498-515. Routledge.
2024. "The Atlantic Slave Trade and the Portuguese-Brazilian Slavocrat Social Formation". In *Many Rivers to Cross: Black migrations in Brazil and the Caribbean*, edited by Elaine P. Rocha. Delaware (OH): Vernon Press and University of West Indies.



José Francisco dos Santos

Um breve relato do surgimento do MABLA: actuação de protagonistas brasileiros e africanos no processo de independência de Angola¹

¹ O artigo baseia-se na conferência internacional do ciclo *Conversas da Academia à Quinta-feira*, que ocorreu no dia 4 de Agosto de 2022 e foi subordinada ao tema “Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA)”. Além disso, pauta-se na dissertação de mestrado denominada “Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – ‘um amplo movimento’: relação Brasil e Angola de 1960 a 1975”, de 2010, e no livro “Relação Brasil/Angola”, de 2013.

Este artigo é uma singela homenagem às pessoas que participaram do referido movimento, em especial, ao saudoso José Maria Nunes Pereira Conceição.

Resumo

Este artigo tem como base a conferência ocorrida na Academia Angolana de Letras, intitulada “Conversas da Academia”, que aconteceu no dia 4 de Agosto de 2022, subordinada ao tema “Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA)”. Cumpre observar que o estudo está baseado em uma dissertação de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC- SP – Brasil), que utilizou, como fontes, livros de memórias e entrevistas com os principais envolvidos no movimento que ocorreu no Brasil, a fim de apoiar a independência de Angola: o MABLA. A actuação desse movimento ocorreu na década de 1960, durante o governo de Jânio Quadros, que, no que diz respeito à política externa, buscou ter autonomia sob a óptica da Guerra Fria, aproximando-se do continente africano. Em relação aos territórios que estavam sob o domínio português, Quadros teve uma postura distinta do então Estado Salazarista, que mantinha, de forma arbitrária, colónias na África.

Palavras-chave: luta anti-colonial, MABLA, Angola; Brasil, salazarismo.

Introdução

Tendo em vista os processos e os movimentos referentes às relações internacionais do Brasil após a Segunda Guerra Mundial, abordaremos as questões ligadas aos motivos que levaram à formação de grupos brasileiros que apoiaram a independência de Angola.

É possível considerar que o Brasil e a Angola mantêm relações desde que foram ocupados por portugueses. Ao longo da história, ambos se envolveram de forma latente e, algumas vezes, de forma direta, como na vinda dos povos escravizados da região de Angola para o Brasil, os quais trouxeram as respectivas culturas. Em

contrapartida, brasileiros foram para Angola, enquanto mercadores comerciavam escravizados, alimentos e outros produtos¹.

O comércio entre o Brasil e a Angola, por vezes, era mais intenso que com a metrópole Portugal. Para vislumbrar melhor esses dados, o professor Fernando Mourão [2006: xx] afirma que “enquanto as exportações de Angola para o Brasil representavam quatro quintos, para Portugal era de apenas um quinto. Quando às importações, 16% vinham de Portugal, e o

¹ Para saber mais a respeito das trocas comerciais entre Brasil e Angola, consultar Alencastro [2000] e Rodrigues [1964].

restante do Brasil". Esse comércio foi particularmente importante no século XVIII e nos primeiros anos do século XIX. Todavia, começou a declinar com a independência do Brasil.

Esse recuo na história nos leva a pensar no motivo pelo qual dois países que estiveram submetidos à exploração portuguesa e que sempre mantiveram contacto têm, actualmente, conexões tão pouco conhecidas pelo Brasil. Aliás, o que sabemos da África? Logo, o cerne deste artigo é pensar sobre a conjuntura de 1960, um período da história em que houve uma tríade que envolveu Angola, Brasil e Portugal. Quando é mencionada a palavra "tríade", o intuito é demarcar o envolvimento dos três continentes: África, Europa e América.

O salazarismo e a Casa dos Estudantes do Império

Portugal, desde 1926, convivia com um regime autoritário que teve como protagonista, a partir de 1928, a figura de António Oliveira Salazar [Maxwell 2006]. Em decorrência disso, o regime estabelecido foi denominado "salazarismo". A característica desse regime autoritário deixou algumas marcas, como conservadorismo, opressão, repressão e manutenção das colónias na África. A manutenção política das colónias foi essencial, pois, desse modo, Portugal conseguiu manter as próprias bases económicas explorando-as, a fim de que elas produzissem géneros agrícolas. Inclusive, Angola, durante a década de 1950, competia com o Brasil pelo mercado de café, além de ter grandes reservas mineiras, como diamantes e petróleo.

As riquezas citadas fizeram com que o governo salazarista incentivasse a imigração de colonos portugueses às colónias na África, dentre as quais se destacava Angola. Diante de uma imigração significativa da população branca portuguesa nessas colónias e mesmo com uma política de desvalorização da população local, houve o surgimento de uma burguesia colonial negra, a qual queria se instruir. Dessa maneira, muitos filhos dessa elite foram para Portugal e estudaram em cidades, como Lisboa, Coimbra e Porto. A finalidade do regime salazarista era controlar os passos desses estudantes. Para tanto, foram criadas as Casas dos Estudantes do Império nas mesmas cidades onde residiam os estudantes vindos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Macau, Timor Leste e a chamada Índia Portuguesa (Goa, Damão e Diu).

Esses estudantes começaram a formar grupos que analisavam as próprias realidades, uma vez que, apesar de serem africanos, poucos conheciam as próprias histórias, porque a educação realizada nas colónias portuguesas na África somente discutia a história europeia. A partir de discussões universitárias, os estudiosos começaram a fomentar ideias de independência e movimentos organizados foram surgindo em Portugal [Alberti & Pereira 2007]. Dentre os estudantes africanos, havia brasileiros, como José Maria Nunes Pereira da Conceição, que foi para Portugal estudar Medicina, no Porto, e Fernando Augusto Albuquerque Mourão, que foi estudar Direito em Coimbra. Ambos moraram

nas Casas dos Estudantes do Império das cidades correspondentes².

Em entrevista, o saudoso doutor José Maria Nunes Pereira relatou que, durante o período em que residiu na Casa dos Estudantes do Império, leccionava aulas aos moradores e aos frequentadores da Casa. Além disso, sustentou que os estudantes pouco sabiam da própria história³. Não muito diferente, o inestimável professor Fernando Albuquerque Mourão relatou, em uma palestra proferida em 2007 na Casa das Áfricas⁴, que os estudantes pouco sabiam das tradições das próprias terras.

As Casas dos Estudantes do Império passaram a servir de referência para os africanos inconformados com o jugo português nos próprios países. Por elas, passaram os principais líderes das independências das colônias, como Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, dentre outros. Desconfiada de existirem movimentações nesses lugares, principalmente porque integrantes de organizações ligadas à esquerda e anti-salazaristas frequentavam as casas, como o Partido Comunista Português (PCP), a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), que era conhecida, na época, por abuso de poder, em especial, contra o movimento de esquerda e anticolonialista, iniciou um processo de investigação.

² Entrevista fornecida pelo professor José Maria N. Pereira [Alberti & Pereira 2007: 126-127] e ao autor no Rio de Janeiro, em 10 de Julho de 2008.

³ Entrevista concedida ao autor no Rio de Janeiro no dia 10 de Junho de 2008.

⁴ A palestra foi gravada e se encontra à disposição na Casa das Áfricas, em São Paulo.

As pessoas que moravam ou frequentavam a casa passaram a ser presas e interrogadas no final da década de 1950 e início de 1960, quando o regime salazarista ficou mais rígido devido às manifestações contrárias, tanto interna quanto externamente. O professor José Maria Nunes⁵ teve que voltar de navio para o Brasil, visto que já havia sido preso uma vez e existiam notícias que informavam que iriam prendê-lo novamente, situação que também aconteceu com o professor Fernando Mourão.

Nesse período, em Portugal, tiveram início algumas preocupações a respeito da formação de elites coloniais, uma vez que os pais com condições financeiras mandavam os filhos para estudar na metrópole portuguesa ou, alguns, na França. Além disso, entidades ligadas às Igrejas Protestantes financiavam o ensino de estudantes, filhos de professores primários e de pastores ligados à Igreja Metodista e outros de designação baptista. Regista-se o fato de que certas entidades administrativas do período colonial, como a Câmara Municipal de Luanda, também forneceram bolsas de estudos⁶.

Esse foi o caso da militante considerada heroína em Angola, Deolinda Rodrigues, que estudou no Brasil na Faculdade Metodista de São Paulo, agora, Universidade Metodista de São Paulo, localizada na cidade

⁵ Entrevista fornecida pelo professor José Maria N. Pereira [Alberti & Pereira 2007: 126-127] e ao autor no Rio de Janeiro, em 10 de Julho de 2008.

⁶ Conforme depoimento ao autor feito pelo professor Fernando Mourão em 19 de Janeiro de 2010, em Caucaia do Alto, São Paulo.

de São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Rodrigues estudou na Faculdade Metodista de São Paulo no final da década de 1950 e início da década de 1960. O nome de guerra de Rodrigues foi Langidila, que significa, na língua kimbundu, “vigilante” ou “sentinela”. Nasceu em Catete, em 10 de Fevereiro de 1939, filha de um casal de professores primários. O pai, além do trabalho docente, era pastor evangélico. Durante a infância, foi estudar em Luanda, assim como os irmãos, onde foi cuidada pela mãe do depois líder do MPLA, Agostinho Neto. No período da juventude, pertenceu à Organização Juvenil Evangélica, que promovia actividades desportivas e conferências. Em 1959, obteve, da Missão Evangélica, uma bolsa para estudar Sociologia no Brasil. No entanto, depois de um ano e meio no país, foi obrigada a sair⁷.

O economista, professor e escritor José Manuel Gonçalves (mais conhecido como Jonuel Gonçalves), por exemplo, foi estudante secundarista em Angola na década de 1950. Em entrevista, contou que participou da Juventude Estudantil Católica (JEC), que era ligada à esquerda e contrária à perpetuação da colonização portuguesa em solo angolano. Ele relatou que a influência brasileira, naquele momento, era forte no meio estudantil angolano, sobretudo, em detrimento do envio de livros de literatura brasileira, os quais eram re-

metidos pelo editor da Revista Sul, Salim Miguel, o primeiro a editar, no Brasil, a literatura africana das colónias portuguesas, como Angola e Moçambique⁸.

José Gonçalves considera que a cultura brasileira foi muito admirada em Angola e afirma que as obras literárias foram amplamente lidas nos meios estudantis. Ressalta que, inicialmente, o movimento era mais cultural, ligado a elementos da literatura e do futebol. Entretanto, com a expansão dos movimentos nacionalistas, emergiu o envolvimento com o meio secundarista. Sobre o próprio envolvimento, José Gonçalves narra o seguinte:

O movimento em Angola era mais de alunos secundaristas porque a maioria dos universitários estava em Portugal e acabam tornando-se líderes importantes em Angola até hoje. Todos que fizeram manifestações contrárias a Portugal foram perseguidos e eu acabei vindo para o Brasil. Eu fui beneficiado pela política de Jânio Quadros por meio de contactos de advogados dos direitos humanos conseguimos vir para o Brasil. O grupo que eu fazia parte tinha um perfil de esquerda ligado à Igreja Católica e quando cheguei ao Brasil procurei entrar em contacto com o grupo estudantil que também fazia parte da juventude católica en-

⁷ A saída do Brasil se deu porque os governos de Portugal e Brasil assinaram um tratado de extradição. Para saber mais, consultar a obra “Cartas de Langidila e outros documentos”, de Rodrigues [2004].

⁸ Conforme depoimento de José Manuel Gonçalves fornecido ao autor em 20 de Janeiro de 2008, na própria residência, no Rio de Janeiro.

tre os quais um importante líder da Acção Popular⁹.

No que diz respeito à própria chegada, o importante líder da Acção Popular (AP) a que José Gonçalves faz alusão é o ex-governador de São Paulo, José Serra, naquele momento, presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE). José Serra era um militante estudantil ligado à Igreja Católica, por meio da Acção Popular. Alguns membros da Casa dos Estudantes do Império (CEI), protestantes ligados à Igreja Metodista, católicos, dentre outros, encontraram, no Brasil da década de 1960, durante o governo do presidente Jânio Quadros, um local fértil para lutar contra o colonialismo português na África.

Formação do MABLA

O retorno de Fernando Mourão e de José Maria Nunes ao Brasil no início da década de 1960 coincidiu com o governo do presidente Jânio Quadros, que, no poder, implantou a Política Externa Independente (PEI), que tinha, como meta, estreitar as relações com o continente africano, em específico, de língua portuguesa [Ribeiro 2002]. O diplomata Vasco Mariz, no livro "Temas da Política Internacional", de 2008, vislumbra alguns motivos para o interesse que o presidente Quadros teria nesse estreitamento de relacionamento com as colónias portuguesas presentes na África.

Jânio Quadros pediu ao então ministro de Relações Exteriores, Afonso

Arinos, que designasse um homem de "pulso firme" para ocupar o cargo de cônsul na Angola. O diplomata indicado para essa "missão" foi Frederico Carnaúba, que, por sua vez, após a saída da reunião, ficou preocupado com os contornos que a própria carreira poderia tomar, tendo em vista que Jânio Quadros havia pedido para analisar a possibilidade de ocupar, ou melhor, anexar, Angola ao Brasil.

Regista-se que essa posição atribuída a Jânio Quadros somente aparece no texto de Mariz. Vale ressaltar que outros autores que trataram da posição de Jânio Quadros, dentre eles, Carlos Alberto Leite Barboza, em "Desafio Inacabado: A política externa", de 2007, não fazem qualquer referência a esse fato.

Ao declarar que o Brasil era um país anticolonial e não votaria conjuntamente com Portugal no que se referisse às colónias africanas, Jânio Quadros ainda estabeleceu uma política de bolsas aos estudantes africanos no Brasil. Essa gradual mudança de postura, que culminou no mandato presidencial, forneceu subsídio para a formação de grupos contrários à colonização portuguesa na África. Foi nesse contexto que surgiu, em São Paulo, o MABLA. Formalmente, é difícil indicar o fundador, ou melhor, a fundação do MABLA. Vários eventos e articulações ocorreram simultaneamente com as mais variadas formações. Eles envolveram indivíduos e entidades engajados na luta anticolonial.

O MABLA constituiu um movimento diversificado e com uma organização sem hierarquia e, por conseguinte, não monolítico, assim como

⁹ Entrevista concedida na própria residência, no Rio de Janeiro, em 20 de Janeiro de 2009.

é relatado pelo professor Fernando Mourão. O contacto ia desde o Partido Comunista Brasileiro (PCB) à União Democrática Nacional (UDN). Todavia, dentro do grupo, havia pontos de vista divergentes em relação ao modo de mobilizar a opinião pública e o Estado brasileiro.

Embora todos concordassem com a luta pela libertação das colónias portuguesas na África, o MABLA, de certa forma, tornou-se uma sigla que congregou todos aqueles que eram contrários ao jugo colonial português. Foi constatado, por meio de entrevistas realizadas com o engenheiro Sylvio Band, o professor Fernando Mourão e o professor José Maria Nunes Pereira, nomes mencionados no periódico “Portugal – Democrático” e no livro de memórias do jornalista Miguel Urbano Rodrigues¹⁰, que foi instaurado um quadro com nomes e tendências políticas e ideológicas.

Mesmo arriscando não mencionar alguns nomes ou fazer qualquer injustiça, é importante destacar alguns grupos e protagonistas. Dentre eles, havia o grupo ligado ao PCP e ao periódico “Portugal – Democrático”, o qual era composto por diversos integrantes, como o jornalista Miguel Urbano Rodrigues, Alexandre Pereira, Augusto Aragão, João Ziccard, Maria Hermínia Tavares, Virginia Maestri, Dona Miari, Delio Eduardo Vichi, Américo Orlando da Costa, José Alves da Costa, Victor Cunha Rego (PSP), Manuel Myre Soares, Fernando Lemos e Sylvio Band.

Os primeiros africanos que chegaram para estudar foram destinados à Faculdade Metodista de São Paulo, actual Universidade Metodista de São Paulo. Nomeadamente, encontram-se Paulo Matoso, Jacinto Fortunato e Francisco Raimundo Sousa e Santos. Logo após, vieram para estudar em outras instituições, os angolanos José Manoel Gonçalves, José Lima de Azevedo, Fernando Costa Andrade, Alberto de Almeida, David Costa Lopes, Igor Costa Lopes, Rui Costa Lopes, Brasão Farinha, José Maria Valadares e o angolano ligado à Frente Nacional da Libertação de Angola (FNLA), Mateus da Silva¹¹. Há, também, os seguintes moçambicanos: Orlando Dourado e Soares Guedes; o camaronês Paul Etame Ewane; e o guineense Fidélis Cabral, ligado ao Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC). Eles se juntaram a outros africanos que estavam no Brasil.

Além disso, é válido citar os académicos, em grande parte, vinculados à Universidade de São Paulo (USP), como Ruy Galvão Andrade Coelho, Dirceu Lino Matos, Lourival Gomes Machado, Eurípedes Simões de Paulo, Florestan Fernandes, Fabio D`Mattia,

¹¹ Mateus da Silva, que, naquele momento, fazia especialização em Medicina Tropical, era ligado ideologicamente à FNLA e foi convidado para actuar em favor à independência de Angola. Segundo o professor Fernando Mourão, Mateus da Silva era fundamentalmente um patriota e o fato de estar ligado à FNLA, possivelmente, por razões de natureza cultural, não o impediu de apoiar algumas acções do MABLA. As informações foram fornecidas em uma entrevista ao autor em 01 de Março de 2010 em Caucaia do Alto.

¹⁰ Ver obra “Tempos que vivi”, volumes I e II, de Rodrigues [2002a, 2002b].

Sérgio Buarque de Hollanda, Oliveiros Ferreira, Antônio Candido, Mário Schenberg e Rocha Barros.

Há, ainda, vários jornalistas, como Vladimir Hezorg e Ydeo ONaga (ambos da revista *Visão*), Samuel Weiner (do jornal *Última Hora*), Júlio de Mesquita Filho, Ruy Mesquita e Paulo Duarte (que, posteriormente, tornou-se director da revista *Anhembi*), Cláudio Abramo, Perseu Abramo, Fernando Pacheco Jordão e Oswaldo Camargo (do jornal *O Estado de S. Paulo*), ligados ao movimento negro de São Paulo.

No Rio de Janeiro, é possível evidenciar José Maria Nunes Pereira da Conceição e Antônio Louro (português), além dos angolanos José Lima de Azevedo e José Manuel Gonçalves¹². O psiquiatra Nóemio Weniger, ligado ao Clube Positivista e à Igreja Positivista do Rio de Janeiro, alguns médicos de renome e militares também passaram a apoiar o movimento. Dentre os médicos, pode-se citar Isaias Melshon, o professor Aníbal da Silveira e Arno Eng. Dentre os militares, encontram-se o almirante Alfredo de Moraes, o almirante Boiateau e o general Euclides Zerbini.

Ademais, o positivista Hildebrando Barboza foi um apoiador constante, segundo o professor Fernando Mourão. Por intermédio do doutor Noémio

Weniger, vários indivíduos da colónia judaica vieram a apoiar o MABLA, a exemplo da esposa do escritor português Fernando Correa da Silva, a senhora Rosa, e Ivonne Felman¹³, que também era ligada ao PCB¹⁴.

Também houve o apoio de alguns políticos, como Afonso Arinos, San Tiago Dantas, Miguel Araes, Cid Franco, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, Abreu Sodré, dentre outros. Estudantes, na época, ligados à Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), exerceram grande impacto, a exemplo de Emir Sader, Eder Sader, Renato Pompeu, Eliana Salvia Trindade e Luiz Roberto Salinas Fortes. Além disso, é possível demarcar outros estudantes ligados a outros grupos ideológicos, como Boris Fausto, Carlos Guilherme Mota, Yara de Oliveira e Paulo Sandroni, que, naquela época, era presidente do Centro Académico da Faculdade de Economia da USP.

Esse quadro não constitui a plenitude dos colaboradores do MABLA e de apoiadores dos movimentos de pró-libertação dos países africanos. O intuito foi demonstrar a pluralidade étnica, ideológica, cultural e religiosa que envolveu esses actores históricos. É perceptível que o movimento de pró-independência da Angola conseguiu congrega, dentre os quadros, pessoas das mais diversas formações, o que ajuda a compreender as características diferenciadas das actuações e dos encaminhamentos.

¹² José Manuel Gonçalves Rosas, em uma entrevista de 20 de Janeiro de 2009, mencionou que, quando foi morar no Rio de Janeiro, já estava distante do movimento de pró-independência, embora mantivesse contacto com pessoas ligadas à militância. Esse fato o levou a ser preso com o golpe civil-militar.

¹³ Esposa de Victor Cunha Rego.

¹⁴ Depoimento feito pelo professor Fernando Mourão em 28 de Fevereiro de 2010 em Caucaia do Alto, São Paulo.

O MABLA, até hoje, é pouco estudado. Segundo versões dos entrevistados, existem algumas interpretações para o surgimento do movimento. Sylvio Band¹⁵ relata que a fundação dele ocorreu em São Paulo, quando estudante da Poli, na USP, foi procurado pelo jornalista Miguel Urbano, redactor do jornal O Estado de S Paulo e membro do PCP, para divulgar uma palestra com o general português Humberto Delgado, que havia sido candidato à Presidente da República em Portugal e vivia exilado no Brasil¹⁶. A palestra serviu para alertar a comunidade universitária sobre os horrores do regime salazarista e a respectiva política colonialista. Ao término da palestra, Sylvio Band¹⁷ e Miguel

Urbano¹⁸ propuseram um movimento de apoio à luta anticolonial, advindo o MABLA¹⁹.

Ainda sobre a fundação do MABLA, José Gonçalves comenta o seguinte:

Quando cheguei aqui já havia angolanos e pensamos o que podemos fazer para ter mais visibilidade, começamos a fazer programa de TV e aí surgiu à ideia de criar o MABLA – Movimento Afro-brasileiro Pró-independência de Angola, que ocorreu na UEE. O grupo era composto por intelectuais, pessoas de esquerda. Nessa altura o grupo não era muito ligado à questão ideológica²⁰.

O movimento teve amplo apoio da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo, que, inclusive, concedeu espaço para a sede do movimento, localizada na Rua Santo Amaro, no centro da cidade de São Paulo. A partir disso, estudantes africanos bolsistas

¹⁵ Entrevista concedida ao autor em São Paulo, em 11 de Fevereiro de 2009.

¹⁶ Em 1950, o general Humberto Delgado aceitou o convite da oposição democrática e se lançou candidato às eleições presidenciais. A campanha eleitoral de Delgado adquiriu forte repercussão a partir da frase “Obviamente demito-o”, em resposta a um jornalista que lhe perguntou o destino que daria à Salazar, caso ganhasse as eleições. O carisma do “general sem medo” transformou completamente o processo eleitoral, desencadeando, pela primeira vez em três décadas de ditadura, uma campanha que logrou a empolgar a opinião pública e a forjar uma unidade oposicionista. Com a ajuda do embaixador Álvaro Lins, exila-se no Brasil [Ramos 2004].

¹⁷ A respeito do engenheiro Sylvio Band, o professor Fernando Mourão relata que ele foi, de fato, um dos principais articuladores das bases do MABLA. Nas palavras do professor Mourão, Band foi “um conciliador”, ou seja, uma pessoa de carácter desprendido de obter qualquer vantagem. A informação foi obtida em um depoimento concedido ao autor em 20 de Janeiro de 2010 em Caucaia do Alto, São Paulo.

¹⁸ Miguel Urbano Rodrigues e Sylvio Band se destacam como articuladores do MABLA mediante o jornal Portugal – Democrático.

¹⁹ Em entrevista ao professor Fernando Mourão sobre a formação do MABLA, Mourão relatou que, na realidade, no dia anterior, havia conversado com o psicanalista Noémio Weniger sobre a formação de um movimento e que foi tomar café com Sylvio Band, ocasião em que comentou sobre o nome do movimento. Logo após, realizou uma mesa como ex-general Humberto Delgado, momento em que surge o MALBA, com várias origens, em datas que não se lembra. As informações foram obtidas em uma entrevista concedida ao autor no dia 1 de Fevereiro de 2009.

²⁰ Entrevista concedida ao autor no Rio de Janeiro, em 20 de Janeiro de 2009.

da política de Jânio Quadros, assim como outros africanos estudantes e não bolsistas, começaram a participar. Cumpre observar o que a professora Maria Hermínia Tavares relatou:

[...] as reuniões do MABLA das quais participei eram em geral na sede da UEE. A UEE tinha forte actuação de apoio à revolução cubana e aos movimentos de libertação africanos. Fazia parte do clima da época. Acho o MABLA que também se reunia na sede do Partido Socialista, na Praça Carlos Gomes²¹.

Segundo o professor José Maria Nunes, que, ao chegar no Brasil, fixou residência no Rio de Janeiro, ele foi designado para formar uma célula do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Ao chegar, procurou a União Nacional de Estudantes (UNE), a fim de divulgar a luta de independência de Angola, em que defendia as ideias do MPLA [Alberti & Pereira 2007].

O movimento organizado no Rio de Janeiro utilizava a sigla MABLA. Em entrevista, o professor José Maria declarou que o MABLA era mais ligado à São Paulo, visto que, no Rio de Janeiro, era usado como uma maneira de encobrir outros grupos, como a própria UNE e o MPLA.

Fernando Mourão, junto com Weniger, aglutinou uma série de apoiadores do grupo positivista do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de intelectuais e professores universitários, por exemplo. Fernando Mourão teve o

apoio de Weniger, Paul Etame Ewane e outros. Esse fato iniciou uma aproximação paulatina com políticos de todos os partidos, governadores, como os de São Paulo e Pernambuco, e, ainda, diplomatas membros do governo brasileiro, com o intuito de, aos poucos, conseguir algum tipo de apoio à independência de Angola por parte do Estado brasileiro.

Considerações finais

O que importa salientar é que, mesmo não sendo possível indicar uma data precisa para a formação do MABLA, o movimento se tornou uma realidade, encampando por pessoas e tendo o apoio de diversas organizações políticas. Sendo assim, de maneira sucinta, os apoiadores da independência de Angola eram advindos das várias instâncias da sociedade, incluindo universitários a grupos empresariais.

Desde a década de 1960 até os dias atuais, a relação entre Brasil e Angola se materializou de diferentes maneiras. Em alguns momentos, ambos se aproximaram; em outros, distanciaram-se. No entanto, esses países nunca ficaram sem contacto. Em relação ao MABLA, em 1 de Abril de 1964, o Estado brasileiro sofre um golpe, culminando na ditadura civil-militar. Após esse período, o movimento foi perseguido. Alguns membros foram presos e torturados, a exemplo de Fernando Costa Andrade e de José Lima de Azevedo, ambos angolanos²².

Evidentemente, há muitos mitos relativos à relação entre Brasil e Angola.

²¹ Entrevista concedida ao autor por e-mail em 24 de Março de 2009.

²² Para maiores informações, consultar Alves [1966].

Contudo, também é verdade que o contacto e a admiração entre os dois países são cada vez recíprocos e maiores. Não obstante, o Brasil será o primeiro país ocidental a reconhecer a independência de Angola, o que ocorreu em 11 de Novembro de 1975²³. Portanto, conhecer a história que envolve esses dois países é uma atitude cada vez mais necessária.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar Araujo

2007: Entrevista com José Maria Nunes Pereira. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1 (39), pp. 121-156.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de
2000: *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras

ALVES, Márcio Moreira
1966: *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova

MAXWELL, Kenneth
2006: *O Império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras

MOURÃO, Fernando A. A
2006: *Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano*. São Paulo: Terceira Margem

RAMOS, Ubirajara Bermini
2004: *"Portugal Democrático": um jornal de resistência ao salazarismo*

publicado no Brasil. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira
2002: *O Jornal o Estado de S. Paulo em Face da Política Africana dos Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964): uma análise de percepção de atores políticos não estatais sobre e formulação da política externa brasileira para África*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Deolinda
2004: *Cartas de Langidila e outros documentos*. Luanda: Nzila.

RODRIGUES, José Honório
1964: *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

RODRIGUES, Miguel Urbano
2002a: *Tempos que Vivi*. Porto: Campo de Letras. v. 1
2002b: *Tempos que Vivi*. Porto: Campo de Letras. v. 2

SANTOS, José Francisco dos
2015: *Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflitos com Portugal no cenário da Guerra Fria*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo
2018: *Política externa brasileira para África no olhar de Ovídio de Andrade Melo*. Salvador: Saggá

23 Este foi o assunto que desenvolvi durante o meu doutorado. Para maiores informações, consultar Santos [2015, 2018].

A Brief Account of the Emergence of MABLA: The Role of Brazilian and African Protagonists in Angola's Independence Process

Abstract

This present article is based on the conference given at the Angolan Academy of Humanities, Conversas da Academia on Thursday, on August 4, 2022, under the theme "Afro-Brazilian Movement for the Liberation of Angola (MABLA)", complies with note that this speech is based on the master's thesis in History at the Pontifical Catholic University of São Paulo PUCSP - Brazil, which used as sources memoirs, interviews, with the main people involved in the movement that took place in Brazil, which had the intention of supporting the independence of Angola, the MABLA. The action of this movement took place in the 1960s, during the period of the Jânio Quadros government, which in the performance of foreign policy, sought to have autonomy within the perspective of the Cold War, approaching the African continent and in relation to the territories that were under Portuguese domination, sought have a different posture from the then Salazarist state that arbitrarily maintained colonies in Africa.

Keywords: anticolonial, MABLA, Angola, Brazil, salazarism.

BIO-BIBLIOGRAFIA

José Francisco dos Santos

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), campus de Barreiras – Bahia – Brasil, com actuação no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS) e no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), ambos da mesma instituição. Coordena o Sistema de Protecção e Garantia dos Direitos Humanos e Sociais Voltado à Infância e à Juventude em Portugal, Angola e Brasil. Dentre as publicações, destaca-se: *Direitos Humanos, Infância e Juventude em Angola, Brasil, Moçambique e Portugal: resistências e desafios*. Londrina: UEL, 2022; *Conservadorismos, direitas e autoritarismos contemporâneos: estudos de casos*. Salvador: Sagga, 2019; *Angola: política externa brasileira para África no olhar de Ovídio de Andrade Melo*. Salvador: Sagga, 2018; *Relação Brasil/Angola: a participação de brasileiros no processo de libertação de Angola, o caso do MABLA e outros protagonistas*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014. Contato: jose.francisco.puc@gmail.com



João Ngola Trindade

Problemática da literatura colonial em Angola

Resumo

Em Angola, a ausência da literatura colonial nos estudos literários é notória nos trabalhos sobre a História da Literatura Angolana, publicados nos dois volumes da Maka – Revista de Literatura & Artes [2010], editada pela União dos Escritores Angolanos, onde não se verifica trabalho algum que tenha sido consagrado a obras produzidas no quadro da propaganda colonial. Em meio ao silêncio que se verifica entre os académicos angolanos relativamente a esta questão, Luís Kandjimbo [2019] propõe a inclusão do estudo da literatura colonial no programa da cadeira de Literatura Angolana. Além de ter consagrado um estudo [1997] ao romance de Pepetela, *Yaka*, o crítico apresenta dois casos paradigmáticos da literatura colonial, nomeadamente, Tomás Vieira da Cruz e Castro Soromenho [Kandjimbo 2010, 2013, 2019]. Na Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto e no Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED), o estudo da literatura colonial inscreve-se no âmbito do programa da cadeira de Literatura Angolana, não havendo, no entanto, salvo opinião melhor informada, monografias e dissertações sobre a literatura colonial, os seus cultores, propósitos e a relação que possa ter existido entre a mesma e alguns escritores angolanos. Neste sentido, proponho-me, inicial-

mente, a reflectir sobre o conceito de literatura colonial e, de seguida, analisar algumas obras que serão mencionadas juntamente com as instâncias de legitimação e consagração neste debate para o qual convocados historiadores, sociólogos, críticos e ensaístas como Pires Laranjeira, Alfredo Margarido, Russel Hamilton, Inocência Mata, Salvato Trigo, entre outros. Para o desenvolvimento da pesquisa, seleccionou-se inicialmente um conjunto de estudos, da autoria de africanistas, e estabeleceu-se contacto junto de alguns académicos. Posteriormente, a pesquisa decorreu no Arquivo Mário Pinto de Andrade, digitalizado pela Fundação Mário Soares. Esta instituição, sediada em Lisboa, colocou o acervo do principal teórico das literaturas africanas de língua portuguesa à disposição dos investigadores através da plataforma Casa Comum. Portanto, fez-se recurso ao método bibliográfico, a entrevista e aos documentos arquivísticos.

Palavras-chave: literatura colonial, narrativas coloniais, Agência Geral das Coloniais, imprensa.

Introdução

No dia 15 de Março de 2023, mantive um diálogo com uma professora de Literatura Angolana que referiu-se à vivência de Tomás Vieira da Cruz em Angola, à relação afectiva que teve com a mulher angolana e ao seu falecimento e sepultamento em Angola do seguinte modo: “Tomás Vieira da Cruz viveu em Angola. Ele canta Angola e a mulher angolana com a qual uniu-se afectivamente. É o melhor poeta de Angola. O *Colono* [poema deste autor] é uma maravilha.” Portanto, “não podemos pô-lo de fora do cânone literário angolano”. A firmeza demonstrada pela académica, na sua exposição, reflecte a maturação das ideias que ela, presumivelmente, vem desenvolvendo durante décadas de ensino da Literatura Angolana que, na sua perspectiva, inclui as obras de Castro Soromenho. Trata-se de uma personalidade que, segundo a docente,

“não é um escritor colonial no sentido pejorativo.” Ouvindo tal argumento, fiquei pensando se teria havido, de facto, “escritores coloniais pejorativos” e “escritores coloniais não pejorativos” e o que seriam uns e outros. A continuidade da minha reflexão receberia estímulo vindo da apreciação feita por Adriano Mixinge sobre o “protonacionalista” Castro Soromenho que, segundo o historiador e crítico de arte, descreve na trilogia de Camaxilo “a situação colonial” e demonstra “respeito pelas culturas locais”. Este comentário circunscreve-se à segunda fase do ciclo criativo do escritor cuja obra inicial mereceria um comentário, ainda que genérico, e algumas considerações sobre a eventual relação, se é que existe, entre a mesma e os últimos romances do autor que seria celebrado, no ensaio de Roger Bastide, como o “mestre do neo-realismo português” [Bastide 1960: XVI].

Importa referir que a inferiorização, a animalização e a primitivização do sujeito são processos de construção da visão imperial e de representação do Outro no quadro da ideologia impregnada na literatura produzida, primeiramente, pelo viajante e, posteriormente, no âmbito da relação colono-colonizado, civilizado-incivilizado, num contexto histórico-cultural marcado pelo surgimento do movimento literário *Vamos Descobrir Angola* que, pela voz de Viriato da Cruz, apelava aos poetas que escrevessem sobre “os interesses reais dos africanos” e a “natureza social da vida africana, sem nada conceder à sede de exotismo cultural [...]”. Com efeito, o exótico constitui a trave mestra da Literatura de Viagens de que derivou a literatura colonial que, depois de um longo período de silenciamento, tem merecido a atenção de académicos como Francisco Noa [1999] que analisa os “percursos” desta literatura. Na sua tese doutoral, Cássio Santos Melo [2014] assinala o motivo da fundação de instituições como a Sociedade de Geografia de Lisboa [1875], o Ministério das Colónias [1911] e o seu envolvimento na colonização científica e cultural dos territórios africanos administrados por Portugal. Em 2016, o ensaio de Inocência Mata, publicado na revista *África*, sob o título *Deslocamentos Imperiais e Percepções de Alteridade: o Caso da Literatura Colonial Portuguesa*, trouxe uma abordagem sobre a construção da visão colonial reflectida na obra de autores portugueses do século XX condicionada pelas narrativas de viagens produzidas durante a expansão marítima em

que o Outro viria a ser representado como *estranho*. Os estudos de Alberto Oliveira Pinto, os mais completos sobre o tema em causa, apresentam análises exaustivas sobre o substrato cultural e ideológico da literatura colonial, o seu surgimento e o veículo de divulgação do concurso organizado anualmente pela Agência Geral das Colónias. Refiro-me ao livro de ensaios, intitulado *Angola e as Retóricas Coloniais* [2012], e a sua tese doutoral sobre as *Representações Literárias Coloniais de Angola, dos Angolanos e das Suas Culturas (1924-1939)* [2013]. Os estudos mencionados foram desenvolvidos em Moçambique, Brasil e Portugal. Em Angola, a ausência da literatura colonial nos estudos literários é notória nos trabalhos sobre a História da Literatura Angolana, publicados no primeiro volume da *Maka – Revista de Literatura & Artes* (2010), editada pela União dos Escritores Angolanos, onde não se verifica trabalho algum que tenha sido consagrado a obras produzidas no quadro da propaganda colonial. Em meio ao silêncio que se verifica entre os académicos angolanos relativamente a esta questão, Luís Kandjimbo [2019] propõe a inclusão do estudo da literatura colonial no programa da cadeira de Literatura Angolana. Além de ter consagrado um estudo [1997] ao romance de Pepetela, *Yaka*, o crítico apresenta dois casos paradigmáticos da literatura colonial, nomeadamente, Tomás Vieira da Cruz e Castro Soromenho [Kandjimbo 2010, 2013, 2019]. Na Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto e no Instituto Superior de Ciências de Educação

(ISCED), o estudo da literatura colonial inscreve-se no âmbito do programa da cadeira de Literatura Angolana, não havendo, no entanto, salvo opinião melhor informada, monografias e dissertações sobre a literatura colonial, os seus cultores, propósitos e a relação que possa ter existido entre a mesma e alguns escritores angolanos. Neste sentido, proponho-me, inicialmente, a reflectir sobre o conceito de literatura colonial e, de seguida, analisar algumas obras que serão mencionadas juntamente com as instâncias de legitimação e consagração neste debate para o qual são convocados historiadores, sociólogos, críticos e ensaístas.

Discussão teórica

No seu ensaio sobre *O Rumo da Literatura Negra*, Agostinho Neto, que em *Velho Negro* descreve a condição do negro macaqueado e coberto de *tanga* [Neto 1948], define a literatura colonial como um espaço no qual os homens são descritos como brinquedos coloridos que servem de distração do europeu [Neto 1951]. Com efeito, a produção deste tipo de literatura obedece ao “enselvajamento” [Margarido 2000: 61]. Este conceito criado por Alfredo Margarido diz respeito à desfiguração humana do *diferente* e a sua transformação em selvagem. A imagem do ser representado, desprovido de alma, é formada, parcialmente, por dentes enfaimados, argolas nas orelhas e pelos braços e pernas cobertos de amuletos e chocalhos [Oliveira 1997]. Carlos Ervedosa, no ensaio historiográfico sobre a *Literatura Angolana*, faz alusão às “produções” literárias de “nível ...

fraco, em que o exotismo africano é o filão explorado pelos metropolitanos que as contingências da vida atiraram para as terras promissoras de Angola” [Ervedosa 1963: 23]. Cultora do exotismo, a literatura colonial, de muito pouca qualidade, seria, assim, cultivada apenas por imigrantes portugueses estabelecidos em Angola. No *Roteiro da Literatura Angolana*, delineado pelo referido historiador, há referência a “modestas criações literárias, essencialmente da autoria de residentes europeus” [Ervedosa s.d: 53] e a indicação de um conjunto de obras das quais cito apenas *África Portentosa* [1926], de Gastão de Sousa Dias, *Pretos e Brancos* [1926], de Brito Camacho, *África Misteriosa* [1928], de Julião Quintinha, *Na Pista do Marfim e da Morte* [1944] e *Pedra do Feitiço* [1945], ambas de Ferreira da Costa, premiadas pelo júri do concurso de literatura colonial organizado pela Agência Geral das Colónias [1924], que consagraria igualmente escritores como Henrique Galvão, António Pires, Castro Soromenho, entre outros.

Manuel Ferreira entende por literatura colonial o “universo narrativo ou poético [vinculado] ao homem europeu e não ao homem africano” [Ferreira 1977: 10]. É certo que, num primeiro momento, o “homem negro” está ausente da narrativa ou da poesia colonial, contudo, não deixa de ser verdade que ele, conforme refere o historiador, “aparece” acidentalmente, sendo “visto paternalisticamente e, quando tal acontece, é já um avanço, porque a norma é a sua animalização ou coisificação” [Ferreira 1977: 10]. Temos assim um tipo de literatura

colonial que glorifica o branco, como “herói mítico”, “desbravador de terras inóspitas” e “portador de uma cultura superior” [Ferreira 1977: 10], e outro tipo de literatura colonial que descreve o negro “na forma” e “com instintos de fera” [Ferreira 1977: 10-11].

Russel Hamilton, por sua vez, afirma que algumas obras de literatura colonial apresentam “títulos arrepiantes” e “exprimem atitudes eurocêntricas em relação a África” [Hamilton 1975: 59], podendo tal facto ser constatado em obras como *Terras do Nu e do Batuque* [1933], de António de Aragão Paiva, *África Selvagem* [1935], de Maria Archer [Hamilton, 1975] às quais se juntam *O Negro Sem Alma* [1935], de Fausto Duarte, *Selvagens e Civilizados* [1937], de Luís Rates, e *Amuletos e Feitiços* [1947], de Serra Frazão [Pinto, 2013]. Essa literatura, segundo Hamilton, “controlada e orientada por dirigentes e agentes do regime [colonial]”, reflecte “uma visão destinada a confirmar ideias exóticas, eróticas e preconcebidas sobre África” [Hamilton 1975: 59]. A lubricidade feminina é, de facto, um dos temas mais explorados em narrativas coloniais como *Lendas Negras* e *Samba* onde, no primeiro caso, a mulher africana “Baila nua e oferece [a] sua nudez com graça provocante” [Soromenho s.d: 7] e, no segundo caso, teatraliza o coito através da dança erótica acompanhada de cantos, sobretudo, de gemidos “de prazer e de dor” [Soromenho 2010: 146]. Ainda de acordo com Russel Hamilton, este tipo de literatura, visa “sustentar a missão civilizadora e as [...] ideologias que encobriam os interesses políticos e económicos dos colonizadores”

[Hamilton 1975: 59]. A necessidade de legitimar a colonização e a escravatura deu lugar a esta literatura que, descrevendo os chamados “traços inferiores do Negro” [Diop 1955: 61], contribuiu, primeiramente, para a doutrinação dos Europeus, em segundo lugar, para a cristalização da opinião Ocidental e, por último, para a dogmatização da inferioridade do Negro.

Assinalando “o esforço do homem branco” em África, representando “um novo mundo” povoado por diversas raças e descrevendo os “costumes”, “tradições”, os “dramas” e a “luta do novo tipo humano perante a fauna e a flora”, conforme refere Amândio César [apud Mata 1995: 346], a literatura colonial, na perspectiva de Geraldo Bessa Victor, pode ser definida como a “expressão máxima [...] da imensa esfera da realidade criada e do sonho criador, do ideal inspirador e da obra palpitante de tudo o que tem eternizado o alto e profundo ser da vida de Portugal na vida da África, o complexo e singular drama africano ante o aventureiro português” [Victor 1939: 13]. De acordo com Pires Laranjeira, esta literatura serviu de “instrumento ideológico do estado colonial, sobretudo para um público europeu (em Portugal) e colonial (os colonos e gente de permanência temporária), que mostrasse um imaginário de aventura e mistério e acentuasse a legitimidade da visão dominadora sobre o negro” [Laranjeira 1995: 26-27].

Sendo um produto da colonização, a literatura colonial destina-se, sobretudo, à metrópole, pois ela atende os interesses coloniais, seja de carácter político, económico e cultural.

Na verdade, a metrópole é o ponto de partida dos comerciantes, militares, aventureiros e funcionários coloniais que aí regressavam e relatavam as suas experiências em África. Tomando de empréstimo as palavras de Elikia M'Bokolo, esse tipo de literatura tem como destinatário um público "ávido de aventuras, curioso do desconhecido, faminto de exotismo" e arrebatado por "romances e novelas que falavam de terras longínquas" [M'Bokolo 2011: 390]. De facto, e bem o diz Salvato Trigo, esta literatura "era identificada com as narrativas de viagens pelos sertões africanos, com as histórias fabulosas de caças ou o relato dos [...] militares [portugueses] na hostilidade do terreno e na adversidade do meio, de fauna e de flora soberba" [Trigo 1985: 132-133]. A epopeia portuguesa em África, exemplificada com o triunfo militar sobre os chamados "selvagens", e a adaptação num meio hostil e inóspito preenchem as páginas de obras como *A Derrocada do Império Vátua*, de Julião Quintinha e Francisco Toscana, premiada na edição do concurso de literatura colonial de 1931.

Ancorada na cultura colonial, definida como "o elemento decisivo – resultante da história – que faz a nossa diferença (a dos portugueses) na relação com os Outros e com o mundo", conforme refere Isabel Castro Henriques [2013: 18], a literatura colonial surge como representação do "civilizador" e do "selvagem". No seu artigo sobre *A Literatura Como Factor de Mentalidade Colonial*, Castro Soromenho considera o branco, com os seus defeitos e virtudes, como "o elemento mais rico da literatura colonial", en-

quanto o negro, descrito como "selvagem" e "bárbaro", aparece como "o melhor filão da Literatura Africana" [Soromenho 1937: 1]. Embora admita que estas duas literaturas apresentem pontos de contacto no seu aspecto superficial e muitas vezes se confundam, o autor esclarece que, na sua essência, elas diferem uma da outra [Soromenho 1937]. Este ensaio, publicado no *Diário de Luanda*, recebeu apreciação positiva do jornal *A Província de Angola* que, de um lado, afirmava ter sido escrito por um escritor que vivia e sentia a epopeia da colonização de Angola e, do outro lado, assinalava a exactidão com que é definida a moderna literatura colonial portuguesa [Oliveira 1997]. Até então, nenhum escritor tinha proposto uma definição da literatura colonial que tivesse sido tão bem acolhida pela imprensa colonial que, em Angola, constituía um dos veículos de divulgação da ideologia colonial.

Salvato Trigo, no seu estudo sobre a problemática em causa, chama a atenção para a existência de obras de "exotismo decorativo" e de "exotismo exacto". O primeiro grupo é formado por "obras sem grande interesse, dado o seu reduzido valor estético e a sua superficialidade ética". Contudo, estas obras são mais numerosas e, além disso, foram elogiadas por "antologadores" e "comentadores adjetivantes" que nelas viam "realizações panegíricas do espaço [...] civilizador dos portugueses" [Trigo 1985: 134]. O segundo grupo é constituído por um conjunto de obras que, embora sejam minoria e resultantes "duma vivência" que tornariam o texto "erudito",

possuem uma qualidade ética e estética que não pode ser subestimada ainda que se esteja em desacordo com “a filosofia política ou ideológica que as sustentam” [Trigo 1985: 135].

Testemunho da “missão civilizadora”, materializada na reconfiguração da paisagem natural e humana (a transformação, pelo colono, das “terras inóspitas” em cidades habitáveis, e do “primitivo” em “civilizado”), a literatura colonial, produzida sob os auspícios da Agência Geral das Colónias, prosseguia os objectivos definidos no regulamento do seu concurso, dos quais o primeiro seria a intensificação “por todos os meios” da “propaganda das [...] colónias” e da “obra colonial portuguesa”; o segundo objectivo consistia em “despertar, sobretudo na mocidade, o gosto pelas coisas coloniais” de modo a estimular a emigração para as colónias [Pinto 2013: 279].

No estudo sobre *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, Mário António considera digno de nota o facto de não existirem “muitas [obras] de literatura colonial” em que “raramente” se reconhece “o carácter humano da outra parte que era o colonizado” [Oliveira 1997: 351]. Opinião semelhante é partilhada por Pires Laranjeira que dá conta da atribuição do papel principal aos brancos e, raramente, aos mestiços. Em contrapartida, os negros são representados como “objectos de menosprezo, de posse, com diminuição do seu estatuto de seres humanos” [Laranjeira 1998: 73]. De acordo com o autor, os negros e mestiços representam “estereótipos sociais”, sendo, geralmente, “caracterizados como primitivos, selvagens,

incultos, pagãos, mão-de-obra barata ou grátis, além de servis, estúpidos, indolentes, incapazes, animalescos e com maus instintos” [Laranjeira 1998: 73]. No entanto, finaliza o crítico, “Há excepções, de pretos bons, obedientes, trabalhadores, respeitadores da ordem colonial e submissos à cultura da Europa ‘desenvolvida’ e aos valores cristãos [...], atributos estes que a visão de mundo colonial considera inerentes aos bons seguidores do espírito civilizacional” [Laranjeira 1998: 73]. O exótico, irracional e sub-humano são representados neste tipo de literatura a respeito do qual o ensaísta Mário António questiona se ela teria sido produzida por colonizadores ou, também, por colonizados. Esta questão será analisada de seguida.

Cultores da literatura colonial

Considerando que os negros representados nas obras de escritores coloniais são “avaliados superficialmente, de modo folclórico e etnocêntrico, sem profundidade cultural, psicológica, sentimental e intelectual”, conforme refere Pires Laranjeira [1995: 26, nota nº. 2], e tendo em conta que a falta de vivência em África reflecte-se nas obras de autores metropolitanos, Geraldo Bessa Victor propunha que o concurso de literatura colonial tivesse como destinatários apenas escritores colonizados por entender que somente eles estariam habilitados para retratar devidamente os negros, o que os metropolitanos seriam incapazes de fazer por desconhecerem o continente africano. Assim, segundo o escritor, as obras escritas a partir da metrópole, pelos escritores

metropolitanos, constituíam a designada “literatura sobre o que há nas colónias” que, embora fosse variegada, não possuía sector de característica indivisa e personalidade global e étnica [apud Oliveira 1997]. A independência das colónias não constitui motivo de reflexão do autor, contudo, no seu artigo sobre África, *Fonte de uma Arte Nova* [1948], apresenta-se o prognóstico sobre o futuro das relações entre a metrópole e as colónias do seguinte modo: “É já hoje vulgar dizer-se que o futuro de Portugal está nas colónias. E aí está: o futuro económico de Portugal está, de facto, nas suas parcelas africanas. Mas pode e deve vir de lá também o grande impulso animador para a revivência cultural do nosso país imperial” [apud Oliveira 1997: 356].

Sublinhe-se a referência de Geraldo Bessa Victor aos territórios ocupados e administrados pela potência colonial, que neles exerce a sua autoridade, e a identificação com o “nosso país imperial” que não poderia ser outro que não fosse Portugal. O vaticínio de Bessa Victor seria partilhado por Óscar Ribas que, através do seu artigo intitulado *Saudações à Pátria*, exprime o sentimento que nutre por Portugal, “o amorável berço em que [...] os primeiros vagidos” foram soltos por aqueles que, apesar de terem nascido em Angola, mantêm uma relação umbilical com a metrópole [Ribas apud Oliveira 1997: 255]. Logo, os angolanos que se identificam com a metrópole não podem esquecer-se das manifestações de fidelidade «à pátria» e elas incluíam a restauração e o engrandecimento da imagem de Portugal, a evocação do seu passado glorioso e

a realização de outros actos que concorressem para o fortalecimento do sentimento nacional e à manutenção da colónia sob jurisdição da potência colonial. Este ambiente de exaltação patriótica envolveu escritores como António de Assis Júnior que, num artigo apologético à edificação do *Monumento ao rei D. Afonso Henriques*, publicado no jornal *A Província de Angola*, considerava este acto como demonstração do “gesto patriótico dos filhos de Angola” e rememoração da saga portuguesa no Reino do Congo. Num tom celebrativo, o autor evoca a vitoriosa campanha militar em Angola do seguinte modo:

Nas acidentadas terras do Dembo Ambuila aniquilamos os fulgores do poderoso Rei do Congo. E como sempre, guiados pelo exemplo dos nossos mestres que ‘deram mundos a outros mundos’, animados pelo entusiasmo fremente dos nossos educadores e pela fé da religião de Cristo, novos horizontes rasgámos para maior glória de nosso Portugal [Júnior apud Oliveira 1997: 239].

A exaltação da figura do fundador da nacionalidade portuguesa, adquirida pelos “assimilados”, enquadra-se na propaganda do Império cuja unidade espiritual implicava, entre outros aspectos, a identificação com as figuras históricas de Portugal, a sua cultura e a reafirmação do sentimento de pertença. Segundo Assis Júnior,

A fundação do monumento ao Rei D. Afonso Henriques, por subscrição pública entre os filhos

de Angola, é um acontecimento que inspirado pelos nossos sentimentos patrióticos, interessa também a todo o mundo civilizado. Não basta o sangue que nos corre nas veias oferecido em holocausto no altar da Pátria. Não basta representarmos a figura, na forma – no clero, no exército, na burocracia – dos nossos antepassados; não basta, finalmente, recolhidos na solidão do nosso sentir, evocarmos em saudosas estrofes a abnegação e a fé dos que nos precederam: é necessário mostrarmos de uma maneira evidente e imorredoura o nosso sentimento de gratidão pela querida bandeira que a todos nós cobre [apud Oliveira 1997: 239].

Ideias semelhantes são reafirmadas no romance *O Segredo da Morta* em que se faz alusão à fundação de uma associação que se propunha celebrar a Restauração, isto é, a reconquista da cidade de Luanda aos Holandeses, em 1648, pelos Portugueses comandados por Salvador Correia de Sá e Benevides [Júnior 2014]. Com efeito, para além da linguagem depreciativa, usada na rotulagem do “indígena” como “gentio rebelde” [Júnior 2014: 74], Assis Júnior evoca a memória dos fiéis servidores da pátria portuguesa que, nas “guerras de pacificação”, “se entregavam, com dedicação e inteligência, à milícia, educando e instruindo no manejo das armas os soldados da sua companhia” [Júnior 2014: 74]. Segundo o autor,

Foi com esses fiéis e dedicados servidores auxiliares que

o general Vítor, quando major, edificara Jabadá, na Guiné, e se fizeram as guerras de conquista na província e fora dela; e o presídio de Muxima, fundado em 1599, manteve-se por longo tempo sob a guarda destes bons e hoje esquecidos servidores da Pátria! [Júnior 2014: 74].

Note-se que as campanhas militares figuram igualmente entre os temas aflorados nas obras de literatura colonial. O general Victor, de nome completo Geraldo António Vítor, notabilizado pela destreza com que degolava, com apenas um golpe da guitarra, os nativos nas “guerras de pacificação”, receberia a alcunha de Kinjangu com a qual se imortalizou na canção popular recolhida e incluída por Óscar Ribas no terceiro volume da trilogia de *Missosso*. O autor de *Uanga* refere-se a esta obra considerando-a “um documentário da sociedade negra inculta” em que se descreve, de um lado, um “mundo de costumes estranhos, à volta dos quais predomina o feiticismo” [Ribas 2009: 15] sendo que, do outro lado, retrata “práticas que a civilização conseguiu banir dos centros mais desenvolvidos” [Ribas 2009: 15]. Este romance teria despertado o interesse dos missionários que estariam empenhados com a cristianização dos africanos que constituem as camadas sociais qualificadas de “obscuras” pelo romancista [Ribas 2014: 22].

Digno de nota é o facto de, em 1935, o romance *Uanga (Feitiço)*, do referido autor, ter sido submetido ao concurso de literatura colonial que, no ano seguinte, receberia, igualmente, *O Segredo da Morta*, de António de Assis Júnior.

Mário de Andrade afirma inicialmente que estas obras “comportam uma limitação” resultante da “distorção mental na apreciação dos valores culturais nativos” pelos dois romancistas que se apresentam como “assimilados” diante do “indígena inculto” [Andrade s.d., n.p.]. Em seguida, o ensaísta exclui das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa todas as obras rotuladas de “Literatura Colonial” [Andrade 1951: 18]. Posteriormente, o teórico enquadra *O Segredo da Morta* no conjunto de “produções crioulas” que, conforme o próprio afirma, “são menos romance que documentários humanos” [Andrade 1951: 19]. Entretanto, o estudioso enquadra o romance de Assis Júnior e o de Óscar Ribas na “ficção folclorizante” [Andrade 1968: 7]. Por último, o crítico inclui Óscar Ribas entre os escritores cuja obra se enquadra na “literatura africana” [Andrade 1958: 9]. A mudança conceptual e de posicionamento a respeito do enquadramento das obras citadas é um facto que salta à vista na análise de Mário de Andrade sobre uma temática complexa que coloca, de um lado, estudiosos que integram a literatura colonial no património cultural português e, do outro lado, alguns escritores angolanos que a consideram herança africana, subestimando a diferença existente entre a literatura colonial e as literaturas africanas, ou, mais especificamente, a angolana.

Debruçando-se, num texto de pendor crítico, sobre a problemática da *Poesia Angolana ou Poesia em Angola*, estampado no órgão da Sociedade Cultural de Angola, *Cultura II*, António Cardoso [1958] conceptualiza a poesia angolana como sendo aquela que,

enraizada na tradição oral, exprime a alma do sujeito e traduz uma visão *de dentro*. A *Poesia de Angola* seria aquela que, sendo cultivada por autores mal aclimatados, oriundos da metrópole, reflecte um olhar exógeno sobre Angola e as suas gentes [Cardoso 1958, 1959, António 1959]. António Cardoso propunha a revisão crítica de toda a poesia publicada em Angola para que se esclarecessem os equívocos à volta da *Poesia em Angola*. Esta proposta é apresentada em 1959, isto é, nove anos após a divulgação da obra de Tomás Vieira da Cruz, intitulada *Cazumbi*, pelo jornal *A Província de Angola* que a apresentava como a “mais alta expressão de poeta” [*A Província de Angola* 1950a: 1]. A nota crítica do jornal assinala o “superior sentido de Arte” com que os poemas da colectânea foram seleccionados, a excepcionalidade da obra, “atravessada pelos fachos de luz radiante”, a sua autenticidade e a plenitude da “beleza”, “grandeza”, “lirismo”, “humanidade”, “ternura” e “encanto” que fazem com que ela seja admirada “em qualquer parte do mundo” [*A Província de Angola* 1950a: 1].

Se por um lado, este comentário laudatório produzido pela imprensa colonial¹ constitui um dos momentos consagratórios de Tomás Vieira da Cruz², do outro lado, não deixa de ser

¹ A imprensa colonial poder ser definida como extensão do poder colonial instalado em Angola.

² Um comentário mais substantivo de Mário António sobre a obra de Tomás Vieira da Cruz pode ser encontrado em *Reler África* e no prefácio que o ensaísta Alfredo Margarido escreveu para a *Antologia de Poetas Angolanos (1951-1963)*.

relevante o facto de, em 1961, os seus poemas, designados anteriormente *Poesia de Angola* [António 1959: 19] terem sido «cuidadosamente» seleccionados por Mário António e reunidos em obra publicada pela Casa dos Estudantes do Império sob o título de *Poesia Angolana*. Digno de nota é ainda o facto de, em 1963, vários poemas como *Colono*, considerado “jóia rara” pelo jornal *A Província de Angola* [1950: 1], terem sido incluídos na *Antologia de Poetas Angolanos (1951-1963)* editada pela referida associação estudantil. Este poema, na óptica de Carlos Ervedosa, seria “um dos melhores poemas” [Ervedosa 1963: 25] de Tomás Vieira da Cruz, mas, sobretudo, na minha opinião, aquele pelo qual o autor receberia a coroa de “maior poeta colonial português” (Oliveira 1997, p. 325). Neste poema, o descobridor, “primeiro homem que [...] pisou” a terra desconhecida, é, sobretudo, religioso e, como tal, devotado à padroeira do viajante que o acompanhou durante a travessia do mar e nas suas incursões pelos “matagais” por onde avança enfrentando com firmeza as hostilidades da natureza e do clima. Ademais, embora ele seja analfabeto, é detentor de um conhecimento recebido directamente de Deus. Por outras palavras, *Colono* é a exaltação das «virtudes» do homem branco que, em África, ocupa e desbrava a terra, constrói a sua habitação, trabalha, prospera e deleita-se com a mulher negra. Mário António, embora tivesse identificado alguns poemas maus nos livros de Tomás Vieira da Cruz, justificou a inclusão dos poemas do autor na *Antologia dos Poetas An-*

golanos (1951-1963) com o argumento de que o poeta soube, não somente cantar a beleza física da mulher africana, mas, também, espiritualizá-la e “sentir muito do que outra gente, melhor situada do que ele, não conseguiu sequer atingir” [António 1959: 35]. Admitindo que Luís Kandjimbo e Francisco Soares sejam actualmente os únicos críticos que tenham manifestado posição sobre a obra do poeta em causa, questiona-se se os outros estudiosos angolanos enquadrariam este poema na poesia angolana.

A obra de Castro Soromenho, em situação semelhante a de Tomás Vieira da Cruz, continua sendo motivo de discussão entre os estudiosos da Literatura Angolana. Este autor, inicialmente, escreveu contos e romances como *Lendas Negras*, *Noite de Angústia*, *Homens Sem Caminhos e Nhári*, *o Drama da Gente Negra*, entre outros, que expressam claramente preconceitos a respeito do negro, descrito como “selvagem”, e das religiões africanas definidas como o “mundo negro da superstição” ou, se quisermos ainda, o “abismo onde naufraga a cada momento a vida do bárbaro, entregue ao fatalismo que escraviza a alma da sua miseranda raça” [Soromenho 1946: 27]. Daí o argumento de que os negros, sendo “infelizes só conhecem o caminho da desgraça” [Soromenho s.d: 6].

Premiado em três edições do Concurso de Literatura Colonial Portuguesa [1939, 1942, 1943], Soromenho viria a penitenciar-se ao reconhecer os “erros” cometidos inicialmente na sua obra que, no entanto, considera ser africana. Ao romancista pertencem as palavras que seguem: “Tudo

quanto eu escrevi de válido é africano como africano é o seu autor” [Soromenho 1960: 7]. O reconhecimento da africanidade do autor e da sua obra materializa-se em diversos momentos como a sua participação no Congresso dos Artistas e Escritores Negros, organizado, em 1956, pela *Présence Africaine*, na capital francesa (Paris), a sua admissão [1956] como membro da Comissão de Honra do Teatro Popular Africano, integrada por personalidades prestigiadas como Aimé Césaire, e a inclusão de um dos seus contos, intitulado *Samba*, na *Antologia de Contistas Angolanos* editada pela Casa dos Estudantes do Império [1956]. Neste ano, a editora *Présence Africaine*, reagindo favoravelmente a proposta de Mário Pinto de Andrade, edita em língua francesa o romance *Terra Morta* com o qual o romancista alcançaria notoriedade internacional. Este romance representa o início da segunda fase, de que fariam parte *Viragem* e *A Chaga*, marcada pelo neo-realismo em que o autor denuncia a exploração da mão-de-obra e a violência colonial.

Assumindo o seu passado colonial, Soromenho revela o propósito perseguido na segunda fase da sua obra do seguinte modo:

Ao iniciar com *Terra Morta*, um novo processo, um novo ciclo, tentei precisar o choque de duas civilizações e o seu resultado por via da destribalização, com todas as consequências a favor da política colonial. O resultado deste choque foi o aparecimento do homem negro desenraizado da vida tribal e não integrado na civilização Europeia e

do mestiço nos seus primeiros passos de homem marginal. Ao redor deles, o povo sertanejo apegado aos seus padrões culturais resistindo às pressões estrangeiras. Entre eles, o branco e sobre o destino de todos a realidade e as contradições do sistema colonial [Soromenho 1954: 18].

A angolanização obra do romancista é fundamentada por Mário Pinto de Andrade que assinala a sua ancoragem no folclore africano e o seu alinhamento com a luta de libertação. Mário António, no entanto, enquadra toda a obra do romancista e contista na literatura colonial, qualificando o autor como sendo “o melhor escritor colonial” [Oliveira 1990: 504]. A reafirmação deste posicionamento por Luís Kandjimbo é posterior a reedição, em 1982, de *Calenga* pelo Instituto Nacional do Livro e do Disco, bem como da trilogia de Camaxilo pela União dos Escritores Angolanos. Em 2015, *Terra Morta* foi reeditada no quadro dos *Clássicos da Literatura Angolana*, configurando tal acto um dos momentos mais significativos da consagração do romancista cuja obra é reivindicada igualmente pela crítica portuguesa.

Considerações finais

Se, de um lado, o lugar ocupado pela obra na literatura de um determinado país e a imagem com que o seu autor é apresentado diante do público resultam do discurso crítico produzido ao longo do tempo, do outro lado, não deixa de ser verdade que a narrativa crítica, enquanto garante

da perenidade da obra e da perpetuação da memória do escritor, por vezes, não é acolhida consensualmente, motivo pelo qual importa reflectir sobre os critérios de canonização de obras e se vale a pena materializar este projecto, não havendo, em Angola, estudos sobre a literatura colonial, muito menos debate académico sobre esta temática. Neste sentido, há toda uma necessidade de analisar a problemática apresentada, nem que seja com o propósito de esclarecer os motivos da apropriação da obra de certos autores pela literatura angolana, ou ainda os equívocos à volta da proposta de angolanização de toda a literatura colonial.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Mário de
s.d: *Angola* [Manuscrito de anotações de Mário Pinto de Andrade]. Disponível em: casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04355.007.004. Acesso em: 27.06.2022

1951: "O Que Se Entende Por Literatura Negro-Africana?", in: Andrade. M. de CEI. Aspectos da Literatura Negro-Africana. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, pp.15-25. Disponível em: casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04334.001.001#!63. Acesso em: 15.10.2021

1955: "(Crítica a) Minha Terra, Minha Dama de Geraldo Bessa Victor", in: Itinerário, p. 8. Disponível em: casacomum.org/visualizador?pasta=04334.001.002. Acesso em: 20.07.2021

1958: Cultura Negro-Africana e Assimilação. Disponível em: [\[ta=04334.001.020.#!1\]\(http://casacomum.org/visualizador?pasta=04334.001.020.#!1\). Acesso em: 15.10.2021](http://casacomum.org/visualizador?pas-</p>
</div>
<div data-bbox=)

1968: "Correntes da Prosa Africana de Expressão Portuguesa", Argel. Disponível em: casacomum.org/visualizador?pasta=04334.001.001.#!241. Acesso em: 15.10.2021

ANTÓNIO, Mário (ver Mário [António Fernandes] de Oliveira)

1959: (Poesia Angolana, Palavras Necessárias) Prefácio, in: A. Freudenthal, R. Magalhães, H. Pedro, C.V. Pereira (orgs.) *Antologia dos Poetas Angolanos – Casa dos Estudantes do Império (1951-1963)*. Ministério da Cultura/ Comissão Organizadora do II Festival Nacional de Cultura, pp. 15-28

1990: Duas Condições Humanas Como Suportes da Literatura Angolana, in: *Reler África*, Lisboa: A Regra e o Jogo, pp. 481-488

A PROVÍNCIA DE ANGOLA - SUPLEMENTO DE DOMINGO

1950, 22, Jun: "Cazumbi – o Livro de Um Grande Poeta", (701), p. 1

BASTIDE. Roger

1959: África na Obra de Castro Soromenho, in: Soromenho, C. *Histórias da Terra Negra: Contos, Novela e Uma Narrativa*. Trad. Mário Pinto de Andrade, Lisboa: Editorial Gleba, pp. XVI-XXVI

CARDOSO, António

1958, Jan-Mar: "Poesia Angolana ou Poesia em Angola", in: I. G. Marques & C. Ferreira (orgs.) *O Boletim Cultural e a Sociedade Cultural de Angola*, Luanda: União dos Escritores Angolanos, (2/3), p.8

1959, Dez: "Nótula – Poesia..." [Texto não assinado, porém, presume-se que seja da autoria de António

Cardoso que, anteriormente, debruçou-se sobre *Poesia Angolana* ou *Poesia em Angola*], in: I. G. Marques & C. Ferreira (orgs.) *O Boletim Cultura e a Sociedade Cultural de Angola*, Luanda: União dos Escritores Angolanos, (9-10), p.8

CRUZ, Vieira da

1959: *Poesia Angolana*. Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA). Coleção de Autores Ultramarinos

DIOP, Cheikh

1955: *A Origem Africana da Civilização. Mito ou Verdade*. Trad. Mercer Cook. Présence Africaine

ERVEDOSA, Carlos

1963: *Literatura Angolana*, Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA)

s.d: *Roteiro da Literatura Angolana*, s.l.: União dos Escritores Angolanos

FERREIRA, Manuel

1977: *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa I*, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa

HAMILTON, Russel

1975: *Literatura Africana – Literatura Necessária II*, Lisboa: Edições 70

HENRIQUES, Isabel

2013: "Derivações. A Propósito da Lição Estimulante de Alberto Oliveira Pinto", in: Pinto, A. O. *Representações Literárias Coloniais, dos Angolanos e das Suas Culturas (1924-1939)*. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para Ciência e Tecnologia, pp. 15-28

JÚNIOR, António

1934: *O Segredo da Morta*, Luanda: GRECIMA

KANDJIMBO, Luís

1997: *Apologia de Kalitangi. Ensaio e Crítica*, Luanda: Luís Kandjimbo/Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD)

2010: *Ensaio Para a Inversão do Olhar da Literatura Angolana à Literatura Portuguesa*, Luanda: Mayamba Editora

2013: *Ideogramas de Ngandji. Ensaio de Leituras e Paráfrases*, 2ª ed. Luanda: Triangularte Editora

2019: *Alumbu – o Cânone Endógeno no Campo Literário Angolano. Para Uma Hermenêutica Cultural*, Luanda: Mayamba Editora

LARANJEIRA, Pires

1997/98: "A Literatura Colonial Portuguesa", in: *África – Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, (20-21), pp. 71-77

MARGARIDO, Alfredo

1962: (Poesia Angolana) Prefácio, in: A. Freudenthal, R. Magalhães, H. Pedro, C. V. Pereira (orgs.) *Antologia de Poetas Angolanos (1951-1963) - Casa dos Estudantes do Império*, Luanda: Ministério da Cultura/Comissão Organizadora do II Festival Nacional de Cultura, pp.81-112

2000: *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa: Edições Universitárias

MATA, Inocência

1995: "Outros Temas e Escritores São-Tomenses", in: Laranjeira, P. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Universidade Aberta, pp.341-349

2016: "Deslocamentos Imperiais e Percepções da Alteridade: o Caso da Literatura Colonial Portuguesa", in: *ABRM – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana*. UFF, (8) 16, pp. 89-102

- M'BOKOLO, Elikia
2004: *África Negra. História e Civilizações do Século XIX ao Século XX*, Lisboa: Edições Colibri, Tomo II
- MELO, Cássio
2014: *A Lunda de Castro Soromenho. Alegorias de Um Império Ido (1930-1968)* [Tese de Doutoramento], São Paulo: Universidade de São Paulo
- MIXINGE, Adriano
2009: "Da Trilogia de Camaxilo de Castro Soromenho à 'Mwana Puo' de Pepetela. As Artes Visuais e a Literatura Angolana Moderna", in: *Made in Angola*, pp.1-7. Comunicação apresentada na conferência *Conversa da Academia à Quinta-Feira*, Luanda: Academia Angolana de Letras
- NETO, António
1951: *O Rumo da Literatura Negra*. Disponível em: casacomu.org/cc/visualizador?pasta=04354.005.003. Acesso em: 19.07.2021
2016: *Sagrada Esperança - Renúncia Impossível – Amanhecer*, Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto
- NOA, Francisco
1999: "Literatura Colonial em Moçambique: o Paradigma Submerso", in: *Via Atlântica*, (1), 3, pp. 58-69
- OLIVEIRA, Mário de
1990: *Reler África*, Coimbra: Instituto de Antropologia/Universidade de Coimbra
1997: *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda
- PINTO, Alberto
2012: *Angola e as Retóricas Coloniais*, Luanda: Edições Chá de Caxinde
2013: *Representações Literárias Coloniais, de Angola, dos Angolanos e das Suas Culturas (1924-1939)*, Braga: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para Ciência e Tecnologia
- RIBAS, Óscar
2009: *Missosso II. Literatura Tradicional Angolana*, Luanda: Ministério da Cultura/Comissão Organizadora do II Festival Nacional de Cultura
2009: *Uanga (Feitiço). Literatura Tradicional Angolana*, Luanda: Ministério da Cultura/Comissão Organizadora do II Festival Nacional de Cultura
- SOARES, Francisco
(2001). *Notícia da Literatura Angola*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda
- SOROMENHO, Castro
S.d.: *Lendas Negras*, Lisboa: Editorial Cosmos
1937: *Duas Literaturas – A Literatura Como Factor de Mentalidade Colonial*, in: *Diário de Luanda*, pp. 1-2
1938: *Nhári, o Drama da Gente Negra*, Lisboa: Livraria Civilização
1939: *Noite de Angústia*, Lisboa: Editora Ulisseia. Coleção Atlântida
1946: *Homens Sem Caminho*, Lisboa: Editorial Inquérito
1954: *Uma Entrevista com Castro Soromenho*, in: *Jornal Magazine*, p. 18
1960, Mai: *Entrevista Com Castro Soromenho*, in: *Cultura II*. Luanda: Sociedade Cultural de Angola, (11), p. 7
1982: *Calenga*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD)
1988: *A Chaga*, Luanda: União dos Escritores Angolanos
2010: *Samba*, in: I. G. Marques, C. Ferreira, A. Fonseca, A (orgs.). *Antologia de Contos Angolanos. Dos Desertos, dos Sonhos, das Travessias e do Futuro*.

Luanda: Ministério da Cultura/INIC, pp. 143-152

2014: *Viragem*, Luanda: Ministério da Cultura/Comissão Organizadora do II Festival Nacional de Cultura

2015: *Terra Morta*, Luanda: GRECIMA TRIGO, Salvato

1985: "Literatura Colonial – Literaturas Africanas", in: *Ensaio de Literatura Comparada Afro-Luso-Brasileira*. Vega, pp.129-146


Problems of colonial literature in Angola

Abstract:

In Angola, the absence of colonial literature in literary studies is notable in works on the History of Angolan Literature, published in the two volumes of *Maka – Revista de Literatura & Artes* [2010], edited by the Union of Angolan Writers, where no work has been dedicated to works produced within the framework of colonial propaganda. Amid the silence observed among Angolan academics regarding this issue, Luís Kandjimbo [2019] proposes the inclusion of colonial literature study in the curriculum of Angolan Literature. In addition to dedicating a study [1997] to Pepetela's novel **Yaka**, the critic presents two paradigmatic cases of colonial literature, namely, Tomás Vieira da Cruz and Castro Soromenho [Kandjimbo 2010, 2013, 2019]. At the Faculty of Humanities of the Agostinho Neto University and the Higher Institute

of Educational Sciences (ISCED), the study of colonial literature falls within the Angolan Literature curriculum; however, there are, to the best of my knowledge, no monographs or theses on colonial literature, its practitioners, purposes, and the potential relationship between it and some Angolan writers. In this context, I initially propose to reflect on the concept of colonial literature and then analyze some works that will be mentioned along with the instances of legitimation and consecration in this debate, which has involved historians, sociologists, critics, and essayists such as Pires Laranjeira, Alfredo Margarido, Russel Hamilton, Inocência Mata, Salvato Trigo, among others. For the development of the research, an initial set of studies by Africanists was selected, and contact was established with some academics. Subsequently, the research was conducted at the Mário Pinto de Andrade Archive, digitized by the Mário Soares Foundation. This institution, based in Lisbon, made the collection of the main theorist of African literatures in Portuguese available to researchers through the Common House Platform. Thus, bibliographic methods, interviews, and archival documents were used..

Keywords: colonial literature, colonial narratives, General Agency of Colonies, press.



BIO-BILIOGRAFIA

João Ngola Trindade

Licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, é autor do livro *O Papel do Escritor na Sociedade Colonial Angolana* (Perfil Criativo, Lisboa, Alende Edições, Luanda, 2018). Mestrando em Literaturas em Língua Portuguesa na Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto, está filiado na Associação Portuguesa de Antropologia (APA). Colaborador do quinzenário *Cultura* (Edições Novembro), tem artigos apresentados em seminários e conferências organizados em Angola e no estrangeiro. A sua linha de pesquisa abarca áreas como Imprensa e Literatura, Literatura Colonial Portuguesa, Antropologia e História da Literatura Angolana. Bancário de profissão, desempenhou a função de Coordenador do Núcleo de Coordenação Interna do Departamento de Comunicação da Direcção de Marketing do BPC.

E-mail: ngolatr@hotmail.com



Itamar Cossi

Oratura, performance e voz nos ritos fúnebres em *A Muxiluanda* de Celestina Fernandes

Resumo

Os estudos da literatura angolana contemporânea nos obriga a lembrar que mesmo o país cedendo espaço à escrita, boa parte do seu território segue ainda composto por um sistema oral. E apesar de Angola hoje contar com vários escritores e escritoras representantes da escrita na literatura contemporânea, estes sabem o peso que a tradição oral possui. Tanto que a base de seus escritos perpassa o universo oral, introduzindo lendas, ditos populares, provérbios, mitos e ritos, marcas da tradição oral que agora se misturam à performance e à voz da escrita. O presente artigo apresenta um estudo sobre a obra *A Muxiluanda* (2009) de Maria Celestina Fernandes, a qual, como parte da oratura, descreve de maneira magistral dois ritos que ainda ocorrem em Angola, o Komba e o Xinguilamento, os quais são fonte de arquivo e manifestação da colectividade ancestral angolana.

Palavras Chave: oratura, komba, xinguilamento, performance, voz.

Na narrativa *A Muxiluanda* [2009] de Maria Celestina Fernandes, a oratura é constituída por meio da inserção de elementos que antes compunham apenas o campo oral, que no período colonial foram silenciados, mas agora são constantemente misturados à escrita, como opção decolonial. Esta obra que representa uma pequena e importante parte do vasto território literário angolano contemporâneo, é possível perceber que a oralidade é o duplo espectral da escrita ou vice-versa, sendo que este não é um oxímoro, pelo contrário é uma soma, na qual um termo se adiciona e completa o outro, que sedimenta e sustenta o discurso de autenticidade cultural angolana.

A oratura em Angola, embora sendo um assunto complexo, por trazer múltiplas e variáveis perspectivas culturais e estéticas, corresponde principalmente à vocalização simbólica e subjectiva do universo cultural angolano, o que não o dissocia de uma estética veiculada a três temas de suma importância: performance, corpo e voz, os quais aparecem na narrativa de Celestina, através da manifestação dos ritos do *komba* e do *Xinguilamento*, que exigem determinado movimento sincrónico das personagens mais velhas, as quais são ponte entre o mundo físico e espiritual. Na narrativa de Celestina, a oratura, que para António Ortega Lopez em *Del Silencio Milenario al Reino de la Escritura. Relaciones de la poesia oral con la escritura* [2012], tem a “capacidade de se reinventar, reestruturando-se, graças a interpretação que é sempre nova” [Lopez 2012: 74]. Efetiva-se no momento da enunciação pela conjun-

tura textual, a qual soma sons, voz, ritmos, elementos visuais e gestuais. Associando-se e se aproximando aos cantos, aos mitos, aos ditos populares, cuja linguagem exige mais da performance, corpo e voz, articulados a partir da contenção lexical, de jogos e repetições de palavras, onde predominam a densidade imagética, a impessoalidade e a atemporalidade.

Em *A Muxiluanda*, a relação entre oralidade, corpo e performance envolve principalmente a memória colectiva, que manifesta a reconstrução de dados fornecidos pelo presente da vida social, o qual é uma projecção do passado reinventado em Angola. A memória colectiva recompõe e reconstitui o passado, abrindo outras possibilidades discursivas que se configuram como decoloniais, já que são vertentes, as quais se afastam dos modelos coloniais estabelecidos. Para Maurice Halbwachs em *A Memória Colectiva*, a memória colectiva “é uma corrente de pensamentos contínuo, que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência de um grupo” [Halbwachs 1990: 56]. Nesta perspectiva, a memória colectiva é uma, senão a principal fonte da oratura angolana, a qual se alimenta inteiramente do passado, que não se opõe ao presente, pelo contrário são duas forças equiparadas, sem uma separação nitidamente traçada, mas justapostas em limites irregulares e incertos.

A oratura em *A Muxiluanda* de Celestina, associa a palavra dita com o próprio espaço/tempo da enunciação da memória colectiva e valoriza a voz

dos *griots*, que para Laura Padilha em *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*, ligam “o novo ao velho, estabelecendo as pontes necessárias, para que a ordem se mantenha e os destinos se cumpram” [Padilha 2007: 21]. Estes *griots* (termo utilizado com maior frequência na África Ocidental), aparecem nas narrativas angolanas, como em *A Muxiluanda*, geralmente através da figura dos *mpovis*, aqueles que dominam o conhecimento e preservam a tradição oral, por meio da contação de histórias, a qual somada à subjectividade e à memória colectiva forma o espaço orgânico da oratura em Angola.

Na narrativa de Celestina, tratando-se do conceito de oratura, não basta a abordagem analítica do binarismo entre oralidade/escrita, ou simplesmente catalogar as marcas orais – trechos e palavras em kimbundu – misturados ao português, senão discutir que a oralidade antecede à escrita e por isso, realiza-se por meio de elementos ontológicos e de conhecimentos da tradição oral. Em *A Muxiluanda*, apesar de prevalecer o uso da estrutura ocidental do português, esta já não é mais língua do antigo colonizador que, embora sendo um código linguístico imposto e herdado pela experiência colonial, agora é ressignificado pelo angolano, como maneira de afirmação identitária, propulsora de resistência e re-existência.

Nas visitas surpresa, quantas vezes Jacinta não encontrou o velho Quituxe a comer o mufete de nambula, sardinha fresquinha acaba de sair do mar e posta directamente nas brasas com es-camas e vísceras ou então a tomar um

muzonguê bem quente com jindungo e sentava-se ao seu lado para fazer companhia? E como ele ficava embevecido por ter a neta compartilhando consigo o suculento mufete, sem utilizar faca nem garfo, passando cada pedacinho de peixe pelo condimento de sal e jindungo de cahombo. Isso causava estupefacção a quem passasse pelo amplo quintal do mais velho, ouvindo-se por vezes o comentário:

- *Ih, vejam só! Uma mulher tão fina assim mesmo sentada no luando a comer com as mãos e tudo?! [Fernandes 2009: 42]*

Na citação há dois pontos para se observar: o primeiro é a inclusão de palavras em Kimbundu, as quais são nomes dados a pratos típicos, que fazem parte da culinária tradicional angolana. E o segundo, é maneira como as personagens – avô e neta comem estas refeições – utilizando as mãos - acção que desencadeia espanto naqueles que presenciavam a cena, já que é um costume, o qual ao longo do período colonial foi se perdendo, pois Angola foi submetida ao processo de assimilação, onde os angolanos aprendiam a usar talheres como o branco europeu¹.

Na obra *A Muxiluanda*, resgatar as práticas de antigos costumes (comer peixe com as mãos) vem como fonte de opção decolonial, inserida em um espaço criativo, pluralizado, identificável e que não consiste apenas na mistura entre trechos de línguas maternas angolanas com o português,

¹ Ministério do Ultramar. Decreto – Lei nº 39.666. Angola 1953.

senão um processo mais complexo, no qual há investidas tanto da oralidade, traços culturais, quanto da escrita em uma relação entre o ato performático e o textual. “Na véspera da partida, pessoas mais chegadas tinham-se dirigido à casa de Simão e a esmerada esposa, a boa anfitriã Guigui, fazendo as honras ofereceu às gentis visitas jimguba, quitaba e mbombó para lhes abrir o apetite para o feijão de óleo de palma, com acompanhamento de mufete, farofa, e salada de tomate sem faltar, é claro, a mandioca, batata-doce, mbombó e banana pão e ainda outros manjares alheios à cozinha tradicional angolana”. [Fernandes 2009: 79].

Em *A Muxiluanda*, a apropriação e reinvenção da língua do colonizador constitui uma grande tendência literária em Angola, característica que firma certa autonomia criativa e estética à obra. Essa afirmação não só vem a partir do sincretismo entre línguas maternas e o português, senão também através de uma linguagem onomatopéica, mais próxima à oralidade. “*Uaué monami, uaué monami, tusan-ge, sakidila Ngan’é. Tantas saudades filha! Não estava a aguentar mais, até andava já a pedir no teu pai para me deixar ir em Luanda te ver*” [Fernandes 2009: 106]. Para além de Celestina, a trajetória da escrita literária angolana conta com a oralização da escrita e recriação linguística, ademais da quimbundização e/ou umbundização da língua oficial portuguesa, distinguindo-se da semiótica ocidental, dando lugar a um espaço inventivo, onde o português é reterritorializado e misturado à colectividade das línguas

maternas, antes subalternizadas e silenciadas. Neste sentido, Celestina consegue conciliar a tradição de cultura oral com a literatura escrita, através de outra perspectiva, a qual reverbera a voz da colectividade ancestral angolana.

Essa colectividade ancestral que perpassa a narrativa de Celestina, reforça o processo de decolonialidade, reafirmação e ressignificação do sujeito angolano, cuja ancestralidade está em outro discurso, capaz de criar uma estética própria, que vibra e fecunda a africanidade, a partir de uma escrita que reinventa o português, misturado a línguas maternas. Significando que em Angola, não há uma língua portuguesa única, mas várias línguas em português.

Na oratura de *A Muxiluanda*, o diálogo múltiplo entre passado e presente, aparece na descrição de dois rituais tradicionais, cujas raízes e práticas são orais: o *komba* - uma cerimónia de varrimento da casa, após um velório e sepultamento de um ente querido e do *xinguilamento*, cuja origem da palavra vem do verbo “sakelar”, que em kimbundu significa incorporar e invocar os espíritos dos antepassados. “Sua avó Ceçá era xinguiladora, os kalundus vinham-lhe nos óbitos e outras ocasiões, ela tinha poderes de adivinhação e de chamada dos espíritos” [Fernandes 2009: 53]. O *xinguilamento* consiste na incorporação de um antepassado e/ou ancestral, na qual quem o pratica, entra em transe mediúnico. Este ritual é realizado por um mais velho, geralmente mulher. A xinguiladora também pode ser chamada de kimbanda, uma intermediária

entre os *kalundus* e os vivos. A posseção no rito é tão forte que é possível confundir a identidade do possuído com a do possuidor. “A avó encarnava o espírito de um remoto antepassado de voz agoirenta, que fumava cachimbo e bebia bastante. Quando mais nova, Jacinta ficava amedrontada, fugia a sete pés, porque nem por nada reconhecia a avó quando possuída” [Fernandes 2009: 53]. Tanto o *xinguilamento* quanto o *komba* estão inteiramente ligados ao ambiente familiar e são transmitidos de forma hereditária, principalmente através do vínculo materno. “ – Deixa lá omê, quem sabe a rapariga vai me suceder, alguém tem que receber os kalundus, eu também recebi” [Fernandes 2009: 53]. Este vínculo, não está atrelado somente à mulher, senão à própria terra Angola como figura materna, a qual sustenta um laço de sangue com seus filhos e fecunda neles a importância da valorização e da manutenção da ancestralidade, através da perpetuação das tradições.

Como fonte da tradição oral, o xinguilar exige determinada performance “bebia e fumava cachimbo”, a qual acompanhado de gestos e mímicas dão uma entonação rigorosa, sendo fundamentais para a circulação e afirmação deste rito como real. Nele, não basta apenas a voz, a qual precisa vir acompanhada de gestos, mímicas, movimento e ritmo. Por meio da performance em *A Muxiluanda*, a personagem avó Ceçá traz ao presente a voz e o desejo dos *kalundus* “Ela começou a desfalecer, os olhos a revirar e aí as atenções voltaram-se para ela – *espírito, espírito, está*

a receber os kalundus da velha Ceçá!” [Fernandes 2009: 54]. Estes Kalundus são espíritos evoluídos com alta hierarquia que já fizeram a passagem para o além mundo e voltam incorporados para realizarem curas, fazer justiça e dar protecção.

Ao inserir em sua escrita um rito da tradição oral, como fonte da oratura angolana, Celestina resgata do passado, uma linguagem existencial das antigas comunidades angolanas, como maneira de se projectar e dimensionar a deontologia do presente, que se torna múltiplo através da performance no ato do ritual do *xinguilamento*, o qual é realizado sempre por um mais velho, também conhecidos como *imbandas*², cujo principal papel é estabelecer contacto entre os dois mundos, o visível e o invisível.

Os imbandas são peças chave desta ponte entre o que é visível e invisível, entre passado/presente, pois são os detentores da voz da sabedoria, dos antigos costumes e resgatam o papel do *mpovi* em Angola, que não são meros contadores de histórias, senão dinamizadores da transmissão da sabedoria ancestral, a qual não vem somente por meio do rito do *xinguilamento*, senão por outros meios também, principalmente através da relação deste *mpovi* com a natureza. Por causa desta relação, é muito comum que os angolanos quando estão doentes, ao invés de buscarem a medicina ocidental, procuram os mais velhos, conhecedores das práticas ancestrais para trazerem a cura, através de chás, ervas, banhos e rezas.

² Curandeiros – os mais velhos da comunidade.

Em *A Muxiluanda*, ao descrever a performance de um *imbanda* no rito do *xinguilamento*, Celestina reivindica uma síntese entre oralidade e escritura, resultante da interação entre verbo – sequeular e expressão corporal – a acção que exige o rito, fontes que a serviço da colectividade angolana são fundamentais para a perpetuação do saber ancestral. Este é, talvez o maior traço da oratura angolana na narrativa de Celestina, impulsionar uma voz (verbo) seguida de uma performance (corpo), que combina descrição e acção e misturado ao tom coloquial, traz certa musicalidade ao texto. “Deixa lá de choraminguisse omé, antes de fazer as brincadeiras devias penar primeiro. – Mas eu não fiz nada. – dizia eu. – Cala masé a boca, se não fizeste nada como é que estás grávida, com ar? – rezingava a tia quando ela se inocentava e se alguém perguntasse a razão do choro, voltava-se para a chorona [...] uaué, uaué mamã Ceçá; ai, ai, ai avó amiga” [Fernandes 2009: 23 - 55]. As palavras “choraminguisse”, “omé”, “masé”, a onomatopeia “uaué” (choro) e a interjeição “ai” (dor), são elementos que trazem determinada musicalidade à narrativa de Celestina, já que são marcas da oralidade, algumas derivadas da nasalidade do kimbundu, as quais enfatizam a língua portuguesa já angolonizada.

Este português angolanizado desobedece aos padrões narrativos que foram dominantes em Angola, durante o período colonial. A desobediência ocorre, principalmente por resgatar a colectividade, por meio da descrição de fontes da tradição oral, como os ritos do *komba* e *xinguilamento*. Ele-

mentos que por muito tempo foram silenciados, apagados ou colocados sob uma roupagem ocidental, através da assimilação, a qual denominava que toda manifestação ritualística angolana era a invocação do mal e por isso deveriam ser excluídas. Segundo Frantz Fanon em *Os Condenados da Terra*, “para ilustrar o carácter totalitário da exploração colonial, o colonizador fez do colonizado uma espécie de quintessência do mal” [Fanon 1997: 30]. Quintessência que consiste numa concepção de mundo constituída a partir de um jogo dual entre o bem (branco) e o mal (negro). Um mundo dividido, cindido em dualidade e habitado por espécies diferentes, sendo que a colonizada era descrita como sem costumes e culturas, e dotada de sujeitos com ausência de valores, figura do mal absoluto.

Ao resgatar e valorizar os costumes tradicionais, a narrativa de Celestina vem na contra mão do discurso colonizador e desconstrói a concepção do negro como sujeito de ausências e reafirma a importância da colectividade angolana, a qual é representada pela descrição dos rituais, fontes da tradição oral. Elementos que determinam um tempo espiralar, onde o passado se encontra em um presente multiplicado, cujas memórias de uma Angola esquecida e silenciada são evocadas pela reminiscência, um espaço perdido que é recriado e reinventado. Por meio do *xinguilamento*, o tempo cede a movimentos e voz ancestrais, já não é mais a personagem em si, mas em seu corpo há um outro (antepassado), vestígio da resistência da repressão sócio-cultural, que é marca da oratura

angolana, a qual se percebe não só no peso da voz, mas também a outros elementos visuais, auditivos e gestuais. O xinguilar é um acontecimento oral e gestual e tanto voz quanto performance são fundamentais para dar credibilidade ao ritual.

Mas o aparatoso ritual do transe sempre causou um certo mal-estar em Jacinta. O som excitante do batuque e dos guizos, a viva indumentária vermelha com todos os acessórios à mistura, da cabeça aos tornozelos, a dança inebriante e os meneios do corpo, aquele assustador revirar dos olhos, tudo isso mexia com ela, dando-lhes por vezes a sensação de que poderia entrar também em transe a qualquer momento, o que a assustava sobremaneira; e enquanto a mãe a sossegava, a avó pelo contrário parecia gostar e incitava [Fernandes 2009: 53]

É possível perceber que o rito do xinguilamento é mais que apenas o uso predominante da voz, senão exige todo uma teatralização, vestimenta e performance do xinguilador. No ato performático do *xinguilamento*, a acção corporal engendra-se a um jogo, formando uma ponte entre passado e presente, entre o lembrar e o viver. Esta ponte busca objectivação na palavra cantada (os cantos no acto de xinguilar) e na falada - as orações feitas, que reverberam um outro universo e ecoa nos interlocutores de maneira directa e imediata, tanto que no ato do xinguilar, a personagem mais nova que presencia a performance do rito, fica assustada e sente medo de entrar em transe também ao ser envolvida pelos cantos e movimentos. "... tudo isso mexia com ela, dando-lhe por ve-

zes a sensação de que poderia entrar também em transe a qualquer momento" [Fernandes 2009: 53].

O xinguilamento engloba os envolvidos numa celebração estética, rítmica e ritualística, a qual reascende a colectividade angolana, que não existe sem determinada performance, uma vez que o acto performático exige em si percepções de espaço, cenário, tempo e construção de personagens e público. "Enquanto Nga Ceçá permaneceu na cama, mulheres mais próximas revezavam-se para dar continuidade à vigília, mantendo-se sentadas na cama aos pés da falecida. Ao lado da cama, em esteiras e luandos, velavam as que carpiam estrondosamente, sobretudo quando novas pessoas entravam" [Fernandes 2009: 55]. Para Paul Zumthor em *Performance, recepção e leitura*, a performance rege "o tempo, o lugar, a finalidade de transmissão, a acção do locutor e, em ampla medida, a resposta do público" [Zumthor 2007: 30]. Este conjunto de acção promove fontes de eficácia na perpetuação da tradição oral e cultural angolana, fontes da colectividade, cujo valor é inegável e inegociável, por potencializar e de recriar e/ou reinventar de maneira subjectiva determinado universo, o qual extrapola as fronteiras do real e do físico e conduz ao espectador (público) a uma realidade, paralela, múltipla, realizada no momento de troca e posse estética.

Na narrativa de Celestina, o ato performático é perpetuado através da actuação do xinguilador, que é quem recebe, produz e comanda os movimentos, os quais envolvem o público presente no rito funesto.

A autenticidade, articulação e fluidez são elementos incontestáveis do ato do xinguilamento, o qual é marca da tradição oral, que através da colectividade angolana se transforma em fonte inesgotável do saber ancestral. Este saber ancestral metafísico e filosófico não está somente ligado a determinado universo semântico e simbólico da repetição de um representar, senão tem o poder de constituir em si, a própria acção. O *xinguilamento* é um rito que constitui em si a própria acção performática, tanto que geralmente vem acompanhado de outro ritual, o *komba*, outra fonte inesgotável do saber ancestral angolano, que consiste na limpeza e no varrimento da casa, no intuito de retirar os restos das cinzas espirituais. “Ao fim do trigésimo dia teve lugar o *komba* ditokwa. Um *komba* como manda a tradição e o respeito pela pessoa que fora a extinta” [Fernandes 2009: 56].

Tanto o *komba*, quanto o *xinguilamento* são rituais que geralmente acontecem juntos no mesmo funeral, principalmente se o indivíduo que morreu foi um *dikulu* ou um *dikulundundu* em kimbundu, que significa o mais velho da comunidade. O rito do *komba*, juntamente com o xinguilar, pode acontecer uma semana depois do funeral de um mais velho, ou qualquer outro ente querido. E são resultado da recusa da ruptura entre vida/morte que é intermutável por causa da reversibilidade simbólica que trazem, por isso, geralmente estes ritos são celebrações regadas de muita bebida e comida. Desta maneira o luto é resignificado e socialmente canalizado nos ritos, como forma de trans-

cender a morte e exaltar a vida. Os ritos servem para essa transcendência, para uma harmonia com o seu corpo, seu grupo e seu mundo. Assim a ruptura causada pela morte nada mais é que uma passagem para o outro lado da vida, por isso deve ser celebrada, não lamentada. “O calor do óbito era mantido pelas companheiras da extinta que cantavam e batucavam os tampos das bacias de latão e pelos grupos carnavalescos da Ilha. Para os frequentadores do óbito havia sempre peixe frito, feijão de óleo de palma, muzonguê, batata-doce, mandioca cozida, jinguba, cerveja, vinho, maruvo, etc.” [Fernandes 2009: 55]

Como marca da oratura angolana, o *komba* é marcado não só pelo choro como forma de linguagem e exteriorização da dor, mas também pelo ritmo das batucadas, dos cânticos, bebidas, comidas e dos transes (*xinguilamento*), que constituem e recriam, através da performance, um passado presentificado, o qual está inserido em um jogo do entre vida e morte. Neste sentido, a vida se prolonga, para além da morte corporal e pode ser entendida como algo cíclico, estágio de um processo cósmico repetitivo. “Os poderes sobrenaturais que a velha Ceçá recebera da mãe passaram para a irmã, a mamã pequena de Guiomar”. [Fernandes 2009: 54]. Por meio das fontes orais descritas na narrativa de Celestina, que são os ritos do *komba* e do *xinguilamento*, todos os mais velhos que já foram para o além mundo, de alguma maneira regressam como antepassado ou ancestral, que podem proteger, punir, e/ou aconselhar os viventes. Nessa perspectiva, os rituais

de passagem são necessários, para criarem uma harmonia entre os dois mundos, onde a morte é entendida como trânsito, um estágio, no qual aqueles que morreram tem uma extensão existencial e entram constantemente em contacto com os familiares e com a comunidade.

Em *A Muxilunda*, os ritos como perpetuação de fontes orais, estabelecem a comunhão entre o ser vivente e os *Xi-ni-Mâvu* – denominação das entidades espirituais e sobrenaturais existentes e isso assegura a resistência e a sobrevivência da cultura e dos costumes ancestrais angolanos, cujo morto tem o papel de um devir, no qual busca a efectivação categórica de antepassado. Neste devir, o morto chega ao seu destino decomposto de uma realidade existencial, por isso há a necessidade de se realizar o rito do *komba*, para que o morto complete o seu ciclo, caso não seja realizado o rito, este ser pode se tornar uma alma vagante, a qual pode trazer males e apresentar perigos terríveis para a comunidade dos vivos.

O rito do *komba* precisa ser realizado de maneira correta, para que o ser ancestral não castigue a comunidade com a sua ira, por isso é necessário festejar com grande banquete, que em alguns casos podem se prolongar por até um mês. “O óbito da mais velha durou um mês e enclausurada no quarto ficou Guiomar a viubar, completamente paramentada de preto, tal como o compartimento. Toda a família e os membros da comunidade contribuíram com dinheiro, comida e bebida para manter o óbito da malograda Ceçá” [Fernandes 2009: 55]. O

festejo é a maneira de mostrar aos ancestrais a bondade e o agradecimento da comunidade para com o falecido, por isso a contribuição com dinheiro ou de outros modos, por exemplo, jogando comidas e bebidas no mar e/ou espalhando pela terra. “Os espíritos não foram esquecidos, nem pensar..., foi-lhes dado de beber e comer, atirando para o chão e mar de tudo um pouco” [Fernandes 2009: 56]. Estes costumes, além de distrair os convidados, já que ficam aí por muitos dias, é uma maneira de dar coragem ao defunto para enfrentar o seu rito de passagem, na sua transfiguração a um antepassado e/ou um ancestral.

É importante lembrar que o *komba* exige toda uma preparação do defunto antes de a cerimónia realmente acontecer. Geralmente quem morre é levado a uma sala, onde tem o seu corpo lavado e depois são colocadas as suas melhores vestimentas, passam-lhe óleo de palma e perfumes. “De volta, a falecida jazeu primeiramente na sua cama onde foi convenientemente tratada, depois o caixão foi colocado no quintalão para todos puderam vê-la e prestar homenagem com choro, rezas, cânticos e danças carnavalescas” [Fernandes 2009: 55]. No interior de Angola, onde a voz da tradição acontece com mais frequência e mais original, o morto é colocado em uma esteira e levado ao salão para presidir os festejos que ordenam o *komba*, como maneira de honrar a família, a comunidade e principalmente privilegiar o ser, que agora passa a ser antepassado e/ou um ancestral. “Enquanto Nga Ceçá permaneceu na cama, mulheres mais próximas revezavam-se para

dar continuidade à vigília, mantendo-se sentadas na cama aos pés da falecida. Ao lado da cama, em esteiras e luandos, velavam as que carpiam estrondosamente, sobretudo quando novas pessoas entravam” [Fernandes 2009: 55].

Como tradição oral angolana, todos têm a obrigação de comparecer ao velório e participar da cerimónia mortuária, caso o parente ou amigo não compareça, por qualquer motivo, poderá ser acusado de feitiçaria, ou aquele que provocou a morte do indivíduo. “Como foi preciso retardar o funeral para aguardar pela chegada da filha Guiomar, que se encontrava a residir em Moçâmedes, o corpo teve que ser levado para a morgue do Hospital Maria Pia, voltando para casa apenas na tarde que aconteceu o funeral” [Fernandes 2009: 54]. Mesmo que os parentes estejam em outra cidade, estado e/ou país terão que fazer um esforço para comparecer à cerimónia fúnebre, que em alguns casos pode durar semanas e o cadáver chega a se decompor, enquanto os convidados comem e bebem em sua homenagem.

Em Angola, a morte suscita um jogo de participações e correspondências, onde não só os parentes, mas toda a comunidade é afectada, como também o espaço da casa, por isso exige toda uma preparação, antes, durante e depois do funeral. Tanto que uma parte do *komba* – o varrimento da casa acontece só após o enterro do defunto, como forma positiva de que aquele ser se tornou um antepassado e/ou um ancestral protector. Neste sentido, a morte é transformada em vida.

O festejo da cerimónia fúnebre é a maneira de sincretizar os mundos espiritual e físico, onde o ser que está realizando a passagem se torna participante e ponte entre estes dois universos. O processo ritualístico performático do *komba* não somente se refere a um sincretismo espaço/temporal, senão a uma extensão fronteira entre o real e o imaginário em Angola, por este motivo, geralmente o rito é finalizado com um grande banquete e com o varrimento da casa. “O *komba* terminou com o varrer das cinzas e a extinção, à meia noite, da chama da lamparina de azeite que permanecera acesa durante os trinta dias de nojo” [Fernandes 2009: 56]. Só dessa maneira o falecido se sentirá satisfeito e pronto para ser mais uma voz ancestral, a proteger a comunidade.

Na narrativa de Celestina, como fonte da oratura angolana, os ritos formam lugar de fusões e rupturas, de unidade e pluralidade, com um enredo cosmogónico desenvolvido através de uma estrutura simbólica muito bem elaborada, cujas performances se referem de maneira fidedigna à ancestralidade. Tanto o *xinguilamento* quanto o *komba* emergem como vozes de resgate não só das memórias ancestrais angolanas, como também maneira de regresso às origens, que são revividas, recriadas e reinventadas através dos cantos, das danças e ritos inseridos na oratura, a qual traz outro viés literário, buscando se distanciar dos moldes coloniais e criando estruturas alternativas de poder, reorganizando as relações étnicas. A oratura nas narrativas angolanas contemporâneas traz e descreve genuinamente

as memórias, a reminiscência da priori dos costumes angolanos, que auxilia na reorganização das relações de poder e principalmente na resignificação do espaço geográfico e simbólico em Angola.

A oratura em Celestina traz os ritos como voz ancestral angolana e uma outra ordem sócio-cultural, subvertendo a relação de poder estabelecida pelo poder colonial. Esta voz, por meio das manifestações ritualísticas, abre possibilidades de existência e resistência, as quais estão instituídas principalmente nas performances das manifestações tradicionais, criando e reinventando a História, os saberes e identidades de Angola. Na oratura angolana, os ritos cumprem com o papel de reinvenção pedagógica como modelos de trânsito e resgata as belezas, costumes e línguas como arquivo decolonial. Este resgate tem como objectivo nortear as relações socio-culturais, as quais certamente tentam se desconectar do sistema colonial português e trazerem um outro olhar sobre o território angolano.

Referências bibliográficas

- BOLETIM OFICIAL Da Província de Angola
1953: Ministério do Ultramar. Decreto – Lei nº 39.666, Luanda [1954: publicado no nº 22, 20 de Maio e 2 de Junho]
- FERNANDES, M. Celestina
2009: *A Muxiluanda*, Luanda: Caxinde Editora
- FANON, Frantz
1997: *Os Condenados da terra*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

HALBWACHS, Maurice
1990: *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice

ORTEGA, Ángel Antonio López
2012: «Del Silencio Milenario al Reino de la Escritura. Relaciones de la poesia oral con la escritura», *Oráfrica*, n. 8, p. 65-76, Abril

PADILHA, Laura
2007: *Entre voz e letra. O lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*, Rio de Janeiro: Pallas

ZUMTHOR, Paul
1993: *A letra e a voz. A "literatura" medieval*, S. Paulo: Companhia das Letras
1997: *Introdução à poesia oral*, S. Paulo: HUCITEC
1997: *Tradição e esquecimento*, São Paulo: HUCITEC

Orature, performance and voice in funeral rites in *A Muxiluanda* de Celestina

Abstract

Studies of contemporary Angolan literature force us to remember that even though the country is giving space to writing, a large part of its territory still consists of an oral system. And although Angola today has several writers who represent writing in contemporary literature, they know the weight that oral tradition has. So much so that the basis of his writings permeates the oral universe, introducing legends, popular sayings, proverbs, myths and rites, marks of oral tradition that now mix with the

performance and voice of writing. This article presents a study on the work *A Muxiluanda* (2009) by Maria Celestina Fernandes, which, as part of the orature, masterfully describes two rites that still occur in Angola, *Komba* and *Xinguilamento*, which are a source of archive and manifestation of the Angolan ancestral collective.

Key words: orature, komba, xinguilamento, performance, voce.

Revista B

Facultad de Filosofía y Letras (UBA)
Infância: Processo de iniciação à vida adulta em narrativas de Mia Couto

América - Revista de Estudos das Diásporas Africanas

O espaço fronteiriço angolano como casa: corpo e arquivo decolonial em *Os Transparentes* de Ondjaki

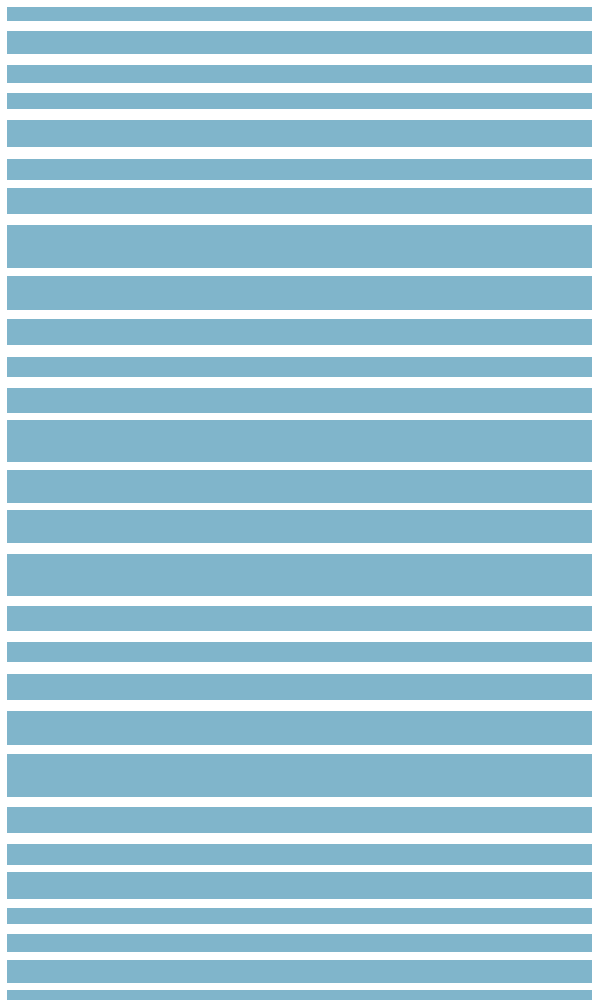
E-mail: itamartiupei@hotmail.com

BIO-BIBLIOGRAFIA

Itamar Cossi é professor de língua portuguesa, formado em Letras e pós graduado em Linguística pela faculdade Fundação Presidente Castelo Branco em Colatina no Espírito Santo - Brasil, doutorando pela Facultad de Filosofía y Letras - FILOUBA - em Buenos Aires Argentina, cuja investigação aborda o tema: Espaços e corpus na Literatura angolana contemporânea a partir da perspectiva decolonial. Membro e investigador do ILH - Instituto de Literatura Hispanoamericana e do CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas) na Argentina. Tem publicados os seguintes artigos nas revistas indicadas:

Revista Exitus

Política de asimilación: Pieza fundamental para la propagación del colonialismo, racismo e categorización de raza en Angola, a partir del analisis de la narrativa de Primo Narciso de António Antunes Fonseca





Adérito Manuel

As carreiras nas letras e rendimentos económicos: problemas de Estado, de mercado e autonomização em Angola

Resumo

Este texto, elaborado com base na pesquisa bibliográfica, apresenta pressupostos, questionáveis e inacabados, ao considerar que as carreiras nas letras devem ser feitas por profissionais que tenham autonomia e rendimento económico que lhes permita viver com dignidade no seu ofício, status este que serve de incentivo para melhorar o interesse pelas obras artísticas e científicas e o hábito de leitura. Para o efeito, propomos que o Estado e o mercado têm de ter uma intervenção mais significativa.

Palavras-chave: carreiras nas letras, Estado, mercado, autonomia, rendimento económico.

Introdução

Actualmente, no país, os escritores, os autores¹, os editores de livros, os livreiros e os alfarrabistas são das carreiras ligadas às letras², porém incapazes de proporcionar uma vida de “classe alta” ou transformar materialmente as pessoas ricas porque, embora requeiram profundo trabalho, raramente seus produtos (livros, revistas, relatórios, artigos em jornais, etc.) são altamente comercializáveis. Desta forma, é difícil fazer com que boa parte dos seus promotores profissionais se dediquem a tempo inteiro ou vivam exclusivamente dos seus proventos. Como consequência, a qualidade dos seus serviços/produtos não é das melhores, ou de elevada qualidade, se considerarmos a generalidade do que tem sido publicado. Contudo, não é muito comum debater sobre os proventos que advêm do exercício destes ofícios. Nem mesmo na academia ligada a estes cursos se incentiva as pessoas a darem relevância e preocupação sobre o assunto.

Como já cantou Yanick Afroman “dinheiro não é tudo na vida mas não

há vida sem dinheiro”, ou seja, a “acção economicamente orientada”, no sentido de Weber [2002] pressupõe que não se deve ignorar os aspectos económicos para se ter autonomia na maioria das actividades humanas. Por outro lado, há também benefícios económicos indirectos, reflectidos em situações em que, por exemplo, o simples facto de sermos profissionais de uma área leva a que beneficiemos de determinados privilégios, como acontece com certos governantes que têm determinadas regalias, cujo pagamento não é feito directamente a partir do seu trabalho.

Dentro desta panorâmica, em que não parece haver valorização do Estado, do mercado e sem autonomia para seguirem seu caminho, por que os que optam por fazer estas carreiras se mantêm no ofício, numa situação de aparente falta de rentabilidade económica suficiente para garantir estilo de vida com dignidade e compatível para garantir autonomia de acção?

Nossa abordagem a seguir é em busca de respostas para esta questão central. Também não somos uma excepção ao que é colocado acima, pois não sabemos se poderemos alcançar nossa pretensão de procurar respostas sobre o assunto, pelo que, ainda que não sejamos nós a realizá-la com profundidade, outros, em momentos e circunstâncias diferentes, poderão trazer luzes que nos possam ajudar a melhor compreender e apreender o tema.

Começaremos por fazer um breve enquadramento das categorias das carreiras nas letras. Como um país que na sua trajectória tentou diminuir ao

¹ Embora em geral um escritor seja autor o inverso não sucede, pelo que, à luz do que pensamos ser também o entendimento da Academia Angolana de Letras, os autores são aqui considerados os cientistas sociais e das humanidades que publicaram pelo menos um livro.

² Existem outros ofícios ligados às letras como os jornalistas da imprensa escrita, os críticos literários, os professores das línguas e das literaturas que não estão no esquema desta abordagem porque estariam numa posição um pouco mais privilegiada ou por nem sequer as suas actividades se fazerem muito sentir em Angola.

máximo o papel do mercado, começaremos por evocar alguns momentos positivos que o Estado teve ao intervir no assunto. Se, por enquanto, a economia de mercado é uma opção política irreversível, não é crível e nem lógico deixar tudo à mercê do mercado, pois há coisas úteis que não são tão consumidas em grande escala no seio deste, há que ter mão do Estado. Por fim, sem Estado e sem mercado, o desafio é desenhar um figurino em que se pudesse caminhar para uma autonomia, nem que fosse apenas por considerar que simbolicamente o que é produzido é um bem que qualitativamente deveria ser valorizado por uma elite suficientemente autónoma, para o efeito.

Tipos-ideais de carreiras nas letras

Uma carreira pressupõe uma trajetória de realizações, com produção de conteúdos (bens e serviços) ao longo do tempo, no qual há implementação de esforço intelectual e/ou físico, que resultam em recompensas (materiais e imateriais) que incentivam os actores a se dedicarem cada vez mais, ou inversamente, chegarem ao ponto de a abandonarem.

Em função do tempo de dedicação e dos provimentos resultantes do seu trabalho, podemos identificar os seguintes tipos-ideais dos que se dedicam às carreiras nas letras, objecto desta incursão:

- Existem aqueles que são profissionais que se dedicam exclusivamente a actividades cujos rendimentos, por consequência, vêm completamente do seu ofício. São profissionais que sentem imediatamente os efeitos po-

sitivos ou negativos em relação ao que acontece na área.

- Temos os que as suas carreiras nas letras lhes garantem um rendimento mais seguro, porém não muito elevado e por isso se dedicam também a outras actividades como consultoria/assessoria ou gestão em áreas ligadas às respectivas carreiras que lhes possibilitam ter maiores rendimentos económicos e, por isso, dedicam mais tempo a estas últimas.

- Outros são os cujo rendimento económico na área das letras é superior ao do ofício em que têm rendimento regular, porém não confiam ou não estão suficientemente convencidos que a carreira nas letras lhes garanta futuro ou não seja facilmente afectada por qualquer alteração socio-económica, com a possibilidade de cair numa situação de precariedade. Por isso, se dedicam a um outro ofício muito próximo do das letras como a docência e o jornalismo. Ainda assim, são mais consagrados e conhecidos na carreiras das letras porque têm uma produção regular ou de grande relevância e dedicam a respectiva carreira nas letras parte significativa do seu tempo.

- Existem aqueles que se dedicam inteiramente e exclusivamente a uma actividade profissional, de onde são muito mais conhecidos e vivem exclusivamente disto. São mais conhecidos ou reconhecidos em seus ramos profissionais. Dedicam-se as letras por simples gosto ou amor, sem esperar das mesmas qualquer rendimento. Sentem-se realizado pura e simplesmente por publicarem ou de verem reconhecidas as suas obras.

No nosso país, entre os que seguem carreira nas letras aqui em abordagem, pelo menos os que têm mais visibilidade, são poucas as personalidades que se dedicam a esta actividade a tempo inteiro ou se constitua como a sua principal fonte do seu rendimento. A maioria dos escritores angolanos enquadra-se nesta última categoria.

Do Estado nascente às iniciativas de sectores privados

Como se sabe, o nosso primeiro Presidente foi um intelectual, ligado sobretudo às letras. O seu discurso na União do Escritores Angolanos, no acto de tomada de posse dos corpos gerentes da mesma, a 8 de Janeiro de 1979, dia consagrado como o Dia Nacional da Cultura, bem como a campanha que lançou a favor da alfabetização da população e a sua poesia traçam, de forma explícita, as linhas de acção orientadoras para a valorização das letras, como pressupostos para a valorização dos angolanos.

Estas linhas lançadas a partir do raiar do sol da proclamação da Independência Nacional ganharam mais forma na década de 1980, período em que o Estado teve um papel importante na promoção das letras, mais especificamente na promoção do livro e da leitura. Como neste período não se colocavam tanto questões de mercado e se apregoava a pretensão de construção de uma sociedade mais igualitária, ou pelo menos mais equilibrada, em termos de acesso aos variados bens e serviços, desenhou-se um cenário em que o livro e a leitura estavam mais disponíveis para quem tivesse interesse e habilidades. Segundo Fonseca [2022, 2023], tínhamos um

Estado mais empenhado nas questões culturais, melhor organização da distribuição do livro, uma imprensa que produzia conteúdos sobre literatura (e promotora de novos talentos), associativismo literário juvenil, prémios literários e a promoção de feiras literárias infantis, que tornaram 1975-1985 como período áureo da literatura angolana, pois houve uma explosão editorial no pós-independência nunca antes feita por um país africano, tendo se promovido a literatura e a leitura nas instituições como escolas, igrejas e até quartéis. Entretanto, depois de 1985 começou a haver dificuldades cambiais, o que dificultou o pagamento no exterior do país da impressão e edição das obras. [Fonseca, 2022].

O que se fez até meados da década de 1980 não teria desaparecido em seus traços essenciais ou pelo menos teria deixado vestígios mais marcantes, caso fosse uma acção que tivesse devidamente enraizada a nível do Estado. Se a realidade actual é, por conseguinte, bastante diferente da década 1980, paradoxalmente, há coisas que poderiam concorrer para mais consumo deste tipo de obras, pelo facto de ter aumentado a escolarização, o poder de compra de maior número de pessoas e de haver mais produção de conhecimentos³. Se as necessidades biológicas básicas como a fome não podem esperar, o mesmo não se pode dizer de outros gastos que foram tidos como prioritários nas finanças

³ Partimos do pressuposto que em 1985 a situação económica, o número de pessoas com poder de compra e a escolarização eram inferiores se comparados com Janeiro de 2023.

públicas como as regalias demasiado dispendiosas e luxuosas para os titulares de cargos públicos e seus familiares, em detrimento da subsidiação de livros, jornais ou pesquisas a nível das ciências sociais e humanas, que concorrem para a formação da cidadania e da emancipação das pessoas.

Um dos reflexos desta falta de prioridades mais consentâneas com o que estamos a abordar é que na maioria das instituições, até mesmo públicas e escolares, não há bibliotecas ou um acervo organizado e apetrechado de que nos possamos orgulhar. Se a cultura de leitura ainda precisava ser cultivada, se a dada altura houve muitas dificuldades, até hoje, sobretudo no período do crescimento económico, com excepção dos “clássicos” editados pelo GRE-CIMA (Gabinete de Revitalização da Comunicação Institucional, Marketing e Administração), não se viu quase nada que pudesse levar a que tivéssemos hoje um quadro melhor⁴.

Nas intervenções relacionadas feitas por escritores e editores consagrados nas Conversas da Academia à Quinta-feira não vislumbramos projectos sólidos que alimentassem a esperança de reversão deste quadro a curto prazo, que implicassem a publicação massiva e permanente de obras literárias e científicas. Pelo contrário, na actual crise económica e social, alguns escritores consagrados

afirmaram estar a viver numa situação de quase mendicidade, a clamar por oportunidade de publicar obras engavetadas há algum tempo.

É paradoxal que com cada vez mais gente formada não se note reflexo proporcional no incremento dos hábitos de leitura e no consumo do livro, suficiente para esgotar os poucos exemplares que têm sido publicados. Quase todas as medidas relacionadas com as letras não chegam a bom porto tal como a Comissão para Redacção da História da Literatura, Comissão sobre Figuras Históricas, Decreto Presidencial sobre o Livro e a Literatura, por exemplo, não chegaram ao fim dos seus trabalhos ou as resoluções não foram aprovadas.

Algumas tentativas de reactivação desta tendência de banalização do livro e da leitura foram: a) o Jardim do Livro Infantil, pelo INALD b) a Feira do Livro e do Disco, do CEFOJOR (Centro de Formação de Jornalistas) e c) a publicação de obras por parte de instituições do ensino superior e de cientistas sociais a título individual. Entretanto, nos últimos 8 anos, estas poucas iniciativas também deixaram de existir ou acontecem esporadicamente sem a devida divulgação.

Ao se deixar isto a mercê do mercado, que não tem suficiente estrutura e cultura de consumir os “produtos” das letras, haverá, provavelmente, mais pessoas a lerem conteúdos supérfluos ou outros relacionados com obrigações escolares, de serviço, ou seja, uma leitura utilitária e instrumental. Pouca será relacionada com o “amor às letras”, com a cultura geral

⁴ Esta tentativa de massificação do livro e da leitura permitiu publicar obras que custavam apenas kz 500. Apesar deste baixo preço e de toda publicidade/marketing que se fez, não vimos uma corrida significativa para a aquisição dos livros publicados.

e com um melhor conhecimento das nossas identidades.

A produção e consumo de bens simbólicos

Neste texto, partimos do pressuposto que há uma relação circular entre a produção, distribuição e consumo de conteúdos das letras. Se não houver produção e distribuição adequadas de livros, jornais ou qualquer outro conteúdo relacionado com as letras, não haverá, obviamente, procura deste conteúdo, que se concretiza na propagação de hábitos de leitura. E se entendermos que a leitura não é uma necessidade biologicamente condicionada de forma vital, serão mais os factores sócio-culturais, económicos e políticos de uma colectividade que estarão na base da existência de cada vez mais leitores.

Nos últimos anos, houve poucas e raras acções que tornaram as letras um capital económico ou um elemento fundamental para a ascensão na vida social. Promoveu-se demais a mediocridade, a incompetência, a astúcia, a “esperteza”, ou seja, um conjunto de acções e atitudes que não incentivaram a competência, o bem fazer e o mérito das pessoas. Se partirmos do princípio de que as pessoas fazem determinadas escolhas em função do benefício imediato que possam ter para as suas vidas, a capacidade de escrever e ler correctamente não se reflectiria em recompensas directamente proporcionais ao esforço feito em termos de tempo e dinheiro. Basta ver que a maioria dos escritores e cientistas sociais não ostenta sinais visíveis de riqueza (que sejam directamente relacionados com estes ofícios) e nem por

isso serão tão prestigiados, salvo por algumas pessoas que sejam da prole, quer por formação ou por pertencerem a um grupo restrito de organizações que ainda promovem o livro, a leitura e a formação em áreas afins.

Actualmente, não basta uma simples valorização que apenas se resume a simples “palmadas nas costas”, embora consideremos que algumas coisas na vida valem mais pelo simbolismo que ostentam. Qualquer ofício, que implica disponibilidade de tempo e habilidades técnico-científicas, não deve depender apenas de boa vontade ou de ser realizada por capricho de uns poucos que se predispõem a oferecer de forma esporádica o seu dinheiro ou tempo. Se a literatura e as pesquisas das ciências sociais e humanas não têm que ser produtos que tenham mercado para tornar as pessoas multimilionárias, não podem estas, inversamente, estar propensas à indigência ou sujeitas apenas à filantropia de uns poucos que teimam em lhes dar alguma visibilidade. Tal pode ser aferido no facto de ser mais comum vermos na ficha técnica das publicações a impressão de 1000 exemplares ou menos, que dificilmente esgotam em um ano, quer seja de literatura ou de pesquisa em ciências sociais e humanas, o que indicia pouco público leitor e dificuldades na distribuição das obras, sobretudo quando se trata de edição de autor. Em termos de edição António Fonseca (2022) chama a atenção que o que temos mais são “prestadores de serviços editoriais do que editoras porque, em geral, os autores pagam para ver suas obras publicadas por estes prestadores de serviço, quando seria a editora, afinal, a fazer os investimentos

e a assumir os riscos da publicação das obras sob sua chancela.”

E com estas dificuldades na produção e distribuição de livros, não se esperaria aquisição elevada dos mesmos, ao ponto de não ser comum encontrar nas residências estantes com centenas ou milhares de exemplares. No momento de maior crescimento económico, assistiu-se pessoas a gastarem dinheiro em mobílias, a construir residências dos mais alto padrão e até instituições públicas adquiriram viaturas cujos preços poderiam servir para se construir bibliotecas e salas de leitura nas capitais de província, nos municípios, nas comunas e nos bairros. Foi um festival de materiais supérfluos que, actualmente, se verifica que não foram investimentos e gastos que a médio e longo prazos seriam vistos como contributo para o desenvolvimento humano do nosso país. Pelo contrário, hoje todos vamos sofrendo as consequências deste tipo de excentricidades, que reflectem a pobreza que tivemos em termos de mentalidade. Nas organizações nota-se a ausência de análises com fundamentos económicos plausíveis. Há uma tendência de se menosprezar abordagens de gestão económica, da utilidade/valorização do produto, para que os “projectos” logrem. Ou seja o dinheiro, desde que bem ganho, não faz mal a ninguém, e em consequência, quanto mais ricos tiver uma sociedade, desde que sejam patriotas, altruístas e filantropos que orgulhe seus concidadãos, melhor. Se as contas não estiverem bem feitas e não houver transparência e rigor em termos de gestão financeira, pouca gente terá interesse de colo-

car o seu dinheiro, ainda que seja com pretensão filantrópica.

A questão da autonomização

Na sociedade angolana, ainda são poucas as actividades que sejam verdadeiramente autónomas em relação ao Estado. Nos recentes acontecimentos sobre o combate à corrupção, veio à tona que, afinal, das mais cotadas organizações empresariais angolanas foram erguidas com financiamento público. Nestas condições, seria difícil esperar que no domínio das letras se tivesse um caminho mais ardiloso para autonomia.

Para construir a sua autonomia, em contraposição aos poderes políticos e económicos instalados que pretendiam promover o supérfluo, os artistas começaram a classificar, a consumir e a ter controlo das recompensas do que consideravam ser arte boa, e isto constituiu um passo importante para autonomização do campo artístico [Bourdieu 2010].

A maioria das organizações/associações ligadas as letras têm dificuldades básicas de funcionamento, poucas conhecem as obras dos outros, não há debate e suficiente concorrência (e disputas positivas) em termos de capital simbólico, social, cultural e económico. Viram-se mais para um público que as ignora (porque não as “lê com olhos de ver” e não tem capacidade de comprar sua obra) e não tem capital cultural para recepcionar de forma crítica o que produzem. Este quadro foi um pouco melhor no início da construção da nação, com a proclamação da UEA.

Dentro dos propósitos e projectos de sociedade e de Estado dos pais

da independência política do país, houve algum engajamento, como no âmbito da criação da União dos Escritores Angolanos e sua respectiva actuação até a década de 1990, para que se caminhasse, pelo menos em alguns aspectos, para uma autonomia intelectual e de criação, que fizesse com que a literatura e o debate intelectual caminhassem com seus próprios pés. Contudo, paradoxalmente, esta tendência foi abandonada com a emergência da democracia formal e da economia de mercado.

Apesar de haver cientistas sociais por aí, e institucionalmente existirem instituições do ensino superior que têm no seu seio cientistas sociais, em termos práticos, não se vê organizações consolidadas que delimitem e sustentem comunidades relativamente autónomas que tenham intervenção colectiva capaz de considerarmos que já temos um campo académico a nível das ciências sociais com respeito e prestígio, capazes de dar contribuição significativa para as transformações necessária e urgentes deste país.

Há necessidade de delimitar melhor o seu campo, em que sejam admitidos e devidamente recompensados os seus agentes, com honra e prestígio, mas também comprando as suas obras e com promoção de mais prémios de valor monetário considerável. Assim, no meio de tanta mediocridade, de luta pelos protagonismos, haverá uma elite das letras, com vida digna e satisfeita por pertencer a carreiras nas letras feitas por uns poucos e raros, de uma genialidade difícil de se alcançar. Porque, se, por um lado, não se pode ter instituições ligadas as letras estritamente

comerciais, como se fossem cantinas que vendem produtos alimentares ou coisas de consumo imediato, por outro, não podem continuar a ser pedintes, mal geridas e seus integrantes não sejam suficientemente engajados e pró-activos para a construção e fortalecimento do seu campo (literário, científico, etc.). De resto, conforme se encontram as coisas, não se pode culpabilizar a juventude por não dar valor àquilo que ela não tem esclarecido sobre a sua utilidade na sua vida material. Quando um actor (individual ou colectivo) tem determinada acção como um ideal, mobiliza os recursos necessários para implementá-los. A produção, distribuição e apreensão do conhecimento não deve ser negligenciada nas sociedades em rede.

À guisa de conclusão

As carreiras nas letras não devem ser alimentadas para formar pobres absolutos ou frustrados no mercado de trabalho. Têm, no mínimo, de garantir que tenhamos indivíduos que atinjam uma classe média alta, de formas que tenham prestígio e valorização capazes de orgulhar a quem pretende estar nesta vertente. De nada adianta muito conhecimento e sabedoria se caírem em sacos vazios, pois um mundo utilitarista não valoriza quem, no final do dia, não consegue pagar as contas básicas. Seria preferível, na actualidade, transformar as carreiras nas letras em actividades elitistas, feitas por pessoas que não estejam numa situação de pobreza absoluta, sem terem resolvidas questões básicas de sobrevivência, correndo-se o risco de com isto se promover

a mediocridade na produção e circulação de conteúdos intelectuais, que exigem paciência, resiliência, clareza e fineza incompatíveis com pressas e superficialidades imediatas, como acontece com quem tem necessidades imediatas.

Sem recompensas que os dignifica devidamente, em função de todo investimento que é necessário para se dedicarem afinadamente para fazerem carreiras em abordagem, de nada adianta querer ignorar a relevância do capital financeiro na vida das pessoas. Ainda mais num país que ainda não se atingiu a possibilidade de termos assistência e protecção providas pelo Estado, capazes de garantir as necessidades básicas para quem tem emprego.

Não podemos continuar a ver o espaço intelectual das letras preenchido por organizações que não fazem o mínimo por estarem organizadas e fortalecidas, de forma a atraírem todo tipo de capital, inclusive o financeiro. O dinheiro, sobretudo nas sociedades actuais, é um importante instrumento para mobilizar as pessoas a aderir a determinados movimentos sociais. Não basta ter nobres objectivos, há necessidade de se garantir uma certa logística para que as pessoas abracem, numa realidade concreta e engajada, determinados propósitos.

Escrever bem é um exercício laborioso, em que uns poucos atingem um nível de excelência, que não pode conviver com o paradoxo de que seus grandes fazedores vivam numa situação de precariedade, susceptível dos seus próximos questionarem a utilidade de tão sublime habilidade.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre

2010: *As regras da arte: génese e estrutura do campo literário*, São Paulo: Companhia das Letras

FONSECA, António

2023: "Pelos caminhos da literatura angolana: a década de 80", conferência apresentada nas *Conversas da Academia à Quinta-feira*, no dia 8 de Junho, via Zoom

2022: "Literatura angolana no pós-independência", conferência apresentada nas *Conversas da Academia à Quinta-feira*, no dia 17 de Novembro, via Zoom

WEBER, Max

2002: "Las categorías sociológicas, fundamentales de la vida económica" in: M. Weber *Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*, Madrid: Fondo de Cultura Económica, pp. 46-169

Careers in Humanities and Economic Outcomes: State, Market, and Autonomization Issues in Angola

Abstract

This text, based on bibliographical research, presents questionable and unfinished assumptions, when considering that careers in modern Humanities must be done by professionals who have autonomy and economic income that allow them to live with dignity in their career, a status that serve as an in-

centive to improve interest in artistic and scientific works and boost the habit of reading. For this purpose, the text suggests that the State and the market must have a more significant intervention.

Keywords: careers in Humanities, state, market, autonomy, economic income.

BIO-BILIOGRAFIA

Adérito Lameira Mariano Manuel é Sociólogo, Mestre em Metodologia da Investigação em Sociologia Aplicada pela Universidade Autónoma de Barcelona (2010) e licenciado em Ensino da Sociologia pelo ISCED de Luanda (2004). É professor auxiliar colocado na repartição de Sociologia do departamento de Ciências Sociais do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) de Luanda, onde lecciona na licenciatura de Ensino da Sociologia as cadeiras Metodologia da Investigação Científica, Metodologia da Investigação Sociológica e Seminário Especializado. As suas áreas de interesse são religião, educação, *média*, metodologias das ciências sociais e história do pensamento sociológico angolano.

Tem comunicações e artigos publicados sobre as ciências sociais, sociologia em Angola, *média*, religião e educação.

E-mail: aderito.manuel@isced.ed.ao



José Carlos de Paiva

Cultura e desenvolvimento: experiências na CPLP

Resumo

O artigo resulta de uma tradução para a forma escrita de uma apresentação proferida no dia 4 de Maio de 2023, no âmbito das Conversas promovidas pela Academia Angolana de Letras, moderada pelo Professor Patrício Batsikama.

Organiza-se em dois tempos, um, inicial, que apresenta o conceito de desenvolvimento, como pessoalmente entendido, num sentido amplo e no campo da cultura, e de seguida a aprendizagem sobre o desenvolvimento conseguida em prolongadas e contínuas partilhas de experiência intercultural na geografia da CPLP (Moçambique, Cabo Verde, Brasil e São Tomé e Príncipe).

Defende-se que tratar do conceito de desenvolvimento implica abordar a sua complexidade, e a coragem crítica que declara como ele foi e está aprisionado pelas agendas internacionais, que, na realidade, apenas pretendem manter a hegemonia do Norte_Global, dominado pelas estruturas de determinação financeira, pelo controle global dos mercados e um extrativismo livre sobre os recursos humanos e naturais.

Palavras-chave: desenvolvimento, envolvimento, cultura, comunidade.

"A humanidade é uma máquina de criar diferenças"¹

Em 1990, há 23 anos atrás, Roque Amaro [1990: 448-459], professor e investigador no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE, em Lisboa, escrevia,

"Hoje, do ponto de vista da justiça e da relação entre os níveis de felicidade e de realização entre os povos e entre estes e o seu ambiente, estamos pior que há trinta anos atrás, quando o escândalo das desigualdades e do "subdesenvolvimento" de largas massas da população deste planeta fez soar as campainhas de alarme das instituições internacionais, nomeadamente da ONU que, na sequência desse alarme, instituiu, uma após outra, duas "décadas de ajuda ao desenvolvimento", salgadas por evidentes e rotundos fracassos."

O conceito de desenvolvimento tem de ser estudado a partir de uma distância crítica, observando o modo como foi aprisionado ao longo dos tempos pelos interesses hegemónicos, geo-estratégicos e financeiros, que seduzem os saudáveis desejos dos povos por melhores condições de vida, oferecendo ilusões e consumo, mas congelando uma desmesurada parte da humanidade em níveis de pobreza inaceitáveis.

Na verdade, o conceito desenvolvimento tornou-se um dos mais repetidos no discurso internacional, apresentado inevitável e como sedutor, próximo das ideias de progresso e felicidade dos povos e, portanto, como promotor da justiça na caminhada da humanidade. Porém, o sentido positivo que o conceito de desenvolvimento transporta não permite iludir a sua nomeação como camuflagem para a manutenção das desigualdades entre pessoas, grupos sociais, países e regiões, perpetuando as suas dependências ao mercado globalizado.

Os programas de desenvolvimento desencadeados e financiados pelas instâncias internacionais dominantes, independentemente das intenções que lhes presidem e do desejo sincero de quem deles precisa, não têm alterado significativamente o ritmo de crescimento e o desnível entre os mais pobres e os mais ricos e têm erguido e perpetuado uma injustiça estrutural.

Nos jovens países africanos que conquistaram recentemente a independência, os desafios que encontraram foram herdados pelos resultados do propagandeado desenvolvimento colonial. Então, apenas foram produzidas acentuadas desigualdades nas comunidades locais, num enumerável desafio para a construção das nacionalidades e para se poder enfrentar a construção das nacionalidades e a necessidade de melhoria das condições de vida das suas populações.

São facilmente reconhecidas as dificuldades deste tempo em que vivemos e de como a pressão internacional condiciona o progresso das

¹ Jean-Pierre Warnier (2000) *A Mundialização da Cultura*, Lisboa: Editorial Notícias, p. 102, tradução de Luís Filipe Sarmento. Primeira publicação [*La Mondialisation de la Culture*] em 1999.

populações e o devir de tantas nações. Tantos anos de agendas para o desenvolvimento permitem verificar que as estratégias artificiais impostas e implementadas não obtiveram o sucesso propagandeado, sendo incapazes de articular e conjugar a dimensão da singularidade de cada nação e de cada comunidade, assim como, em cada contexto, de estimular uma relação social democrática na sua intimidade com a Natureza.

“O pessimismo é um luxo para os ricos”²

A revolução industrial promoveu alterações profundas na estrutura social no Ocidente e iniciou a corrida ao desenvolvimento. Com o centro na Europa, estende-se, a partir dos finais do século XIX, para além do Atlântico através principalmente da emigração inglesa e em grande parte suportada pelo domínio colonial. Em menos de dois séculos, o nível de vida nos países onde a revolução industrial se implantou multiplica-se por quinze, o volume das trocas internacionais por mais de cem e a produção mundial de bens por mais de duas mil vezes. A verificável expansão económica, técnica e industrial, incrementou a febre pelo desenvolvimento, favorecendo o crescimento económico que se assume, a partir do terço final do século XX, no mundo ocidental, como o principal motor do crescimento.

² Mía Couto (2005) “Os sete sapatos sujos”, Oração de sapiência na abertura do ano lectivo no ISCTEM, in: *Vertical*, n.º 781, 782 e 783, de Março 2005, <http://www.macua.org/miacouto/MiaCoutoISCTEM2005.htm>

Desde então, o conceito de desenvolvimento é aprisionado e se naturaliza, sendo dominado pelo lado económico e fazendo esquecer outros indicadores, como o das artes e da cultura.

A partir do século XX, três quartos da humanidade está remetida para a margem da revolução industrial, afastada, sofrendo os seus efeitos indirectos, através das políticas de um império colonial violento. Essa colonização é o reverso da medalha do desenvolvimento do primeiro mundo e condição imprescindível do seu próprio sucesso, remetendo os povos de parte do mundo para a estrada do subdesenvolvimento.

A industrialização forçada e acelerada da União Soviética e a estreita correlação entre o nível de industrialização e o rendimento per capita suscitaram a esperança na existência de uma solução simples. Considerava-se que seria suficiente promover a industrialização. Os semi-sucessos e os semi-insucessos tentados pela via não capitalista (Cuba, Argélia, Vietname, Coreia,...), a anterior viragem da China, evidenciam ser o aspecto político, por si próprio, não determinante do desenvolvimento. Sendo verdade que o nível de vida dos países tidos como subdesenvolvidos tenha progredido nalgumas situações, este progresso é eclipsado pelo desenvolvimento atingido no Mundo Globalizado.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o ritmo de crescimento na Europa e nos Estados Unidos da América é surpreendente. Entre 1946 e 1980 o volume total de bens e serviços dos países ‘ganhadores’ da guerra aumentou

cinco vezes e o nível de vida cerca de três vezes e meia, ritmo de crescimento que correspondia ao conseguido anteriormente em cem anos.

Este ritmo acelerado de desenvolvimento comporta, em germe, a sua própria catástrofe, porquanto, ao não possibilitar um crescimento controlado, a necessidade incessante e progressiva de recursos não renováveis pela industrialização coloca em risco imediato a subsistência de recursos naturais e a própria vitalidade do meio ambiente.

Este caminho de catástrofe, de regalias para uns e de pleno desequilíbrio ecológico, torna parte da humanidade como dispensáveis ou mesmo indesejável. Hoje, segundo números dados pela Organização das Nações Unidas há cerca de 500 milhões de pessoas abaixo do limiar de pobreza.

Assim, reconhecendo-se que o crescimento gera crises, e tornando evidente que o desenvolvimento gera sub-desenvolvimento, passa a ser relevante, para a leitura da sociedade, o estudo dos desníveis atuais de desenvolvimento. Se compararmos os estudos efectuados, em todas as perspectivas utilizadas, o aparecimento de desníveis de desenvolvimento consideráveis a partir da revolução industrial ganha uma fundamentação indispensável.

O europeu médio, viu o seu nível de vida crescer 1300% em menos de três séculos. Em paralelo, assistiu-se noutras sociedades a um menor crescimento, de entre 30 a 60%. Todavia, o enorme salto na percentagem dos rendimentos médios mundiais, corresponde a um estágio em que meta-

de da população mundial não vê melhorar os índices do seu nível de vida para outro patamar diferente do que eram há três séculos atrás. Outros indicadores conhecidos poderiam servir para reforçar as ideias anteriormente descritas, tais como a evolução diferenciada entre os níveis de mortalidade infantil, taxas de urbanização, rendimento agrícola, etc.

Reconhecendo a problemática do desenvolvimento como complexa pelo modo como arrasta consigo o subdesenvolvimento, vincula-se o acentuar do domínio da Economia Global e da subordinação forçada dos países que querem melhorar as suas condições, como nação e para as suas populações, que congela as suas pretensões, políticas e esmorece as suas culturas. Observe-se a força que as grilhetas impostas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, exercem internacionalmente, em nome de um desenvolvimento que favorece as forças dominantes da globalização e da ganância do mundo global financeiro.

“No mundo actual, a distância entre os mais ricos e os mais pobres cresce de dia para dia. Quer dizer que os homens são de dia para dia mais desiguais perante a doença, a pobreza e a morte, e sem dúvida também perante a solidão, porque os mais pobres entre os pobres são tentados a procurar a solução na fuga, no desenraizamento, na partida muitas vezes solitária que os precipita a caminho das luzes ardentes e assassinas dos mundos desenvolvidos.”

[Augé (2003)2007: 7-8]

Sem iludir o interesse no estudo dos esforços realizados e da capacidade de no mundo se gerarem estradas comuns de felicidade, inscreve-se esta conversa na tristeza que se propaga perante a desigualdade que se pode testemunhar, compensada apenas pela persistência na luta das comunidades por um destino melhor.

A partir de um envolvimento com a vida de mulheres e homens menos afortunados, apenas por terem nascido em geografias onde a história do colonialismo e do liberalismo económico cavou o subdesenvolvimento e ergueu fronteiras ao desenvolvimento, apresenta-se neste texto um sentimento de revolta perante a dor comum e a sombra dos mais poderosos que tudo fazem para alimentar a sua ganância.

A percepção que se apresenta sobre o domínio do mundo financeiro globalizado sobre o destino, deve ser primordial no terreno da acção cultural, reconhecendo a importância primordial nela do sujeito e das comunidades. Os esforços tenazes dos governos dos países anteriormente colonizados e tratados como subalternos pelo poder global, esmorecem ainda a importância da cultura, muitas vezes apenas remetida aos valores de representação nacional, não lhe conferindo o devido espaço inovador e transformador.

A pequena escala, tem em si um valor enorme e multiplicador na luta por um novo devir comum. Assim, tem sentido a inscrição, neste texto, da interpretação de alguns esforços de pequenas comunidades, de instituições culturais e de escolas de arte que procuram, por si próprias, participar na

superação das dificuldades e propiciar melhores condições de existência.

“... nenhuma produção de conhecimento nas ciências humanas pode ignorar ou alienar o envolvimento do seu autor como sujeito humano imerso nas circunstâncias”

[Said (1997)2004: 13]

A proximidade com planos de desenvolvimento na geografia da CPLP, sustenta o discurso crítico face à artificialidade da maioria dos programas promovidos por instituições internacionais, que não os enraíza na participação directa dos homens e mulheres que constituem as comunidades, referidas nesses programas apenas como “população alvo” e analisadas apenas como uma realidade estatística, com uma identidade observada como se não houvesse um pulsar próprio, contradições e ansiedades singulares.

Estando perto de onde se desenham projectos participativos, onde as populações estabelecem a identificação dos projectos, participam na concepção dos programas e os implementam, tornando-se o centro de desenvolvimento, não sendo substituídas por técnicos e especialistas externos. Nesses contextos, o sucesso é possivelmente mais certo, e as acções resultam em efeitos estruturantes e duradouros. Nenhuma metodologia milagrosa, apenas uma atenção e uma atitude de base, de pequena escala, que permita enfrentar as contradições e complexidades existentes entre a própria comunidade, resultantes das desconfianças recíprocas, próprias da conflitualidade entre a tradição e o novo e dos limites da experiência acumulada.

O caminho é sempre de conflito, pode precisar de adubos importados, de ajudas externas, de contaminações progressistas, mas, para quebrar rotinas e criar diferença, terá sempre de imergir nas comunidades locais e de ser promovido por cada um, mulheres e homens, por cada cidadão como intérprete concreto da sua condição de vida, como construtor das decisões colectivas, como operacional dos projectos, como avaliador, como usufrutuário dos resultados.

"... está ao alcance de todos especular com a utopia".

[Appadurai (1996)2004: 93]

O texto vai agora deslizar para uma segunda abordagem, mais centrada nas aprendizagens conseguidas com o ENVOLVIMENTO pessoal do autor, com processos promovidos em comunidades e instituições educativas e culturais, na geografia da CPLP.

A aprendizagem pessoal mais antiga dos dilemas da África colonizada, se inicia numa militância política anti-colonial inserida na luta contra a ditadura portuguesa. Festejando o Abril vitorioso e a independência conquistada pela Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, e outros países que hoje integram a CPLP. A partir do campo artístico e cultural foi estabelecida uma ponte de colaboração intercultural, que se mantém, com o Nordeste do Brasil (iniciada em 1993), alargada para Moçambique (1996), para Cabo Verde (2000) e recentemente para São Tomé e Príncipe (2022). Na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto foi desenvolvido um colectivo com professores, alunos e artistas,

que se incorporaram nesse programa de colaboração, que assumiu o nome de IDENTIDADES, movimento intercultural e que recentemente (2015) se enquadrou enquanto colectivo de acção investigação na unidade de I&D, designada izADS — Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade.

Nesses contextos precisos, o campo de acção intercultural promovido pelo "movimento intercultural IDENTIDADES" foi construindo uma percepção consciente, quer das questões globais do desenvolvimento quer do espaço saboroso do envolvimento em situações concretas de partilha com instituições, grupos e comunidades.

"... repare-se que a análise semântica da própria palavra "desenvolvimento" nos fornece algumas pistas sugestivas para reflexão. De facto, a palavra composta "Des-envolvimento" (com as equivalentes, "Dé-(en) veloppement", "Des-arrollo", "Entwicklung") sugere: o processo de libertação ou de saída que cercam e prendem o ser humano e impedem a sua realização como ser individual, social e ambiental. (devo esta pista de reflexão ao Arq. José Pedro Barata, a quem ouvi uma vez em público esta decomposição da palavra "desenvolvimento")."

[Amaro 1990: 456]

Quando se evoca aqui o envolvimento, conferindo-lhe de certo modo um certo contraponto com desenvolvimento, infere-se uma acção crítica e um posicionamento contra o modelo social vigente. Todo o envolvimen-

to promove um conhecimento mais completo do mundo em que vivemos, nesse todo que se alarga por outras geografias, fortalecendo o campo da solidariedade e onde se esclarecem os desígnios em presença.

Os modelos de desenvolvimento internacionais, propagados e impostos, estão gastos, principalmente porque subordinados a interesses adversos ao estreitar do fosso da desigualdade, e carecem de novos palcos onde as nações e as populações sejam os motores de progresso e gestores dos processos, onde a criatividade patente na luta pela sobrevivência crie territórios inteligentes, que de acordo com a identidade local, a força endógena e as capacidades de gerar competências e cooperação, apostem num modelo sustentável e endógeno de economia criativa.

Exemplo um: Lajedos, ilha de Santo Antão, Cabo Verde

Cabo Verde é um país jovem que está a ser constituído num território insular, onde os recursos naturais não conferem sustentabilidade, mas a resiliência dos cabo-verdianos soube sempre encontrar modos de superar as dificuldades.

“Desaparecidas, todas as esperanças, enganadas, as promessas de chuva. De todas as ribeiras a notícia que vinha era a mesma. Não se colheria um grão de milho, e dos feijoeiros nem falar, que a lestada de Novembro crestara tudo.”

[Lopes (1947)2008: 238-239]

Para além das políticas nacionais, relacionadas e confinadas à sua inte-

gração internacional, em Cabo Verde vivem-se, em pequena escala, dinâmicas culturais exemplares. Programas exemplares de desenvolvimento endógeno que muito ensinam sobre valor da democracia participativa, do papel transversal da cultura, do discernimento popular e da teimosia.

Transporta-se para este texto o “Projecto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos”, alojado na ilha de Santo Antão, porque se entende que corresponde a um decurso exemplar. O projecto promoveu cirurgias interventivas no tecido social e cultural, gerando sustentabilidade ao desenvolvimento rural/urbano, articulando actuações na educação, na cultura, na economia local, no direito e na cidadania.

Como num laboratório, inventam-se projectos criativos onde a arte e a cultura jogaram um papel central nas soluções. A partir de uma ONG local (Atelier Mar), desde 1990 foi estabelecido um programa prolongado de envolvimento da comunidade local, promovendo a construção de uma organização local gerida pela comunidade, onde as mulheres assumiram a liderança.

“A educação assume um papel de primordial importância, tanto no plano formal (instituições educativas) quanto no plano não formal (fora da esfera escolar), onde a acção das ONGs se configura como localizada na realidade de cada comunidade e também exerce uma acção educadora, a partir do respeito pelas idiossincrasias de cada indivíduo e de cada comunidade.”

[Estrela 2020: 67]

O Projecto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos foi desenhado por meio dos pressupostos de que a construção de saberes e práticas se faz na interacção dos técnicos com a população e na reflexão-acção-reflexão, traduzindo-se num enriquecimento diversificado e colectivo.

Como resultados produzidos refiro: a intervenção na malha urbana que sofreu melhoramentos, sendo construído o cemitério local, criadas praças públicas e logradouros; foi criada a Escola da Comunidade (Ensino Básico), importante para a promoção do desenvolvimento sócio-comunitário enquanto pólo de actividade formativa, criativa e de intervenção social; foram também implementadas acções promotoras de uma agricultura sustentável adaptada às condições do solo e à escassez de água.

Ainda hoje se desenvolve o artesanato gastronómico baseado, sobretudo, na transformação de produtos da agropecuária e outros grupos estão organizados em oficinas produtivas, que funcionam com base nos princípios da economia solidária. Foi criada e está em funcionamento uma rede de actividades de turismo solidário de base comunitária, que incluem o mais conceituado Restaurante de Santo Antão, denominado Babilónia, onde se recriam e se saboreiam os pratos da culinária local. Foi também criado, no âmbito de uma estratégia alargada de valorização cultural, o Sítio Museológico de Lajedos.

Hoje, passados 33 anos desde o início do projecto, é compensatório o retorno a Lajedos, poder entrar na loja da comunidade, ir nas casas, comer

na Babilónia, conversar com as gentes e sentir o como o projecto fundou na comunidade condições melhoras de vida, criou emprego e se festeja a auto-confiança da população.

Usando os poucos recursos locais, a comunidade participa nos esforços nacionais, construindo localmente num movimento cultura, democrático e participativo, uma realidade sócio-cultural exemplar, possibilitando aprendizagens fundamentais para se trilharem os processos de luta contra as discriminações e a pobreza.

Exemplo dois: o caminho da comunidade quilombola de Conceição das Crioulas

A história de constituição deste quilombo, situada no Sertão pernambucano, a 600 km do mar, é conhecida, estando já historicizada pela própria comunidade. Sabe-se, que em tempos finais da escravatura no Brasil, da chegada de seis mulheres negras, acompanhadas por um homem, em finais do século XVIII, que aí se fixam e que com o produto de seu trabalho desde cedo foram comprando as terras. É uma pequena comunidade que foi crescendo e se miscigenando com índios e brancos habitantes das proximidades, onde hoje moram cerca de 750 famílias.

Conceição das Crioulas é um dos mais prestigiados quilombos brasileiros, pela sua inscrição na luta geral pelos direitos dos povos negros, pelo avanço de sua luta pela devolução da terra, pelo efeito da sua Pedagogia Quilombola Diferenciada que concretiza o seu Plano Político Pedagógico, pela sua organização política,

pela entrega de um amplo grupo de mulheres guerreiras aos interesses da comunidade, pela valorização cultural, pelo modo como exercitam a democracia participativa, pela presença do futuro, pela dignificação identitária, e muito mais se poderia dizer.

Na aridez do Sertão, no isolamento em terras menos produtivas pela usurpação de fazendeiros ricos das terras melhores perante o desprezo colonial e racista, a comunidade soube edificar um modelo de sociedade, de participação democrática da população, de progresso social.

“A pedagogia crioula, termo criado nas oficinas de revisão do PPP, se desenvolve embasada no pensamento de uma educação escolar que se firma no fortalecimento da história e da identidade do povo de Conceição das Crioulas.”

[Nascimento 2017: 110]

Fazendo da Educação um instrumento de sua luta, e de sua persistência reivindicativa o caminho, o quilombo conseguiu das autoridades a restituição de parte das terras anteriormente usurpadas, a construção das suas escolas até ao ensino secundário, o seu posto de saúde, a estrada de acesso, os arruamentos principais, a melhoria no abastecimento da água.

Hoje todas as crianças e jovens estão na escola, as professoras são da própria comunidade, tendo lentamente se graduado – quatro professoras têm mestrado tirado e uma delas é doutorada pela Universidade de Brasília.

A vida nas casas melhorou, a comida nos pratos melhorou, a produção artesanal ganhou mercado e marca, a produção agrícola é cuidada e ecológica.

A dimensão de luta permanente, assumida na comunidade de desocultação do passado, de gritar as vozes ensurdecidas pelo poder hegemónico trazendo para o presente a memória oral, a pesquisa dos documentos desvalorizados e ignorados, adquiriu uma dimensão exemplar estabelecendo condições para o crescimento da autoconfiança da comunidade e de orgulho identitário.

Poder partilhar a vida desta comunidade, que vamos fazendo regularmente desde 2003, constitui-se como um ensinamento primordial para se entender a força da democracia participativa, a valorização da educação e da cultura como motores do desenvolvimento, assim, de facto, tornado sustentável e produtor de progresso.

De dois em dois anos partilhamos a organização do **Encontro com as Lutas, os Saberes e os Sabores da Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas**, onde se reúne a comunidade com representantes de comunidades vizinhas, com investigadores, professores e alunos de diversas Universidades Brasileiras, encontro de escuta da vida da comunidade, das suas artes e saberes, experiência de aprendizagem inesgotável se soubermos despir os preconceitos e as verdades naturalizadas que transportamos.

Exemplo três: Rede inter institucional de investigadores de arte e de educação artística de Moçambique

A proximidade de Angola e de Moçambique, e a partilha de histórias que se cruzaram permite evitar referir o contexto onde se desenvolvem esforços para a criação de uma Rede de Investigadores.

“(…) A Frelimo está a destruir e a construir sobre os destroços. Está a destruir a sociedade velha profundamente impregnada de vícios e defeitos, onde florescem as ideias conservadoras, supersticiosas, individualistas e corruptas e se desenvolve o gosto pela exploração, opressão e discriminação. Tudo isto, ela combate e destrói para construir sobre os seus destroços a sociedade nova.”

[Mazula 1995: 105]

Grande parte dos países africanos conquistaram a sua independência do jugo colonial na década de 1950 e os das antigas colónias portuguesas apenas conquistaram a sua independência em 1975. Moçambique, como os demais é um País muito jovem, com processos em curso de consolidação da sua nacionalidade.

Na área educativa são ainda ténues os resultados dos esforços para se estabelecer uma arquitectura educativa que promova o espaço da Arte, que se enraíze nas singularidades artísticas, culturais e educativas, incorporando a seu modo o que se passa no mundo, as suas controvérsias e debates e constituindo-se como motor de progresso.

Querer entender os dilemas que enfrentam actualmente os intervenientes directos na educação artística em Moçambique comporta um olhar que evidencie quanto e o como o edifício colonial (do século XV a XX) moldou a sua configuração, através de um violento e ignorante processo de destruição das culturas dos seus povos, anulando a essência e o sentido que a arte as manifestações artísticas incorporadas. O regime colonial português instalou modelos educacionais e de práticas pedagógicas transportadas de Portugal. Esses modelos criaram a fundação matricial a partir de onde se criaram, pós-independência, os caminhos que hoje se trilham. No entanto, a luta anticolonial e o sentimento independentista fizeram eclodir um movimento cultural e artístico impulsor de mudança, onde se destacam artistas de reconhecido mérito (como Alberto Chissano, Malangatana, Ricardo Rangel).

Em Moçambique, a independência abriu um novo e desafiante caminho. Artistas, escritores, músicos, cineastas, actores e bailarinos fizeram eclodir novas expressões, assumindo a negritude e as heranças culturais na procura de uma modernidade singular imersa na nascente Pátria. Mesmo condicionada pelo eclodir de uma guerra de desestabilização interna (1977-1992), a arte e a cultura tiveram presenças significativas.

A formação dos primeiros quadros do sector da cultura no Centro de Estudos Culturais (criado no fulgor do pós-independência) possibilitou gerar mais tarde (1983) três escolas nacionais de Ensino Vocacional Artístico

(nível básico e médio): Escola Nacional de Artes Visuais, Escola Nacional de Música e Escola Nacional de Dança e um pouco mais tarde o Museu Nacional de Arte (1989).

Estas escolas constituíram-se em focos de grande dinamização artística e cultural, atraindo como professores artistas formados em tempo colonial e gerando uma camada de novos artistas e de movimentos artísticos (como o MOVARTE, Movimento de Arte Contemporânea, 2004).

A reorganização do Sistema Educativo, no entanto, ainda não enquadrou devidamente as necessidades educacionais das escolas de arte, não se conseguindo ainda superar as carências de edifícios inadequados e de recursos insuficientes, nem atenuar a perda gradual de seu desempenho.

Os estudantes, formados durante anos nestas escolas, inserem-se no mercado de trabalho como artistas, professores e outros inscrevem-se no ensino superior artístico.

Na Universidade Eduardo Mondlane (criada em 1962) foi criada a Escola de Comunicação e Arte (2002). Em 2006 foi criado o curso de licenciatura em Música, e em 2008 o curso de licenciatura em Teatro, considerando saídas profissionais tanto como artistas, como Professores. Foi ainda criado em 2009 o ISArC - Instituto Superior de Artes e Cultura. A Universidade Pedagógica de Maputo está dedicada preferencialmente à formação de professores, ministrando a Licenciatura em Artes Cénicas e onde foi também criada a Licenciatura em Educação Visual.

Através do relacionamento do IDENTIDADES_Colectivo de acção/investigação está estabelecido um processo de criação de uma Unidade de Investigação em Arte e em Educação Artística, sendo evidente que há condições propícias a uma confiança e cumplicidade para desenvolver uma acção/investigação participada e entre as instituições existentes.

É sobre este terreno colaborativo de acção/investigação que o exemplo apresentado pretende ressaltar a necessidade e urgência de se desenvolverem localmente, e em escalas reduzidas, dinâmicas audazes de acção desenvolvimentista que proporcionem aos que aí se inscrevem a materialização da sua contribuição para o progresso.

“É aqui, onde tenho que acabar, que devemos começar”³

Numa tentativa de fechar o texto, evidencia-se que o interesse especial reside no esforço para que o confronto e o diálogo entre investigadores, artistas e comunidades se instalem no estabelecimento de um laboratório inter-cultural que melhor questione a comunicabilidade da arte, o campo de sua presença no progresso dos povos e no devir anti-discriminatório.

Numa acepção complementar, mobilizam-se forças para uma arena cooperativa, onde o envolvimento individual se dilui num proceder colectivo,

³ Frederic Jameson (2001) *A cultura do dinheiro: Ensaio sobre a globalização*, Rio de Janeiro: Editora Vozes, tradução de Maria Elisa Cevasco e Marcos César de Paula Soares, p. 93

num debate partilhado, num enlevo emocionante, num estar pegado, de onde sobressaem experiências, aprendizagens, sinais claros e difusos, que cada um digira e incorpore a seu ritmo e segundo seus próprios interesses.

Assim, a presença junto de comunidades, a partilha amiga dos anseios sociais dos que se tornam nossos amigos, permite acamaradar com os seus esforços e, com esse estatuto privilegiado de testemunha, conseguir ler como simulacros e engodo os programas de desenvolvimento tecidos pelo exterior.

Referências bibliográficas

AMARO, Roque

1990: "Desenvolvimento e injustiça estrutural", *COMMUNIO*, ano VII (5)

APPADURAI, Arjun

2004: *Dimensões Culturais da Globalização*, Lisboa: Editorial Teorema, tradução de Telma Costa. Primeira publicação [*Modernity at Large – Culture Dimensions of Globalization*] em 1996

AUGÉ, Marc

2007: *Para que vivemos?*, Lisboa: 90 Graus Editora, tradução de Miguel Serras Pereira. Primeira publicação [*Pour quoi vivons-nous?*] em 2003

ESTRELA, Maria Miguel

2020: "Desenvolvimento sociocomunitário: um olhar sobre o projeto de Lajedos, em Cabo Verde", *Conhecer: debate entre o público e o privado*, vol. 10 (25)

LOPES, Baltazar

2008: *Chiquinho*, Lisboa: Livros Cotovia. Primeira publicação em 1947

MAZUILA, Brazão

1995: *Educação, cultura e ideologia em Moçambique, 1975-1985: Em busca de fundamentos filosóficos e antropológicos*, Porto: Afrontamento

NASCIMENTO, Maria Jucilene do

2017: *Por uma Pedagogia Crioula: Memória, Identidade e Resistência no Quilombo de Conceição das Crioulas – PE*, dissertação de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais - MESPT, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

SAID, Edward

2004: *Orientalismo*, Lisboa: Livros Cotovia, tradução de Pedro Serra. Primeira publicação [*Orientalism*] em 1997

Culture and Development: shared experiences in the CPLP

Abstract

[This article is the result of a translation into the written form of a presentation given on May 4, 2023, as part of the Conversations promoted by the Angolan Academy of Humanities, moderated by Professor Patrício Batsikama.

It is organised in two parts, an initial one, which presents the concept of development as personally understood, in a broad sense and the field of culture, and then, the learning about development achieved in prolonged and continuous sharing of intercultural experience in the geography of CPLP (Mozambique, Cape Verde, Brazil and Sao Tome and Principe).

It is argued that dealing with the concept of development implies addressing its complexity and the critical courage that states how it has been and is imprisoned by international agendas, which, in reality, only intend to maintain the hegemony of the North_Global, dominated by the structures of financial determination, global control of markets and a free extractivism over human and natural resources.]

Keywords: development, engagement, culture, community.

estrangeiro da Universidade Regional do Cariri e da Universidade Federal da Paraíba (Brasil). Orientador de estudos de pós-doutoramento, doutoramento e de mestrado.

É autor ou co-autor, dentre outros, dos livros *Experiências em educação artística e decolonialidade* (Porto, 2021), *Partilha de Reflexões sobre as Artes, a Luta, os Saberes e os Sabores da Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas* (2 livros - Porto 2020 e Porto 2017), *Encontrar sentidos na experiência partilhada em Cabo Verde* (Porto, 2018), *Practices of Research in Arts Education* (Porto, 2018) e *Investigar a partir da acção intercultural* (Porto, 2011).

E-mail: jpaiva@fba.up.pt

BIO-BIBLIOGRAFIA

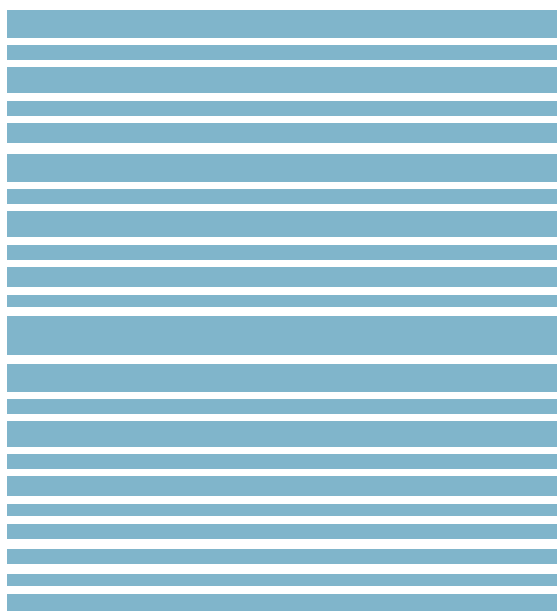
José Carlos de Paiva

Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade (izADS) Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (FBAUP).

Artista plástico, Doutor em Pintura pela Universidade do Porto, é Professor Emérito da Universidade do Porto e Professor Jubilado da Faculdade de Belas Artes. Foi Director da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (2014-2018).

Tem exposições individuais de artes plásticas (22) e participação em inúmeras exposições colectivas, no Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Europa.

É Professor Convidado no Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura e Investigador Integrado no Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade. Co-Coordenador do IDENTIDADES_Collectivo de Acção/Investigação (ID_CAI). Colaborador



Artigos e Conferências

Tema Central

Artigos e Conferências

Tema Central

Línguas de Angola



Ana Pita Grós Martins da Silva

A valorização lexicocultural dos antropónimos em língua kimbundu

Resumo

O desconhecimento do valor semântico e cultural dos nomes em línguas nacionais, aliado ao nível de exposição destas línguas nos sectores formais da vida social, podem afigurar-se como factores que estarão na base da situação acima referida. A criação de um instrumento científico capaz de fornecer informações de carácter lexicocultural poderá contribuir para minimizar os desvios verificados, tanto do ponto de vista ortográfico, quanto fonético. Ao conhecer a carga semântica de cada nome, poder-se-á estimular a utilização destes antropónimos, não só pelos falantes de línguas nacionais, como também para outros agentes sociais. A problemática da valorização e da promoção das nossas línguas é um assunto de dezenas de anos. A inserção das línguas bantu no ensino passa por um estudo minucioso dos aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintácticos e lexicais. A dificuldade na implementação de uma educação bilingue no nosso país baseia-se da falta de uma política educativa que vá ao encontro deste desígnio.

Palavras-chave: desconhecimento, valorização, línguas nacionais, nomes, cultura.

Angola é um país africano pluri-lingue e multi-cultural, com um contexto histórico e sócio-cultural específico, onde a maioria das línguas africanas têm origem bantu, enquanto o Português tem origem latina. Esta língua tem um carácter multi-funcional, usada como língua intra e inter nacional. Embora coabite com as línguas bantu é a única com maior abrangência, a qual permite a construção de relacionamentos sociais, culturais e afectivos entre as diversas populações do nosso país. Face à sua difusão territorial e grau de importância nos vários domínios da vida social, goza do estatuto de língua oficial, língua de estado, língua nacional, língua segunda, língua materna e outros.

Uma das motivações para a justificação do tema prende-se com a arbitrariedade de registo dos antropónimos kimbundu, que é justificada pela forma como determinados responsáveis pelo registo civil percebem ou enunciam um dado nome e pela falta de competência linguística que reúnem. Constata-se nas diferentes formas de grafar um mesmo nome.

Por exemplo:

Maquiesse, Makiese, Maquesse;
Massoxi, Maçoxi, Massochi;
Nzila, Zila, N'zila...

Do ponto de vista científico, a área do conhecimento que se encarrega de estudar os nomes próprios quer sejam de pessoas ou de lugares, bem como as motivações para a sua atribuição, as suas origens e os processos de denominação no âmbito de uma ou mais línguas ou dialectos é a *Onomástica*.

Quanto à sua etimologia, a palavra onomástica deriva do grego *onomastiké*, que significa arte de nomear, sendo *onoma* (nome) e *tékne* (arte).

O conceito de onomástica é apresentado por vários autores, dentre os quais apresentámos alguns que abaixo se seguem.

Para Aparecida Negri Isquierdo [apud Amaral e Seide 2020: 10]:

A Onomástica é a área do conhecimento que estuda os nomes próprios em geral, nas suas dimensões mais profundas (aspectos linguístico-etimológicos, antropológicos, sócio-históricos, geográficos...), examinando o processo de denominação em diferentes épocas e localidades por meio de suas duas grandes áreas de investigação: a Antroponímia, que estuda a origem de nomes próprios de pessoas, nomes individuais, parentais, sobrenomes, apelidos e alcunhas; e a Toponímia, que tem como objecto de estudo os nomes de lugares, os enunciados linguísticos que nomeiam e identificam espaços de áreas rurais (rios, córregos, sangas, corixos, igarapés, cachoeiras, montanhas, serras, cordilheiras...) e urbanas (cidades, vilas, povoados, bairros, ruas, alamedas, praças...).

Dada a complexidade que se verifica nos estudos dos nomes próprios, sobretudo os de pessoas, a *onomástica*, embora seja considerada por vários estudiosos como sendo um campo autónomo do conhecimento,

estabelece relações com as diferentes áreas do saber, como a História, a Antropologia, a Sociologia e outras.

À luz da Bíblia Sagrada, coube a Adão nomear todos os animais da terra e todas as aves dos céus, assim como a pessoa que lhe foi dada por companheira, passando a ser conhecidos pelos nomes, através dos quais Adão os chamou. [cf. Génesis 2:19/ 3:20].

A partir do momento em que os seres humanos, os animais e as coisas tomam um nome, passa a observar-se, na relação entre os falantes de uma comunidade linguística, uma maneira objectiva de identificá-los.

Do ponto de vista onomástico, o conhecimento dos nomes próprios, sobretudo em kimbundu, resulta da compreensão do significado que o mesmo transporta e da circunstância da sua atribuição, permitindo, deste modo, absorver os valores culturais de determinada comunidade.

O léxico de uma língua está fortemente ligado aos aspectos culturais de uma comunidade, pois a língua constitui o veículo privilegiado para a manifestação da cultura, sendo ela um elemento da própria cultura. O léxico é dos subsistemas da língua o que melhor reflecte os traços culturais de uma sociedade linguística, pois desempenha um papel importante na compreensão dos fenómenos culturais de um grupo etnolinguístico.

O léxico e a cultura remetem-nos para dois conceitos: o de lexicultura e o de carga cultural partilhada. As unidades lexicais conservam em si os traços distintivos da cultura de uma comunidade, o que permite que os seus

membros partilhem sentimentos, valores e factos da colectividade com o suporte da língua local.

A atribuição de nomes a um indivíduo, quer após o nascimento, quer em fase adulta, constitui uma prática observada no seio familiar e noutras esferas da vida social, uma vez que o próprio nome carrega um valor semântico e cultural muito forte, muito cuidado na sua atribuição ao filho, no sentido de estabelecer uma relação harmoniosa entre o indivíduo e a comunidade, tendo em atenção a sua identificação.

Exemplo:

Matondo (em kimbundu)

Kimbi (cadáver)

Mahinga (sangue)

Mbila (sepultura)

Kuxixima (azarado)

Sundu (vagina)

Divwa (azar)

O cruzamento linguístico entre o Português e as línguas nacionais constitui factor determinante na construção de uma antroponímia característica das marcas identitárias da cultura dos angolanos muitas vezes usados na construção do prenome ou atribuídos como sobrenome pela coabitação com os antropónimos portugueses.

Exemplos:

Fidel Nguinamau

Wilson Kyami dos Santos

Fernanda Masoxi Abreu

Teresa Kuzola Mateus

Entre os povos ambundu, os antropónimos valorizam a vida do ser humano desde o nascimento até à morte, já que a sua memória pode ser perpetuada

através do processo de atribuição do seu nome aos seus descendentes, assim como os indivíduos pertencentes a outras famílias, como consequência da existência dos laços de fraternidade e irmandade comunitária.

Exemplo de algumas linhagens familiares:

Mbandi

Matamba

Kikwambi

Se por um lado, o uso dos nomes kimbundu continua a ser uma possibilidade de manifestação dos traços identitários da cultura local, a par da música, da gastronomia, da arte, da dança é, por outro lado, um problema que se afigura cada vez mais difícil de resolver do ponto de vista da co-

bitação com o Português, o que tem provocado alterações de ordem fonético-ortográfica e semântica. Não são poucos os casos de nomes em kimbundu e de outras línguas nacionais que por conta do desconhecimento da carga cultural partilhada, sofreram alteração a vários níveis.

Por exemplo:

Mbumba>Bumba

Nzamba>Zamba

Nzala>zala

O domínio do alfabeto kimbundu resolveria o problema da articulação de um ou outro som. Um manual com cada um dos nomes kimbundu contribuiria tanto para dirimir tais incongruências como para o enriquecimento lexical do Português.

Assim apresentamos alguns nomes em kimbundu:

Nzoji	Sonho
Masoxi	Lágrima
Weza	Veio, chegou
Kizwa	Dia
Kyame	Meu
Yetu	Nosso
Mutambulenu	Recebam
Ufolo	Liberdada
Nzola	Amor
Wanhenga Xitu Nzaji	Estender ou pendurar a carne
Nvula	Chuva
Kuditemu	Não se metam
Njila	Caminho
Divwa	Azar
Muturi	Viúva
Makutu	Mentira
Wembu	paz

O desconhecimento do valor semântico e cultural dos nomes em línguas nacionais, aliado ao nível de exposição destas línguas nos sectores formais da vida social, pode afigurar-se como factores que estarão na base da situação acima referida.

A criação de um instrumento científico capaz de fornecer informações de carácter lexicultural, poderá contribuir para minimizar os desvios verificados tanto do ponto de vista ortográfico, quanto fonético. Ao se conhecer a carga semântica de cada nome, poder-se-á estimular a utilização destes antropónimos não só pelos falantes de línguas nacionais, como também para outros agentes sociais.

A valorização e a promoção das nossas línguas é um assunto de dezenas de anos. A inserção das línguas bantu no ensino passa por um estudo minucioso dos aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintácticos e lexicais. A dificuldade na implementação de uma educação bilingue no nosso país baseia-se da falta de uma política educativa que vá ao encontro deste desígnio.

O presente estudo é um contributo a dar às questões ligadas à renovação lexical, como a imigração de unidades lexicais antroponímicas providas do kimbundu, assim como, de outras línguas faladas no nosso país.

É necessário uma actuação mais rigorosa ao nível das políticas linguísticas, as quais devem prever a criação de condições mínimas necessárias para uma efectiva implementação sem prejudicar o ensino do Português, ou seja, a introdução das línguas nacionais deve ser encarada

como um catalisador para a definição das características do Português de Angola.

Preocupado com a questão da inserção das línguas nacionais no ensino em Angola, na sua visão glotopolítica, Agostinho Neto defendia o seguinte pensamento:

“ O uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável actualmente na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. E tanto no ensino primário, como provavelmente no médio, será preciso utilizar as nossas línguas. E dada a sua diversidade no País, mais tarde ou mais cedo, deveremos tender para aglutinação de alguns dialectos, a fim de facilitar o contacto. Todo o desenvolvimento do problema linguístico, naturalmente, dependerá também da extinção das barreiras regionais, da consolidação da unidade nacional, da extinção dos complexos e taras herdadas do colonialismo, e do desenvolvimento económico. ” [Reis 2000: 65].

Referências bibliográficas

- ANDRADE, E.
2007: *Línguas Africanas-Breve Introdução à Fonologia e à Morfologia*. Lisboa: Editora A. Santos.
- ATKINS, G.
1955: "A Demographic Survey of the kimbundu-kongo Language Border", *Angola. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, pp. 325-347.
- BOULANGER, J-C.
2001: "Convergências e Divergências entre a Lexicografia e a Terminografia",

in: M. S. Lima, & P. Ramos, *Terminologia e Ensino de segunda Língua*. Porto Alegre: NEC, ABECAN.

CANNECATTIM, B. M.

1864: *Dicionário da Língua Bunda ou Angolense. Explicada na Portugueza e Latina*, Lisboa: Impressão Régia.

CARVALHO, J. G.

1967: *Teoria da Linguagem. Natureza do Fenómeno Linguístico e Análise das Línguas*, 6ª ed., vol. 1, Coimbra: Coimbra Editora.

1983: *Teoria da Linguagem. Natureza do Fenómeno Linguístico e Análise das Línguas*, 6ª ed., vol. I, Coimbra: Coimbra Editora

Terminológicas. *Actas do Colóquio de Lexicologia e Lexicografia*, pp. 167-172.

COSTA, R.

1997: "Quelques Caractéristiques des Textes Spécialisés. La Télédétection", in: *La Mémoire des Mots. V Journées Scientifiques du Réseau Lexicologie. Terminologie et Traduction*.

D'ANDRADE, E.

2007: *Línguas Africanas. Breve Introdução à Fonologia e à Morfologia*, Lisboa: Editora A. Santos.

Fernandes, J. & Z. Ntongo

2002: *Angola: Povos e Línguas*, Luanda: Editorial Nzila.

Guthrie, M.

1948: *The Classification of the Bantu Languages*, Oxford: Oxford University Press.

Mingas, A. A.

2000: *Interferência do Kimbundu no Português falado em Lwanda*, Luanda: Chá de Caxinde.

MOLLICA, M. C.

1998: *Infulência da fala na alfabetização*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

INALD

1980: *Histórico sobre a Criação dos Alfabetsos em Línguas Nacionais*, Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco.

GUTHRIE, M.

1967: *Comparative Bantu*, Londres: Gregg Press.

KUKANDA, V.

1986: *Notas de Introdução à Linguística Bantu*, Lubango: Departamento de Letras Modernas do ISCED do Lubango.

1997: "À Procura do Significado de Angola", *Jornal de Angola*, n.º 7210, p. 14.

BIO-BIBLIOGRAFIA

Ana Pita Grós Martins da Silva

Linguista, Doutora em Linguística/Terminologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Mestre em Ensino da Língua Portuguesa pela Universidade Agostinho Neto e Licenciada em Linguística/Português pelo ISCED de Luanda da Universidade Agostinho Neto.

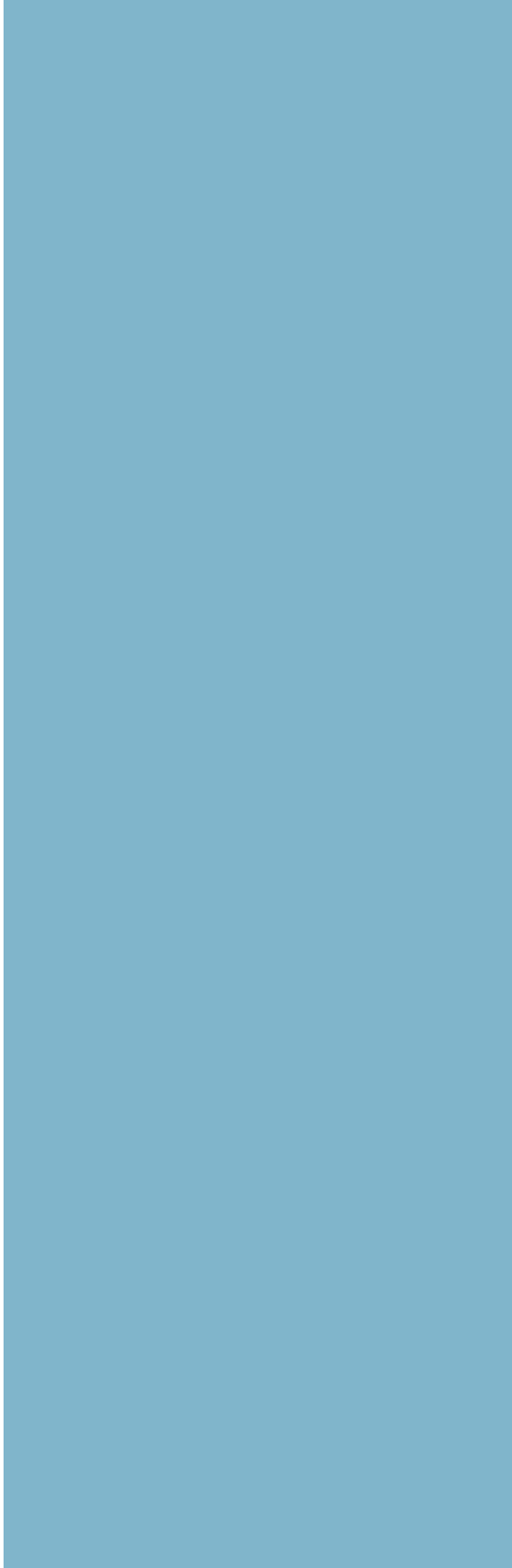
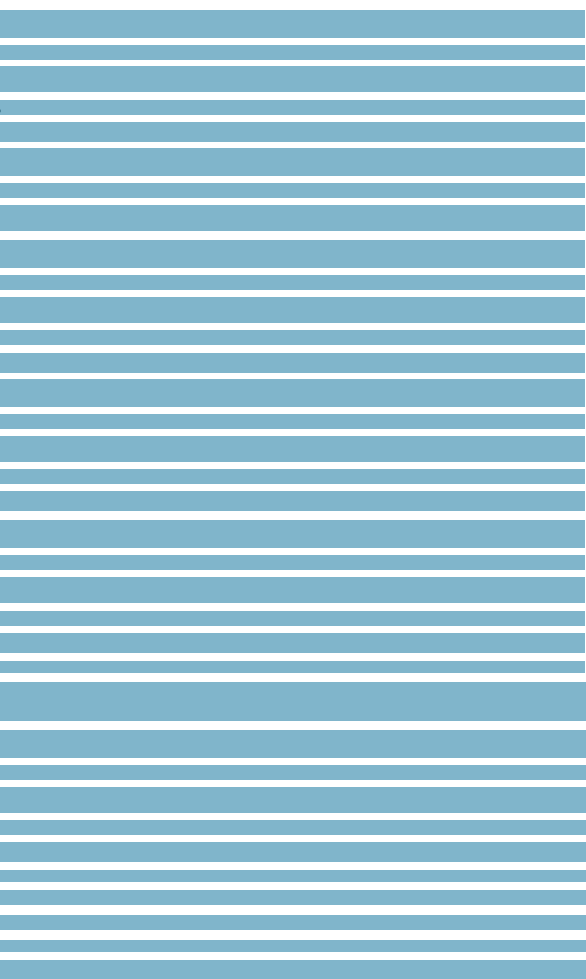
É Professora Associada na Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto e Coordenadora dos cursos de Mestrado em Língua Portuguesa e de Mestrado em Literaturas em Língua Portuguesa, na Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto.

Colabora no Grupo de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia do Centro

de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, nos seguintes projectos: Rede de Neologia e de Terminologia em Língua Portuguesa; e Terminologia Médica: variantes terminológicas do Português falado em Angola.

É autora do livro Lexicologia bilingue de especialidade e Dicionário Português-Kimbundu no domínio da saúde (Luanda, Mayamba, 2020)

E-mail: anpigromasil@gmail.com





Mbiavanga Fernando

Línguas locais de Angola no contexto da globalização

Resumo:

A globalização compreendida como fenómeno que está relacionado à economia regulada por mercados mundiais está, também, na maneira de se comunicar, nas línguas e nas mudanças dos padrões linguísticos: sociedades, cidades e pessoas que falam varias línguas, bem como na produção do conhecimento que, mesmo que local, deve estar também em rede, para tornar global. Pelas consequências que dela decorrem, a globalização também transformou a comunicação em suas diversas formas. O estudo analisa o papel das línguas locais de Angola no contexto da globalização. Fazendo recurso a abordagem exploratória de carácter bibliográfica, com recurso a literatura existente, o estudo aborda a globalização, as línguas do mundo e a comunicação global, o lugar das línguas africanas e o desafio das línguas locais de Angola no mundo globalizado e conclui que o desenvolvimento das línguas locais de Angola passa pela formulação de políticas linguísticas condizentes com a realidade sócio-antropológica do país.

Palavras-chave: comunicação global, globalização, línguas globais, línguas locais, multilinguismo.

o. Introdução

A globalização é um dos fenómenos mais marcantes e discutidas [Blommaert 2010, Scholte 2000, Harvey 2000, Sousa Santos 2002]. Isso se verifica a julgar pelas inúmeras referências que todos dias se fazem à palavra “global” - instituições globais, mercados globais, comunicações globais, segurança global, ameaça global, aquecimento global, educação global, só para citar estas. Definida por Blommaert [2010: 13] como “a intensificação dos fluxos de capital, bens, indivíduos, imagens e discursos mundo afora, impulsionados pelas inovações tecnológicas principalmente no campo da mídia, resultando em novos padrões de actividade global, de organização comunitária e de cultura”, a globalização aumentou as relações inter-pessoais em muitas esferas da actividade humana, diluindo fronteiras e aproximando pessoas, línguas e culturas.

A globalização está, também, na maneira de se comunicar, nas línguas e nas mudanças dos padrões linguísticos: sociedades, cidades e pessoas que falam varias línguas, bem como na produção do conhecimento que, mesmo que local, deve estar também em rede, para tornar global. Considerando os avanços tecnológicos registados nos domínios da comunicação e dos transportes, as palavras espaço, tempo e fronteira tornaram-se conceitos permeáveis [Harvey 2000]. As sociedades de conexões rápidas em que vivemos, hoje, inscrevem-se em espaço cronótopos [Renata 1984], nos quais tempo e espaço são valores de curta duração e transitórios [Bakhtin

1990, Harvey 1989], diferentemente das sociedades tradicionais, nas quais as relações sociais se relacionavam em tempo e espaço situados e definidos geograficamente [Giddens 1990].

Usando as palavras “globalização” e “língua” como conceitos “guarda-chuva”, o estudo apresenta algumas esferas nas quais a observação das transformações decorrentes destas duas perspectivas permite discutir o tema central deste artigo. O estudo constitui uma resposta sistematizada à seguinte questão: Qual é o papel das línguas locais de Angola no desenvolvimento económico, técnico e tecnológico e cultural do mundo globalizado? Na base da questão colocada, o estudo visa analisar: a) a globalização; b) as línguas do mundo e a comunicação global; c) a situação sociolinguística do continente africano, e d) a situação das línguas locais de Angola e os seus desafios no contexto da globalização. O estudo insere-se numa abordagem exploratória de carácter bibliográfica, com recurso a literatura existente. Para recolha de informação, decidiu-se aplicar a técnica de análise de literatura sobre temáticas relacionadas ao assunto em abordagem. De seguida procedeu-se à classificação-indexação e por via de procedimentos de transformação foram apresentados os dados extraídos dos diferentes textos analisados que permitiram construir um quadro pertinente.

1. A globalização

A globalização como fenómeno que está ligado com a economia regulada por mercados mundiais, transformou os fluxos migratórios que caracterizam

a mobilidade social, no mundo moderno. Diferentemente das diásporas tradicionais, nas quais indivíduos, grupos ou etnias deslocam-se e se relocam, ou por sujeição à sistemas coloniais, por escravidão, por guerras e/ou até mesmo por desastres naturais [Hall 2008], os novos migrantes da sociedade contemporânea têm motivações mais bem precisas. As relações globalizadas movem e criam, não apenas as condições, mas também a necessidade de indivíduos integrados na sociedade. Contrariamente às diásporas tradicionais, os novos fluxos migratórios não provocam necessariamente a ruptura dos vínculos de origem dos indivíduos migrantes. Para os novos migrantes voluntários ou não, reais ou virtuais, legais ou ilegais, a mobilidade está motivada por interesses pessoais, profissionais, económicos, políticos, educacionais e define-se como uma estratégia de transformação em fluxo contínuo e não necessariamente de ruptura e recomeço [Renata 1984].

Assim, do fim do século XX para o início do século XXI, segundo Vertovec [2007], observamos que as migrações transnacionais e os novos fluxos de migrantes em circulação mudaram a demografia das cidades, sobretudo das grandes cidades, e causaram um cenário de superdiversidade social e linguístico. Sociedades e indivíduos admitem, de forma cada vez mais terminante, que a dinâmica da mobilidade que favorece as experiências multiculturais e multilingue e o intercâmbio de conhecimentos nos mais diversos domínios, observado de modo positivo, tornou-se a chave para o aumento da produtividade

e para o sucesso de cada vez mais, maior número de actividades humanas no mundo globalizado.

A globalização como fenómeno de desterritorialização – ou suprateritorialização – e transplanetarização [Scholte 2000], estaria, então, ligada a uma reconfiguração da geografia social; isto é, uma “alteração na natureza do espaço social” [Scholte 2000: 46] que não é mais passível de ser mapeado apenas em termos de lugares territoriais, distâncias territoriais e fronteiras territoriais. Assim, como sublinham Held *et al* [1999: 16], “a globalização é ... um processo que incorpora uma transformação na organização espacial das relações sociais e das transacções”.

A globalização, também, transformou a comunicação em suas distintas formas. Para além, é evidente, da multimodalidade na maneira de comunicação e da multiplicidade de meios de comunicação (em rede, em tempo real), a importância do multilinguismo cresce exponencialmente. Para Wei, *et al* [2008], a possibilidade de se comunicar em mais de uma língua de modo activo (fala ou escrita) ou de modo passivo (pela leitura ou pela compreensão oral) é, na verdade, o que se define multilinguismo global.

Desse modo, o conhecimento, domínio e uso de várias línguas, na sociedade moderna, ganha um papel decisivo, tanto à nível individual, quanto à nível da sociedade. A competência de poder comunicar em várias línguas pode ser também considerada um activo, um bem de consumo que tem influência na cadeia produtiva de outros bens. Por outras palavras,

dominar várias línguas passou a ser um diferencial que agrega valor a quem tem esta competência Cenoz [2013], sobretudo se o conhecimento é o da língua que domina as relações inter-pessoais e institucionais a nível do país, da região ou do mundo. Por conseguinte, considerando a língua mais do que um meio de comunicação, um conhecimento multilingue torna-se um elemento indispensável no mundo globalizado.

Isto explica-se pelo facto de a comunicação ser central para o funcionamento do mercado Heller [2007] e, nesse contexto, o mercado linguístico cresce em importância e o ensino de línguas (estrangeiras ou não) passou a ocupar um lugar de centralidade [Archanjo 1984]. Em face disso, recrudescer o interesse pelas línguas sua, a do outro, a minha, a nossa - na medida em que, com elas, nas suas mais variadas formas e modalidades, podemos, além de atribuir sentido ao mundo, agir no mundo.

As línguas transformaram-se no modelo de organização e de comunicação de pessoas e sistemas informatizados, senão vejamos: os *softwares* dependem das línguas e os motores de busca estão concebidos para aceder informação disposta linguisticamente. Por essa razão, se pode justificar as mudanças ocorridas nos currículos de produção e consequentemente nas políticas linguísticas e na redefinição de prioridades no que a este assunto diz respeito.

Assim, a globalização também afecta directamente o campo das políticas linguísticas, na medida em que as línguas passam a ser um meio para

viabilizar oportunidades de crescimento pessoal, económico e social no mundo globalizado; seu valor como mercadoria cresce dia após dia. Os Estados trabalham na promoção de políticas linguísticas que possam servir aos propósitos dos membros de sua comunidade, promovendo o crescimento económico e a transformação social por meio da educação, incluindo educação linguística, da possibilidade de mobilidade e da empregabilidade dos seus concidadãos.

No contexto da globalização, as políticas linguísticas actuam basicamente na defesa da(s) língua(s) pátria(s) como bem cultural e simbólico de uma identidade nacional e na promoção do multilinguismo como bem de consumo [Archanjo 1984]. A centralidade da comunicação no seio da produção é, segundo Oliveira [2014], o factor mais relevante na valorização das línguas no século XXI. Elas tendem a adaptar-se e actualizar-se, desenvolvendo padrões que permitam a sua rápida compreensão, concorrendo a uma certa standardização. Ainda segundo Oliveira [2014], a viabilidade política do Acordo Ortográfico do português surgiu da disfuncionalidade de uma língua do mercado como o português que tinha ortografias díspares e dois centros de gestão linguística separados e divergentes (Portugal e Brasil).

2.1 As línguas do mundo e a comunicação global

A centralidade da comunicação em diferentes línguas para atender interesses hegemónicos capitalistas relança um debate sobre o papel das línguas

do mundo na comunicação global. Segundo *Ethnologue*, 22ª edição, [2019] estima-se que existam mais de 7000 línguas no mundo. Apesar das diferenças em relação ao número de línguas [cf. Comrie 2001, Pereltsvaig 2012], essa base de dados relativa às línguas faladas no mundo constitui o ponto de partida e fonte central de informação no que respeita ao número de línguas e sua distribuição. Em termos percentuais, Grimes [1978] assegura que as línguas do mundo estão distribuídas de seguinte forma: em primeiro lugar África com 31% de línguas faladas, em segundo lugar Ásia com 30%, em terceiro lugar Pacífico com 20%, em quarto lugar Américas com 16%, em quinto lugar Mediterrâneo oriental com 1,5% e, por último Europa 1,5% de línguas faladas.

Apesar dessa distribuição, *Ethnologue* [2019] estima que existem, no mundo, apenas sete línguas com um número de falantes como língua materna (LM) superior a 200 milhões de pessoas. Em termos de conjuntos, este grupo de línguas é falado, enquanto língua materna, por cerca de 37% da população mundial. Na posição cimeira, situa-se o mandarim, LM de mais de 900 milhões de pessoas, imediatamente seguido do espanhol, com cerca de 450 milhões de falantes. O inglês posiciona-se em terceiro lugar no que tange aos falantes de LM, com 379 milhões. Este pequeno grupo de línguas com maior número de falantes de LM inclui ainda, por ordem decrescente, o hindi, o árabe, o bengali e o português.

Essa perspectiva de análise gerou uma nova perspectiva de abordagem

no domínio da sociolinguística. Fora dos parâmetros de análise tradicional das línguas, surgiram modelos de ordenação ou hierarquização das línguas [cf. Reto 2012]. Não são poucas as propostas que procuram estabelecer modelos de hierarquização, mas por razões de economia de espaço, analisaremos o modelo proposto por Swaan [2001] e retomado por Jean-Calvet [2017].

Swaan [2001: 4] afirma que: “o esquema de todas línguas e o multilinguismo que as conecta apresenta uma forte ordem e hierarquia.” Para explicar ordem e hierarquia das línguas do mundo, o autor holandês concebeu um modelo no qual organizou as línguas do planeta. Na base dessa hierarquia, colocou as línguas periféricas, na sua maioria unicamente orais e usadas para comunicação local. Tais línguas, apesar de numerosas, têm pouquíssimos falantes de LM (perto de 10% da população mundial). Estes falantes, para se comunicarem com o resto do mundo, dependem cada vez mais das línguas centrais, dominadas por cerca de 95% da população mundial.

As línguas centrais existem na forma de escrita e constituem-se como línguas de ensino, da administração pública e dos meios de difusão massiva. Para Swaan [2001: 5], “elas usualmente são línguas nacionais e quase sempre línguas oficiais dos Estados que as adoptam.” O terceiro nível da hierarquia de Swaan corresponde às línguas supercentrais, que cumprem já um papel determinante na comunicação global. O exemplo do árabe, inglês, francês, alemão, hindi, japonês, malaio, russo, espanhol, *swahili*,

a única língua de África subsariana, e português são línguas supercentrais. No topo da pirâmide está a língua hipercentral, lugar actualmente ocupado pelo inglês. Segundo o autor, esta posição é recente e provavelmente transitória.

Para avaliar o peso das línguas na economia global, Weber [1999] propõe um quadro que comporta seis critérios: (1) número de falantes como LM; (2) número de falantes como L2; (3) número de países em que a língua é falada (língua-território) e a respectiva população demográfica; (4) grandes áreas em que a língua é usada internacionalmente (ciência, educação, tecnologia, diplomacia, artes, etc.); (5) poder económico dos países falantes (PIB, UDH), e, finalmente (6) prestígio social e literário da língua (valor e visibilidade das pessoas que falam a língua, publicações em revistas indexadas, etc.).

De acordo com as classificações disponíveis, independentemente dos parâmetros ou das escolas, o inglês, o mandarim, o espanhol, o árabe, o português, o russo e o francês são as sete línguas globais actualmente existentes [cf. Reto s.d.]. Entretanto, deste grupo, apenas o inglês é a língua hipercentral, e de maior comunicação global.

Este quadro interpela os Estados e obriga-os a investir em mais recursos financeiros e humanos na promoção das suas línguas como um activo, através da criação de políticas linguísticas que visam promover as suas línguas. Assim, verificam-se investimentos nas organizações de matriz linguística, como é o caso das comunida-

des lusófona, francófona, anglófona (Commonwealth), etc. ou mesmo a extensão de outros tipos de organização como CPLP, PALOP.

Logo, pode-se dizer que a globalização também ameaça a diversidade linguística, por duas razões: trata-se da crescente taxa de urbanização das populações, que atinge todas as geografias do planeta. O esvaziamento das pequenas comunidades isoladas durante séculos, por via da emigração crescente para os centros urbanos mundiais, a homogeneização cultural e linguística, leva ao desaparecimento sem precedentes de línguas periféricas e centrais por força da interacção com as línguas dominantes ou supercentrais e hipercentrais.

3. Situação sociolinguística de África

A África, com mais de trinta (30) milhões de Km² de extensão é o terceiro continente mais populoso do mundo, ficando atrás apenas da Ásia e da América, e tem mais de 1.340.590.000 de habitantes [ONU 2019]. Como foi referenciado atrás, o continente possui 31%, cerca de 2000 línguas, do total das línguas do mundo, contra os 1,5% na Europa onde estão a maioria das línguas supercentrais e hipercentral.

Segundo Vic Webb e Kembo-sure [2004], das 2000 línguas faladas como LM, apenas 10 línguas têm mais falantes: árabe com 180 milhões em todo mundo; hausa com 25 milhões; *yoruba* com 20 milhões; amharic com 14 milhões; oromo com 10.6 milhões; malgaxe com 10 milhões; lingala com 8.4 milhões; isiZulu com 8 milhões; isiXhosa com 7 milhões; chishona

também com 7 milhões de falantes. Na sequência, temos luba-kasai com 6.3 milhões; *kinyarwanda* com 6.2 milhões) afrikaans com 6 milhões.

Se o número de falantes fosse calculado com base na L2, as línguas árabe, hausa e lingala seriam as mais faladas, seguidas de línguas *bambara* e *wolof*, faladas na África Oeste e o *kikongo* falada na África central.

Apesar dessa diversidade linguística, o continente apresenta um quadro sociolinguístico diverso do ponto de vista de política linguística adoptada por cada país:

1. Cinco países de maioria árabe: apesar da diversidade étnica, apresentam uma maioria étnica árabe e aplicam uma política de arabização do país do ponto de vista linguístico (Argélia, Marrocos, Tunísia, Egipto e Líbia).
2. Vinte e seis países do sul de sahará com políticas linguísticas exoglóssicas, ou seja, países em que nenhuma das línguas locais atinge uma maioria de 50% de falantes e não apresentam políticas claras e consistentes de promoção das línguas locais (Angola, Benin, Camarões, Chade, Congo Brazzaville, Côte d'Ivoire, Djibuti, Gabon, Gâmbia, Ghana, Guiné-Bissau, Guine Equatorial, Libéria, Mali, Ilhas Maurícias, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, RDC, Senegal, Serra Leoa, Togo, Zâmbia e Zimbabwe).
3. Países com pequena diversidade linguística (a maioria da população é falante de uma única

língua) Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Lesoto.

4. Quinze países do sul de Sahara com políticas linguísticas endoglóssicas, isto é, apresentam uma política de promoção das línguas locais, apesar de certas influencias das línguas do ex-colono: África do Sul, Etiópia, Eritreia, Kenya, RCA, Tanzânia, e Uganda (com vasta diversidade étnica e linguística).

Botswana, Burundi, Lesoto, Madagascar, Malawi, Rwanda, Somália e Swazilândia (com uma etnia maioritária).

Quanto ao papel/função das línguas africanas, Jean-Calvet (2014), produziu um quadro que espelha o peso dessas línguas no desenvolvimento da economia mundial. Segundo o autor, o número de falantes das línguas africanas varia; cerca de 1/3 fala 50% das línguas africanas; ou seja, as línguas africanas não são utilizadas nos mesmos contextos. Para melhor perceber a dinâmica dessas línguas e a sua importância na economia global, Jean-Calvet usou o seu modelo gravitacional. De acordo com o autor, estão presentes no continente africano seis (6) categorias de línguas:

Ordenação das línguas africanas, segundo Jean-Calvet [2014]

Classe	Categoria da língua
A	Língua com estatuto oficial nacional
B	Língua com estatuto oficial regional
C	Língua veicular
D	Língua padronizada e utilizada no ensino
E	Língua utilizada diariamente por uma comunidade linguística e transmitida de geração em geração
F	Língua ameaçada que não é transmitida

Apenas 0,9% das línguas africanas são de classe A (línguas com estatuto oficial) e são faladas apenas por 10% dos habitantes do continente. Oitenta e cinco línguas de tipo C (língua veicular) representam 3,8% e são faladas como LM por 30% da população. As línguas do tipo E (línguas utilizadas diariamente por uma comunidade linguística e transmitida de geração em geração) representam 79% do conjunto das línguas e são faladas por 34% da população. Na base dessa classificação, Jean-Calvet identificou para trinta e oito países africanos 3 perfis funcionais, designadamente:

- (i) Os países do perfil A são aqueles no qual existe apenas uma língua com estatuto oficial e onde o problema da língua de escolarização não se coloca, (Ruanda, e Cabo Verde);
- (ii) Países com perfis A, C e E, no qual coabitam uma ou duas línguas oficiais, algumas línguas veiculares e um grande número de línguas vernáculas, encontram-se nessa condição onze países (Angola, Benim, Burquina-Faso, Congo, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Libéria, Uganda, Serra Leoa, Chade e Togo);

(iii) Países com perfis A, C, D e E, onde a política linguística transformou a situação, tornando uma língua E numa língua D (língua de ensino). Onze países se encontram nessa situação (Botswana, Gana, Guiné, Malawi, Mali, Moçambique, Namíbia, Níger, Senegal, Zâmbia e Zimbábwe.

O quadro sociolinguístico apresentado coloca enormes desafios sobretudo no que tange ao valor económico e ao peso dessas línguas no desenvolvimento económico, técnico e tecnológico e cultural do continente e ajuda a compreender também os desafios das línguas locais de Angola que é o foco deste estudo.

4. Situação das línguas locais de Angola

A população linguística de Angola é estimada em cerca de quarenta línguas [*Ethnologue* 2012] das quais três são línguas transfronteiriças: *kikongo*, *cokwe* e *oxikwanyama*, isto é, são línguas partilhadas com os países vizinhos. A taxa de literacia em línguas locais é estimada em 10% [Vic Webb & Kembo-Sure 2004]. As línguas de Angola ainda não estão inseridas no

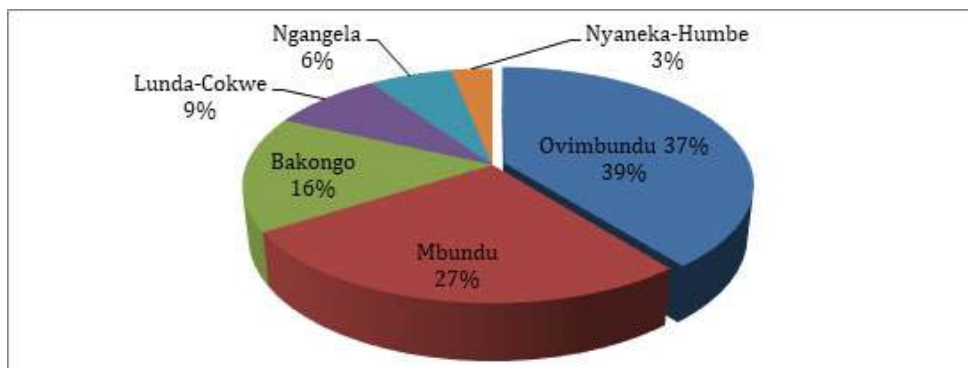
ensino formal (cf. 16º Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino); não são usadas no aparelho do Estado, ou seja, não são línguas de comunicação oficial do Estado angolano (cf. 19º da Constituição da República de Angola).

Na generalidade, as línguas locais de Angola são utilizadas como veículo de comunicação nas zonas rurais e peri-urbanas; nas zonas urbanas, as vezes, são utilizadas na igreja ou no convívio familiar de pessoas do mesmo grupo linguístico. Isto evidencia a ausência de aplicação directa na

economia formal, na ciência e na tecnologia. Por consequência, elas têm estado a perder de forma progressiva o número de falantes, como demonstram os gráficos seguintes.

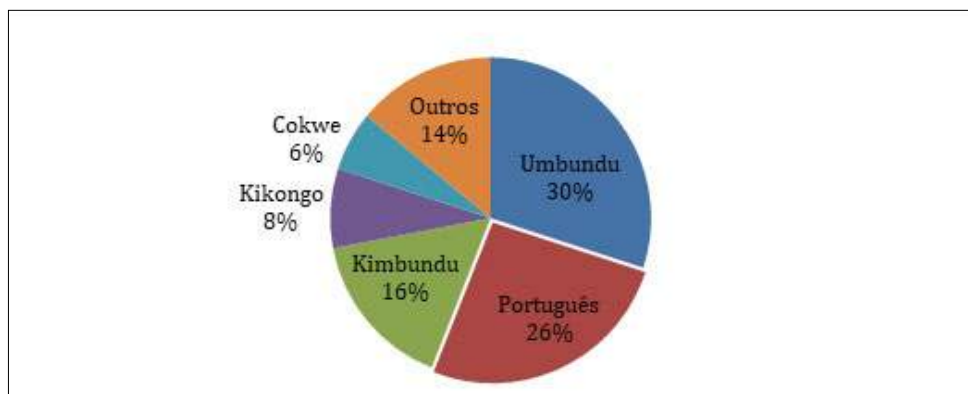
Em 1973, estudos feitos por Redinha revelavam que o *umbundu* estava em primeira lugar como língua com mais falantes nativos com 39% da população total do país, seguida do *kimbundu* com 27%, *kikongo* com 16%, *lunda-cokwe* com 9%, *ngangela* com 6% e *nyaneka* com 3%, como demonstra o gráfico 1.

Gráfico 1: Distribuição da população segundo a língua materna



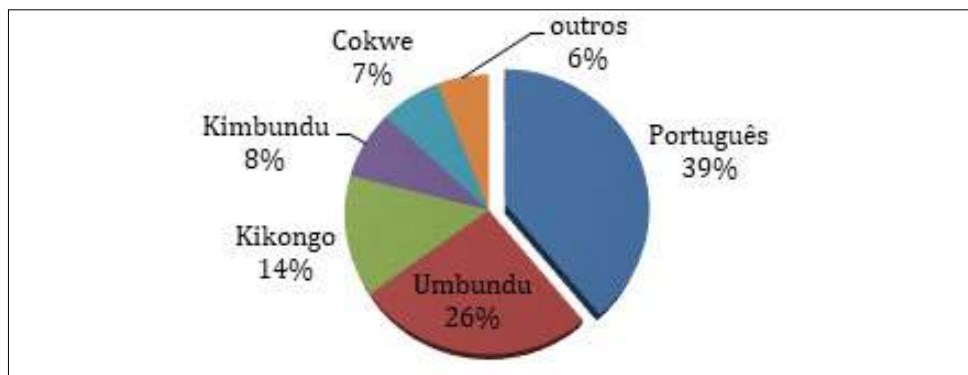
Fonte: José Redinha [apud Fernando 2020].

Já em 2002, Tony Hodges desenvolveu estudo similar no sentido de compreender a distribuição da população angolana segundo a sua língua materna. O estudo revelava que o português já era língua materna de quase 26% da população, atrás de *umbundu* com 30% de falantes. O *kimbundu* situava-se na terceira posição com 16%, *kikongo* com 8%, seguido do *cokwe* com 6% e as outras línguas em conjunto apresentavam uma cifra de 14%, como ilustra o gráfico 2.

Gráfico 2: Distribuição da população segundo a língua materna

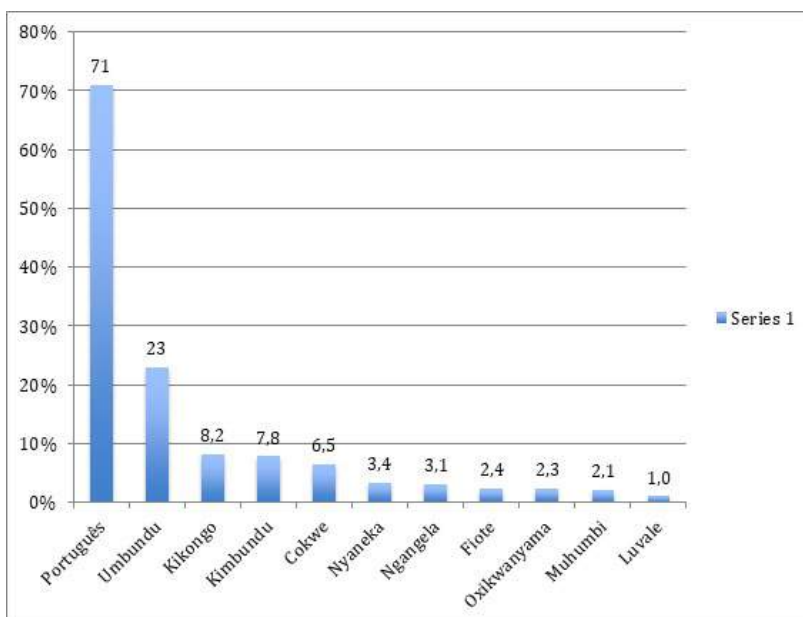
Fonte: Hodges [apud Fernando 2020].

Em 2012, o Instituto Nacional de Estatística (INE) desenvolveu um estudo, que intitulou *Angola: Povos e Números*. Este estudo revela que o *português* terá ultrapassado o *umbundu* em termos de população falante nativa, com 39%, sendo que esta ficara atrás com 26%, seguido do *kikongo* com 14%, *kimbundu* com 8%, *cokwe* com 7% e as outras línguas, em conjunto, representavam uma cifra de 4%, como ilustra o gráfico 3.

Gráfico 3: Distribuição da população segundo a língua materna

Fonte: INE [apud Fernando 2020].

Não sendo surpresa, o censo populacional de 2014 apresenta uma subida exponencial de 71% de angolanos que se comunicam em português. Apesar de o estudo não ter apresentado estatísticas por falantes nativos, ficando-se pois sem saber do universo dos 71% quantos têm o português como LM e quantos o têm como L2, não deixa de ser preocupante o facto de as línguas locais de Angola estarem a perder de forma significativa os seus falantes, como ilustra o gráfico 4, na página seguinte.

Gráfico 4: Línguas segundo a população falante

Fonte: INE 2014.

O quadro apresentado revela que a expansão do português em número de falantes, em detrimento das línguas locais de Angola, tem sido progressivo desde independência. Factores como processo de urbanização, êxodo das populações das zonas rurais para as zonas urbanas, expansão do sistema de escolarização, o impacto da rádio e da televisão [Hodges 2002, Fernando 2010 e 2020] e fundamentalmente as políticas linguísticas e educativas desajustadas adoptadas pelo Estado angolano, constitui uma das verdadeiras razões da expansão do português e do possível desaparecimento das línguas locais de Angola.

4.1 Desafios das línguas locais de Angola no contexto da globalização

Os desafios permanecem os mesmos. Este tema tem sido recorrentemente debatido no seio dos académicos que se interessam pelo assunto [Fernando 2010 e 2020, Mingas 2002, Zau 2005, Nzau 2011]. Mas pouco ou quase nada tem sido feito em prol da promoção e do desenvolvimento dessas línguas. O Estado continua a investir em português que, apesar de se reconhecer a sua importância no mundo globalizado, constitui um verdadeiro

obstáculo para o desenvolvimento de muitas comunidades angolanas.

O desenvolvimento dessas línguas passa necessariamente pela sua intelectualização: documentação, normatização e produção de literatura sobre e em línguas locais de Angola. A formação de professores de qualidade e em quantidade, a produção de recursos pedagógicos de qualidade e a consequente programação sistematizada da sua inserção no sistema de educação e ensino, como língua de ensino e não como disciplina, permitirá também a sua inserção paulatina

no mundo da ciência, técnica e tecnologia, da economia, das artes, passos imprescindíveis para o seu desenvolvimento e para o desenvolvimento das comunidades que se comunicam nessas línguas.

É preciso não perder de vista que secundo as projecções das Nações Unidas, estima-se que, até 2050, o português será a primeira língua de 400 milhões de falantes. Este aumento ficará a dever-se, sobretudo, ao forte crescimento demográfico previsto para Angola e Moçambique - que, em 2100, estima-se que poderão atingir, em conjunto, cerca de 300 milhões de habitantes. Se não houver uma mudança radical das políticas linguísticas, levantam-se dúvidas se as línguas locais de Angola conseguirão sobreviver à ameaça iminente da “homogeneização cultural e linguística” que o país persegue, fruto das políticas linguísticas desajustadas, e da propalada uniformidade global. As línguas locais de Angola estão, de facto, marginalizadas e em perigo de extinção. Assiste-se a destruição linguística, devido à estagnação dessas línguas e ao declínio dos falantes e negligência de quem deveria cuidar delas.

Os linguistas avaliam o estado das línguas analisando a sua situação de acordo com a sua condição actual “segura” ou “não segura” em termos da sua continuidade para as futuras gerações de falantes. Assim, do ponto de vista da sociolinguística, uma língua pode ser considerada extinta “quando já não tem mais falantes” [Trudgill 2003]. Ela pode ser classificada como moribunda “quando não é mais aprendida pelas crianças” devido à ausência

de transferência inter-geracional da língua de pais para filhos, o que, por sua vez, pode ser causada pela falta de número de pessoas que a falam ou pela ausência de reconhecimento oficial da sociedade para o estatuto específico dessa língua.

O latim é um exemplo claro de língua moribunda, mas também podemos encontrar exemplos em África, nas Américas, etc. As línguas ameaçadas são consideradas social e economicamente desfavorecidas, sob forte pressão de uma língua maior, como o caso do português, e começando a perder falantes infantis. As línguas nessa categoria têm poucas ou nenhuma crianças que as aprendem, e os bons falantes são jovens adultos com 50 anos ou mais. A partir dos dados apresentados nos gráficos atrás, se pode dizer que as línguas locais de Angola estão na categoria de línguas ameaçadas e mais dia menos dias poderão passar para o estágio de línguas moribundas.

Qual deve ser o papel dos políticos, intelectuais e das instituições académicas angolanas no esforço de salvar essas línguas do estágio em que se encontra? Como o país pode ligar-se significativamente e responder aos desafios da ordem global, sem comprometer os seus valores culturais e linguísticos? Chomsky & Barsamian aconselham que os países que queiram trilhar pelo caminho do desenvolvimento, devem fazê-lo da mesma forma que os países desenvolvidos fizeram, não fechar as fronteiras ao mercado global, mas também concentrar-se no desenvolvimento do mercado local, “significa construir os

seus próprios recursos, protegendo-os e mantendo-os” [Chomsky & Bar-samian 1996: 42].

Uma das formas significativas de aplicar o princípio da “desconexão” - priorizar as necessidades internas em detrimento de considerações externas - é investir seriamente nas línguas locais de Angola. Fala-se frequentemente do potencial económico que essas línguas representam para o desenvolvimento do país, mas é notável a condição subalterna em que estão sujeitas, fruto das políticas desajustadas ao contexto linguístico e cultural. A elite política e intelectual do país pode, de facto, transformar as crises actuais em seu benefício se ‘desvincularem-se conscientemente da atitude negativa que carregam sobre essas línguas e se comprometerem em usá-las com visão, criatividade e aplicá-las nos domínios da educação, ciência e tecnologia, economia, etc.

Segundo Negash [2005] e Bamgbose [2000], a língua é o principal instrumento de acesso (ou não) das pessoas à educação, ao conhecimento tecnológico, científico e intelectual, que, por sua vez, determinam o estado do bem-estar económico e social, da identidade e da cultura das nações ou comunidades. A questão do valor e do papel das línguas locais de Angola tem sido repetidamente abordada. Alguns apontam a sua importância para a construção do Estado -“nações”, a coerência e o desenvolvimento da sociedade. Outros fazem recomendações políticas e/ou apresentaram formas de implementação para sua utilização nas escolas e no sector público e não só. Essas vozes deveriam

ser ouvidas e suas ideias acatadas por aqueles que têm a responsabilidade de conceber e implementar as políticas públicas deste país. Infelizmente, o que se verifica é que, apesar dos apelos, a questão das línguas locais de Angola está largamente relegada nas intenções.

Outro facto lamentável e irónico é o papel incompreensível da elite académica angolana: professores, investigadores, tecnocratas, que se tornaram cúmplices na sustentação do desastre linguístico do país. Se os líderes políticos o fazem por conveniência política, os académicos - embora poucos sejam suficientemente francos, para admitir isso publicamente - não podem deixar de superar a educação neocolonial e a nostalgia que se instalou no sistema linguístico, cultural e ideológico do seu pensamento. Assiste-se a esforços, em todas as direcções, que visam promover o português e nada fazem para trabalhar no desenvolvimento das línguas locais de Angola. Esquecem-se que nenhum país do mundo se desenvolveu com base na língua estrangeira [Campbell 2006]. A base do desenvolvimento de um país radica na intelectualização da(s) sua(s) língua(s), que as crianças melhor dominam.

Muitas línguas de maior comunicação, hoje, eram línguas de periferia. Durante o período do Império Romano, latim e grego foram as línguas dominantes nas regiões onde o Império Romano exercia o seu poder, sendo que a primeira era dominada na parte ocidental e a segunda na parte oriental. Na Europa ocidental, o francês, uma das línguas supercentrais, serviu

como língua dominante na diplomacia nos séculos XVII e XVIII. O alemão, uma outra língua de comunicação global, também teve o seu destaque na Europa nos séculos XIX e XX, sobretudo na área de negócio.

Entretanto, só após a segunda Guerra Mundial de 1945, no século XX, o inglês, actual língua hipercentral, começou a ganhar um espaço no panorama mundial. Essa ascensão foi fruto da participação dos Estados Unidos na II Guerra. Após o fim da guerra, os americanos tornaram-se num país economicamente influente, já que foi o maior vendedor de arsenal bélico para algumas partes envolvidas no conflito, além de ter sido um grande financiador para algumas economias que se encontravam fragilizadas após a guerra. Ou seja, para além do papel que a colonização britânica teve para expansão do inglês, o poder da América não se limitou à área económica. O sector político, militar, cultural, científico, tecnológico, cinematográfico e a grande promoção no domínio da política linguística serviram de mola impulsadora para que o inglês fosse classificado como a maior língua de comunicação global.

Considerações finais

A noção de interdependência pode-nos ajudar a compreender a globalização não como nuvens gigantes que cobrem e homogeneízam o mundo, mas como uma rede de conexões em que o esforço pelo controlo e hegemonia ocorre em várias direcções, bem como fazem os movimentos constantes de adaptação e transformação, mas também de resistência.

Não foi apenas a revolução tecnológica em si mesma que determinou o meio pelo qual as sociedades ocidentais evoluíram, mas a filosofia e a base lógica da sua filosofia criaram fundamentos que direccionaram o ocidente na maneira como as novas descobertas e novas técnicas deveriam ser exploradas. Num mundo globalmente interdependente, a civilização se transforma num conjunto de processos pluri-direccionais.

Enquanto em Angola as línguas locais ainda estiverem no processo de descolonização, por culpa da condição subalterna em que estão sujeitas, é necessário concentrar-se, primeiro, na eliminação da teoria de vitimização dessas línguas pelas línguas “globais”. Apesar das previsões das Nações Unidas e de reforço de políticas linguísticas desajustadas ao contexto linguístico e cultural, é importante perceber que ainda se pode salvar as línguas locais de Angola. Os dados do último censo também revelam que perto de 29% dos angolanos comunicam-se em línguas locais. Na verdade, a força de uma língua mede-se pelo número de falantes, mas também, e sobretudo, pelo poder da sua economia, que pode projectar a sua cultura, ciência e influência no mundo. As línguas locais de Angola precisam da vontade política, da participação consciente e sistemática de todos e principalmente dos intelectuais angolanos para o seu desenvolvimento. Isso só será possível quando houver um trabalho conjunto na mobilização de recursos necessários, em termos de política e aplicação para desenvolvê-las, e optarem por uma “desconexão” de políticas linguísticas coloniais.

Referencias bibliográficas

- AMIN, S.
1993: "The Challenge of Globalization: Delinking", in S. Amin *Facing the Challenge*, New Jersey: Zed Books.
- BAKHTIN, M.
1900: "Formas do tempo e de cronotopo no romance. Ensaio de poética histórica", In: M. Bakhtin *Questões de literatura e de estética*. 2ª ed., S. Paulo: Hucitec, pp. 211-362.
- BAMGBOSE, A.
2000: *Language and Exclusion: The Consequence of Language Policies in Africa*, New Jersey: Transaction Publisher.
- BLOMMAERT, J.
2010: *The Sociolinguistics of Globalization*, Cambridge: Cambridge University Press.
- CALVET, L.
2017: "Baromètre Calvet des langues du monde", Disponível em: <http://www.wikilf.culture.fr/barometre2017/index.php>
- CAMPBELL, Z. M. R.
2006: "The state of african languages and the global language politics: Empowering african languages in the era of globalization. Selected Proceedings of the 36th Annual Conference on African Linguistics", in: O. F. Arasanyin & M. A. Pemberton (ed.), Somerville: Cascadilla Proceedings Project, pp. 1-13
- CENOZ, J.
2013: "Defining multilingualism", *Annual Review of Applied Linguistics*, 33, pp. 3-18.
- CHOMSKY, N. & D. BARSAMIAN
1996: *Class warfare*, Londres: Pluto Press.
- COMRIE, B. S.
2001: "Language of the world", in: M. Aronoff & J. Rees-Miller (ed.) *The Handbook of Linguistics*, Oxford: Blackwell Publishing, pp. 19-42.
- CRESPO, N. & L. RETO
s.d.: *A posição do Espanhol e do português entre as línguas globais*, Lisboa: ISCTE
- FERNANDO, M.
2010: "Inserção de línguas nacionais no sistema de ensino em Angola: desafios e perspectivas", comunicação apresentada nas 10ª Jornadas Científico-Pedagógicas do ISCED-Luanda (2009) e no 4º Encontro Nacional sobre Línguas Nacionais, Uíge, 18-21 de Outubro.
2020: "As línguas no sistema de educação e ensino: avanços e resistências", in: A. Nguluve, I. Paxe e M. Fernando (org.) *A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino: Debates e Proposições*, Luanda: Literacia
- GEGHASH, G.
2005: Globalization and the role of African languages for development. Comunicação apresentada na Conferência "Languages Communities or Cultural Empires" Fevereiro, 9-11, 2005, UC, Berkeley
- GIDDENS, A.
1990: *The consequences of modernity*. Londres: Polity Press
- HALL, S. (org.)
2008: *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte: Editora UFMG
- HARVEY, D.
1989: *Condição pós-moderna*, S. Paulo: Loyola, pp. 187-276

- HELLER, M. (ed.)
2007: *Bilingualism. A social approach*, Basingstoke: Palgrave
- HODGES, T.
2002: *Angola. Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*, Cascais: Principia
- MINGAS, A. A.
2002: *Interferências do kimbundu no português falado em Lwanda*, Luanda: Chá de Caxinde
- NZAU, D. G. N.
2011: *A língua portuguesa em angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*, Covilhã: Universidade da Beira Interior (tese de doutoramento)
- OLIVEIRA, L. C.
2014: "Language teaching in multilingual contexts", in: *RBLA*, Belo Horizonte. vol. 14, nº 2, pp. 265-270
- PERELTSVAIG, A.
2012: *Languages of the world. Introduction*, Cambridge: Cambridge University Press
- REDINHA, J.
1973: *Etnias e culturas de Angola*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola e Banco de Angola
- RENATA, A.
1984: "Globalização e multilinguismo no Brasil: Competência linguística e o programa ciência sem fronteiras", *RBLA*, Belo Horizonte, vol. 15, nº 3, pp. 621-656
- RETO, L. (coord.)
2012: *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.
- RETO Luís (coord.) s.d.: *O essencial sobre a língua portuguesa como activo global*, Lisboa: Imprensa Nacional
- SOUSA SANTOS, B. (org.)
2002: *A globalização e as ciências sociais*, São Paulo: Cortez
- SCHOLTE, J. A.
2000: *Globalization. A critical introduction*, Basingstoke: Palgrave Macmillan
- SWAAN, A.
2001: *Words of the world. The global language system*, Malden: Polity Press
- TRUDGILL, P.
2003: *A glossary of sociolinguistics*, Edinburgh: Edinburgh University Press
- VERTOVEC, S.
2007: "Super-diversity and its implications", in: *Ethnic and Racial Studies*. vol. 29 (6), pp. 1024-54
- WEBB, V. & KEMBO-SURE
2000: *African voices. An introduction to the languages and linguistics of Africa*, Cape Town: Oxford University Press
- WEBER, G.
1999: "The world's 10 most influential languages", *AATF National Bulletin*, vol. 24, p. 22-28
- WEI, Li & Melissa MOYER (ed.)
2008: *The Blackwell guide to research methods in bilingualism and multilingualism*, Blackwell Publishing
- ZAU, F. S. de P.
2005: *O professor do ensino primário e o desenvolvimento dos recursos humanos em Angola (uma visão prospectiva)*, Lisboa: Universidade de Aberta (tese de doutoramento)

Local Languages of Angola in the Context of Globalization

Abstract:

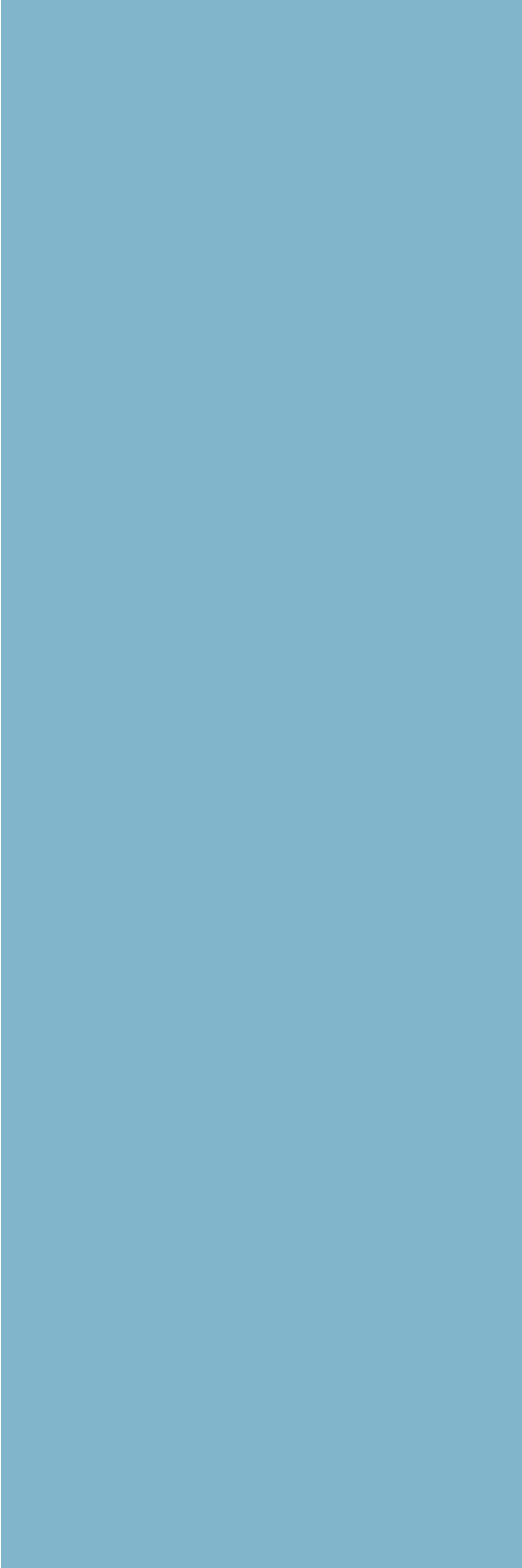
Globalization understood as a phenomenon that is related to the economy regulated by world markets is also in the way of communicating, in languages and in changes in linguistic patterns: societies, cities and people who speak several languages, as well as in the production of knowledge that, even if local, must also be in a network, to become global. Due to the consequences that arise from it, globalization has also transformed communication in its various forms. The study analyzes the role of Angola's local languages in the context of globalization. Using an exploratory bibliographical approach, the study analyzes globalization, world languages and global communication, the place of African languages and the challenge of Angola's local languages in the globalized world and highlights that the development of Angola's local languages involves the formulation of language policies consistent with the country's socio-anthropological reality.

Keywords: Key-words: global communication, globalization, global languages, local languages, multilingualism.

BIO-BIBLIOGRAFIA

Mbiavanga Fernando, Doutor em Linguística Africana (2013) pela Universidade de Stellenbosch, África do Sul. Mestre em Linguística Africana (2009) pela UNISA, África do Sul. Possui licenciatura em Ensino de Língua Inglesa como língua estrangeira (1999) pelo ISCED-Luanda, Universidade Agostinho Neto, Angola. Professor Associado e investigador no ISCED-Luanda, onde lecciona as cadeiras de Linguística, Morfologia e Sintaxe, Lexicologia e Lexicografia, Teorias de Sintaxe, Sociolinguística, Tradutologia, Metodologia de Investigação Científica e Elaboração de Projectos Científicos nos cursos de graduação e pós-graduação; também lecciona nos cursos de pós-graduação na Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto. Autor dos livros: *The (Anti-) causative Alternation in Kikongo: The lexical semantics and syntax properties of course of state and change of location verbs*, editora LINCOM EUROPA, 2017 e *Morphology and Syntax of the Kikongo Verbal Affixes*, editora LAMBERT Academic Publishing, 2010; tem vários artigos publicados e comunicações apresentadas a nível nacional e internacional; possui participações nos júris de teses de doutoramento e dissertações de mestrado; É coordenador da linha de pesquisa língua, sociedade, educação e políticas públicas educativas no mestrado de Ensino da Língua Portuguesa e Ensino das Literaturas em Língua Portuguesa no ISCED-Luanda e de práticas comunicativas em salas de aula: interação verbal em sala de aula de língua; é membro do Conselho

Incubadora-Universidade da Incubadora Social Feminista Anti-racista Norte-Nordeste e Amazônia Legal; membro do comité científico internacional para a publicação do livro "Multilinguismo em sala de aula: dialogo internacional em contexto da diversidade linguística; foi consultor do projecto PALMA do Centro de Linguística de Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal;. Tem interesse de investigação nas áreas de linguística formal, interacção lexico-semântica e sintaxe, corpus linguístico, políticas linguísticas educativas, língua e educação, currículo e formação de professores e metodologia de investigação científica.





Hélder Simbad

Estatuto das línguas locais em contexto pós-colonial

Resumo

O presente artigo visa explicar o processo de constituição do inconsciente por via da história e como o inconsciente colonial continua a influenciar as tomadas de decisão, definindo o actual quadro da situação linguística no nosso país. Parte-se do princípio de que as línguas naturais constituem-se como organismo vivo e, portanto, nascem, desenvolvem-se, sobrevivem e podem ser extintas se não forem asseguradas por políticas linguísticas assertivas. Opta-se pela pesquisa bibliográfica, porque o nosso trabalho é do tipo qualitativo e há um acervo disponível que, por via da reflexão dialéctica, nos permite visitar a história, questionar as imprecisões da definição de uma política linguística que se ajusta à real situação sociolinguística de Angola, depois de largos anos de independência.

Palavras-chave: Línguas locais, português, colonialismo, inconsciente, política linguística.

Introdução

Angola é um país cuja independência foi alcançada há quase 48 anos. Porém, após mais de quatro décadas de independência, continua a viver as consequências da colonização. Dentre os vários problemas socioculturais gerados pelo colonialismo, a situação linguística está entre aqueles que deveriam merecer melhor atenção, pois a língua revela a consciência de um povo. O português, língua herdada por via da colonização, passou a se configurar como um factor de unidade, e as línguas locais foram durante muitos anos, apesar de episódicos discursos de resgate, relegadas à sua sorte, sem a definição de um estatuto, definido por políticas linguísticas integradoras que respeitassem o binómio língua e sociedade. Nos últimos anos, tem havido algumas demonstrações de vontade por parte das autoridades em elevar o estatuto das línguas nacionais de origem africana; contudo, reconhecendo a complexidade desse problema, por via da lei nº. 32/20, o Estado decidiu deixar a decisão final para um regulamento específico futuro.

Objectivamos com este trabalho explicar a criação do inconsciente colonial por via do processo de assimilação, que pressupunha a não assumpção das línguas de origem africana como línguas de escolarização e sua predominância num período de pós-colonialidade, condicionando a sobrevivência das línguas locais. Para tal, elencamos um conjunto de obras de diferentes campos categoriais pela transversalidade do tema.

Revisão da Literatura

O referencial teórico do nosso trabalho assenta nos seguintes pilares: língua, sociedade e administração colonial; unidade linguística como factor de estabilidade; o inconsciente colonial como o principal motivo da crescente desvalorização das línguas locais. Com efeito, pela especificidade do trabalho, recorreremos a diversos estudos apresentados por investigadores comprometidos com a ciência. Por conseguinte, em se tratando de um tema transversal, colocámos em diálogo historiadores, antropólogos, psicólogos, politólogos linguistas. Kamwangamalu [2016], no seu livro *Language Policy and Economics: The Language Question in Africa*, apresenta o continente africano como uma história de insucesso em termos de planeamento linguístico; entretanto, tal insucesso decorre daquilo que Silva [2010], no seu artigo intitulado "Política Linguística na África: do passado colonial ao futuro global", considera que fruto "de um processo intercultural" a que os africanos estiveram sujeitos, "inclusive de conflito, não viam outra solução para o futuro desses novos países, a não ser utilizar o modelo de Estado europeu" e, conforme Frédéric Mistralapud Silva [2010], "a língua é o mais importante instrumento de conquista, permitindo impor ideias e valores sem contestação", resultando assim, naquilo que designamos por inconsciente colonial, cujo processo de constituição começa, segundo Nascimento, em "Gentes do Mato: os Novos Assimilados em Lunda (1926-1961)", com o surgimento das sociedades crioulas e com os novos assimilados, negros autóctones, de origem

rural e saídos dos seminários católicos. O resultado disso, em termos de políticas linguísticas, é, após décadas de independência, as línguas locais não gozarem do prestígio que se esperava, conforme denuncia Zavoni Ntongo [2002] em *Angola. Povos e línguas*.

Discussão

1- O combate às línguas nativas pela administração colonial

Os contactos de Angola com o mundo ocidental, especificamente com Portugal, em termos históricos, começaram em 1482, com a chegada de Diogo Cão à Foz do Rio Zaire. Daí começou um trajecto de relações e tentativas de subjugação permanente com implicações psicológicas dos dois lados (colonizador e colonizado).

Por ser a língua o principal factor de identidade, consideramos o combate às línguas nativas pela administração colonial como a fase mais avançada de um processo que visava a reconstrução do sujeito africano à imagem que o colonizador desejava. Por esse motivo, Frédéric Mistral [*apud* Silva 2010] considera a língua como o mais importante instrumento de conquista, porquanto permite impor ideias sem contestação.

Em termos teóricos, usa-se o conceito de colonialismo para designar a doutrina política, económica e militar que embasa as conquistas territoriais com o intuito de estabelecer o controlo e autoridade da metrópole, por meio da imposição administrativa e cultural¹.

Entretanto, na esteira de Filho e Dias [2015: 9], entendemos que, muito mais do que um sistema de exploração económica e de dominação política, o colonialismo pode mesmo ser entendido,

como um modo de percepção do mundo e de enquadramento da vida social. O sucesso do empreendimento colonial dependia da criação e manutenção de uma percepção do mundo fundada em relações de identidade e alteridade. Era preciso definir o *status* de cada pessoa na nova estrutura forjada pelo colonialismo [Filho & Dias 2015: 11].

Dessa tensa relação entre identidade e alteridade, assim como da necessidade de definição de *status* no seio da dinâmica social nasceram os híbridos, as miscigenações, as apropriações culturais. Em virtude disso, de acordo com Filho e Dias [2015], categorias como “civilizado”, “assimilado”, “moderno” e “tradicional” foram criadas para simplificar, distinguir e hierarquizar. Todavia, é preciso sublinhar que o processo de assimilacionismo obedeceu etapas, cumprindo uma agenda previamente delineada, tendo começado com o processo de crioulização que, no âmbito da administração colonial portuguesa, segundo Nascimento [2013: 18], podem ser entendidos,

como grupos locais (nativos ou não), quase sempre mestiços, que falavam a língua das populações a serem colonizadas e entendia, ao menos em parte, seus códigos sociais e culturais, por isso eram utilizados como

¹ <https://www.todamateria.com.br/colonialismo/> acessado a 26 de Janeiro de 2021

vectores do processo de mistura entre portugueses e nativos, facilitando a actuação de Portugal nas suas colónias.

Os crioulos constituem, em Angola, o primeiro grupo de assimilados. O segundo grupo de assimilados eram negros não miscigenados, tinham origem rural, derivavam das relações entre a população nativa e os missionários e, em virtude dos seus estudos e alguma ascensão económica, solicitavam o Bilhete de Assimilado, conseguindo assim um estatuto legal concedido a todos os negros e seus descendentes nascidos nas colónias que cumprissem com os pré-requisitos determinados em Angola pelo capítulo I do Regulamento de Recenseamento e Cobrança do Imposto Indígena, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 237². O processo de assimilacionismo actuava lentamente na esfera do psicológico e levava a auto-negação, ao auto-ódio. "O ser assimilado era ter um estilo de vida europeu, o que incluía ir ao cinema caso os brancos aceitassem" [Nascimento 2013: 109], isto incluía falar a língua do colonizador com o maior grau de excelência possível. Durante todo esse processo de violência real e simbólica que foi o colonialismo, o homem desaprendeu a colocar em primeiro lugar a sua cultura. Contudo, convém ressaltar que o não resgate se deve também à actual configuração ideológica que não passa duma extensão do inconsciente colonial.

Informa Serrote [2015: 27], que embora muitos missionários Protestantes e Católicos sugerissem que era necessário o uso das línguas nativas para o processo de evangelização, o Alto Comissário Mendes Ribeiro Norton de Matos, através o Decreto n.º 77, de 9 de Dezembro 1921, proibiu o uso das línguas locais dentro do território colonial. Tal medida levou ao agravamento da situação linguística nacional e continua a ter implicações nos nossos dias. Dentre os artigos que constavam do decreto destacamos os seguintes:

Artigo 1º, ponto 3º: *É obrigatório, em qualquer missão, o ensino da língua portuguesa; ponto 4º: É vedado o ensino de qualquer língua estrangeira;*

Artigo 2º: *Não é permitido ensinar, nas escolas de missões, línguas indígenas;*

Artigo 3º: *O uso de língua indígena só é permitido em linguagem falada na catequese e, como auxiliar, no período do ensino elementar de língua portuguesa.*

Segundo Serrote [2015: 19] Norton de Matos, nas suas *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, livro publicado em 1944, confessa que "a sua preocupação foi a de espalhar e fixar a língua Portuguesa em todas as colónias". Em vista disso, a língua portuguesa, língua de instrução, passou assim a ser considerada o primeiro critério para que a um indígena fosse conferido o estatuto de assimilado. Em contrapartida, o combate às línguas nativas e a definição do estatuto do indígena assimilado foram factores determinantes para construção de uma identidade

² C.f SANTOS, W.S. (2013) *Gentes do Mato. Os "novos assimilados" de Luanda (1926-1961)*, S. Paulo: Universidade de S. Paulo.

que acompanha o sujeito angolano de forma inconsciente, uma memória instaurada, a qual designamos por "inconsciente colonial" e terá sempre implicações no devir.

2- A língua portuguesa como factor de unidade

Para Oliveira [s.d.: 233], depois de Angola ter alcançado a independência e se ter tornado uma nação, "pela lógica dos Estados modernos, sua tapeçaria linguística acabou por se tornar um problema para os ideais nacionalistas, principalmente no que diz respeito à escolha de apenas uma língua". Tal decisão deu-se logo a seguir à independência, a meio de conflitos existenciais – próprio de quem acaba de a conquistar – ideológicos e político-militares; ou seja, face à urgência de se efectivar a nação, assim como as constantes ameaças internas e externas, os detentores do poder não tinham reunidas condições propícias para se pensar numa política linguística que potenciase e valorizasse pelo menos uma das línguas locais ao ponto de figurar na academia e administração pública.

Após a conquista das independências, "as elites africanas, consequência de um processo intercultural, inclusive de conflito, não viam outra solução para o futuro desses novos países a não ser utilizar o modelo de estado europeu" [Silva 2010: 4]. Angola, sendo um país africano, também foi gerado por esse contexto específico de subjugação permanente que foi o colonialismo e, tendo como paradigma de estruturação político-administrativa a Europa, adoptou

como já terá ficado explícito, o português como língua oficial, sendo, portanto, segundo Chicuna [2020: 50] "a única língua não-africana falada em todo o território nacional". Porém, ressalta-se que antes do domínio português e consequentemente da imposição da sua cosmovisão, em termos de organização político-administrativa, o território angolano era habitado por diferentes grupos étnicos que formavam reinos autónomos. Com a nova configuração geográfica definida pelas normas político-administrativas de matriz ocidental, após a independência de Angola, "era necessário criar, forjar uma identidade nacional acima da identidade étnica capaz de manter o novo país unido" [Silva 2010: 4]. Forjar tal "identidade nacional acima da identidade étnica" com vista a criação do novo Estado pressupunha a existência de um denominador comum: a língua portuguesa como factor de unidade.

Importa salientar que todos os países colonizados por Portugal adoptaram a língua portuguesa como língua oficial. Segundo Fonseca [2012], os líderes consideravam que a diversidade linguística de seus países não propiciava o nascimento de uma nação coesa política e culturalmente e que pudesse dialogar com o mundo, dentro e fora da África, sobretudo porque a partir da independência teriam que dialogar com diversas organizações internacionais e diferentes Estados.

Em relação às palavras de Fonseca, levanta-se também a questão de desenvolvimento e crescimento de nações fora desses espaços determinados pelo ocidente por via da

instauração de comunidades linguísticas que, ainda que com nova roupagem, verdade seja dita, garantem a continuidade e a hegemonia da superestrutura colonial em que o centro continua a ser a Europa (anglofonia, francofonia, lusofonia) e as ex. províncias ultramarinas, dentre as quais Angola, integram esse lugar na condição de figura menor.

A língua, bem como a literatura e a história, é um dos três grandes pilares de sustentação da identidade e da cultura nacionais [Anderson 2008, *apud* Oliveira 2016: 221]. Por esse motivo, na tentação e tentativa de se definir "angolanidade literária" por via da assumpção da língua portuguesa como pertença – ainda que de forma subjectiva, por imperativo psicológico derivado do complexo do colonizado – geralmente os estudiosos referem-se ao uso da língua portuguesa com os falares locais, ou seja, como uma língua que, ao entrar em contacto com as línguas locais, assumiu características próprias. Para reforçar institucionalmente esta ideia, tal corrente configura-se como principal preceito nas instâncias de validação e valoração (Crítica Literária e Prémios Literários) da obra literária como artefacto cultural.

Muitos estudos sobre políticas linguísticas modernas dedicam-se ao conceito e à construção dos Estados nacionais. "Tal facto é atribuído à ideia de "unidade" que se vincula a essa construção: uma língua, um povo, uma nação" [Oliveira s.d.: 219]. No caso de Angola, foi, indubitavelmente, este princípio de unidade que terá provocado uma inversão de olhar

nos nacionalistas angolanos, que se constituíram como poder, em relação à língua portuguesa, símbolo maior do colonizador e, por conseguinte, geradora de conflitos existenciais.

Segundo Anderson, "o papel político da língua em relação à construção de nação se tornou forte na época da instauração dos Estados modernos, cujo projecto, com o intuito de unificar para melhor governar, sobrepôs língua e nação" [*apud* Oliveira 2016: 221]. Em consequência desta lógica, Angola passou a ser um país multilíngue, caracterizado pela coexistência do português com outras línguas nativas, do grupo bantu. A coexistência dessas línguas pode dar-se em vários níveis. O problema que levantamos é o lugar que essas línguas ocupam nas estruturas administrativas e, sobretudo, no processo de escolarização do indivíduo, lugar onde se constrói a consciência.

Em termos de produção escrita, Angola dispõe de uma produção literária que começa no final do século XIX e se estende até aos nossos dias. Cada país expressa a sua literatura por via de uma língua. Os artífices da literatura angolana (a literatura escrita), na generalidade, desde os finais do século XIX, privilegiam a língua portuguesa como língua de produção porque sempre foi a língua de escolarização e, em certos casos, por ser a língua materna. Ademais, há o drama de, escrevendo em línguas locais, o autor ser lido por um número muito reduzido de leitores. Em termos de produção científica, eleva-se o drama porque as línguas de origem africana, em Angola, não gozam ainda de prestígio académico e

há um número muito reduzido de falantes bilingue com o nível desejado para enfrentar materiais escritos nessas línguas.

3- A subalternização das línguas locais

No âmbito da taxonomia apresentada por Silva [2010: 4] em relação às Políticas Linguísticas Africanas, Angola integra o núcleo dos Países da África Subsariana com políticas exoglósicas na medida em que adoptou uma política de valorização externa, sendo um país com uma pluralidade de línguas em que nenhuma delas atinge 50 % da população.

A problemática do estatuto das línguas locais em Angola é uma das consequências do colonialismo. Todavia, dentre as impossibilidades de reversão que geralmente derivam de processos violentos, parece-nos ser um daqueles problemas que podem ser resolvidos havendo vontade política e um processo de auscultação dos técnicos de língua.

Como que prevendo o percurso conturbado das línguas nacionais de origem africana na esfera académica, social e administrativa, Agostinho Neto, Presidente da República entre 1975 e 1979, advertia que "o uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável actualmente na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. E tanto no ensino primário, como provavelmente no médio, será preciso utilizar as nossas línguas" [Instituto 1977: 7]. Porém, passaram-se quatro décadas desde o seu desaparecimento físico, e esse desiderato, que, em termos de imaginá-

rio, configura uma vontade colectiva, ainda não foi alcançado, conforme denuncia Ntondo [2002: 18]:

As línguas não Bantu e Bantu, consideradas nacionais, não gozam de nenhum estatuto definido, servindo somente de línguas de comunicação a micro nível, quer dizer, entre os membro de um mesmo grupo etnolinguístico ou de uma mesma comunidade linguística.

Importa advertir que quando Zavoni Ntondo se refere às línguas não bantu, procura fazer lembrar as minorias constituídas por povos como os Khoi-Khoi e San, que raramente são tidos e achados nas discussões sobre a pretensa nação.

Segundo Ndombele [2017], Norton de Matos advogava que as línguas indígenas de Angola, o kimbundu, o umbundu e tantas outras, apenas lhe interessavam como elemento de estudo da linguística, da evolução social de comunidades humanas e do desenvolvimento mental da humanidade. O mesmo julgava que essas línguas se obliterassem e desaparecessem de todos, pois que ele as considerava como línguas de cães.

Por esse motivo, a valorização das línguas angolanas, em consonância com Ndombele (2017), deve ser concebida como um potente factor de desalienação, de libertação ideológica.

Kamwangamalu [2016: 193], certamente depois de vários estudos, conclui que " The African continent does not have an extensive history of

successful language planning"³; no entanto, convém ressaltar que este insucesso que África enfrenta, em termos de planeamento linguístico, resulta, sobretudo, da colonização linguística que o ocidente impôs ao continente e da actual configuração político-administrativa que consiste na aglomeração de antigos reinos que gozavam de autonomia linguística. No caso de Angola, dada a complexidade dessa matéria, em termos de estatuto, as línguas locais vêem-se condicionadas pelo lento processo de evolução do pensamento político, científico e consequentemente social, pois as leis são criadas à medida do pensamento. Assim, em 2001, o horizonte de compreensão deste fenómeno levou a que, em sede da Assembleia Nacional, se decidisse, no ponto 1, do artigo 9 da Lei de base do sistema de educação de 2001, que o "ensino nas escolas" deve ser "ministrado em língua portuguesa", apenas em língua portuguesa, configurando-se assim como uma extensão do ponto 3 do artigo 2º do decreto n.º 77 promulgado pela administração portuguesa em Angola, liderada por Norton de Matos, que obrigava o uso exclusivo da língua portuguesa como língua de escolarização, proibindo, no artigo 2ª o ensino das línguas estrangeiras. Todavia, após vários processos de introspecção colectiva e, quiçá, uma certa pressão em termos de posicionamento da comunidade académica, aprovou-se, em 2020, na Assembleia Nacional, a lei 32/20 de 12 de Agosto em que se pode destacar, em termos de matéria legal relacio-

nada com língua e ensino o seguinte: - 3-sem prejuízo do previsto no n.º 1, podem ser utilizadas as demais línguas de Angola, nos diferentes Subsistemas de Ensino, nos termos a regulamentar em diploma próprio.

Considerações finais

A situação linguística dos países com diversidade étnica e consequentemente plurilingues, em contexto pós-colonial, é complexa e exige a adopção de medidas que não firam sensibilidades de terceiros, pois o que se propõe não é um novo genocídio linguístico nem sobreposição étnica. Em vista disso, o prestígio das línguas locais far-se-á sentir quando se obliterar essa dimensão futurista implícita no sintagma *nos termos a regulamentar em diploma próprio* e concretizar-se com medidas aprovadas por via de discussões racionais, portanto, sem paixões, entre a comunidade académica, políticos e até mesmo elementos identificados da sociedade civil. Ainda assim, face ao português, as línguas locais continuarão a gozar de menor prestígio por força da sua condição regional.

Para já, conta o presente e não aquilo que poderá acontecer em termos de um novo diploma legal sobre esta matéria. Assim, segundo a Constituição da República de Angola, no seu número 1 do artigo 19.º, "a língua oficial da República de Angola é o português". No n.º 2 desse mesmo artigo, lê-se que o "Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola". Sobressai nessa passagem o lexema "demais" que, numa abordagem filosófico-linguística é reveladora do

³ Nossa tradução: O continente africano não tem uma extensa história de sucesso em termos de planeamento linguístico.

papel secundário que as línguas locais assumem na construção de uma narrativa colectiva. Por fim, convém ressaltar que, as leis têm seguido a evolução da sociedade e são aprovadas em função do estágio em que ela se encontra. No artigo 21.º, sobre as *Tarefas fundamentais do Estado* lê-se na alínea n) que "constituem tarefas fundamentais do Estado angolano":

"Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação".

Tem-se assistido, ano após ano, a inclusão das línguas nos currículos académicos, sobretudo a nível médio e universitário. Entretanto tal esforço verifica-se sobretudo em relação aos cursos de letras e ciências sociais, com avanços e retrocessos. Com efeito, pode-se levantar aqui a problemática de quadros humanos e meios de ensino como entraves para que se alcance tal desiderato. O problema das línguas nacionais não se constitui só como um problema de política de língua e consequentemente de planeamento, mas do inconsciente colonial que nos persegue a todos, fechando-nos nas grades das ideologias, e não permite concretizar, da melhor forma, as políticas gizadas pelo estado.

Referências bibliográficas

ANGOLA

2001: Lei 13, do Sistema de Bases de Educação de Angola, Luanda: Imprensa Nacional.

2010: *Constituição da República de Angola*, Luanda: Imprensa Nacional.

2020: Lei que altera a lei n.º 17/16, de 7 de Outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, Luanda: Imprensa Nacional.

CHIKUNA, Alexandre

2020: "Contributo da Professora Amélia Mingas para o Ensino e Promoção da Língua Portuguesa em Angola", in: Carvalho & Carmelino (org.) *Amélia Mingas. A mulher, a cidadã, a académica*, Luanda: Mayamba, pp. 49-62.

FERNANDES, João & Zavoni NTONDO 2002: *Angola. Povos e línguas*, Luanda: Nzila.

INSTITUTO Nacional de Línguas

1977. *Histórico sobre a criação dos alfabetos em línguas nacionais*, Luanda: INALD.

KAMWANGAMALU, Nkonko M.

2016: *Language Policy and Economics. The Language Question in Africa*, Palgrave Studies in Minority Languages and Communities, Londres.

NASCIMENTO, Washigton Santos

2013: *Gentes do Mato. Os "Novos Assimilados" em Luanda (1926- 1961)*, S. Paulo: Universidade de São Paulo: São Paulo, <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis>

NDOMBELE, Eduardo David

2017: "Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação de Angola", RILP - Revista Internacional em Língua Portuguesa, n.º 31.

OLIVEIRA, Heloísa Tramontim

2016: *A relação das línguas com a construção do Estado-nação angolano*. Kadila: Culturas e Ambientes, <https://openaccess.blucher.com.br>

SERROTE, João Major

2015: *Antroponímia da Língua Kimbundu em Malanje*, [Dissertação], Lisboa:

Repositório Institucional da Universidade Nova de Lisboa, <https://run.unl.p>

SILVA, Diego Barbosa

2010: "Política Linguística na África: do passado colonial ao futuro global", *Revista África e Africanidades*, ano 3, n.º 10, <http://www.africaeaficanidades.com.br/>

TRAJANO FILHO, Wilson & Juliana DIAS

2015: *O colonialismo em África e seus legados. Classificação e poder no ordenamento da vida social*, Anuário Antropológico [online] II, <http://journals.openedition.org>

The Status of Native Languages in a Postcolonial Context

Abstract

This article aims to explain the constitution unconscious process through history and how the colonial unconscious continues to influence indecision-making, defining the current framework of the linguistic situation in our country. We start from the theoretical principle that natural languages can be considered as a living organism and, therefore, they are born, develop, survive and can be extinct if they are not ensured by assertive language policies. We opted for bibliographical research, because our work is qualitative and there is a collection available that, through the dialectical method, allows us to revisit history, question the inaccuracies in the definition of a language policy that fits the real so-

cial linguistic situation of Angola, after many years of independence.

Keywords: Native languages, Portuguese, colonialism, unconscious, language policy.

BIO-BIBLIOGRAFIA

Hélder Simbad é professor de Teoria da Literatura, Literatura Portuguesa e História da Língua na Universidade Jean Piaget; Crítico Literário e escritor; conta com vários artigos publicados em jornais, revistas e sites nacionais e estrangeiros, três obras literárias (*Enviesada Rosa*, *Insurreição dos Signos* e *Palanca dos Chifres Dourados*) e um livro técnico intitulado *Tradução Literária. Análise Contrastiva das Traduções de «Coração Telúrico» de Lopito Feijóo*.



Pedro Ângelo da Costa Pereira

Situação linguística de Angola

Resumo

Dia 21 de Fevereiro é o Dia Internacional das Línguas Maternas que é sempre motivo para uma conversa sobre “Línguas Nacionais”.

A lembrança deste dia serve para fazer, mais uma vez, uma breve reflexão sobre a problemática linguística em Angola.

Da Língua Portuguesa, tida como língua veicular no sentido de ser a língua oficial de Angola, língua de ensino, língua de relacionamento interno e externo, ao Lingala, língua hoje já falada por número considerável de crianças como língua primeira, às diversas Línguas Nacionais, que timidamente vêm sendo estudadas e introduzidas no Sistema de Ensino, a situação linguística de Angola é tudo menos clara.

O que fazer?

Palavras-chave: Língua Portuguesa, Línguas *Bantu*, Línguas Nacionais, Línguas africanas de Angola.

Angola país multicultural?

Esta minha narrativa tem como centro as Línguas Nacionais e vem a propósito de no passado dia 21 de Fevereiro se ter comemorado o Dia Internacional das Línguas Maternas o que me levou a tentar fazer um modesto historial sobre a atenção que este tema tem merecido em Angola e que trago a este colóquio sobre *Línguas De Angola, Identidade e Soberania* que o MAAN tão oportunamente trouxe à discussão.

Mas, não consigo situar este tema sem pensar na vida que as línguas ganharam (ou perderam) com a introdução da escrita, o que me leva a rever um texto de Paulina Chiziane, escritora moçambicana homenageada no quadro da literatura dos PALOP e que em 2021 ganhou o Prémio Camões para a literatura, para dele reter a seguinte frase a propósito do surgimento da escrita em Moçambique, “Não há nada de bom senão esta bênção que se tornará numa maldição, uma vez que dividiu o mundo em letrado e iletrado”. Para que se possa chegar ao entendimento desta dicotomia, letrado/iletrado, teremos de rever o conceito de analfabeto, que transporta consigo a carga negativa que o leva a conotar com “a estupidez, a grosseria, a vulgaridade, a incultura” como o diz Calvet.

“Essa visão puramente ideológica das relações entre o conhecimento e a escrita pesa bastante sobre as nossas sociedades, e ... é importante afastarmos-nos dessas simplificações. O par analfabetismo/escolarização não se deixa, com efeito, definir senão num quadro de uma so-

cidade de tradição de escrita, mas é outra situação em **sociedades sem escrita**, nas quais a noção de analfabeto é uma noção importada, desprovida de sentido local.”

[Calvet 2011: 8-9].

Como muito bem realça Calvet, a noção de analfabeto em sociedades sem escrita é vazia de sentido, por isso, é melhor que o termo **sociedades sem escrita** seja substituído por **sociedades de tradição oral**, o que denota que as línguas têm vida muito para além da escrita.

Depois de ter esclarecido este equívoco (letrado/iletrado), que muito tem alimentado a “maldição” a que se refere Paulina Chiziane, passemos então à breve história sobre o conhecimento das Línguas Nacionais. Quisemos fazer este esclarecimento porque, ao contrário do que seria de esperar e apesar da manifesta vontade política expressa desde a Independência, tudo quanto diz respeito às Línguas Nacionais que tenha visibilidade e sustentabilidade, como por exemplo a escrita da toponímia, decorre com muitas hesitações que, queremos crer, têm muito a marca do preconceito instalado pela falsa dicotomia denunciada por Calvet na referência atrás citada.

O nº 79 de 12 de Abril de 2015, de o *Cultura*, jornal de artes e letras publicado em Luanda, deu à estampa três trabalhos sobre as línguas nacionais além dum editorial de Luís Mendonça abordando este mesmo tema e advogando uma “pedagogia da oralidade comunitária” que me parece digna de ser sistematizada e fortalecida de

modo a vencer o tremendo preconceito acima referido.

Por outro lado, as línguas nacionais, como elementos de cultura, sendo o espelho de sociedades de tradição oral (por conseguinte “iletradas”), transportarão com o seu estudo, ensinamento e uso comum, a fórmula para combater esse estigma, ou “maldição” no dizer límpido de Paulina Chiziane.

O seu estudo e uso é fundamental para que o conceito de país multicultural, que muito enriquece Angola, ganhe o sentido que só a circulação activa das línguas de Angola, pode dar.

Apesar de reconhecer os avanços no domínio do estudo das línguas nacionais, depreende-se do que diz Zavoni Ntondo (*sic*), no já citado *Cultura*, que o tratamento dado às línguas nativas de Angola é meramente paliativo pois são subalternizadas em todos os domínios da vida pública.

“Parece-me que esta situação diglósica permanecerá por muito tempo, pois a língua portuguesa goza de apoios material e financeiro para o seu desenvolvimento e a sua promoção por parte de muitos países que a falam, isto é, no âmbito da CPLP e ao passo que as outras, numerosas em cada um dos países em que estão vinculadas, dependem da vontade política e de meios materiais e financeiros de cada país.

“[Ntondo *Cultura*, n.º 79, p. 5]

Mas vamos à breve história que me propus contar.

As Línguas Nacionais

O professor Lusakalalu, na introdução do seu livro *Línguas e Unidades Glossonímicas*, editado em 2005, coloca-nos perante a seguinte perplexidade: em 1994 a linguista alemã Huth afirmava que em Angola existiam cerca de 64 línguas mas o linguista angolano Vatomene KUKANDA, no seu artigo publicado no *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, editado em Lisboa pela Casa da Moeda em 1992, falava da existência de 9 línguas *bantu*. Acrescente-se a estes dois números, tão díspares para contabilizar as línguas africanas faladas em Angola, o trabalho do professor Mesquitela Lima que em 1970, em edição do Instituto de Investigação Científica de Angola, publicou um esboço de *Carta Étnica de Angola*, que refere a existência de 10 línguas *bantu* (às 9 línguas referidas habitualmente, *Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Umbundu, Ngangela (Mbunda), Cihelalu, Olunya-neka, Oshikwanyama e Shindonga*, acrescenta *Ciluba*, letra L) e ainda a existência de assentamentos humanos de origem africana não-*bantu* e falantes de línguas *Khoisan*.

Como se percebe pela perplexidade sustentada pelo professor Lusakalalu o tema não é pacífico e exige um tratamento sério e rigoroso.

Em sequência dos trabalhos já realizados na era colonial, em 1976 foi criado pelo Governo de Angola, afecto ao Ministério da Cultura, o Instituto Nacional de Línguas encarregado do estudo científico das línguas africanas faladas em Angola bem como do estudo da tradição oral. Logo em 1980 foi esboçado um sistema fonológico e

propostos projectos de alfabetos para as línguas *Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Umbundu, Mbunda e Oshikwanyama*. Em 1985 este instituto passou a chamar-se Instituto de Línguas Nacionais, nome que mantém até hoje.

A resolução nº 3/87 de 23 de Maio de 1987 aprovou os alfabetos das línguas *Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Umbundu, Mbunda e Oshikwanyama* na sequência do trabalho que vinha sendo realizado pelo ILN. Esta resolução surgiu no âmbito de um projecto tripartido entre Angola, UNESCO e PNUD e foi orientado cientificamente pelo professor de nacionalidade maliana Bou-bakar Diarra. Este projecto permitiu a fixação de um léxico de base e um léxico temático para as áreas da saúde, agricultura, pecuária e administração, nomeadamente.

O trabalho foi realizado sob princípios gerais com vista a tornar a ortografia mais simples mas sem abdicar do rigor.

A partir de Dezembro de 1989 os mesmos parceiros, isto é, o ILN e o PNUD/UNESCO, iniciaram o segundo projecto cujo objectivo principal é a utilização das línguas africanas de Angola no processo de desenvolvimento socioeconómico do país.

Desde 1991 o Ministério da Cultura, que eu saiba, realizou até à data cinco Encontros sobre as Línguas Nacionais;

1º de 25 de Fevereiro a 2 de Março de 1991;

2º de 1 a 3 de Setembro de 2004;

3º de 15 a 17 de Outubro de 2008;

4º de 18 a 21 de Outubro de 2010;

5º de 7 a 10 de Agosto de 2014.

Que Línguas Nacionais?

Como gerir este universo linguístico angolano?

Comecei este desprezioso texto, que espero proporcione um contraditório saudável como se quer em sede de Cultura, com a perplexidade sustentada pelo professor Lusakalalu: 64 ou 9 Línguas Nacionais? Mas acrescentemos a essa perplexidade as seguintes reflexões:

Em Setembro de 2006, o III Simpósio sobre Cultura Nacional que teve lugar em Luanda, relança a questão das Línguas Nacionais.

Antes de mais porque a própria definição de Línguas Nacionais mereceu do então Presidente da República, uma reflexão questionando o critério do termo pois exclue línguas maternas de um número significativo da população do país e incluiu outras também faladas fora dos limites territoriais de Angola e outras limitadas a algumas regiões desses limites.

“Devemos ter a coragem de assumir que a Língua Portuguesa é hoje a língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos e se afirma tendencialmente como língua de dimensão nacional em Angola.

Isso não significa de maneira nenhuma, bem pelo contrário, que nos devemos alhear da preservação e constante valorização das diferentes Línguas Africanas de Angola até aqui designadas de “línguas nacionais”, talvez indevidamente, pois quase nunca ultrapassam a região”.

Mas também, porque o professor Kukanda, na mesma altura, falou sobre a expansão do Lingala, que muito para além de ser uma língua falada correntemente em alguns bairros (municípios) de Luanda e outras cidades do Norte de Angola (regiões que de uma maneira mais intensa ou mais moderada recebem influência da muito dinâmica bacia do Congo), aparece em muitas aldeias da fronteira Norte de Angola já como primeira língua das crianças.

A questão então que se põe, para além de se questionar o termo “Línguas Nacionais”, tem a ver com o facto de se saber se Língua Materna incorpora ou não o conceito de Língua Primeira falada pelas crianças e se esse facto faz dela uma dita “Língua Nacional”?.

Sabendo que uma Língua é, não só meio de comunicação, como também um importante veículo cultural, à luz de um propósito de inclusão retirando critérios ideológicos excludentes que, sem sombra de dúvida, alimentam uma prática de hierarquização estranha à análise de qualquer problemática linguística, como situar também essas duas Línguas, o português e o lingala, no xadrez linguístico de Angola? São línguas nacionais ou não?

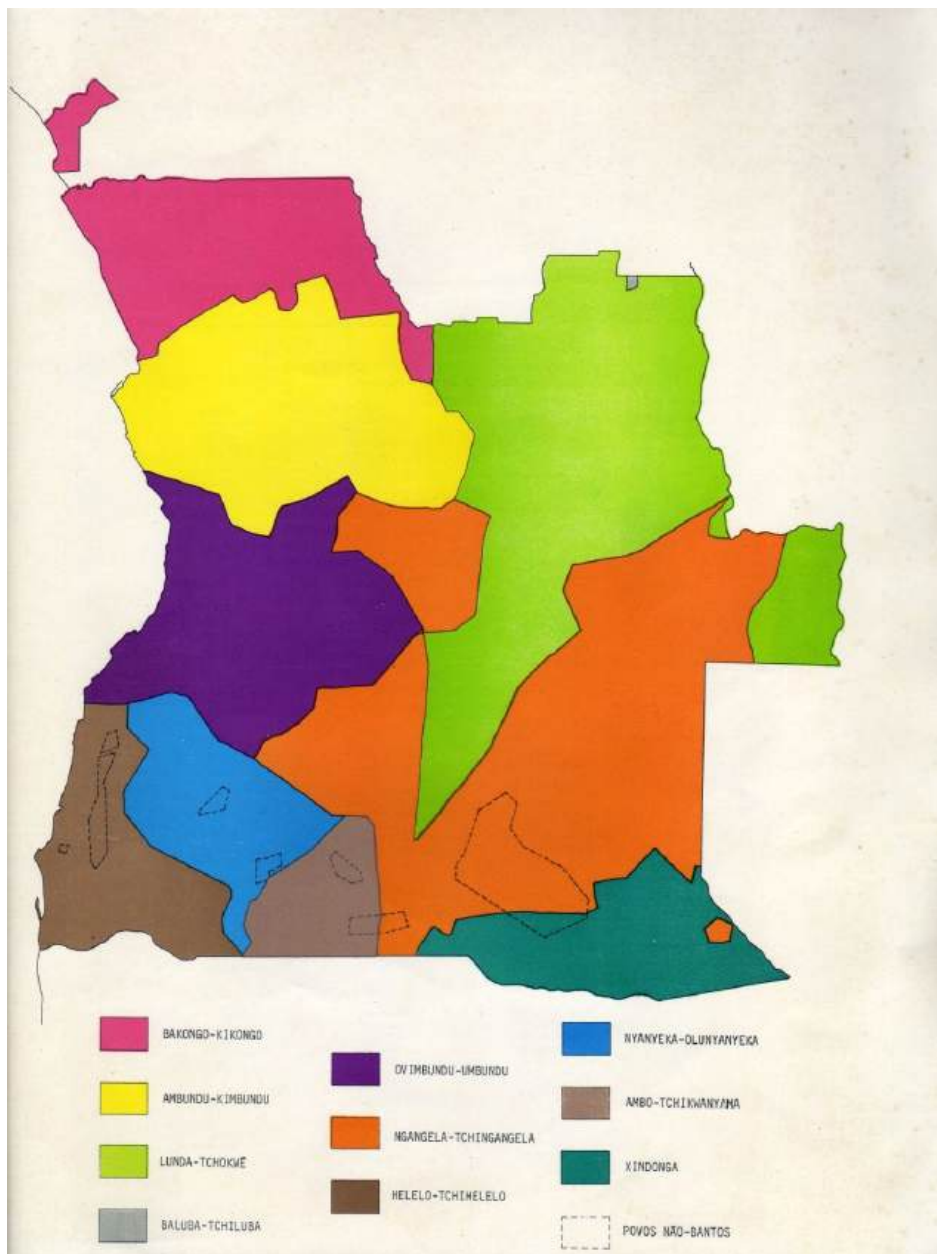
Talvez uma proposta

Pela história resumida atrás apresentada e outras muitas lucubrações que têm vindo a ser feitas sobre este tema por especialistas da área, cujos resultados pouco têm a ver com as políticas linguísticas seguidas pelo País, apetece-me concluir do seguinte modo:

1. A circulação activa atrás referida, para além de outras marcas, passará, necessariamente, pela retirada dos escaninhos bafientos dos museus e arquivos das ocorrências que corporizam as narrativas orais que têm vindo a ser recolhidas desde meados do séc. XIX, e, assim, tornadas como cânone cultural do país, alimentando os sistemas literários em línguas africanas de Angola. Na mesma ordem de ideias, dando vida aos contadores de estórias, os produtransmissores, bibliotecas vivas, seriam chamados a animar os salões das bibliotecas edifícios e a desenvolver um amplo movimento nacional de contadores de estórias, dando-se, assim, origem a *Festivais Regionais de Contadores de Estórias* culminando com uma *Bienal dos Contadores de Estórias*.
2. A Academia, onde colóquios como este também se inscrevem, tem de sair de vez da redoma onde se encontra circunscrita, o que a coloca à margem do País que acontece, e passar a ser decisiva e a fonte privilegiada para definir e monitorizar a aplicação da política linguística a ser seguida por Angola.

MAPA DOS GRUPOS ETNOLINGUÍSTICOS DE ANGOLA

Fonte: Mesquitela Lima 1970



GRUPOS ÉTNICOS DE ANGOLA

(Mesquitela Lima:1970) [Adaptado]
(Formas de escrita)

Corrente em português	Correcta em português	Correcta em língua nativa	Corrente em português	Correcta em português	Correcta em língua nativa
POVOS BANTU					
H Grupo Congués (Língua = Quicongong) (Bakongo-Kikongong)					
1 - Maiombes	Iombes	Bayombe	52 - Luimbés	Luimbés	Maluimbi (Valuimbi)
2 - Bavilis	Vilis	Bavili	53 - Gongueiros	Gongueiros	angongelo
3 - Bassundis	Sundis	Basundi	54 - Nhembas	Nhembas	Vanyemba
4 - Baluangos	Luangos	Baluango	55 - Ganguelas	Ganguelas	Vangangela
5 - Balinges	Linges	Balinji	56 - Ambuelas	Mbuelas	Vambwela
6 - Bacongongos	Congos	Bakongo	57 - Luenas	Luenas	Malwena (Tulwena ou Baluwale)
7 - Bauoios	Uoios	Bawoyo	58 - Luchazes	Luchazes	Balucazi
8 - Bassolongos	Solongos	Basolongo	59 - Bundas	Bundas	Babunda
9 - Baxicongos	Congos	Bashikongo	60 - Bacangalas	Cangalas	Vakangala
10 - Bazombos	Zombos	Bazombo	61 - Camaches	Maches	Vamacii (Akwakwandu)
11 - Bacanos	Canos	Bakano	62 - Vaiauma	laumas	Vayawuma
12 - Bassossos	Sossos	Basoso	63 - Valuios	Luios	Valuyi
13 - Maiacas	Iacas	Bayaka			
14 - Mussucos	Sucos	Basuku			
H Grupo Ambundo (Língua = quimbundo) (Ambundu-Kimbundu)					
R Grupo Herero (Língua = tchihelelo) (Helelo-Tchihelelo)					

15 - Dembos	Dembos	Jindembo	64 - Dimbas	Ndimbas	Ovandimba
16 - Maungos	Hungos	Bahungu	65 - Chimbos	Himbos	Ovahimba
17 - Calandulas	Landulas	Balandula	66 - Chavicus	Chavicus	Ovacyavikwa
18 - Negolas	Ngolas	Angola	67 - Cuanhocas	Cuanhocas	Ovakwanyoka
19 - Gingas	Gingas	Ajinga	68 - Mucubais	Cuvalas	Ovakuvale
20 - Holos	Holos	Aholo	69 - Guendelengos	Guendelengos	Ovangelengelo
21 - Bondos	Bondos	Mbondo	R Grupo Nhaneca-Humbe (Lingua = olunianeca)		
22 - Bângalas	Mbangálas	Imbangala	(Nyaneka-Olunyaneka)		
23 - Quissamas	Quissamas	Kisama			
24 - Libolos	Lubolo	Lubolo			
25 - Hacos	----	----	70 - Mumuilas	Muilas	Ovamwila
26 - Songos	Songos	A s o n g o (Masongo)	71 - Gambos	Ngambos	Ovangambwe
27 - Quibalas	Quibalas	Ibala	72 - Humbes	Humbes	Ovankhumbi
28 - Mussendes	Sendes	----	73 - Dongoenas	Ndongoenas	Ovandongwena
K Grupo Lunda-Quioco (Línguas = lunda e quioca)					
K Grupo Lunda-Quioco (Línguas = lunda e quioca)					
K Grupo Lunda-Quioco (Línguas = lunda e quioca)					
29 - Lundas	Lundas	Tulunda	74 - Hingas	Hingas	Ovahinga
30 - Quiocos	Quiocos	Tucokwe	75 - Cuâncuas	Cuâncuas	Onkhwankhwa
34 - Cacongos	Congos	Tukongo	76 - Handas da Mupa	Handas da Mupa	Ovahanda
			77 - Handas do	Handas do	
			Quiungo	Quiungo	Ovahanda
			78 - Quiungos	Quiungos	Ovacipungu
			79 - Quiilengues-	Quiilengues-	Ovacilenge-Humbi
			Humbes	Humbes	
			80 - Quiilengues-	Quiilengues-	Ovacilenge-Muso
			Musós	Musós	
35 - Camatapas	Matapas	Tumatapa	R Grupo Ambó (Lingua = tchicuanhama)		
36 - Xinjes	Xinjes	Maxiniji (Tuxiniji)	(Ambo-Tchikwanyama)		
37 - Minungos	Minungos	Tuminungu			

L Grupo Luba (Língua = tchiluba) (Baluba-Ciluba)		81 – Evalues 82 - Cafimas 83 - Cuanhamas 84 – Cuamatos	Vales Cafimas Cuanhamas Cuamatos	Ovavale Ovakafima Ovankwanyama Ovakwamatwi
31 - Bena Mais 32 - Bena Luluas 33 – Balubas	Mais Luluas Lubas	Bena Mayi Bena Lulwa Baluba	Dombondolas	Ovadombondola
R Grupo Ovimbundo (Língua = umbundo) (Ovimbundu-Umbundu)		K Grupo Xindonga 86 - Cuangares 87 - Candundos 88 - Cussos	Cuangares Ndundos Cussos	Vakwangali Vandundo Vakuso (Mambukuso)
38 - Amboins 39 - Pindas (Mupindas) 40 - Seles 41 - Sanjis 42 - Bailundos	Mboins Pindas Seles Sanjis Bailundos	Vambwi Vapinda Vasele Ovisanji Vambalundu	Nhengos Gciricos	Vanyengo Ovadiliku (Vadiliku)
43 - Dombes 44 - Quiacas 45 - Huambos 46 – Bienes	Dombes Quiacas Huambos Vienos	Vandombe Vacyaka Vawambo Vaviye		
47 - Hanhas 48 - Cacondas 49 - Galangues 50 - Sambos 51 - Gandas	Hanhas Cacondas Galangues Sambos Gandas	Vahanya Vakakonda Vangalangi Vasambo Vanganda		

POVOS NÃO BANTU		Ovakwisi	Ovakwepe	
		Cuissis	Cuepes	ikung
		91 - Cuisses	92 - Cuepes	Cungues
			93 - Cungues (Bosquim.)	

Referências bibliográficas

- CALVET, Louis-Jean
 2011: *Tradição oral & tradição escrita*, S. Paulo: Parábola
- LUSAKALALU, Pedro
 2005: *Línguas e unidades glossonímicas*, Luanda: Nzila
- MENDONÇA, Luis
 2015: "As Línguas Nacionais no contexto das geofonias insulares", *Cultura, Jornal Angolano de Artes e Letras*, n.º 79
- PEDRO, Domingos; Ndonga MFWA et alli
 2013: *Harmonização ortográfica das línguas bantu de Angola (Kikongo, Kimbundu, Umbundu, Mbunda, Oshikwanyama)*, Luanda/Cape Town : CASAS e ILN do MC de Angola
- REDINHA,
 1975: *Etnias e culturas de Angola*, Luanda : IICA e Banco de Angola

Abstract

February 21st is International Mother Language Day, which is always a reason for a conversation about "National Languages".

The memory of this day serves to make, once again, a brief reflection on the linguistic problem in Angola.

From the Portuguese language, considered as a vehicular language in the sense of being the official language of Angola, language of teaching, language of internal and external relationships, to Lingala, a language now spoken by a considerable number of children as their first language, to the various National

Languages , which have been timidly studied and introduced into the Education System, the linguistic situation in Angola is anything but clear.

What to do?

Keywords: Portuguese Language, Bantu Languages, National Languages, African Languages of Angola.

BIO-BIBLIOGRAFIA

Pedro Ângelo da Costa Pereira

Código ORCID: 000-001-7654-749X

E-mail: pedro.janja@gmail.com

Participação em livros:

Por Palavras e Gestos. A Arte da Linguagem, DOI 10.37572/EdArt_290121791, 2021, Cap. 1;

O Livro das Poucas Palavras. António Oliveira e Cruz ou a Narrativa da Criação, 2017, Lisboa, ISBN 978-989-759-100-6, Artigo com título: Pode ler-se um texto sem que nos comprometamos com ele?;

Estudos sobre Património Oral, 2007, Ponta Delgada, páginas 343-361, "Era uma Vez... Quatro contos Ambundos;

Livros:

Sabres Locais, 2023, Lisboa, Edições Atlântico:

O Livro de Poucas Palavras, (organizador) 2017;

Lendas da Quilenda, 2013, Luanda, INIC;

A História do Rancho de Mêda, 2003, Câmara Municipal de Mêda:

Outros livros:

O que Fazer quando não Tiver nada para Fazer? 2020, Lisboa, Editora Chiado, USBN: 978-989-52-7372-3;

O Primo Beto 2021, Lisboa, Edi. Chiado, USBN: 978-989-37-1610-6;

E se não Houvesse Angosat?, 2021, Lisboa, Astrolábio, USBN: 789-989-37-2653-2;

Estórias do Capilo, 2022, Lisboa, Astrolábio, USBN: 789-989-37-3438-4.

Artigos em colóquios e seminários em Portugal e em Itália.





Narciso Benedito Homem

Conflito linguístico na forma de grafar os antropónimos e topónimos à luz do mosaico linguístico angolano

Resumo

No Colóquio subordinado ao tema: "*Línguas de Angola, Identidade e Soberania*", que decorreu no dia 24 de Maio de 2023, no Memorial Dr. António Agostinho Neto, levámos como proposta de abordagem a temática: *Conflito Linguístico na forma de grafar os Antropónimos e Topónimos à luz do mosaico Linguístico Angolano*. A temática suscita um diálogo/debate entre os diversos especialistas da área do Ensino/Educação, Linguística, Antropologia, Sociologia, História e acima de tudo, na área das políticas linguísticas. O nosso estudo delimita-se na descrição e análise da forma como estão grafados e devem ser grafados os antropónimos e topónimos de algumas línguas bantu. A finalidade do tema é o de contribuir para despertar às pessoas de que os antropónimos e topónimos dessas línguas, até a presente data, estão grafados de forma inadequada. O resultado deste estudo poderá ser relevante pelo facto de que passado quarenta e sete anos de independência, ain-

da notamos um assimilacionismo na forma de grafar os nomes de muitas línguas bantu, constituindo numa violação dos Direitos Linguísticos dos povos de Angola. Não existem apenas conflitos na forma de grafar os nomes, verificamos violência, discriminação e preconceito nos nomes de origem bantu. Para o desenvolvimento do presente artigo, vamos utilizar alguns métodos e técnicas, através dos mesmos, pretendemos olhar de forma particular para algumas reflexões tratadas por Diop, Samuels, Zau, Dáskalos, Mounin, Obenga e outros. Angola deixou de ser província Ultramarina de Portugal em 1975, desta forma, precisamos aceitar de ânimo leve a coabitação pacífica entre as línguas e os povos. Apresentamos a teoria do Tectonismo Linguístico para analisar o fenómeno linguístico, olhando as alterações das placas tectónicas comparando a realidade das alterações das línguas.

Palavras-chave: conflito linguístico, grafar, antropónimos, topónimos, Angolano.

1. Considerações introdutórias

O homem do passado sempre procurou representar o seu pensamento ou ideias por meio das ilustrações de imagens nas cavernas e permitiu mais tarde o desenvolvimentos dos símbolos gráficos. Somos de opinião de que por meio da escrita conseguimos exprimir nos nossos pensamentos e emoções. Temos a dizer, que a escrita promove caminhos diferentes de apresentar as nossas ideias.

O homem está sujeito a cometer vários erros de escrita. O erro é uma forma linguística ou combinação de formas que, no mesmo contexto e sob condições similares de produção, não seriam produzidas por falantes nativos ou que conhecem as regras de como se deve grafar uma palavra. Os povos bantu de Angola não conseguiram desenvolver os seus alfabetos e por essa razão recorreram ao alfabeto grego-latino para grafar os seus nomes e as suas histórias.

Angola é um país plurilingue e multicultural, existindo no território em causa, línguas bantu e não bantu. No nosso mosaico linguísticos encontramos para além da diversidade linguística, temos também uma grande riqueza, no que toca as questões dos provérbios, dança, pintura, artesanato e no mosaico onomástico. A partir dos nomes podemos fazer a reconstrução histórica dos povos, das suas culturas e localizar o indivíduo no tempo e no espaço.

Para produzir este artigo e para obter os dados, recorreremos às fontes orais onde conseguimos coletar também alguns provérbios, os antropónimos e topónimos.

Os provérbios apresentados têm uma relação histórica com a atribuição dos nomes nas culturas bantu.

“Yenganesa mwana nsusu ye ma-lembe”. Kikongo Correr atrás do pinto é devagar.

“Nvunda ya divumu, mutungu wai-banga”. Kimbundu Desordem na barrega, o ânus é quem resolve.

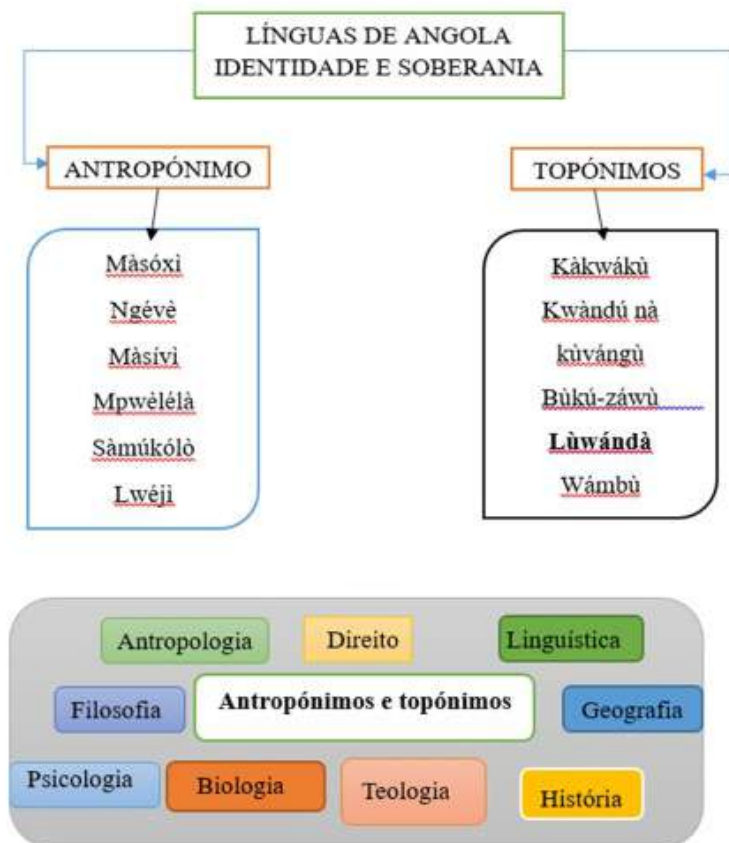
“Okutwatunda kupala, oko twenda okucipepi”. Donde saímos é longe, para onde vamos é perto.

“Não tenho medo de pensar diferente dos outros. Tenho medo de pensar igual e descobrir que todos estão errados.” Eça de Queiroz.

O tema escolhido é *Conflito Linguístico na forma de grafar os Antropónimos e Topónimos a luz do mosaico Linguístico Angolano*. A temática suscita um diálogo/debate como fizemos referência entre os diversos especialistas da área do Ensino/Educação, Linguística, Antropologia, Sociologia, História e acima de tudo, na área das políticas linguísticas.

Relativamente a expressão “manifestação de conflito” Maia [2002] e Lemos [2021] convergem da mesma ideia segundo a qual “as manifestações de conflito podem ser de ordem histórica, social, económica, religiosa, étnica, cultural, identitária e linguística”. A atribuição e a escrita de um nome de forma errada ou preconceituosa pode gerar conflitos entre as pessoas.

Tudo o que existe na face da terra tem nome. Nzambi ya mpungu é o primeiro ser a atribuir o nome aos demais seres existentes no universo e só mais tarde o homem desenvolveu essa autoridade.



A partir do estudo dos antropónimos e topónimos conseguimos identificar a identidade do indivíduo e a sua soberania. O nome próprio e de lugar, podem ser estudados numa perspectiva histórica, filosófica, teológica, biológica, antropológica, bem como jurídica. Assim, o estudo do nome pode ser feito pelos diferentes especialistas. O nome Mawétè, Cávólà, Námbi, Masoxi, Nsímjà, Njámjà, Kàsindà, Mbèyápè, Mfíndà, Samukolo e Pedro, nos remete para uma viagem num espaço geográfico e num tempo. Pois, o nome liga o indivíduo com as suas origens e cultura.

2. Tectonismo linguístico

O estudo dos antropónimos e topónimos ficam dentro dos limites do objecto de estudo da Linguística descritiva e no âmbito da Linguística

sincrónica e diacrónica como faz referência Saussure [1999]. Acaba sendo também objecto de estudo da nossa teoria linguística, que é o tectonismo linguístico. Pois, olhamos para a transformação das placas tectónicas e comparamos com as transformações que as línguas apresentam ao longo do tempo.

As placas tectónicas são responsáveis por acidentes geográficos, como: vulcões, terremotos e os fenómenos linguísticos são responsáveis para o aparecimento das interferências, das variações sociolinguísticas que ocorrem ao longo do tempo. Línguas: antropónimos e topónimos comparado aos continentes. Sociedades /pessoas, Alfabeto/letras, questões políticas e religiosas, interferência, dialectos e aportuguesamento.



Fonte da imagem: <http://www.Google.com>, acesso aos 07 de Abril de 2023.

3. Questões históricas do contacto linguístico

Segundo Chicuna [2014: 112], “o contacto de povos permite, por sua vez, o contacto de línguas, sendo estas, veículos de transmissão de culturas (...) e afirma também que – o

contacto de línguas ocorre quando se verifica uma situação de coexistência de duas ou mais línguas numa comunidade linguística”.

A convivência entre as línguas bantu e o português no território angolano, que remonta desde o ano de 1482,

constitui um facto inegável, que faz parte da nossa história. Dessa convivência, resultam as interferências linguísticas, as variações ortográficas e ortofónicas; basta verificarmos a forma como os antropónimos e topónimos são escritos.

Partilhamos da ideia de que o contacto entre a língua portuguesa e as línguas bantu de Angola, surge fruto do longo período da colonização. A partir deste período, começaram as trocas lexicais, resultando no aparecimento dos fenómenos sociolinguísticos (interferências) entre o português e as línguas nativas.

Segundo Buló [2016], quer seja de modo formal ou informal, é através da(s) língua(s) que os seres humanos estabelecem as suas relações quer de modo instantâneo quer permanente. Este contacto por via da(s) língua(s) entre as sociedades permite arquitetar e projectar pensamentos ou ideias que permitem a aquisição do conhecimento e o conseqüente desenvolvimento progressivo e sustentado entre os homens e o mundo que os rodeia, tendo em conta o fenómeno inevitável de convivência no âmbito do bilinguismo e do plurilinguismo social.

Já Faria [2003: 35] esclarece que “o contacto entre línguas é um dos factores que mais contribuem para desencadear a variação linguística, e que esta ao ser progressiva e sistematicamente apreendida no uso dos seus falantes, permite assim, levar estes falantes a uma situação de mudança em alguns dos parâmetros da língua...mas tendo em conta o tipo de relacionamento possível no âmbito das relações”.

Naege [2015: 13] afirma que “o contacto de línguas ou entre línguas – não é mais se não a coexistência de duas ou mais línguas na mesma comunidade linguística e que permite conduzir a fenómenos de interferência mútua”. Naege considera que, no caso do contacto existente entre o português e as línguas locais de Angola, o mesmo é permanente, tendo provocado algumas mudanças assinaláveis nalguns paradigmas gramaticais do Português, facto que conduziu ao ponto de se ter uma feição nitidamente angolana, sinal mais do que evidente da mudança linguística ou variação, fruto deste contacto [apud Buló 2016].

4. Políticas linguísticas antes e depois da independência de Angola

Marques [1985] partilha da ideia de que “a política linguística de Angola estava ao serviço do regime repressivo colonial, quando Angola figurava como uma província Ultramarina Portuguesa, conforme os decretos:

- ✓ Decreto de 14 de agosto de 1845, criado por Joaquim Falcão, Ministro do Estado, da Marinha do Ultramar, homologado pela Rainha D. Maria II.
- ✓ Decreto publicado em 1869, que estabelecia criar a escola de primeiro grau do ensino secundário.
- ✓ Decreto nº 77, de 1921, publicado no Boletim Oficial de Angola, por via do Governo Provincial de Angola, na altura de Norton de Matos como Governador.

Podemos falar também das políticas de ensino e da violação dos direitos linguísticos dos povos bantu de Angola basta conferimos Dáska-los (2008), Samuels (2011)

5. Estudos científicos das línguas bantu

Os estudos científicos das línguas bantu começou a ser feito pelos europeus de forma particular pelos padres ou missionários, que tinham a responsabilidade não somente de evangelizar mas também o de alfabetizar os indígenas.

Os estudos das línguas bantu de Angola foram impulsionados pelo Instituto de Línguas Nacionais de Angola fundado em 1979. Assim, decorridos oito anos, em 1987 iniciaram as pesquisas dos Alfabetos das línguas: Kikôngò, Kìmbúndù, Òmbúndù, Cókhwè, Mbúndà e Oxikwanyama, ficando ainda em aberto o desafio de adopção de acções concretas que estimulem o estudo e a investigação das outras línguas do grupo não bantu, como o KHI e SAN.

Cheik Anta Diop, Amadu Hampâte Bâ, Axelle Kabou, Raúl Altuna, Michel Templ, INL, Joseph Ki-Zerbo, Héli Chatelain, são entre muitos os que se dedicaram a descrever não unicamente a história do continente, mas olharam para outros factos ligados à cultura dos povos de África.

6. Algumas reflexões linguísticas na base da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: Onomástica

Julgamos ser relevante, apresentar a Declaração Universal dos Direitos

Linguísticos e a nossa lei da toponímia, a Lei da Toponímia da República de Angola.

Artigo 32.º 1. da DUDL consagra que todas as comunidades linguísticas têm direito a fazer uso dos topónimos na língua própria do território, tanto no que respeita às utilizações orais e escritas, como nos domínios privados, públicos e oficiais.

Todas as comunidades linguísticas têm direito a fixar, preservar a rever a toponímia autóctone. Esta não pode ser suprimida, alterada ou adaptada arbitrariamente, nem pode ser substituída em caso de mudanças de conjuntura política ou outras.

O Artigo 34.º da DUDL atesta que todos têm direito ao uso do seu antropónimo na sua própria língua e em todos os domínios de utilização, bem como a uma transcrição fonética para outro sistema gráfico, quando necessário, tão fiel quanto possível.

De acordo com o número 2) do artigo 7.º da Lei n.º 14/16, de 12 de Setembro, Lei de Bases da Toponímia verificamos que:

1. Os topónimos em línguas nacionais de origem africana devem ser escritos em conformidade com as regras de grafia da língua correspondente, devendo ser certificado pelo Instituto de Línguas Nacionais.
2. Nos termos acima enunciados dever-se-á portanto recorrer à Resolução n.º 3/87, que aprova o alfabeto das Línguas Nacionais aos quais se deve obedecer para evitarmos conflitos na escrita dos topónimos e antropónimos.

3. O recurso à certificação da grafia pelo Instituto das Línguas Nacionais deve ser entendido como uma medida preventiva para que se evite os conflitos a que fizemos referência.

Com base no exposto, que medidas implementar para melhorar a grafia dos antropónimos e topónimos, cujos morfemas assentam no alfabeto das Línguas Nacionais?

7. Conceitos de antropónimos e topónimos

Antroponímia é a parte da onomástica que se ocupa em estudar a etimologia e a história dos nomes de pessoas [Dubois 1973].

Para Silva [2015], “antroponímia é uma das divisões da onomástica que estuda os nomes próprios de pessoas, sejam prenomes ou apelidos de família, explicando a sua origem, evolução e variação em função de local, épocas e costumes”.

No entender de Júnior [2017], “a antroponímia dedica-se aos nomes próprios de pessoas, considerando prenomes, sobrenomes ou apelidos de família”.

Enquanto os topónimos, de acordo com Dubois *et. al.* [1973: 590], são a parte da linguística que se ocupa da origem dos nomes de lugares, de suas relações com a língua do país, com as línguas de outros países ou com línguas desaparecidas”.

Isquierdo e Alves [2007: 101] entendem que “os topónimos mais que locativos são o suporte linguístico em que se vê reflectida a história de um povo, veículo que transmite informação e ideologia”.

8. Conflito linguístico

Conflito linguístico é um fenómeno ou manifestação natural “involuntário” que ocorre dentro das comunidades bilingues, multilingues ou plurilingues decorrentes do assimilacionismo linguístico e de ausência de políticas de interacção linguística.

O conflito linguístico é uma manifestação, que pode ocorrer na linguagem (língua/fala) ou na escrita de palavras de uma língua com relação a uma língua B com a qual partilhe o mesmo espaço.

Lemos apresenta quatro estruturas-chave em que eclode o conflito linguístico [apud McRae 1983]:

- 1) a evolução histórica da diversidade linguística;
- 2) a estrutura social das comunidades linguísticas e seus respectivos vínculos com outras divisões sociais;
- 3) as atitudes e as mobilizações das comunidades linguísticas;
- 4) os arranjos institucionais e constitucionais organizados pelos grupos linguísticos, em sectores públicos e privados.

Podemos apontar a questão da supremacia e preconceitos linguística.

9. Alfabeto de Português, Kikóngò, Kimbúndù, Umbúndù e Còkwè

Os alfabetos das línguas bantu de Angola foram aprovados pela Resolução nº 3/87 de 23 de Maio proposto pelo Instituto de Línguas Nacionais (ILN). Esses alfabetos foram aprovados a título experimental, e até à presente data continuam a não ter uma aprovação definitiva.

Apresentamos a seguir os alfabetos da Língua Portuguesa e de algumas Línguas Bantu:

- 1) **Alf. de Português:** a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, w, x, y, z.
- 2) **Alf. de Kikóngò:** a, b, bh, d, e, f, ng, h, i, j, k, l, m, n, ny, o, ph, s, t, th, u, v, w, x, y, z.
- 3) **Alf. de Úmbúndù:** a, mb, c, nd, nj, e, f, ng, h, i, k, l, m, n, ny, \square , (ñg), o, p, s, t, u, v, w, y.
- 4) **Alf. de Kímbúndù:** a, b, bh, d, e, f, ng, h, i, j, k, l, m, n, ny, o, ph, s, t, th, u, v, w, x, y, z.
- 5) **Alf. de Cókùwè:** a, mb, c, nd, nj, e, f, ng, h, i, k, l, m, n, ny, \square , (ñg), o, p, s, t, u, v, w, y.

Nas Línguas Bantu de Angola, ainda não há uma norma que devamos seguir como modelo exacto para descrever os antropónimos e topónimos das referidas línguas. Por essa razão, ainda verificamos essa confusão na forma e no conflito que as pessoas

encontram para grafar os referidos nomes.

Segundo Gallisson e Coste [1983: 246], “designa diversos tipos de enganos ou desvios com relação às normas, elas próprias diversas. A distinção entre o que é errado e o que é correcto depende da norma escolhida. As normas variam historicamente: uma mudança que intervém no sistema, uma modificação das determinações ou fantasias do uso podem tornar correcto o que era considerado como errado, ou inversamente.”

Sobre as normas, ficamos unicamente com a ideia das regras do Estatuto da aprovação das línguas bantu e com as normas orientadas pelos docentes da Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto e com as normas aplicadas pelos professores do ISCED de Luanda, Lubango e Cabinda.

A seguir são apresentadas as formas como os antropónimos são grafados e como deveriam ser grafados.

Antropónimo		Topónimos	
Massoxi	Màsòxi “Lágrimas”	Luanda	Lùwándà “Lugar dos bruxos/rede”
Kamwenho	Òkàmwényò “Suspiros/vidinha”	Cacuaco	Kàkwákù “de Mãos dadas”
Tchamucuavo	Càmúkávò “Assunto alheio”	Bié	Òvyè “Vem” “okuya”
Lucussa	Lùkúsà “Pintor”	Cuando Cubango	Kwándù ná Kùvángù “Rios”
Samucolo	Sàmúkólò “Pai de Força”	Uíge	Wizí “Vem kwiza”
Chimuco	Címúkù “Rato”	Malueca	Málúwékè òmámbù “Veio o problemas”
Gando	Ngàndú “Jacaré”	Golungo	Ngùlúngù “Gazela”

Fonte da tabela: Própria do autor, Abril de 2023.

Antropónimo		Topónimo	
Sassuco	Sásúkùssánji	Catabola	Kàtábólà
Hossi	Hòsi	Bié	Víyè
Chissengueti	Ciséngéti	Catete	Kàtétè
Kizua	Kizwà	Massabi	Màsábì
Otchali	Òcàli	Cunene	Kùnénè
Lufacuenda	Lufakwenda	Cambambe	Kàmbàmbè

Fonte da tabela: Própria do autor, Abril de 2023.



Fonte da imagem: [http://www. Google.com](http://www.Google.com), acesso a 7 de Abril de 2023.

10. Fins do Direito e fins das Línguas de Angola

As línguas de Angola clamam por justiça, equidade, segurança e certeza jurídica por parte do Estado angolano.

Só o equilíbrio nas políticas de gestão dos conflitos linguísticos em Angola, ajudará o desenvolvimento do país.

Não existe cultura superior, nem línguas superiores. As línguas bantu, bem como as outras línguas têm como fim último a comunicação/intercompreensão entre os membros da mesma comunidade linguística.

Considerações finais

Considerando os objectivos traçados a partir do tema escolhido, apraz-nos dizer, que a finalidade deste ar-

tigo foi o de fazermos uma reflexão sobre o conflito linguístico que se verifica na forma de grafar os antropónimos e topónimos de algumas línguas bantu de Angola. Constatamos que os antropónimos e topónimos continuam até aos dias de hoje, mal grafados pelo facto de não existirem boas políticas linguísticas para as línguas bantu em Angola e, de igual modo, o desconhecimento dos alfabetos e das regras de escrita das palavras das língua bantu, foram os factores que levaram muitos a grafar de forma errada as palavras das línguas bantu.

Concluimos que as línguas bantu de Angola clamam por justiça, equidade, segurança e certeza jurídica por parte do Estado angolano.

Referências bibliográficas

BULO, A. Z.

2016: *Uso e colocação de clíticos pronominais no português de Luanda. Análise sociolinguística descritiva e variacionista*, Luanda: Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto (dissertação)

CARVALHAL, Tatiana

s.d.: "Conflitos linguísticos em zonas fronteiriças: diagnóstico das atitudes linguísticas e do perfil sociolinguístico dos estudantes de uma escola de foz do Iguaçu", Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística

CHICUNA, Alexandre Mavungo

2018: *Portuguesismos nas línguas bantu. Para um dicionário português kiyombe*, 3ª edição, Famões: Edições Colibri

ASSEMBLEIA Nacional

2010: *Constituição da República de Angola*, Luanda: Imprensa Nacional.

DÁSKALOS, M. Alexandre

2008: *A política de Norton de Matos para Angola 1912-1915*, Coimbra: Edições Minerva

DIÁRIO da República

2019: *Decreto Presidencial nº 162/19*, de 20 de Maio, Regulamentação da Lei da Toponímia

DUBOIS, J. et al.

1973: *Dicionário de linguística*, 15ª edição, S. Paulo: Cultrix

FARIA, I.H.

2015: *Contacto, variação e mudança linguística*, in: Navege, J.M., pp. 13-14.

GALLISSON, R. & D. COSTE

1983: *Dicionário de didáctica das línguas*, Coimbra: Livraria Almedina.

INSTITUTO de Línguas Nacionais

1980: *Histórico sobre a criação dos alfabetos em línguas nacionais*, Luanda: INALD

JÚNIOR, J. M. C.

2004: *Dicionário de linguística e gramática*, Rio de Janeiro: Editora Vozes

KABOU, Axelle

2013: *E se a África recusasse o desenvolvimento?*, Luanda: Mulemba.

KEITA, Boubakar N.

2015: *Contribuição Endógena para a escrita da História da África Negra. Ensaio sobre a obra de Cheik Anta Diop*, Luanda: Mayamba

LAMAS, E. et al.

2000: *Dicionário de metalinguagens da didáctica*, Porto: Porto Editora

LEMONS, Souza

2021: "O conceito de conflito nos estudos sociolinguísticos, interacionais e narrativos: uma revisão epistemológica e teórico-analítica", *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.*, vol. 14, n.º 2 (Mai-Ago), pp. 425-440

MARQUES, Irene Guerra

1987: *Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola*, Luanda: INALD

MOUNIN, Georges

1997: *Introdução à linguística*, 3ª edição, Lisboa: Livros Horizonte

OBENGA, Théophile

2013: *A Disseração histórica em África*, Luanda: MediaPress

SOUSSURE, Ferdinand

1995: *Curso de Linguística Geral*, 8ª edição, Lisboa: Dom Quixote

UNESCO

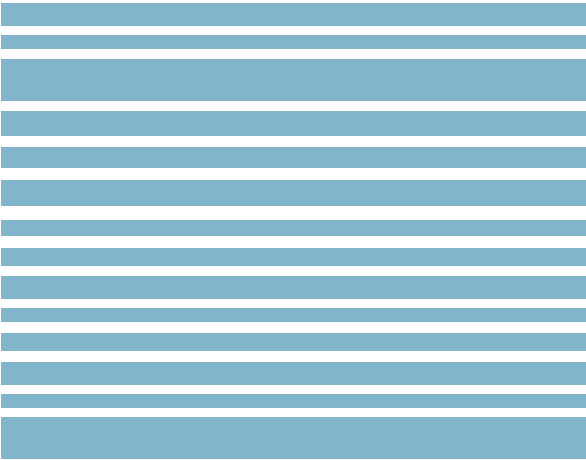
1996: *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*, Barcelona, <http://www.Google.com.br/pt>. <consultado a 13.04.2013>

BIO-BIOBIBLIOGRAFIA

Narciso Benedito Homem é Mestre em Linguística Africana pela Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto, Docente na Faculdade de Humanidades. Foi docente no ISCED-Luanda, Universidade Metodista de Angola. Actualmente, é membro do GRECOR-PA (Grupo de Recolha e Estudo de Corpora do Português de Angola); da Comissão Científica do Centro de Estudo do Deserto do Namibe; da Revista *NJINGA&SEPÉ* – Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.

Orcid:[0000-0003-2248-1901](https://orcid.org/0000-0003-2248-1901)

e-mail: narcyhomem30@gmail.com





Virgílio Coelho

Antropologia linguística de Angola

Resumo

Com a presente comunicação, apresentada ao Colóquio sobre Línguas de Angola, Identidade e Soberania, que teve lugar em Luanda no dia 24 de Maio de 2023, no Memorial Dr. António Agostinho Neto (MAAN) e promovido por essa importante instituição, quisemos destacar e trazer para a discussão pública a questão referente ao lugar e ao papel das línguas e da cultura de Angola ao longo da sua história. Foi possível observar que durante a época colonial, as comunidades sócio-linguísticas e culturais de Angola foram praticamente esquecidas pelas entidades responsáveis pela política colonial; os poucos estudos conhecidos sobre as referidas comunidade devem-se a trabalhos efectuados por alguns poucos investigadores, alguns dos quais ligados à Igreja Católica. Foi somente a partir da década de 1960 a 1970, com o surgimento do Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA), que se vê surgir trabalhos de alguma valia sobre a cultura dos povos de Angola, que eram efectuados visando promover o conhecimento das referidas comunidades para melhor dominá-las. A questão da situação linguística de Angola nas diferentes etapas da sua história, a questão das origens das diferentes comunidades e de suas línguas, sobretudo de origens Bantu, constituem o pano de fundo do presente artigo, que se ancora na múltipla documentação e escritos existentes, que tornou possível observar a antiguidade das referidas línguas no território de Angola, culminando a nossa apresentação com a análise da política cultural e linguística durante os três mandatos presidenciais ocorridos no

país. Em relação à política linguística de Angola, a conclusão a que se chega hoje é que não obstante as importantes tarefas projectadas e levadas adiante durante o mandato do primeiro presidente do país, em que se estruturou o estudo sistemático (relativo ao sistema de escrita e de descrição) das línguas faladas pelas principais comunidades sócio-culturais do país (Kikoongo, Kimbundu, Umbundu, Cokwe, Ngangela e Oxiwambo), após a morte do Dr. António Agostinho Neto, foi possível observar que nos governos seguintes, essa tarefa começou paulatinamente a ser abandonada até se estiolar e morrer.

Palavras-chave: Línguas e comunidades de Angola, antropologia linguística, identidade cultural e diversidade, sociedades de tradição, política linguística de Angola, línguas nacionais, comunidades San e Vatwa, comunidades Bantu, zonas ecológicas de Angola, migrações e expansão Bantu em Angola.

Introdução

Conforme expressa o convite para participar neste colóquio, a «questão das Línguas de Angola» permanece na ordem do dia, uma vez que, enquanto problemática mostra ser um assunto de interesse de «todos os estratos da sociedade angolana», que a discute em distintos espaços e plataformas. Entretanto, distantes desse centro de preocupação e interesses, populações e comunidades sócio-culturais e linguísticas disseminadas por todo o país vivem localmente, circulam de um lugar para outro, falam e expressam nas suas próprias línguas ou quando necessário nas línguas da vizinhança, sem qualquer problema e fazem o país andar. São populações e comunidades na maioria dos casos bilingues, que inscrevem no quotidiano modelos de vida diferenciados com seus pontos de vista e problemas. Vivendo harmonicamente, expressam a identidade¹

¹ No âmbito das Ciências Sociais e Humanas, o designativo *identidade* é certamente um dos mais complexos e mais difícil de cernir. O sociólogo Manuel Castells, que

caracterizada por cada uma das comunidades e inscrevem no panorama nacional a diversidade² que é próprio das

reflectiu seriamente sobre o seu significado, escreveu que identidade é «a fonte de significado e experiência de um povo» [Castells 2007: 2], pois, continua, de acordo com Craig Calhoun, «Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... o autoconhecimento — invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta — nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros» (Calhoun 1994: 9-10, Castells 2007: 2).

² De acordo com o Prefácio à obra *L'affirmation de l'identité culturelle et la formation de la conscience nationale dans l'Afrique contemporaine*, «la diversité culturelle qui “represente une réalité vivante en Afrique, loin d'être un élément de division, constitue au contraire un facteur d'équilibre et d'unité et une source d'enrichissement culturel pour chaque communauté nationale. (...) C'est grâce à l'épanouissement des différentes entités nationales que toute la communauté nationale peut atteindre son plein épanouissement» [Unesco 1981: 5]. Difícilmente se encontra um documento tão claro como este da Unesco; no entanto, a questão da

«sociedades de tradição»³ em África e particularmente em Angola. Pode-se dizer hoje que, apesar de tudo, decorridos quase meio século, aqueles que tratam destas questões e problemas não sabem exactamente quantas comunidades sócio-culturais existem no país e quantas línguas as sustentam. Parece ser, justamente com base nesse ou noutros pressupostos que o MAAN – Memorial Dr. António Agostinho Neto organiza este evento com base no título *Línguas de Angola: identidade e soberania*.

perda da diversidade em África, tal como em Angola e mesmo no mundo, está em queda e em franco declínio. Sobre o problema, atendo-me ao que escreve uma das mais consagradas especialistas das línguas bantu, a linguísta M. Carme Junyent, «*Se temos em conta as informacions de varias fontes, podemos facer o cálculo aproximado de que, ao longo dos últimos cinco séculos, a humanidade perdeu a metade do património lingüístico que contaba antes das grandes expansions colonizadoras. Dado o efecto multiplicador dos processos de substitución lingüística, esta perda continuada levounos a unha situación limite na que unha parte moi pequena da humanidade é falante de moitas línguas, mentres que soamente un pequeno número de línguas tem unha gran cantidade de falantes. Este contraste só se pode reverter coa revitalización e recuperación de espazos de uso de moitas línguas que se atopan en proceso de substitución*» [cf. Junyent 2009: 21].

³ Ao apontar aqui a expressão «sociedades de tradição» em África, coloco-me na esteira do eminente sociólogo africanista George Balandier, a fim de evitar a terminologia «sociedade tradicional», visto que esta levanta inúmeros problemas de entendimento, sobretudo porque, de acordo com o insigne analista, «*designa as sociedades dos mundos ditos exóticos, que estiveram durante muito tempo abandonadas unicamente à curiosidade etnológica ou antropológica*» [cf. Balandier 1990: 117, Coelho 2014: 371-418].

Nesta conformidade, agradeço o convite que me foi endereçado para vir falar neste evento, que foi amplamente anunciado e difundido pelos órgãos nacionais da comunicação social que, ao que me parece, foi muito bem ouvido por todos aqueles aqui presentes, que sentem interesse em ver este assunto amplamente discutido, e que, com base nessas discussões, se chegue a propostas realistas e sérias, susceptíveis de serem percebidas não apenas pelos órgãos do Governo responsáveis por estas questões, mas também pelos representantes dos partidos políticos com assento no parlamento, que necessitam de subsídios e de informações esclarecidas e fiáveis para abordar, discutir e aprovar documentos que tratem das nossas línguas nacionais.

Em meu modesto entender, o título deste evento constitui um autêntico programa de trabalho, visto que as matérias apontadas e que se espera que aqui sejam amplamente discutidas, não constitui algo estranho nem muito menos inédito para os especialistas e outros interessados que se fizeram presentes, visto que já terão sido abordadas em outras ocasiões ao longo destes cerca de quarenta e oito anos de país independente.

Como se deixa entender, o título do evento é já de si curioso e a sua organização, justamente nesta casa, a casa do Dr. António Agostinho Neto, fundador do Estado Angolano e o seu primeiro presidente, torna o evento ainda mais curioso e mais enfático. Se fosse no seu tempo, o título apropriado para o colóquio seria muito justamente *Línguas Nacionais de Angola*:

identidade e soberania, porque, como se sabe, foi o Presidente Neto quem começou por abordar a questão das línguas autóctones ou indígenas de Angola e estas foram designadas Línguas Nacionais desde o primeiro momento da novel República.

Foi também no seu tempo, ou graças ao seu impulso, que foi criado estrategicamente um Instituto Nacional de Línguas (INL), e que, posteriormente, por razões de ordem prática e objectivas, o mesmo foi transformado em Instituto de Línguas Nacionais (ILN);⁴ e se essa instituição existe até hoje, tudo se deve a ele. Trata-se de uma instituição que foi dirigida por alguns dos melhores quadros do nosso país e eu relembro aqui, homenageando-os, os seus nomes: Maria Celeste Pereira Albakaye Kounta (1936-1987), Irene Guerra Marques, Jorge Mendes Macedo (1941-2009), Amélia Mingas (1940-2019), Vatomene Kukanda, Zavoni Ntongo e Domingos Pedro. Com a excepção do primeiro nome, do terceiro e do quarto, três quadros já desaparecidos deste mundo, e do actual Director Geral que aqui está presente, os outros nomes apontados deveriam também estar aqui e não estão! Porque razão eles não estão aqui?... Não acredito que a organização deste evento não os tenha convidado, e, por isso mesmo tenho para mim e estou convicto, que alguns deles não estão aqui

⁴ Sobre este assunto específico relativo à criação do Instituto Nacional de Línguas (INL) e, conseqüentemente, a sua mudança para Instituto de Línguas Nacionais (ILN) e o papel importante desempenhado por essa instituição, o leitor encontrará informação plausível em Coelho [2022: 20-30] e em MPLA-PT e INL (1980).

possivelmente porque se fartaram das incongruências que nos últimos tempos têm sido observadas em relação à política cultural, nomeadamente sobre as línguas nacionais e estão, por isso mesmo, em claro desacordo com a política linguística que tem sido proposto pelo nosso Governo, e, obviamente, da actual estratégia do Estado Angolano sobre este assunto, se é que, com efeito, existe alguma estratégia para esta área tão importante da nossa vida nacional. Eu próprio também estou alinhado na crítica dessa política, e deixei entender que não estava predisposto a participar; no entanto, aqui estou eu. Estou presente porque tenho com o Director Geral do MAAN coincidências de entendimento sobre inúmeras questões e problemas relativos ao nosso país e também porque entendi que quando se está ausente não se pode lutar olhos nos olhos sobre aquilo em que se acredita, sobre as nossas próprias convicções, e, sobretudo, porque essas convicções vêm desde os primeiros tempos em que o Presidente Agostinho Neto nos alinhou e nos incentivou, através dos seus discursos, a pensar o melhor para o país; e, reconheço que em relação às Línguas Nacionais o que está sendo promovido e feito hoje não é nem o correcto nem o melhor e está completamente distanciado daquilo que fora proposto, em termos de política e de programação, pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e o seu Presidente entre 1975 e 1979; mas o que é pior é sobre aquilo que não se está a fazer, isto é, a promoção de estudos, investigação e publicação sobre as nossas línguas, tradições orais

e textos orais (igualmente divulgado por «literatura oral»), por ausência de um orçamento apropriado susceptível de permitir que o Instituto de Línguas Nacionais (ILN), desenvolva os seus projectos e programas junto das comunidades sócio-culturais e linguísticas do país, e também, que lhe seja permitido recrutar os especialistas de que tem necessidade anualmente para realizar o seu programa.⁵

A situação linguística de Angola

Angola é um país situado na África Central e Austral do continente e tal como a maioria dos países africanos, é um país multilingue e multicultural, quer isso dizer que comporta no seu seio povos e comunidades de várias origens, com culturas e famílias de línguas diferenciadas entre si, a saber: em primeiro lugar os San, que é uma pequena comunidade que, ao que parece, tem sido classificada indevidamente no seio da família Khoi-San,⁶

⁵ Sobre este assunto consulte-se Coelho [2022: 20-30].

⁶ Cf. D. Olderogge [I 2011: 305-314]. «Os San constituem outro grupo muito original do continente africano. São de pequena estatura, têm a pele amarelada ou acobreada e cabelo em pequenos tufos. Nos estudos antropológicos, eles ainda são colocados junto aos Khoi-Khoi, na “raça *Khoisan*”. Trata-se, sem dúvida, de uma extrapolação da classificação linguística, que reúne as línguas dos San e dos Khoi-Khoi num mesmo grupo caracterizado pela presença de consoantes cliques com valor fonémico. O termo *Khoisan*, proposto por J. Schapera e adoptado em inúmeros trabalhos, é uma combinação de duas palavras khoi-khoi: *khoi*, que significa “homem”, e *san*, cuja raiz *sa* significa “acumular, colher frutos, arranjar raízes da terra, capturar pequenos animais”. Trata-se, portanto, da qualificação

que no passado foram atestados como povos caçadores e recolectores e que durante a época colonial receberam múltiplos nomes, na maior parte dos casos nomes impróprios.⁷ Esta comunidade é sem dúvida um dos povos que primeiro veio habitar o país sendo provavelmente oriunda da África Oriental, onde ainda hoje vivem populações com características idênticas do ponto de vista morfológico e linguístico.⁸ Vivem espalhadas pelo sul do país, nas províncias da Huíla, do Kunene e do Kwandu-Kuvango em pequenos núcleos e em espaços territoriais parcos e quase sem condições de sobrevivência, constituindo, em termos etnográficos,

de um grupo humano em função de seu género de vida e modo de produção. Mas, de facto, os San e os Khoi-Khoi têm muito poucas características em comum; podem-se destacar a cor clara da pele e a presença de consoantes clique em ambas as línguas. Deve-se lembrar, entretanto, que esta última característica não é específica, sendo também encontrada nas línguas bantu do Sudeste, como o zulu, xhosa, sotho, swazi, etc.» [Olderogge I 2011: 306-307].

⁷ Sobre este assunto leia-se Almeida [1960, 1961], Almeida [1965, 1994], Diniz [1915, 1918], Estermann [1951a, 1951b, 1956, 1958], Guerreiro [1960, 1968].

⁸ De acordo com Olderogge [I 2011: 307], «o exame das características antropológicas desses dois grupos mostra que os Khoi-Khoi e os San diferem em muitos aspectos: os Khoi-Khoi são nitidamente mais altos que os San, distinguindo-se também pelas características cranianas, disposição dos cabelos e esteatopigia, frequente entre as mulheres, enquanto a presença do epicanto é específica aos San. Além disso, as línguas khoi-khoi e san diferem tanto pela estrutura gramatical como pelo vocabulário». São elementos que teremos que ter em conta e procurar atender em trabalhos de campo que tiverem que ser efectuados sobre os San de Angola.»

minorias;⁹ são populações em perigo que necessitam de programas sociais e outros apoios para sobreviver. Anotamos, igualmente, uma outra comunidade de tipo semelhante aos San, que tem sido nomeada como sendo Vatwa, e que inclui dois grupos de falantes: os Kwisi e os Kwepe, que vivem na faixa semi-desértica do deserto do Namibe entre o mar e a Serra da Chela, e mais exactamente nas cercanias do rio Kuvale, onde, por isso mesmo, são muitas vezes confundidos com os Vakuvala.¹⁰ No plano real, embora nos últimos tempos tenha vindo a lume algumas obras que se referem a estes povos, na realidade, são trabalhos que pouco têm de científico e as suas línguas permanecem ignoradas por investigadores com formação linguística e antropológica.¹¹ Tanto em rela-

⁹ Sobre o assunto leia-se a obra do sociólogo Pedro de Castro Maria, *Minorias étnicas em Angola: O caso dos San* (Luanda, Edições JZM, 2015, 1.ª edição, 112 pp.); cf. igualmente, Maria [2014: 241-267]. Trata-se de um estudioso com formação em ensino da sociologia e que tem procurado dar a conhecer a situação actual vivida por esta comunidade étnica; mas precisamos de conhecer qual o posicionamento actual dos linguistas e antropólogos que operam em Angola.

¹⁰ Cf. Estermann [1956 I: 35-50], edição [1962, 1975].

¹¹ Consulte-se, por exemplo, a obra de Jaime, *Os Khoisan. A comunicação e o processo de socialização (Provincia do Cuando Cubango)* (Luanda, Rubricart, 2014, 128 pp.). Formado em jornalismo e sem formação específica sobre a operacionalidade do trabalho de campo nos domínios antropológico e linguístico, espera-se que os estudantes de Linguística e Antropologia pensem seriamente em permanecer junto destas populações e comunidades, que aprendam a sua língua, e que, em definitivo, possa ser desbloqueado o problema da falta de co-

ção aos San quanto aos Vatwa, nada foi feito para garantir a sua integração de facto à vida moderna que é aquela apontada e sonhada pelo Governo de Angola, mas não há registo de qualquer avanço técnico-científico para essas populações e comunidades; a escola tarda a chegar e fala-se até que os seus integrantes não possuem bilhete de identidade, um documento que os pode considerar cidadãos deste país; a escola poderia ajudá-los a evoluir, mas esse passo é lento, pelo que não há progressos para elas, pois, não têm sequer um seu representante no nosso parlamento tal como podemos observar na Namíbia, no Botswana e na África do Sul, o que é lamentável.

Encontramos, em seguida, um número de falantes muito importante, na ordem de milhões, garantidos por nove famílias de povos de origem Bantu, falantes de nove línguas e cerca de uma centena de variantes linguísticas, que vivem por todo o território nacional e contribuem para estabelecer a sua diversidade biológica, linguística e cultural.¹² No entanto, durante o período colonial não houve grande preocupação das autoridades

nhecimento concreto sobre este povo, que, convém não esquecer, é um dos primeiros, senão mesmo o primeiro a vir habitar o espaço territorial que hoje constitui Angola.

¹² Sobre o assunto é de se apontar a obra de Redinha, *Etnias e Culturas de Angola* (Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola e Banco de Angola, 1975, 448 pp.), visto constituir o maior registo conhecido sobre as comunidades étnicas e linguísticas no território angolano. A este autor se deve igualmente o registo desses povos e línguas em mapa, num trabalho que denominou *Distribuição étnica de Angola*.

governativas lusas de promover estudos sobre os povos e línguas que habitam por todo o território nacional; o que se conhece são esforços de investigadores particulares e de uns quantos membros do prelado Católico, e, a partir da década de 1970, sobressaiu o Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA), cujos trabalhos não cobrem, infelizmente todos espaços e regiões culturais do país; curiosamente, o mesmo ocorreu também nestes últimos 48 anos após a proclamação da independência do país em 1975. Se for perguntado a qualquer investigador angolano se sabe qual é o número exacto das comunidades linguísticas que habitam o nosso país, ou, dito de outro modo, quantas línguas são faladas no país, tenho dúvidas que alguém que seja sério possa responder com exactidão a essa pergunta.¹³ Embora pressupondo uma grande preocupação, é preciso saber que após a morte do Presidente Agostinho Neto esta é uma área que deixou de entrar no programa político e científico do país. Durante estes quarenta e oito anos não foram efectuados estudos sistemáticos sobre as comunidades e suas línguas e o primeiro Censo Populacional realizado em 2014 não ajudou a discernir essa questão e isso porque as perguntas sobre línguas e povos não foram encaminhadas correctamente, e, o que é pior, neste segundo censo corre-se o risco de serem praticados os mesmos erros. Em termos de con-

tagem geral, hoje somos cerca de 35 milhões de habitantes, mas está difícil apontar em termos de números como estão repartidos esses dados, tanto sobre as comunidades sócio-culturais quanto linguísticas.

O lugar das línguas nas diferentes etapas da história de Angola

Pretendo expor neste evento algumas das preocupações que tenho, enquanto antropólogo, em relação à situação não apenas das línguas, mas também, da cultura dos povos de Angola, e, obviamente, da linguagem destas que se reflecte naturalmente no meio-ambiente e na cultura.

As línguas do nosso país são muito antigas e elas se acham instaladas e acomodadas no território que hoje constitui o nosso país há muitos séculos: são hoje, por isso mesmo, aquilo que normalmente se denomina por línguas nacionais.¹⁴ Os povos que criaram essas línguas e hoje as desenvolvem devem-no em primeiro lugar aos espaços e contextos geográficos encontrados há séculos. Por isso, parece-me que antes de falar da língua e da cultura dos povos de Angola, devemos pensar em espaços territoriais, visto que, quando os povos chegaram pela primeira vez a esses espaços geográficos e territoriais nada encontraram e quando encontraram outros povos já instalados sucederam-se lutas pela terra e pela acomodação dos mesmos a ela. Isso demorou muitos

¹³ Esta questão relacionada ao número de línguas existentes em Angola tem sido levantada por alguns especialistas e não é uma questão resolvida. Veja-se, por exemplo, Huth 1994, Kukanda 1992, Lusakalalu 2005.

¹⁴ Acerca do entendimento do que sejam línguas nacionais, consulte-se sobretudo Ngalasso 1987, mas também Kukanda 2019, Coelho 2022: 20-30.

séculos e essas populações e comunidades moldaram o território com as suas práticas sedentarizadas, através da organização social e política que os caracteriza hoje em todas as áreas e contextos sociais de Angola.

Mas, na verdade, embora falemos de Angola, não é sobre o país Angola — com os contornos fronteiriços adquiridos na modernidade que hoje todos nós conhecemos —, que vamos falar aqui nesta parte do trabalho, mas do espaço territorial mais antigo que o compreende e que é muito anterior à colonização portuguesa. Assim, precisamos de fazer uma abstração total dessa ideia que todos devemos ter do Estado moderno, e nos devemos concentrar no espaço territorial antigo, dito muitas vezes de modo impróprio «pré-colonial», o período histórico e demográfico que pode constituir o nosso assentamento humano mais antigo.

Deste modo, se todos nós retirarmos das nossas ideias os pressupostos que conhecemos das nossas fronteiras (que, diga-se de passagem, são também, por um lado abstrações e por outro marcadores simbólicos, e isto porque na maior parte dos casos as populações de um lado e do outro são geralmente oriundas das mesmas comunidades e famílias e foram tragicamente divididas pelas cercaduras fronteiriças impostas pelo colonialismo — ou melhor, pelos vários colonialismos —, com as únicas diferenças que elas falam hoje as línguas dos colonizadores e ostentam em maior ou menor grau o nível de vida alcançado hoje, e que, de certo modo, pode constituir a herança re-

cebida desse período histórico), que dados e informações possuímos hoje que nos permitam articular a matéria fundamental da nossa conferência? Obviamente, podemos e devemos pensar nas florestas, nos rios e nas suas nascentes, nas lagoas e montanhas, nas savanas, pradarias e «chanas», nas regiões desérticas, etc., que, no passado e possivelmente ainda hoje, possam constituir o seu pano de fundo. São certamente, os elementos geográficos e naturais encontrados e longamente percorridos por mulheres e homens que, muitos séculos mais tarde, irão possibilitar a permanência dos povos e línguas no território que é hoje Angola.

Com efeito, se pegarmos num mapa que desenha o território do que é hoje Angola, podemos encontrar na zona Norte duas regiões bem concretas, a do Noroeste e a do Nordeste. São zonas de grande altitude que se prolongam até ao vale do baixo Kongo, pleno de florestas e propícios à agricultura e à plantação de tubérculos. Vejamos, em primeiro lugar a área geográfica do Noroeste, que sai desde o Oceano Atlântico até ao Rio Kwango (ou Cuango) ou vice-versa, ocupando hoje duas províncias: a do Zaire e a do Uíje (Wizi ou Wiji, consoante o falante) e abaixo destas encontramos uma parte importante das províncias do Kwanza-Norte e do Bengo, e também, mais a sul, a província de Luanda. Entretanto, há um espaço territorial na província do Uíje que abraça parte da província de Malanje e é dominada pelo rio Lulovo ou Lukala.

Aqui, neste vasto espaço territorial encontramos sobretudo dois povos ou comunidades: os Kongo ou Bakongo (que falam a língua kikoongo) e Kimbundu ou Akwakimbundu (que falam a língua kimbundu). São dois povos que desde o passado ao presente andaram sempre juntos e se acantonaram nesse vasto território, sendo oriundos do Norte e sobre os quais se presume serem conhecedores do trabalho do ferro, o que lhes possibilitou atravessar a grande floresta do Mayombe. A característica fundamental desta região é que os rios nascem em plataformas distantes no interior e têm a tendência para se encaminhar em direcção ao oceano. De norte para sul encontramos os rios Mbidizi ou Mbidiji (Mbridge), Lozi ou Loji (Loge), Ndanji ou Ndande (Dange/Dande), Nzenza ou Mbengu (Zenza/Bengo), e, finalmente, mais a sul o rio Kwanza (Cuanza), que nasce muito longe, no centro de Angola. Na província do Uíje, ou melhor, Wizi ou Wiji, a sul de Negage, isto é, Ngazi ou Ngaji, nasce o rio Lulovo que, conforme se vai encaminhando para sul muda de nome e passa a ser conhecido por Lukala,¹⁵

¹⁵ O rio Lukala é o rio da civilização Kimbundu, não obstante a importância económica e social que desempenha o rio Kwanza para estas populações e comunidades. Foi através do rio Lukala que os Kimbundu aprenderam a se fixar à terra e a captar os artifícios civilizacionais resultantes dessa fixação. A tomada de consciência enquanto povo passa do Lukala para o Kwanza e daí para o mar, onde chegam a Kazanga ni Lunda. Do ponto de vista ideológico, o termo *Kazanga ni Lunda* representa um artifício linguístico, constituindo a representação das fronteiras territoriais no espaço de vivência do povo Kimbundu ou dos Akwakimbundu. Sobre o assunto, leia-se Coelho 2010 e Coelho 2022: 18-23.

que, sendo um dos maiores afluentes do rio Kwanza, percorre parte considerável do sul da província de Malanje, cujas águas vão abraçar àquele na localidade de Masanganu.¹⁶

Na parte concernente ao Nordeste, cuja delimitação encontramos, por um lado, o rio Kwango e por outro o rio Kasayi (Cassai), desenhando um espaço territorial geralmente designado hoje por Leste, que desce em direcção às zonas pantanosas conhecidas por «chanas», ocupando hoje as duas províncias da Lunda (Norte e Sul), uma parte substancial da província de Malanje até tocar a curva do rio Kwanza no lugar de onde se encaminha para sul e todo o norte da província do Moxico que confina com as Lundas. Nesta vasta região, aprazível para as actividades de caça e plantação de tubérculos, bem como no território a norte de Malanje encontramos principalmente, de um lado, os rios Kwango e seus sub-afluentes, os rios Kwenge, Kwilu, Lwange (Luangue), e do outro lado os rios Cikapa (Tchicapa), Cyumbe (Tchiumbe), Lwacimo (Luatchimo) até ao Kasayi (Cassai), que assegura a fronteira com a República Democrática do Congo e a Zâmbia. A maioria destes rios nasce em Angola e a tendência destes é correr para norte indo alimentar, na sua grande maioria, o grande Nzadi a Kongo (mais

¹⁶ *Masanganu*, também grafado «Massanganu» ou «Maçanganu», corruptelas da língua portuguesa. É do abraço dado pelo Lukala ao Kwanza, que nasce o sentido dado ao nome de Masanganu, isto é, o encontro dos dois rios, conforme escreve com rigor o escritor e ensaísta Manuel Pedro Pacavira: *Bu disanganu ni Lukala ni Kwanza* [cf. Pacavira 1979].

conhecido geralmente por Congo ou Zaire, que é o segundo maior rio do continente africano). Entretanto, na região do Moxico, que faz fronteira com a Zâmbia, nesta zona pantanosa é fundamental o estabelecimento do rio Zambeze e seus afluentes na sua margem direita a montante: Lwembe (Luembe), Lwena (Luena), Lwanjinga (Luanginga) e Lungwevungu (Lunguebungo). Nas regiões apontadas encontramos populações de variadas origens, sendo de destacar em Malanje os Akwakimbundu e demais subgrupos, nas Lundas, os Cokwe e Ruwund (também grafado Lunda, daí os nomes aportuguesados das duas províncias), assim como um lote de populações de múltiplas comunidades étnicas. No Moxico destacam-se ainda aqui os Cokwe e seus aparentados, as comunidades Luvale e/ou Lwena e seus aparentados.

O planalto central é formado por três elevações: Malanje a norte, Benguela no centro e Huíla no sul. A sua extensão é de cerca de 650 km, sendo a largura aproximadamente a mesma. Aqui, a uma grande distância umas das outras, as montanhas apresentam-se dispersas tomando formas perfeitas de cúpulas ou cones; as encostas tornam-se mais abruptas a medida que nos afastamos do oceano. O mais alto degrau surge no extremo do planalto do interior. De longe, ele é parecido com uma portentosa cadeia de montanhas. Na parte centro e sul do extremo do planalto do interior existem dois degraus de altura vertiginosa e a pique. Por isso, estes declives do planalto são conhecidos por cordilheiras. Trata-se, concretamente, da

Serra do Corvo, a sul do curso inferior do rio Kwanza e da Serra da Chela, a norte do rio Kunene. A parte mais elevada do território de Angola está situada para lá dos morros das montanhas e denomina-se Planalto, estando a 1500-1800 m acima do nível do mar, destacando-se aqui o ponto mais alto de Angola a Serra do Môco, com 2610 m, que pertence ao grupo dessa cadeia de montanhas.

Observando o centro do país, tem-se a seguinte percepção: por um lado há rios como o Longa e o Kuvu ou Keve (Cuvo/Queve) que se encaminham geralmente para o Oceano Atlântico; entretanto, há outros que ao nascer bem no centro do Planalto Central, cujo exemplo mais visível é o rio Kwanza, tomam o mesmo caminho. O planalto central é habitado maioritariamente por populações da comunidade sócio-cultural e linguística Umbundu, que é sem sombra de dúvida a maior e a mais dinâmica, em termos numéricos, estruturais e simbólicos do país; no entanto, voltando ao estabelecimento geográfico, contrariamente, a maioria dos rios que aqui nasce, tal como o Kuvangu (Cubango), o Kwitu (Cuito), o Kwanavale (Cuanavale), o Kwembu (Quembo) ou o Kwandu (Cuando), tão importantes pelos seus caudais, grandes e/ou médios, geralmente se encaminham para o sul do país; então, observa-se que os rios principais Kwitu (Cuito), Kuvangu (Cubango) e Kwandu (Quando), percorrem uma parte importante do território na que é hoje a província do Kwandu-Kuvangu, e, alguns destes, ao atravessar a Namíbia na Faixa de Caprivi, continuam a sua viagem pelo Botswana, onde vão

morrer. Convém destacar neste ambiente de riqueza vegetal do Sudeste de Angola, a multiplicidade de povos acantonados aqui há séculos, entre Bantu e San: !Xu e Mbarakwengo, Cokwe, Ngangela e aparentados, e povos considerados moradores das regiões banhadas pelo rio Kuvango ou Okavango, a saber: Mbukushu, Gcirikuru, Shambiu, Mbunza e Kwangali.

Entretanto, a sul do país, na sua parte Sudoeste a tendência dos rios é desaguar no Oceano Atlântico; o rio principal é o Kunene, que nasce nas terras da Matala, na Huíla (Wila) e assegura a fronteira terrestre com a Namíbia; encontramos ainda, entre as províncias de Benguela, Namibe e Kunene, os rios Balombo, Kuporolo (Cupololo) e Bentyaba (Bentiaba), o Kuroka e o Kakuluvar, achando-se aqui instalados populações e comunidades oriundas de múltiplas origens: Umbundu, Nyaneka, Nkhumbi e aparentados, Herero ou Helelo, e Oxiwambo e aparentados.

Organicamente, este desenho que acabamos de destacar, mostra ser o fruto das migrações dos povos espalhados e fixados pela múltipla orografia do espaço territorial mais antigo, e especifica também especializações do ponto de vista económico e são estas, sem sombra de dúvida, que se apresentam visíveis ainda hoje: por um lado, encontramos povos caçadores

e colectores simples (os San) que se acantonaram em espaços mais rústicos das províncias da Huíla, do Namibe e do Kwandu-Kuvango; por outro, povos Bantu de economia agrícola, nas regiões do Noroeste e Nordeste, e do Centro; de economia pastoril, no Sul e Sudoeste e ainda povos de economia agrícola-pastoril, igualmente no Sul e Sudoeste de Angola.¹⁷

É em virtude deste quadro orográfico e de assentamento populacional, que o consagrado arqueólogo inglês J. Desmond Clark propôs, em 1966, a existência de três regiões ecológicas bem distintas no que se refere à distribuição das culturas pré-históricas em Angola, a saber: a *Região Congo*, constituída pela bacia do Nzadi a Kongo e pela zona adjacente que se prolonga até ao litoral, a norte do rio Kwanza; a *Região Zambeze*, que engloba as bacias do rio Zambeze e dos rios apontados anteriormente e que se espraiam pela região que hoje é mais conhecida por Kwandu-Kuvango (Quando-Cubango); e, por fim, a *Região do Sudoeste*, faixa territorial banhada pelo rio Kunene até ao mar e que se prolonga para norte até a área de influência do rio Kwanza.¹⁸

¹⁷ Sobre o assunto leia-se *Estruturas sócio-económicas em Angola*, do antropólogo luso Jorge Dias [1964].

¹⁸ Cf. Clark [1963 e 1968], Ervedosa [1980].

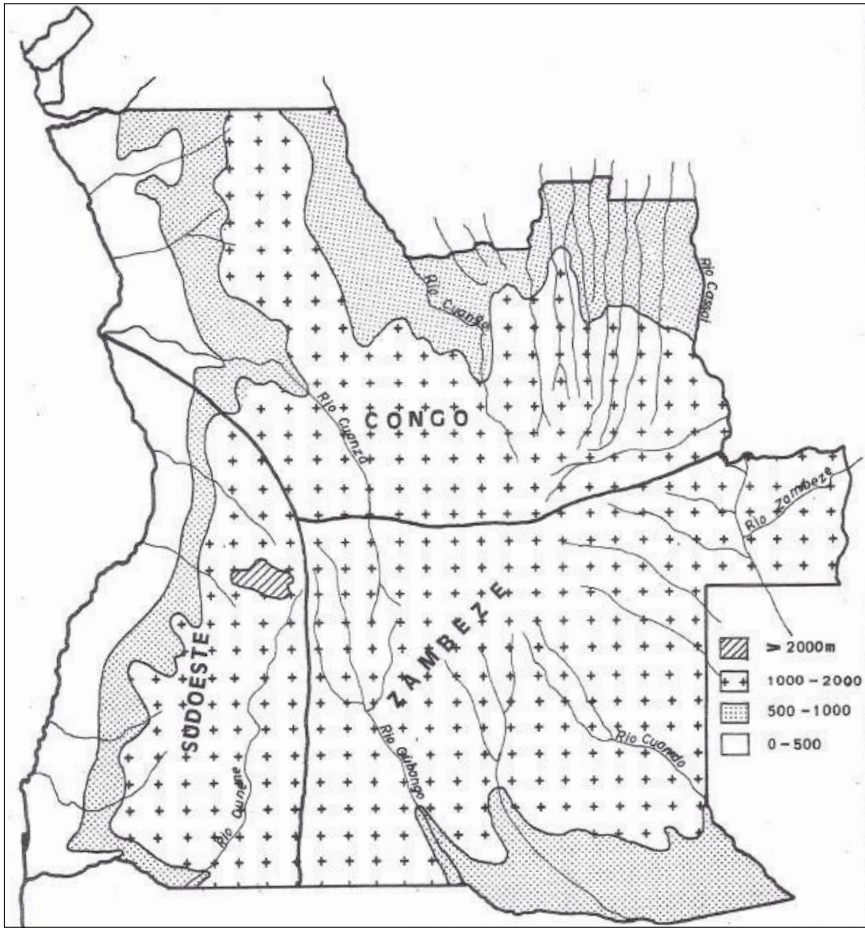


Fig. 1 – Zonas ecológicas de Angola e níveis altimétricos
 Fonte: Clark 1966, [apud Ervedosa 1980].

Ainda de acordo com Clark, esta articulação espacial sobre as regiões naturais de Angola começou a definir-se desde o fim do Plistocénico médio, ou seja, ainda durante o Paleolítico inferior, sem que a sua variação de limites, devido às flutuações climáticas ocorridas durante o Quaternário, tenha tido alterações que afectassem de modo muito significativo a repartição das culturas materiais que nelas, desde então, se começaram a diferenciar.¹⁹

Face ao exposto, afigura-se-me necessário perguntar se essas três divisões ecológicas terão constituído elementos negativos ou positivos na fixação das populações e comunidades que terão imigrado para essas regiões de Angola, e, conseqüentemente, como tais contextos terão contribuído para o desenvolvimento das suas estruturas sociais e políticas? Que tipo de dados e materiais possuímos, que sejam susceptíveis de dar respostas convincentes acerca destas questões?

¹⁹ id., *ibidem*.

A expansão Bantu para as regiões de Angola

No que diz respeito à nossa região de estudo, o historiador Théophile Obenga, servindo-se da recomposição por fases da expansão Bantu, proposta por um outro arqueólogo, David H. Phillipson, propõe a seguinte explicação:

*«Fase 4, Ca 300-100 BC, determinados falantes Bantu responsáveis da cerâmica Urewe espalhando-se à volta do flanco da floresta equatorial até à savana meridional, e em seguida, tomam a direcção ocidental, até à região do Baixo Congo (curso inferior do rio Congo). Deste modo, introduziram aí os elementos da cultura da Idade do ferro antigo junto das outras populações que aqui já tinham chegado durante a fase 2b, que se tinham deslocado directamente em direcção ao sul, desde os Camarões à região do curso inferior do Congo. Este encontro originou a raiz de um outro desenvolvimento cultural bantu, ao possibilitar o surgimento da corrente ocidental da idade do ferro».*²⁰

E ainda a

«Fase 5: Ca 100 BC, uma migração em direcção ao sul desta corrente cultural ocidental introduz a cultura da Idade do ferro da região do curso inferior do Congo até a Namíbia através de Angola, e são as línguas bantu do Centro (Grupo ocidental dos Altos

*Planaltos) que, não obstante as mudanças, são hoje reencontradas na África austral».*²¹

Obenga conclui o seu raciocínio anotando que este esquema proposto por Phillipson permite-nos observar toda a complexidade do problema sobre as migrações Bantu, mostrando assim que são os *«homens, as línguas e as culturas que se deslocam no tempo e no espaço, sem que jamais tenham perdido a comunidade de origem»*.²²

Assim, de acordo com a proposta de recomposição por fases da expansão Bantu, as populações que terão chegado ao espaço territorial que hoje constitui Angola, poderão ser reperienciadas através do esquema definido pelo linguista inglês Malcolm Guthrie. Este autor, baseado nas cerca de 400 línguas conhecidas, faladas pelas populações Bantu, classificou-as por zonas de A a S. As zonas que cobrem Angola são quatro: H, K, L e R e é nestas onde poderemos encontrar os principais grupos populacionais ou comunidades históricas de Angola.²³

Assim, na Zona H encontramos principalmente os Kongo, cujas subdivisões estão regionalmente assinaladas; encontramos, igualmente aqui os Kimbundu, nomeadamente alguns dos seus subgrupos. Na zona K encontramos ainda alguns subgrupos da comunidade Kimbundu, assim como as comunidades históricas Cokwe, Lunda, ou melhor, Ruwund, Luvale,

²¹ Obenga [1985: 99].

²² Obenga [1985: 100].

²³ Cf. Guthrie [1967: 50-52, Zona H; 52-54, Zona K; 54-56, Zona L; 64-66, Zona R].

²⁰ Obenga [1985: 98-99].

Ngangela e populações aparentadas (Lwimbi, Lucazi, Lwena, Mbunda, Nyengo, Mbwela e Nkangala); mais a sul encontramos os Mbukusu e Dciriku/Gciriku. Na zona L encontramos os Pende, os Samba e os Holo ou Wolo, e, finalmente, na Zona R estão repertoriadas as comunidades Umbundu (Mbalundu, Wambu), Nyaneka

e Khumbi; e ainda, os Kuvale, os Mballi, os Oxiwambu (Kwanyama, Nganyera, Kafima, Evale, Mbandja), e, finalmente, os Herero ou Helelo, entre tantos outros povos que, aqui chegados, se instalaram neste vasto espaço territorial que constitui hoje Angola.²⁴

²⁴ Cf. Guthrie, *id.*, *ibidem*.

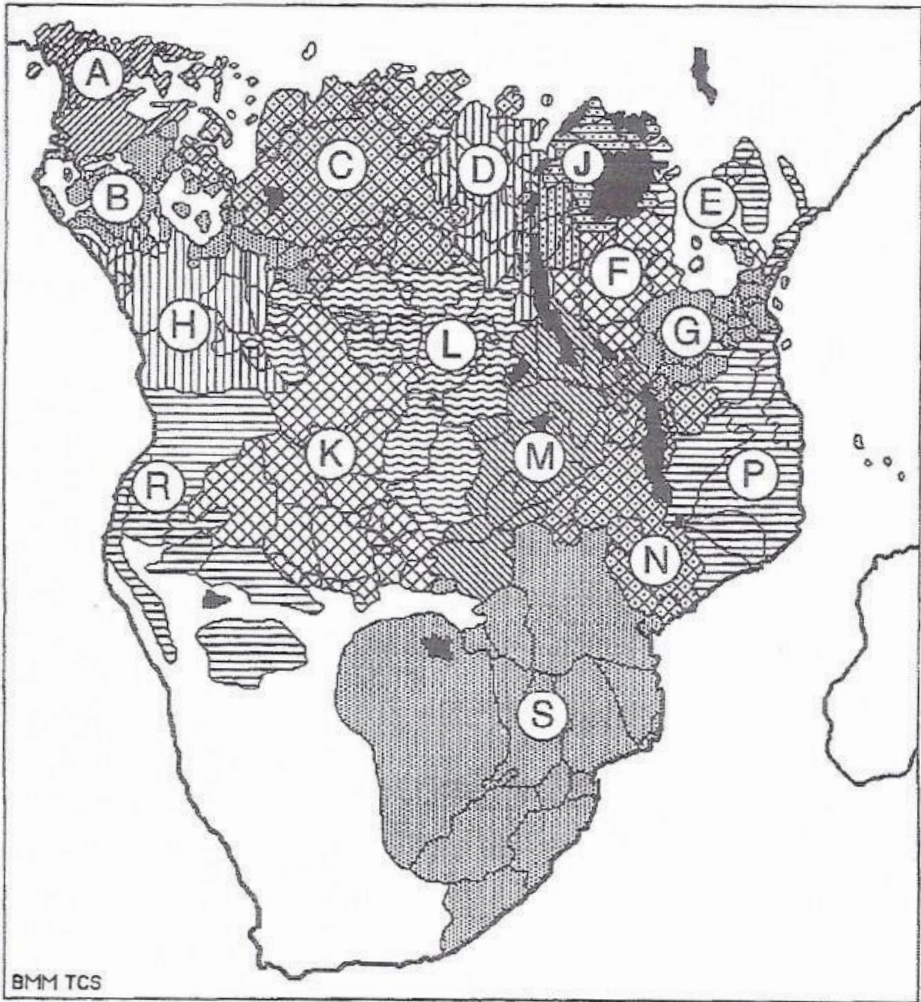


Fig. 2 – As zonas de A a S assinaladas por Malcolm Guthrie

Fonte: BMM TCS

Os povos de Angola e as suas culturas

No ano de 1955, o etnólogo Redinha publica um extenso estudo intitulado *Os povos de Angola e as suas culturas*, através do qual apresenta um primeiro esboço de classificação sobre os povos de Angola. Este estudo antecipou o seu esboço de *Distribuição étnica de Angola*, cuja redacção terminou presumivelmente em 1961, a que se lhe seguiu a primeira impressão no ano seguinte pela revista *Mensário Administrativo*. A partir daí até 1975 esse opúsculo, publicado sob a chancela do CITA – Centro de Informação e Turismo de Angola, teve exactamente nove edições.²⁵

De acordo com a sua classificação, Redinha explica que as

«actuais populações autóctones angolanas são constituídas por Bantos, por alguns pré-Bantos e um número apreciável de não-Bantos. Os Bantos angolanos pertencem à grande divisão dos Bantos Ocidentais, conquanto haja a assinalar, no Sudoeste da Província, uma penetração relativamente extensa de Bantos Meridionais, atingindo para norte os Umbundu, até aos Bienes e Bailundos».

Este autor adianta ainda que a *«composição étnica dos Bantos Ocidentais apresenta traços nigerianos e camaroneses na sua zona noroeste, e fusões importantes de sangue etíope, e fortes*

*marcas dos Camitas Orientais nos Grupos do Sudoeste».*²⁶

Estas apreciações afiguram-se-nos interessantes, porquanto, Redinha aponta com bastante clareza as origens, o tipo de populações entradas no território que hoje constitui Angola, os lugares por onde entraram e consequentemente os terrenos ou os locais da fixação destas.

Em relação às populações que denomina pré-Bantos, Redinha considera que estes

*«[...] apresentam importância muito fraca, habitando desde longa data as margens do rio Curoca, e uma faixa territorial pouco definida no deserto de Moçâmedes».*²⁷

Conclui a sua apreciação afirmando que esses povos

*«formam, no seu conjunto, reduzido e rarefeito, o grupo Vatwa».*²⁸

Finalmente, anota que

*«as populações não-Bantas são constituídas pelos Bosquímanos ou Khoisan. Vivem em grupos avulsos, espécie de acampamentos temporários, nos territórios dos Bantos, na zona sul da Província, sendo o seu número da ordem dos cinco milhares de indivíduos».*²⁹

²⁶ Redinha [1962, 1975: 7].

²⁷ *Id.*, *ibidem*.

²⁸ *Id.*, *ibidem*.

²⁹ Cf. Redinha [1962, 1975: 7]. Ver, igualmente, Almeida [1994], Estermann [1951a, 1951b, 1983], Guerreiro [1968].

²⁵ Cf. Coelho [2014: 393, nota 8].

Redinha conclui que os grupos étnicos angolanos e respectivas etnias, sendo dispostas segundo uma ordem cronológica, das mais antigas para as mais recentes, apresentam o quadro seguinte:

- «*Grupo étnico Hotentote-Bosquímano (Não-negro e não-Bantu)*;
- *Grupo étnico Vátua ou pré-Bantu*;
- *Grupo étnico Bantu*;
- *Grupo étnico Europeu*».³⁰

No ano de 1974, quando frequentava o curso de topografia no Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA), um dos professores, alertado pelo meu interesse, fez-me chegar um trabalho *stencilado* produzido pelo Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA). Esse estudo, denominado *Carta Étnica de Angola. Esboço*, infelizmente não datado, parece ter sido a base de sustentação de trabalhos anteriores iniciados, ao que parece, nos anos 1962-1963 pela sua Divisão de Etnologia e Etnografia e nela pode-se encontrar o registo dos povos e as respectivas línguas do país. Tratava-se do último trabalho produzido pela potência colonial e o seu objectivo fundamental era estudar as línguas e os povos de Angola para melhor conhecê-los e manter o domínio destas com maior eficácia.

³⁰ Redinha [1962, 1975: 8].

GRUPOS ÉTNICOS DE ANGOLA
(Formas de escrita)

POVOS BANTOS

Corrente em português	Correcta em português	Correcta em língua nativa	Corrente em português	Correcta em português	Correcta em língua nativa
Grupo Conguês (Língua = kicongo) (<i>Bakongo-Kikongo</i>)			(Grupo Gançuela (Língua = tchinganguela) (<i>Ngangela-Tchingangela</i>))		
1 - Maiombes	Iombes	<i>Bayombe</i>	52 - Luimbos	Luimbos	Maluimbi (<i>Valuimbi</i>)
2 - Bavitis	Vilis	<i>Davili</i>	53 - Gongueiros	Gongueiros	<i>Yangngelo</i>
3 - Bassundis	Sundis	<i>Basundi</i>	54 - Nembas	Nhembas	<i>Vanyemba</i>
4 - Baluangos	Luangos	<i>Baluango</i>	55 - Ganguelas	Nganguelas	<i>Yangngela</i>
5 - Butinges	Linges	<i>Balinji</i>	56 - Ambueias	Mbueias	<i>Vambweia</i>
6 - Bacongos	Congos	<i>Bakongo</i>	57 - Luenas	Luenas	Malwena (<i>Tulwena</i> <i>ou Baluvalé</i>)
7 - Baucios	Uoios	<i>Buwayo</i>	58 - Luchazes	Luchazes	<i>Baluahazi</i>
8 - Bassolongos	Solongos	<i>Basolongo</i>	59 - Bundas	Bundas	<i>Balunda</i>
9 - Baxicongos	Congos	<i>Bachikongo</i>	60 - Bacangalás	Carigalás	<i>Yangngala</i>
10 - Bazombos	Zombos	<i>Bazombo</i>	61 - Camachos	Machos	<i>Yamachi (Akwonwando)</i>
11 - Decanos	Canos	<i>Bakano</i>	62 - Vajauama	laumas	<i>Vayaua</i>
12 - Bassossos	Sossos	<i>Baroro</i>	63 - Valaios	Luós	<i>Valuyo</i>
13 - Malacas	Iacas	<i>Bayaka</i>			
14 - Mussucos	Sucos	<i>Bazuku</i>			
Grupo Ambundo (Língua = quimbundu) (<i>Ambundu-Kimbundu</i>)			Grupo Herero (Língua = tshibeletó) (<i>Helelo-Tshibeletó</i>)		
15 - Dembos	Dombos	<i>Jindembo</i>	64 - Dianbas	Ndimbas	<i>Ovandimba</i>
16 - Maungos	Hungos	<i>Bahungu</i>	65 - Chimbas	Himbas	<i>Ovakimba</i>
17 - Calandulas	Lapedulas	<i>Balandula</i>	66 - Chavicus	Chavicus	<i>Ovatkyavikwa</i>
18 - Ngolas	Ngolas	<i>Angola</i>	67 - Cuanhocas	Cuanhocas	<i>Ovakwanyoka</i>
19 - Gingas	Gingas	<i>Ajinga</i>	68 - Mucubais	Cuvales	<i>Ovakuvale</i>
20 - Iloles	Iloles	<i>Aholo</i>	69 - Guendelengos	Guendelengos	<i>Ovanguendelengo</i>
21 - Bondos	Bondos	<i>Mbonda</i>			
22 - Bãngelas	Mbangalás	<i>Imbangala</i>	Grupo Nhaneca-Humbe (Língua = olunianeca) (<i>Nyaneyeka-Olunyaneyeka</i>)		
23 - Quissamas	Quissamas	<i>Kisama</i>	70 - Mumuilas	Muilas	<i>Ovamwila</i>
24 - Libolos	Lubolos	<i>Lubolo</i>	71 - Gambos	Ngembos	<i>Ovanguambe</i>
25 - Hacos	-	-	72 - Humbes	Humbes	<i>Ovankhumbi</i>
26 - Songos	Songos	<i>Asongo (Nasongo)</i>	73 - Dongoenas	Ndongoenas	<i>Ovandongwena</i>
27 - Quibalás	Quibalás	<i>Itala</i>	74 - Ilingas	Ilingas	<i>Ovahinga</i>
28 - Mussendes	Sendos	-	75 - Cufincuas	Cufincuas	<i>Oakhwankwa</i>
Grupo Lunda-Quioco (Língua = lunda e quioca) (<i>Lunda-Tshokwe</i>)			76 - Ilandas da Mupa	Ilandas da Mupa	<i>Ovahanda</i>
29 - Lundas	Lundas	<i>Tulunda</i>	77 - Ilandas do Quipungo	Ilandas do Quipungo	<i>Ovahanda</i>
30 - Quiocos	Quiocos	<i>Tushokwe</i>	78 - Quipungos	Quipungos	<i>Ovatchipungu</i>
34 - Cucongos	Congos	<i>Tukongo</i>	79 - Quilengues-Ilumbes	Quilengues-Ilumbes	<i>Ovatshilenge-Humbi</i>
35 - Camatapas	Matapas	<i>Tumatapa</i>	80 - Quilengues-Musós	Quilengues-Musós	<i>Ovatshilenge-Muso</i>
36 - Xinjas	Xinjas	<i>Maxinji (Tuxinji)</i>			
37 - Minungos	Minungos	<i>Tuminungu</i>	Grupo Ambó (Língua = tchicuanhama) (<i>Ambó-Tchikwanyama</i>)		
Grupo tube (Língua = tchiluba) (<i>Baluba-Tchiluba</i>)			81 - Evals	Vales	<i>Ovavale</i>
31 - Bena Mais	Mais	<i>Bena Mai</i>	82 - Cafimas	Cafimas	<i>Ovakafima</i>
32 - Bena Lulus	Lulus	<i>Bena Lulus</i>	83 - Cuanhamas	Cuanhamas	<i>Ovankwanyama</i>
33 - Balubas	Lubas	<i>Baluba</i>	84 - Cuamatos	Cuamatos	<i>Ovakwamatwi</i>
Grupo Ovimbundo (Língua = umbundo) (<i>Ovimbundu-Umbundu</i>)			85 - Dombondelas	Dombondelas	<i>Ovandombola</i>
38 - Anboins	Mboins	<i>Vambw</i>	Grupo Xindonga		
39 - Pindás (Mupindás)	Pindás	<i>Vapinda</i>	86 - Cuangares	Cuangares	<i>Vakwangali</i>
40 - Solos	Seles	<i>Varele</i>	87 - Candundos	Ndundos	<i>Vandundo</i>
41 - Sanjis	Sanjis	<i>Ovisanji</i>	88 - Cussos	Cussos	<i>Vakuso (Mambukuso)</i>
42 - Bailundos	Bailundos	<i>Vambalundu</i>	89 - Vandengos	Nhengos	<i>Vanyengo</i>
43 - Dombes	Dombes	<i>Vandombe</i>	90 - Diricos	Diricos	<i>Ovadiliku (Vadiliku)</i>
44 - Quiacas	Quiacas	<i>Vitshyaka</i>			
45 - Huambos	Huambos	<i>Vuambo</i>	POVOS NÃO BANTOS		
46 - Bienos	Vienos	<i>Vovyie</i>	91 - Cuissas	Cuissas	<i>Ovakwisi</i>
47 - Hanhas	Hanhas	<i>Vuanyá</i>	92 - Cuepes	Cuepes	<i>Ovakwepe</i>
48 - Cacoondas	Cacoondas	<i>Vakakoonda</i>	93 - Cungues (Bochimanes)	Cungues	<i>IKung</i>
49 - Galangues	Galangues	<i>Vangalangi</i>			
50 - Sambos	Sambos	<i>Vusambo</i>			
51 - Gandas	Gandas	<i>Vanganda</i>			

Fig. 3 – Grupos étnicos de Angola (Formas de escrita)
Fonte: IICA – Instituto de Investigação Científica de Angola [1970]

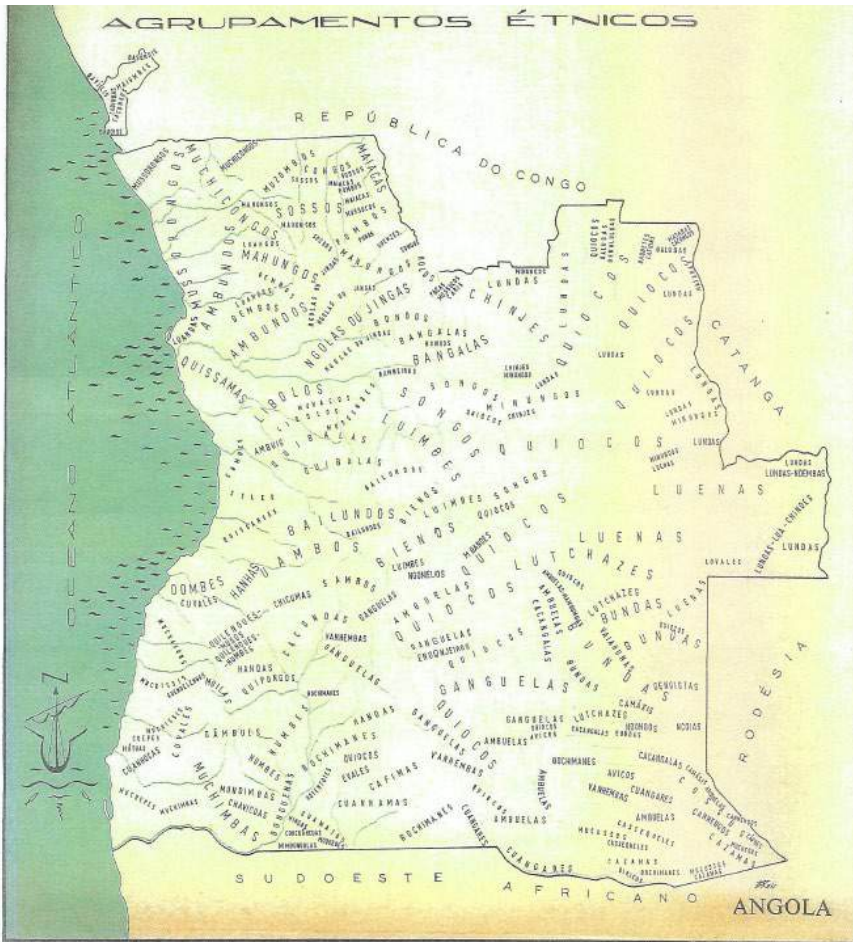


Fig. 4 – Agrupamentos étnicos de Angola
Fonte: Rego e Santos [1964: 57]

Tanto os estudos de Redinha, quanto os levantamentos do Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA), mostram com alguma clareza algumas divergências e muitas inconsistências acerca dos levantamentos étnicos efectuados pelos especialistas lusos. A esse propósito, Víctor Kajibanga, sociólogo angolano, investigador e professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, bastante esclarecido em questões desta natureza, ao ter reflectido sobre esse material, escreveu:

«as divergências nas designações e na determinação numérica das comunidades culturais e linguísticas de Angola, revelam uma certa incoerência no critério linguístico como pressuposto classificatório das etnias, das fronteiras étnicas e dos espaços sócio-culturais de Angola, Neste sentido, a metodologia a observar deve consistir na articulação de dados da história antiga à luz da tradição oral, nos sistemas de classificação utilizados no interior do próprio grupo, lugar de origem, territorialidade,

*estruturação política, religião e organização social em geral, e, sobretudo, no grau de memorização sobre o passado da comunidade. Urge, portanto, incorporar nesse tipo de estudos, princípios metodológicos de outras ciências humanas e sociais, como são os casos da linguística, história, antropologia, sociologia e das chamadas etnociências, dentre elas».*³¹

Este ponto de vista parece-nos um posicionamento correcto, sério e coerente, necessário para se abordar futuramente estas questões e problemas.

As Línguas de Angola na primeira fase da Independência

A problemática das línguas nacionais em Angola parece ser hoje um dos maiores problemas de política pública que afecta o país; ele está baseado numa incompreensão que opõe neste capítulo o Estado e o Governo de Angola, através de suas estruturas e organismos especializados às populações do país e particularmente a alguns dos seus estudiosos e intelectuais. Isso porque o Estado de Angola adoptou uma dupla estratégia: primeiramente, colocar no limbo os estudos e reflexões sobre as línguas nacionais iniciadas durante a governação do Dr. António Agostinho Neto (1975-1979) e banir a terminologia em questão; em segundo lugar, e, concomitantemente, decidiu criar um espaço livre e solidário para a língua portuguesa, adoptando o sistema de a desenvolver

estruturalmente como língua oficial e veicular e impondo a todos os níveis o seu ensino e a sua estruturação, o que levaria a desarticular e a impedir a expansão das línguas nacionais que, a partir de 2010, com o surgimento de uma nova *Constituição*, se tornaram ou transformaram em línguas párias, porque sem estatuto, logo, a serem ignoradas, constituindo-se como línguas tendentes a estiolar e a desaparecer. Mas esse quadro, essa maneira de agir, desafia o bom senso daqueles que hoje dirigem tanto o Estado quanto o Governo Angolano, pois, tal como vaticinou o Dr. António Agostinho Neto, o fundador desse mesmo Estado e o mais alto dirigente do governo de 1975 a 1979:

*«Quando as nossas línguas, aquelas que serviram e servem de veículo à cultura angolana, não são faladas nas escolas, não são usadas nos jornais, na rádio, etc., quando a nossa música, a nossa escultura, apenas encontram guarida em sorridentes e paternais caçadores do exótico, quando as nossas formas literárias não podem socorrer-se dos modernos processos de veiculação, é evidente que a nossa cultura não se pode desenvolver. Estaciona, degrada-se, mas felizmente não morre».*³²

Assim, após a proclamação da República Popular de Angola, o MPLA organizou em Luanda, no Museu Nacional de História Natural, ao Kinaxixi, a 3.^a *Reunião plenária do Comité Central*,

³¹ Cf. Kajibanga [2003: 129-130].

³² Neto [1988 (1960): 15].

no período de 23 a 29 de Outubro de 1976, na qual se propõe a:

- Lutar pela liquidação do alfabetismo;³³
- Resgatar e popularizar as manifestações positivas da nossa cultura e dos vários grupos étnicos que compõem o nosso Povo;³⁴
- Preservar e desenvolver estudos das línguas nacionais com a inclusão do português como idioma veicular.³⁵

Entende-se assim que as línguas nacionais são a matéria-prima da preservação cultural e constituem um factor essencial quer no processo de alfabetização, quer no processo de ensino-aprendizagem da língua segunda, isto é, o português.

A alfabetização surge assim como uma das questões fundamentais a ter em conta nessa fase da vida do país, considerando que era necessário começar a partir da base a valorização dos conhecimentos a desenvolver no seio das populações e comunidades, no sentido de reverter o quadro extremamente negativo encontrado após a proclamação da independência do país (entre 96 e 97% de analfabetos).

Contudo, num momento em que a maioria dos quadros com formação superior e média tinham abandonado o país, era necessário saber como fazê-lo e encontrar uma forma clara, simples e concreta em termos de organização, estruturação e desenvolvimento. Para a resolução destes

primeiros problemas foram dadas instruções para a criação de algumas estruturas específicas, seja a nível do governo seja a nível do próprio Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Elas podem ser assim resumidas:

- Criação de uma Comissão de Educação, Cultura e Desportos no Comité Central do MPLA;³⁶
- Dinamização do Departamento de Educação e Cultura (DEC), com o objectivo de orientar permanentemente o Ministério da Educação (MED) e o Conselho Nacional de Cultura (CNC);³⁷
- Criação de uma Comissão Nacional de Alfabetização, presidida pelo Ministro da Educação, agrupando delegados do DEC, das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), pelas Organizações de Massas, Comissões Directivas e Comissariados Provinciais com a função de dirigir as campanhas de alfabetização.³⁸

Finalmente, e caminhando nesse mesmo sentido,

- Desenvolver a nova cultura nacional angolana, que durante as guerras de libertação nacional adquiriu uma dimensão revolucionária;³⁹
- Incentivar todas as iniciativas progressistas no domínio da cultura;⁴⁰

³³ Cf. MPLA [1976: 45].

³⁴ *Id.*, *ibidem*.

³⁵ *Id.*, *ibidem*.

³⁶ Cf. MPLA [1976: 46].

³⁷ *Id.*, *ibidem*.

³⁸ *Id.*, *ibidem*.

³⁹ *Id.*, *ibidem*.

⁴⁰ *Id.*, *ibidem*.

Pode-se dizer que enquanto o Presidente Agostinho Neto dirigiu o partido MPLA e o Estado Angolano, foram emanadas orientações e directivas concretas sobre os caminhos a desenvolver tendentes a formar quadros e levá-los a desenvolver as tarefas fundamentais da alfabetização que, no fundamental, assim se resumiam:

- a alfabetização deveria ser feita por meio das línguas nacionais, e para tal, era necessário desenvolver estudos que possibilitassem que as principais línguas fossem funcionais através da escrita. E isso foi praticamente conseguido, visto que em 1980 se deu conta disso com a publicação do *Histórico sobre a criação dos alfabetos em línguas nacionais*; e, finalmente, em 1987, a publicação da *Resolução* de 23 de Maio de 1987 do Conselho de Ministros que aprova os alfabetos das línguas Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Cokwe, Ngangela (Mbunda) e Oxiwambo (Oxikwanyama).

Apesar de todos os esforços encetados em pouco mais de uma década, a sociedade angolana não viu concretizar-se um dos principais projecto-programa que começou por ser levado a cabo pelo primeiro Presidente do país e isso porque após a sua morte o mesmo foi completamente abandonado. É necessário que sejam efectuados estudos sérios no sentido de serem encontradas respostas para o descalabro verificado.

Postos perante esta situação, o que se observa hoje em relação à situação dos alfabetos em línguas nacionais e a ausência de alfabetização nessas línguas? Há alfabetização sim, mas

unicamente na língua portuguesa e conhece-se a ineficiência dessa linha de conduta.

Uma outra questão surgiu recentemente quando a Língua Portuguesa foi elevada à condição de Língua Oficial e as Línguas Nacionais do país foram praticamente esquecidas. Em face disso, e dos inúmeros erros cometidos pelo Governo em relação ao assunto, discute-se hoje que Estatuto dar às Línguas de Angola.

Como vimos anteriormente e ao longo deste trabalho, as Línguas Nacionais do país, nomeadamente as Línguas Bantu, possuem um histórico que deveria levar-nos a apontar quais delas e quantas devem ser granjeadas com um estatuto semelhante ao da Língua Portuguesa, de maneira que estas possam cumprir as mesmas tarefas que aquela desenvolve. Tanto quanto se sabe, alguns dos países que integram a África Austral encontraram saídas para esse problema: A África do Sul tem 11 línguas oficiais, a Zâmbia, o Zimbabwe e a Tanzânia também escolheram línguas oficiais de origem Bantu, independentemente da língua de colonização.

A esse propósito o Presidente Agostinho Neto já havia pensado num programa de recuperação para o «renascimento do Povo Angolano» e o seu pensamento incluía igualmente a resolução do problema linguístico. Acerca disso reverberou:

«[...] *Referi-me às línguas. O uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável actualmente na nossa literatura, não resolve os nossos problemas.*

E tanto no ensino primário, como provavelmente no médio, será preciso utilizar as nossas línguas. E dada a sua diversidade no país, mais tarde ou mais cedo deveremos tender para a aglutinação de alguns dialectos, a fim de facilitar o contacto.

*Todo o desenvolvimento do problema linguístico, natural-mente, dependerá também da extinção das barreiras regionais, da consolidação da unidade nacional, da extinção dos complexos e taras herdadas do colonialismo, e do desenvolvimento económico».*⁴¹

O que pressupõe que no seu espírito as línguas nacionais deveriam tender exactamente para essa melhoria estatutária. Entretanto, julgamos que vale a pena reflectir seriamente acerca do que escreveu Armindo Ngunga, um linguista moçambicano, cuja matéria discute estes mesmos problemas:

«As línguas africanas eram vistas, por um lado, como um importante símbolo de cultura e nacionalismos africanos. Por isso, deviam ser valorizadas e desenvolvidas. Por outro lado, por causa da sua diversidade em muitos países eram vistas como nocivas ao processo de criação de uma nação unida, forte e próspera. Por isso tinham que ser eliminadas para não exacerbar os ânimos tribais porque os territórios africanos são, geralmente, multiétnicos e multiculturais. Além disso, o seu papel na construção

*da nação com uma administração moderna era nula por causa de se encontrarem em estágio incipiente do seu desenvolvimento, sem sistema de escrita nem descrição, o que se traduzia na sua incapacidade de comunicar conceitos modernos e científicos».*⁴²

A explicação sobre essas diferentes formas de olhar para as línguas africanas Armindo Ngunga encontrou-a em Fishman, um especialista norte-americano que analisou também estes problemas e que, acerca deles, escreveu:

«[sobre] dois tipos de política linguística dos países em desenvolvimento. Por um lado, a política virada para o "nacionismo" (nationism) adoptando apenas uma única língua oficial, a do antigo colonizador, ignorando todas as línguas africanas. Esses países advogavam que pretendiam construir nações fortes e unidas o que na sua perspectiva, só se podia conseguir através de uma língua com tradição escrita e de utilização na administração moderna e na ciência. Alguns exemplos deste grupo de países são: Costa do Marfim, Mali, Burkina Faso, Angola e Moçambique, entre outros. Por outro lado, havia o grupo de países que adoptavam uma política linguística virada para o "nacionalismo" (nationalism) escolhendo uma língua africana, de comunicação mais ampla, para

⁴¹ Neto [1980: 34-35].

⁴² Ngunga [1978: 88].

funcionar como língua nacional na educação, na administração, na política, na economia e em todas as esferas da vida social, ao lado da língua oficial europeia, ignorando todas as outras línguas africanas. Deste grupo de países podem citar-se os exemplos de Tanzânia, Malawi, Quênia, entre outros, como os mais representativos. Um terceiro grupo de países, muito pequeno, que se pode considerar subgrupo do segundo em termos de filosofia nacionalista, mas mais progressista que aquele, adoptou uma outra postura mais próxima da realidade africana. Estes países adoptaram mais do que uma língua africana além da língua da antiga potência colonial. Deste grupo fazem parte a Zâmbia, o Zimbabwe e mais tarde veio juntar-se a África do Sul que apareceu como um dos países mais progressistas do mundo do ponto de vista de política linguística ao apresentar onze línguas oficiais».⁴³

Embora esse autor aponte Angola, é preciso esclarecer que isso foi observado não durante a política linguística do Presidente Neto que, como se viu, defendia uma política clara para o desenvolvimento das línguas nacionais em Angola, mas sim durante a política linguística que se veio a observar após a sua morte, no vasto período de governação do presidente Eduardo dos Santos (1979-2017).

A política cultural e linguística do país em Eduardo dos Santos e em João Manuel Gonçalves Lourenço

Em relação à política cultural e linguística durante o longo período de governação do Presidente Eduardo dos Santos, este conseguiu durante muito tempo e pode-se dizer até 2008, guardar a política dimanada por Neto, embora não absorvesse totalmente os princípios fundamentais dessa política. É só lembrar que a política levada a cabo por Agostinho Neto tendente à construção do Socialismo em Angola assustava tudo e todos e logo foi abandonado, conjuntamente com a figura incómoda que marcava essa construção a questão do Homem Novo. Apesar disso, foi só a partir de 2008 que a política de Neto foi definitivamente afastada, sendo isso visível através da publicação da nova *Constituição* de 2010, em que a terminologia Línguas Nacionais foi substituída por «Línguas de Angola de origem africana». Esta mudança de posicionamento político tem uma história curiosa cujos elementos não cabem neste artigo.

Olhando para a política cultural, e, obviamente linguística actual não se sabe muito bem se estrategicamente o sector se satisfaz com o que existe escrito, vindo do presidente Eduardo dos Santos, praticamente fora de uso, e, por outro lado, pode-se verificar que a área da Cultura tornou-se absolutamente refém de outras áreas, antes do Ambiente e agora do Turismo. Tenho para mim que enquanto a Cultura não for vista como a área fundamental para o desenvolvimento social e humano do país,

⁴³ Cf. Fishman [1968, *apud* Ngunga 1978: 89]. O sublinhado a *bold* é meu, V.C.

enquanto as populações e comunidades que produzem e reproduzem quotidianamente a cultura não forem tidas em consideração nem entendidas, o declínio das línguas nacionais acentuar-se-á certamente, persistindo, sem dúvida como o espírito pobre do sistema. Para que haja política cultural e linguística no país é necessário que a legislação cumpra prazos e se renove em períodos escalonados e que as populações e comunidades se revejam nela. Está mais que provado que as populações em geral e, em particular, a juventude universitária, os estudiosos e investigadores, estão em completo desacordo com o que se inscreve no Artigo 19.º (Línguas) da *Constituição* de 2010. Essa *Constituição* que, pelo que vou ouvindo, tem muitíssimos outros articulados que constituem desacordos a inúmeros níveis da opinião geral, encontra nesse articulado o principal pomo da discórdia e que pede correcção urgente.

Deste modo, agindo no desnorte tal como até aqui se observou, é nosso entendimento que o desenvolvimento do país estará definitivamente adiado, uma vez que, acredito piamente, ele será para sempre inviabilizado se for pensado sem a inclusão do pensamento das populações, de suas comunidades e respectivas línguas e sistemas de pensamento. Um conhecido e esclarecido antropólogo, Claude Lévi-Strauss, ao estabelecer com extraordinária clareza um fio condutor entre a língua e a cultura, escreveu um dia o que se segue:

- A língua é produto da cultura, dado que o seu uso reflecte as características gerais de uma sociedade, adap-

ta-se a ela e com ela evolui (cf., por exemplo, a criação de neologismos);

- A língua é parte integrante da cultura, a par das instituições, das crenças, dos costumes, perspectivando-se como instrumento, mas também como instituição e como produto social;
- A língua é a condição da cultura, já que é graças a ela que a cultura se transmite, preferencialmente, através da educação, que ajuda, por exemplo, a caracterizar, equilibrar e desfazer atitudes preconceituosas e representações estereotipadas.⁴⁴

Referências bibliográficas

AGUESSY, Honorat *et al.*

1981: *L'affirmation de l'identité culturelle et la formation de la conscience nationale dans l'Afrique contemporaine*, Paris: Unesco [«Introduction à la culture africaine»; 5].

ALMEIDA, António de

1994: *Os Bosquímanos de Angola*, Apresentação de J. A. Cruz e Silva, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

1965: *Bushmen and other Non-Bantu peoples of Angola. Three lectures*, Johannesburg: Witwatersrand University Press for The Institute for the Study of Man in Africa.

ALMEIDA, Maria Emília de Castro e

1960: *Breves considerações sobre duas versões de um mito bosquímano*, Lisboa, Separata de Garcia de Orta. Revista da Junta de Investigações do Ultramar, volume 8, n.º 3, pp. 535-542.

⁴⁴ Cf. Lévi-Strauss [1958, 1974].

1961: *O fabrico do fogo entre os Bosquímanos de Angola*. Lisboa, Separata de Garcia de Orta. Revista da Junta de Investigações do Ultramar, volume 9, n.º 4, pp. 657-665.

ALTUNA, Padre Raul Ruiz de Asúa

1985: *Cultura tradicional Banto*, Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral.

BREZINGER, Mathias & Herman BATIBO

2010: «Afrique subsaharienne», in: Christopher Moseley (dir.) *Atlas des langues en danger dans le monde*, Paris: Éditions Unesco, pp. 21-27.

CALHOUN, Craig (coord.)

1994: *Social theory and the politics of identity*, Oxford: Blackwell.

CARDOSO, Carlos Lopes (dir.)

1962-1963, *Carta Étnica de Angola. Esboço*, Luanda: Divisão de Etnologia e Etnografia do IICA – Instituto de Investigação Científica de Angola [stencilado]

CASTELLS, Manuel

2007: *O poder da identidade. A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*, volume II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CLARK, J. Desmond

1968: *Further paleo-anthropological studies in Northern Lunda*, Lisboa: Diamang — Companhia de Diamantes de Angola [«Publicações Culturais do Museu do Dundo»; 78].

1966: *The distribution of prehistoric cultures in Angola*, Lisboa: Diamang — Companhia de Diamantes de Angola [«Publicações Culturais do Museu do Dundo»; 73].

1963: *Prehistoric cultures of Northeast Angola and their significance in Tropical Africa*, Lisboa: Diamang — Companhia

de Diamantes de Angola [«Publicações Culturais do Museu do Dundo»; 62].

COELHO, Virgílio

2023: «O lugar da cultura no pensamento político de Agostinho», in: David Capelengela (org.) *Agostinho Neto: Contextos, reencontros, olhares e sensações*, Luanda: União dos Escritores Angolanos, pp. 123-142.

2023: «A dimensão histórica, política e cultural no pensamento do Dr. António Agostinho Neto no processo de independência de Angola», *Memorial. Investigação, Arte e Cultura. Revista Semestral do MAAN – Memorial Dr. António Agostinho Neto* (Luanda), Ano II, n.º 3, pp. 46-55.

2022: «A problemática das Línguas Nacionais em Angola: em busca de um estatuto», *Cultura. Jornal Angolano de Artes e Letras* (Luanda), Ano VIII, n.º 235, Quarta-feira, 26 de Outubro de 2022, pp. 20-30.

2015: «Diversidade étnica, etnicidade e processos de integração nacional na República de Angola», *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais* (Luanda), volume V, n.º 10, pp. 395-426.

2015: «A classificação etnográfica dos povos de Angola (1.ª parte)», *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais* (Luanda), volume V, n.º 9, Maio, pp. 203-220.

2015: «A classificação etnográfica dos povos de Angola durante o período colonial», *Lucere. Revista Académica da UCAN – Universidade Católica de Angola* (Luanda), Dezembro, pp. 191-204.

2014: «Tradições orais e textos orais em Angola. Algumas notas para um estudo sistemático», *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais* (Luanda), volume IV, n.º 7, Maio, pp. 371-418.

2010: *Os Túmúndòngò, os «génios» da natureza e o Kílàmbà. Estudos sobre a sociedade e a cultura kimbùndù*, Luanda: Editorial Kilombelombe [«Ciências humanas e sociais: série Sociologia e Antropologia»; 5].

2010: «*Em busca de Kábàsà!...*» *Estudos e reflexões sobre o «Reino» do Ndòngò. Contribuições para a História de Angola*, Luanda: Editorial Kilombelombe [«Ciências Humanas e Sociais: Série História de Angola»; 5].

CONSTITUIÇÃO

2010: *Constituição da República de Angola*, Luanda: Imprensa Nacional de Angola.

DIAS, Jorge

1964: *Estruturas sócio-económicas de Angola*, Lisboa: Separata de Angola. Curso de extensão universitária. Ano lectivo de 1963-1964.

DINIZ, de Oliveira Ferreira

1918: *Populações indígenas de Angola*, Coimbra: Imprensa da Universidade.

1915: *Etnografia dos povos de Angola*, Luanda: Secretaria dos Negócios Indígenas do Governo Geral da Província de Angola.

ERVEDOSA, Carlos

1980: *Arqueologia angolana*, Luanda: Ministério da Educação da República Popular de Angola.

ESTERMANN, Padre Carlos

1958: *A investigação etnográfica em Angola, no passado, no presente e vantagens da sua intensificação*, Sá da Bandeira: Serviços culturais da Câmara Municipal de Sá da Bandeira [Conferência proferida nos Paços do Concelho do Lubango, em Sá da Bandeira]
1956: *Etnografia do Sudoeste de Angola:*

Os povos não-bantos e o grupo étnico dos Ambós, volume I, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar [«Memórias. Série antropológica e etnológica; IV»].

1951b: «Os Vatwa», *Mensário Administrativo* (Luanda), n.º 49-50, Setembro-Outubro, pp. 51-54.

1951a: «O problema de diferenciação étnica em Angola», *O Apostolado* (Luanda), n.º 820, 27 de Outubro; ver, igualmente, *Mensário Administrativo* (Luanda), n.º 43-44, Março-Abril, pp. 11-14 [adaptação de uma palestra radiofónica]

FISHMAN, J.

1968: *Language policy in developing nations*, New York: Wiley.

GREENBERG, Joseph H.

1963: «The languages of Africa, Part II», *The International Journal of American Linguistics* (Bloomington), vol. 29, n.º 1, pp viii-177.

GUERREIRO, Manuel Viegas

1960: *Ovawkankala (Bochimanes) e Ovawkanyama (Bantos): aspectos do seu convívio*, Lisboa: Separata de Garcia de Orta, Revista da Junta de Investigações do Ultramar, pp. 529-534.

1968, *Bochimanes !Khũ de Angola. Estudo etnográfico*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola; Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

GUTHRIE, Malcolm

1967: *The classification of the Bantu Languages*, Londres: International African Institute; Dawsons of Pall Mall.

HUTH, K.

1994: «Language policy in Angola: results and problems», in: *Language ecology in Africa* (Part II), *Logos*, n.º 14, pp. 76-89.

INSTITUTO de Línguas Nacionais
1985: *Esboço fonológico. Alfabeto: Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Umbundu, Mbunda, Oxikwanyama*, Luanda: Instituto de Línguas Nacionais [mimeografado].

JUNYENT, M. Carme

2009: «A perda da diversidade linguística no mundo e os processos de homogeneização linguística», in: Henrique Monteagudo (coord.) *Sociedades plurilingües: da identidade à diversidade*, Santiago de Compostela: Conselho da Cultura Galega, pp. 19-36.

1998: *L'expansion Bantú*. Madrid, AEA – Asociación Española de Africanistas [«Cadernos monográficos»; 3].

KAJIBANGA, Víctor

2003: «Sociedades étnicas e espaços socioculturais», in: *Angola. Etnias e Nação. Comunicações do colóquio científico: Angola – 25 anos de Independência: Balanço e perspectivas (Novembro 2000)*, Moscovo: Embaixada da República de Angola na Federação da Rússia; Instituto África da Academia de Ciências da Rússia; Casa Editorial Lean, pp. 127-133.

KUKANDA, Vatomene

2019: «Línguas Nacionais», in *Reflexões sobre Línguas Nacionais*, Luanda, Documento de trabalho [policopiado].

1992: «As línguas nacionais no contexto linguístico angolano», in: A. Ferro-nha et al. *Atlas da língua portuguesa na história e no mundo*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

LÉVI-STRAUSS, Claude

1974 [1958]: *Antropologia estrutural*. Tradução de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires; revisão de Júlio Cezar Melatti, Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro [«Biblioteca Tempo Brasileiro»; 7].

LIMA, Augusto Guilherme de Mesquitela s.d. [1970?]: *Carta étnica de Angola (esboço)*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, n.p. [stencilado].

1964: «Esboço de distribuição étnica de Angola», in: *Focus. Enciclopédia Internacional*, volume I, Lisboa: Livraria Sá da Costa, Editora, pp. 188-189.

LUSAKALALU, Pedro

2005: *Línguas e unidades glossonímicas. Contribuição para um estudo da diversidade linguística de Angola e Namíbia*, Luanda: Editorial Nzila [«Ensaio: Língua e cultura»; 17].

MALAN, J. S.

1999: *Peoples of Namibia*, Prefácio de J. E. Saayman, Pretoria: Rhino Publishers.

MARIA, Pedro de Castro

2015: *Minorias étnicas em Angola. O caso dos San*, Luanda: Edições JZM.

2014: «A comunidade San: Uma minoria étnica em Angola», *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais* (Luanda), volume IV, n.º 7, Maio, pp. 241-267.

MOSELEY, Christopher (dir.)

2010: *Atlas des langues en danger dans le monde*, Préface d'Irina Bokova; cartographie par Alexandre Nicolas, Paris: Éditions Unesco, second édition.

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

1978: *Orientações fundamentais para o desenvolvimento económico-social da República Popular de Angola no período de 1978-1980*, Luanda: Imprensa Nacional de Angola.

1976: *Documentos da 3.ª Reunião plenária do Comité Central do MPLA*, de 23 a 29 de Outubro de 1976, Luanda:

Edição do Bureau Político do Comité Central do MPLA.

MPLA – PARTIDO DO TRABALHO

1985: *Documentos da 1.ª Conferência Nacional do MPLA – Partido do Trabalho*, Luanda: Edição da Secretaria do Comité Central; Makutanga, UEE.

1981: *Orientações fundamentais para o desenvolvimento económico-social no período de 1981-1985*, I Congresso extraordinário do MPLA – Partido do Trabalho, 17-23 de Dezembro de 1980, Luanda: Edição do Secretariado do Comité Central; Imprensa Nacional.

1980: *Histórico sobre a criação dos alfabetos em línguas nacionais*, Luanda: INALD – Instituto Nacional do Livro e do Disco.

NETO, António Agostinho

2003: *Sobre a Cultura Nacional*, Luanda: Direcção Provincial de Luanda da Cultura.

1988: *Sobre Poesia Angolana*, Luanda: União dos Escritores Angolanos [«Cadernos Lavra & Oficina»; 79].

1985: *Sobre a Libertação Nacional*, Luanda: União dos Escritores Angolanos [«Cadernos Lavra & Oficina»; 51].

1980: *Ainda o meu sonho (Discursos sobre Cultura Nacional)*, Luanda: União dos Escritores Angolanos [«Estudos»].

1977: *Sobre Literatura*, Luanda: União dos Escritores Angolanos [«Cadernos Lavra & Oficina»; 5].

1974: *Quem é o inimigo? Qual é o nosso objectivo?*, Lisboa: Edições Maria da Fonte [«Libertação Nacional»; 1].

NGALASSO, Mwatha Musanji

1987: «As línguas nacionais na educação nacional», *Présence Africaine* (Paris), n.º 142, 2.º semestre, pp. 119-129.

NGUNGA, Armindo

2021: «Os desafios da investigação linguística em África: o caso de Moçambique», *África* (São Paulo), n.º 42, pp. 86-108.

OBENGA, Théophile

1985: *Le Bantu. Langues – Peuples – Civilisations*, Paris-Dakar: *Présence Africaine*.

OLDEROGGE, D.

2011: «Migrações e diferenciações étnicas e linguísticas, in: J. Ki-Zerbo (ed.), *História Geral da África. Metodologia e pré-história da África*, Volume I, S. Paulo: Editora Cortez; Brasília: Unesco, pp. 295-316.

PACAVIRA, Manuel Pedro

1974: *Nzinga Mbandi*, Luanda: Actualidade Editora.

PEDRO, Domingos

2018: «Línguas nacionais não têm estatuto próprio», Entrevista dada a César Esteves, em 21 de Fevereiro de 2018 http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/linguas_nacionais_nao_tem_estatuto_proprio

2014: «Estão as línguas nacionais em perigo?», in: Cristine Severo, Bento Sitoe & Pedro *Estão as línguas nacionais em perigo?*, Lisboa: Escolar Editora, pp. 77-88.

PHILLIPSON, D. W.

1980: «L'expansion bantoue en Afrique Orientale et méridionale: les témoignages de l'archéologie et de la linguistique», in: Luc Bouquiaux, *L'expansion bantoue. Actes du Colloque International du CNRS*, Viviers (France), 4-16 Avril 1977. Paris, SELAF, pp. 649-679.

1977: *The later prehistory of Eastern*

and Southern Africa, Londres: Heinemann Educational Books Ltd.

POLÍTICA Cultural de Angola
2011: «Decreto Presidencial n.º 15/11, in *Diário da República*, I Série, n.º 6, Terça-feira, 11 de Janeiro de 2011, pp. 145-156.

QUIPUNGO,
1987: *Teologia e cultura Africana no contexto sócio-político de Angola*, S. Paulo: Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo do Campo.

REDINHA, José
1975: *Etnias e culturas de Angola*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola e Banco de Angola.

1962: *Distribuição étnica de Angola. Introdução, registo étnico e mapa*, Luanda: CITA – Centro de Informação e Turismo de Angola [Separata do Mensário Administrativo, impresso nas oficinas da Imprensa Nacional de Angola, em 30 de Março de 1962].

1958: *Etnossociologia do Nordeste de Angola*, Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.

1955: «Os povos de Angola e as suas culturas», in: *Colecção etnográfica*, Luanda: Museu de Angola [«Publicações culturais do Museu de Angola»].

REGO, A. da Silva & Eduardo dos SANTOS

1964: *Atlas missionário português*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Abstract

With this communication, presented at the *Colloquium on the Languages of Angola, Identity, and Sovereignty, which took place in Luanda on the 24th of May 2023, at the Dr. António Agostinho Neto Memorial (MAAN) and promoted by this important institution, we wanted to highlight and bring to public discussion the issue concerning the place and role of languages and culture in Angola throughout its history. It was noted that during the colonial period, the socio-linguistic and cultural communities of Angola were practically forgotten by the entities responsible for colonial policy; the few known studies about these communities resulted from research carried out by some missionaries, some of them related to the Catholic Church. It was only from the 1960s to 1970s, with the emergence of the Angolan Institute of Cultural Research (IICA), that some valuable work began to appear on the culture of the Angolan people, which was conducted to promote knowledge about these communities in order to better understand them.

The issue of the linguistic situation in Angola through different stages of its history, the question of the origins of different communities and their languages, especially of Bantu origins, are the backdrop of this article, which is based on the multiple existing documentation and writings that have made it possible to observe the antiquity of these languages in Angolan territory. It culminates in our presentation with an analysis of Angola's cultural and linguistic policy during

the three presidential terms that took place in the country. Regarding Angola's language policy, the conclusion reached today is that despite the important tasks projected and carried out during the first president's mandate, the systematic study (concerning the writing system and description) of the languages spoken by the main socio-cultural communities of the country (Kikongo, Kimbundu, Umbundu, Cokwe, Ngangela, and Oshivambo) only began after the death of the first president.

Dr. António Agostinho Neto, it was possible to observe that in the subsequent governments, this task gradually began to be abandoned until it withered and died.

Keywords: Languages and communities of Angola, linguistic anthropology, cultural identity and diversity, traditional societies, language policy of Angola, national languages, San and Vatwa communities, Bantu communities, ecological zones of Angola, Bantu migration and expansion in Angola.

BIO-BIBLIOGRAFIA

Virgílio Coelho

Antropólogo, é diplomado pela École Pratique des Hautes Études (EPHE), Université de Paris – Sorbonne (França), tendo submetido o trabalho intitulado *La place des jumeaux dans le système religieux des Ndongo (Ambundu)*, Angola (Paris, EPHE, 1987, 524 pp.), onde também efectuou estudos doutorais em Antropologia Social e Cultura. Concluiu o mestrado: *Diplôme*

d'Études Approfondis (DEA), na especialidade de «Anthropologie comparée des Religions d'Afrique, d'Orient et d'Extreme Orient». Efectuou estudos especializados em História de África no Centre des Recherches Africaines (CRA) da Universidade de Paris I e na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). é doutorando em Ciências Sociais, na especialidade de Antropologia Social, pela Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Agostinho Neto (UAN). Investigador do Centro Avançado de Estudos Africanos (CAEA) e Professor Auxiliar da cadeira de Antropologia do Departamento de Antropologia da FCS-UAN. É membro fundador da Academia Angolana de Letras (AAL), Associação de Antropólogos e Sociólogos de Angola (AASA), membro correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, da União dos Escritores Angolanos (UEA) e membro fundador da União Nacional dos Artistas Plásticos (UNAP). Publicou cerca de 100 artigos em revistas de especialidade, em livros colectivos, em jornais e publicou dois livros: «Em busca de Kábàsà!...» Estudos e reflexões sobre o «Reino» do Ndòngò (Luanda, Kilombelombe, 2010, 470 pp.) e *Os Túmúndòngò, os «génios» da natureza e o Kílàmbà*. Estudos sobre a sociedade e a cultura kimbundù (Luanda, Kilombelombe, 2010, 420 pp.). Com estas obras, foi galardoado em 2010, com o Prémio Nacional de Cultura e Artes. Foi condecorado em 2023 com a Ordem de Mérito Civil. Foi Delegado Provincial da Cultura de Luanda e vice-ministro da Cultura (2002-2008) do Governo de Angola.

Email: virgiliocoelho@hotmail.com

Entrevista



Paulo de Carvalho

Entrevista do Presidente da AAL ao jornal O PAÍS

“O sistema de educação
não fomenta o gosto
pela leitura”

Professor catedrático da Universidade Agostinho Neto, o sociólogo Paulo de Carvalho é o Presidente da Academia Angolana de Letras, um selecto grupo de personalidades ligadas ao mundo das Letras, formado há sete anos. Nesta entrevista a O PAÍS, fala sobre os objectivos da organização e os desafios que tem enfrentado na sua liderança.

Entrevista de: Dani Costa

Fotografia: Pedro Nicodemos

Fonte: *O País*, n.º 2816, 29 de Setembro de 2023, Luanda, pp. 24-27

1- Cerca de sete anos depois da sua criação, que balanço se pode fazer da Academia e os objectivos que estatutariamente diz perseguir, que são o ensino, estudo e incentivo da língua portuguesa e outras nacionais?

A Academia Angolana de Letras foi proclamada a 15 de Setembro de 2016. Já lá vão 7 anos, portanto. A primeira direcção foi comandada pelo escritor Boaventura Cardoso, também antigo Ministro da Cultura. Nós integramos a segunda direcção da AAL, cujo mandato se aproxima do final. Penso que o balanço é positivo, tendo em conta o facto de estarmos quase praticamente entregues à nossa sorte. Noutros países, as academias de letras são parceiros governamentais, devidamente acarinhados e com acção preponderante no que diz respeito à concepção de políticas públicas sociais, sobretudo culturais e educativas. Por cá, estamos longe de alcançar esse desiderato. Aliás, sete anos depois, nem ao menos conseguimos registar a Academia como instituição de utilidade pública.

2- Os angolanos, pelo menos aqueles bem informados, conhecem os objectivos perseguidos pela Academia de Letras? Qual tem sido, por exemplo, a participação dos académicos e estudantes de áreas como a educação, línguas, literaturas e afins?

Acredito que o angolano médio não saiba o que é a Academia de Letras. Talvez a confunda com a União dos Escritores (ou com as associações de escritores, pois ao contrário do que ocorre com as Academias de Letras, pode haver mais que uma associação

de escritores). Mas o angolano com formação média, no mínimo, tem a obrigação de saber o que é e para que serve uma Academia de Letras. Como é óbvio, temos difundido as nossas actividades, também nas faculdades e institutos médios, mas temos de assumir que é diminuto o interesse dos estudantes em aprender e em discutir de forma séria os problemas da nossa sociedade. E o sistema de ensino angolano não contribui para isso; muito pelo contrário.

"Acredito que o angolano médio não saiba o que é a Academia de Letras"

3- Angola não ratificou o Acordo Ortográfico, mas faz uso em demasia de livros grafados com o mesmo. Trata-se de uma questão comercial ou apenas política?

De facto, o Estado angolano não ratificou o acordo ortográfico da língua portuguesa de 1990. E nós, Academia Angolana de Letras, subscrevemos integralmente essa opção. Algumas pessoas estão contra nós, porque partem do princípio de que estamos contra o acordo e ponto final. Não é nada disso. A questão é muito simples: o acordo ortográfico simplesmente desconsidera a realidade dos países africanos onde se fala português. Do mesmo modo que acontece com o Brasil, onde as características da língua tupi guarani são consideradas no acordo, é preciso que o acordo contemple alguns elementos da grafia das nossas línguas africanas, de modo que o português se compatibilize com elas. Não é apenas um capricho,

é antes uma questão de soberania e de respeito pelas particularidades de cada país. Não devemos considerar apenas as particularidades do português falado no Brasil e em Portugal; é preciso, também, considerar as particularidades do português falado em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor Leste. Se existimos para uma provável ratificação do acordo, devemos antes de mais estar considerados nesse acordo, ser parte dele. O que não ocorre até agora. Quanto à utilização por cá, de livros produzidos no Brasil e em Portugal, não nos podemos pronunciar a respeito, pois trata-se de uma questão de Estado, sobre a qual não podemos ter qualquer influência. O máximo que podemos fazer é reclamar desse facto, bem como do facto de o software que utilizamos nos desconsiderar também.

4- Qual é a língua portuguesa que se fala em Angola, quando entre as razões apontadas para a ratificação estará, segundo alguns, a exclusão de algumas terminologias assentes do português dito angolano?

A língua portuguesa tem variantes, mesmo dentro de Portugal e dentro do Brasil. Cá em Angola, viajando de Norte a Sul, notamos também diferenças, mas mais na pronúncia que na escrita. Nós temos um português falado em Angola, com expressões que têm vindo a ser consideradas no vocabulário da língua, que é fixado no dicionário editado pela Academia das Ciências de Lisboa (Academia na qual existe uma área de Letras – foi assim que se fez a coisa em Portugal, ao contrário de Angola, onde existe mesmo uma Acade-

mia de Letras). Portanto, não se trata propriamente de vocábulos, a questão é mais séria, começando mesmo pelo alfabeto da língua portuguesa. Por que razão, por exemplo, não existe a letra K no alfabeto da língua portuguesa? Este é apenas um dos vários exemplos de desconsideração pela nossa realidade, que podemos citar.

5- O que pensa do facto de em alguns países da lusofonia – e talvez noutros onde existam angolanos e cidadãos de outros pontos do mundo que fala português – usarem de forma corrente expressões ‘angolanas’ e que já aparecem em dicionários do Brasil e de Portugal? Qual é a posição da Academia sobre o assunto?

Nós nada temos contra a inclusão desses vocábulos no dicionário da língua portuguesa. Até porque a língua portuguesa há muito deixou de ser apenas património de portugueses, ou de Portugal; faz parte também do património angolano. É isso que desejamos ver reflectido no acordo ortográfico dessa língua que, afinal, nos é comum. A língua é comum; é preciso que o acordo ortográfico dessa língua seja também comum.

6- Qual é a visão da Academia em relação aos manuais escolares em uso no país? A diversidade de livros, uns escritos em português não ratificado pelas autoridades angolanas, pode ou não atrapalhar o processo de formação?

Claro que atrapalha. Aliás, haver manuais com grafia não ratificada pelas autoridades angolanas é uma trapalhada de todo o tamanho – chamemos-lhe assim, para não sermos indelicados.

7- Como é possível haver no mercado a comercialização, até em demasia, mesmo para alunos do ensino primário, em escolas privadas, de manuais diferentes daqueles que são utilizados no ensino público?

É uma aberração. Denota o modo disfuncional como funciona o nosso sistema de educação. Mas isso até nem é o mais grave. Temo-nos perguntado amiúde se estamos a educar ou se estamos a deseducar as novas gerações.

8- Qual é a relação que a Academia tem ou que deveria ter com o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação?

Não existe qualquer relação com esse instituto. Que eu saiba, nunca fomos contactados pelo INIDE. Até nem sabemos se ainda existe. Se calhar existe e até tem feito algum trabalho digno, mas não temos conhecimento, nem existe qualquer relação da Academia de Letras com tal instituição.

9- Hoje, há muita publicação no campo da prosa, poesia e até mesmo de estudos científicos. Qual é a qualidade que estas obras apresentam? A Academia está satisfeita?

Obviamente que estamos satisfeitos com a publicação de livros e de revistas nas várias áreas do saber. Quanto à sua qualidade, não nos podemos pronunciar. De quando em quando, ainda se nota a publicação de livros sem o mínimo de qualidade e de rigor. Mas aí tudo depende das editoras e de quem compra esses livros. O que é preciso é garantir que livros sem o mínimo de qualidade literária ou acadé-

mica não sejam utilizados no sistema de educação formal, da base ao topo.

10- Há, claramente, muita gente a escrever e alguns destes autores – ou escritores, como se consideram – dão-se até ao luxo de exigir pronunciamentos como da própria União dos Escritores e de outras organizações. Tem lido estes novos escritores – ou autores? Que avaliação faz deles? Há algum que lhe merece destaque?

É muito difícil fazer a avaliação global que me pede. Se o fizesse, certamente incorreria em erro e não seria uma avaliação justa. Por outro lado, como percebe, não posso falar em nome da União dos Escritores (com a qual temos uma excelente relação de parceria), mas no que diz respeito à Academia de Letras, posso dizer que somos favoráveis à publicação de obras de qualquer tipo, desde que se respeitem as normas linguísticas em vigor no país e desde que as editoras mantenham o rigor que delas se exige. Depois, o mercado ditará aquilo que deve e o que não deve ser consumido.

11- Esta semana, curiosamente, o Prémio Sagrada Esperança não foi atribuído pela organização, por não encontrar qualidade num grupo de 28 candidatos. Há correntes que dizem que a Academia se deveria pronunciar sobre o assunto, até porque se trata de um prémio em homenagem ao seu patrono, António Agostinho Neto.

(Risos) Bem, pessoalmente, acho que a Academia não se pode pronunciar sobre o assunto, visto que ninguém em sua representação integrou

o júri. Não tivemos qualquer contacto com os trabalhos apresentados. O que posso dizer é que, se o júri considera não ter realmente havido qualquer obra merecedora do prémio, foi bom ele não ter sido atribuído. A questão a colocar é: por que razão os jovens candidatos a escritores não apresentaram os seus trabalhos à avaliação de escritores consagrados? Infelizmente, a nossa juventude está a agir dessa forma incorrecta, publicando sem se sujeitar antes à crítica. Eu também soube há dias que um orientando meu na faculdade publicou um livro, sem sequer ter pedido a minha opinião antes de o publicar. Está convencido que é autónomo, que não precisa de orientação. Não percebe que ainda hoje eu, que sou catedrático, ainda dou os meus trabalhos a colegas para se pronunciarem. Obviamente que vou deixar de o orientar. A imodéstia é inimiga da perfeição!

"Infelizmente, ainda temos em Angola faculdades e institutos não só sem detector de plágio, mas também onde se combate quem detecta plágio"

12- Há três anos, o escritor Lourenço Mussungu, num outro prémio, no caso António Jacinto, havia sido acusado de plágio. É um caso único ou ao longo dos anos de existência da Academia surgiram outros?

Plágios, na literatura e na música, são coisas que ocorrem há já bastante tempo. Em caso de plágio na literatura, a mancha fica para toda a vida do

(suposto) escritor. E plágio em literatura científica também existe, como é óbvio. Neste último caso, quando é detectado plágio em trabalhos conducentes a grau académico, a grau é retirado. Infelizmente, ainda temos em Angola faculdades e institutos não só sem detector de plágio, mas também onde se combate quem detecta plágio. A questão é que, tirando duas ou três excepções, não vejo até hoje interesse na detecção de plágio e ser retirado qualquer grau académico por plágio. Se eu decidisse, mandava fazer uma vistoria por amostragem, aos trabalhos de licenciatura, dissertações de mestrado e teses de doutoramento de Angola, para verificar o plágio e a qualidade desses trabalhos. Com consequências, claro. Por falar em plágio, sabe que existem "empresas" que fabricam trabalhos de licenciatura e dissertações? Há anos que toda a gente sabe da sua existência e ninguém faz nada contra essa fraude...

"Se eu decidisse, mandava fazer uma vistoria por amostragem, aos trabalhos de licenciatura, dissertações de mestrado e teses de doutoramento de Angola, para verificar o plágio e a qualidade desses trabalhos"

13- Em Angola, já existem 'best-sellers'?

Claro que sim. Poucos, mas temos. Temos alguns poucos escritores consagrados internacionalmente. Como

por cá se lê muito pouco e o sistema de educação não fomenta o gosto pela leitura, é difícil falar em *best sellers* cá dentro. Mas há uns poucos livros que esgotaram logo no dia do lançamento.

14- Qual é a relação existente entre a Academia de Letras e a União dos Escritores Angolanos?

É uma boa relação. Aliás, corrijo: é uma excelente relação. Uma vez que a grande maioria dos membros da Academia integra também a União dos Escritores, foi na sede desta associação que se realizaram todas as reuniões que antecederam a proclamação da Academia. E como a Academia Angolana de Letras não tem ainda uma sede, com sala de reuniões, muitas vezes recorremos aos préstimos da UEA para realização das nossas actividades. Temos deles recebido todo o apoio, que aqui agradecemos publicamente.

15- O que tem sido feito em prol das línguas nacionais? Ainda é possível reverter o estigma que em determinados meios mais ocidentalizados se observa em relação a quem fale uma delas?

Claro que é possível reverter. Até porque a estigmatização tem mais origem nas nossas próprias cabeças. Não se admite que não se ensine qualquer língua nacional no ensino primário. Na Academia, defendemos que se deveria ensinar ao menos uma língua nacional, por regiões.

16- Há muito que se falou da introdução dessas línguas no ensino, mas quase que não se observa, havendo alguns casos raros. A Academia tem algum estudo sobre isso?

Não temos qualquer estudo, nem é nossa vocação fazer estudos sobre a matéria. Para isso, precisávamos de recursos financeiros, de que não dispomos. A Academia emite pronunciamentos, emite declarações; e há já uma declaração sobre o assunto, na qual recomendamos que hoje, transcorridos 48 anos sobre a nossa independência política, devamos fazer aquilo que deveria sido feito na década de 1980: o acesso à instrução ser feito na língua materna de cada um, de modo que as crianças que não falam português deixem de ficar diminuídas no processo de aprendizagem da escrita. Por não se adoptar este princípio universal, muitos jovens angolanos vêm-se depois diminuídos no acesso ao mercado de trabalho.

17- Nas décadas de 70 e 80, era viável a presença do INALD na contribuição da literatura, com a tradução de obras de escritores africanos, alguns deles célebres e vencedores do Prémio Nobel da Literatura. Hoje vamos vendo um crescimento de livros sobre auto-ajuda vindo sobretudo do Ocidente e um desaparecimento até daqueles que nos são mais próximos fisicamente. Quer comentar?

Recorda-se dos bons tempos do INALD, com os nossos confrades Boaventura Cardoso, Dario de Melo, Octaviano Correia e outros. Sim, o INALD deixou a sua marca, do mesmo modo que a Faculdade de Ciências Sociais da UAN o fez em relação à tradução de Estudos Sociais de autores africanos. Temos de reverter o actual quadro desolador, que olvida nomes africanos. Os poucos recursos disponíveis devem ser direccionados para aquilo que

nos convém, em termos de literatura de qualidade.

18- O que falta para que a geração de 90 e a chamada Zen, a ligada às novas tecnologias conheçam e leiam mais sobre escritores africanos?

Em primeiro lugar, é preciso acabar com a ideia segundo a qual África está culturalmente distante de nós. É uma ideia errada, que nos foi inculcada pelo colonialismo e mantemos até hoje, que precisamos de abandonar. Depois, é preciso incrementar uma maior cooperação com os países africanos. O que se passa é que muitos de nós pensamos que podemos competir com países europeus, quando não conseguimos sequer competir com os nossos vizinhos, em praticamente nenhuma área. Por exemplo, como é possível falarmos em “metro”, quando não nos ocupámos ainda do “milímetro”? Temos de ser mais modestos e mais realistas se queremos progredir, se queremos realmente desenvolver o país.

19- Quais são as razões que contribuem para que se leia cada vez menos?

Pelo mundo, lê-se cada vez menos – as redes sociais vêm contribuindo para isso. Quanto a Angola, apesar das muitas chamadas de atenção, o sistema de educação contribui dramaticamente para o desgosto e a aversão à leitura. Temos pessoas que chegam ao ensino superior sem nunca ter lido um livro. O que foi, pois, que esses aprenderam, para além da arrogância e dos egos exacerbados? Praticamente nada. E temos jovens que abomi-

nam qualquer governação corrupta (e ainda bem que o fazem), mas em contrapartida são cabuladores, plagiadores e não se importam de pagar para aprovar na escola. Temos de perguntar: que futuro se prepara, sem leitura e sem ética?

20- Um dos integrantes da Academia, José Luís Mendonça, tem-se queixado da não implementação de um Plano Nacional de Leitura por parte das autoridades. Trata-se de um projecto a solo ou contou com o apoio da agremiação que dirige?

O confrade José Luís Mendonça, que infelizmente optou por abandonar a Academia de Letras (mas respeitamos a sua decisão, como é óbvio), tem toda a razão. Não é único a fazê-lo. Nós, enquanto Academia, também o temos feito com frequência, quer em pronunciamentos públicos, quer no decurso das nossas conferências. Temos um representante da Academia na comissão estatal que se ocupa da matéria. Ainda no mês passado perguntámos o que está a ser feito e a resposta continua a não nos satisfazer.

21- Temos visto e acompanhado os debates realizados pela Academia. Mas se sente sobretudo uma forte presença dos homens ligados às letras. Quem pode, afinal, ser membro da Academia de Letras e ganhar uma cadeira na organização?

Sim, nós temos estado presentes todas as semanas, com discussões à volta de temas ligados à Sociedade e à Literatura. Foi a covid que nos fez optar pelas conferências *online*, via Zoom – as já habituais *Conversas da*

Academia à Quinta-feira. Sim, temos tido a presença de pessoas ligadas às Letras, às Artes e à Ciência, angolanos e de outros países, académicos e não académicos. É claro que nem toda a gente pode integrar uma Academia de Letras. Ainda há dias abrimos concurso para admissão de novos membros, para cobrir as seis vagas de pessoas que nos deixaram e a quem vamos continuar a prestar homenagem. Está a decorrer o processo de avaliação, de modo que o assunto ainda não chegou à direcção, que se vai pronunciar e vai depois remeter as propostas à assembleia-geral. Para ser admitido na Academia, é preciso reunir pelo menos dois dos seguintes requisitos: ter obra publicada (livros), ter obra estudada em universidades e ter recebido prémios de mérito literário ou científico. Depois, é preciso obter o aval de pelo menos três membros da Academia, que devem subscrever a candidatura.

22- Luanda e o país, além da União dos Escritores e da própria Academia, tem outros 'cafés' de cultura para debates sobre a vida política, económica e social?

Saudamos o regresso da *Maka à Quarta-feira*, que a União dos Escritores voltou a promover. Esperamos que o faça (quase) todas as quartas-feiras, para termos assim ocupadas as quartas e as quintas-feiras. Não tenho conhecimento de quaisquer outros locais, além destes dois, com conversas e discussões periódicas. Não seria justo se não mencionasse aqui o Memorial António Agostinho Neto, onde também se realizam, de quando em quando, actividades de natureza cultural.

23- Disse que a Academia não está reconhecida como instituição de utilidade pública. O que falta?

O processo passou pelo Governo da província de Luanda, ainda ao tempo do governador Adriano Mendes de Carvalho. Seguiu depois para o Ministério da Justiça, onde se encontra encalhado desde então, já lá vão alguns anos. Dizem-nos que está suspenso o processo de reconhecimento de associações de utilidade pública, porque há muitas associações. A pergunta é: serão mesmo associações de utilidade pública? Se são, que se mantenham como tal. Se não são instituições de utilidade pública ou se não prestam contas, que se lhes retire esse estatuto. Mas que não se mate a iniciativa de real utilidade que uma Academia de Letras tem, em qualquer parte do mundo.

Por exemplo, temos o nosso primeiro livro pronto, à espera de publicação há mais de um ano, porque a entidade financiadora falhou. Temos prontos os dois primeiros números da nossa revista, que já deviam ter saído, mas estamos a depender de outros. Se tivéssemos recursos, já teríamos cá fora pelo menos três livros e os dois primeiros números da revista *Academia*. Pelo menos. E gostaríamos de ter começado já a trabalhar nas características e na norma do português falado em Angola...

24- Mas a Academia tem recebido algum apoio por parte do Estado angolano?

Sim, temos de ser justos. Ao tempo da Ministra da Cultura, Carolina Cerqueira, a Academia de Letras recebeu

algum apoio. Mais recentemente, com o Ministro Filipe Zau, temos recebido também algum apoio a partir do sector da Cultura, que aqui agradecemos. É o que nos tem permitido pagar a Zoom (cujo serviço não é tão barato assim), dentre outras actividades que temos realizado. Claro que não se trata do apoio que receberíamos se nos tivesse sido atribuído o estatuto de utilidade pública, como deveria, mas tem sido um grande auxílio. Uma vez que, com acima de 50 actividades ao longo de cada ano, seremos certamente a associação mais dinâmica dos últimos três anos, esperamos que o Estado nos contemple com o estatuto de utilidade pública. Acho que já fizemos por merecer esse estatuto.

Dossier



ACADEMIA ANGOLANA DE LETRAS

ACADÉMICOS, UNIDOS POR ANGOLA

ENCONTRO SOBRE LEI DO MECENATO: PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA E DAS ARTES

Termos de referência

**Centro de Imprensa Aníbal de Melo, em Luanda,
3 de Março de 2023**

ENCONTRO SOBRE LEI DO MECENATO: PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA E DAS ARTES

Introdução

Definido como apoio financeiro prestado por pessoa física ou jurídica a realizações artísticas e culturais; um patrocínio sem qualquer vínculo com objectivos publicitários, o **Mecenato** é uma ferramenta que pode estimular o financiamento cultural, fomentando, valorizando e promovendo dinâmicas culturais através de incentivos de natureza fiscal, que se traduzem na redução de impostos a quem contribua para o desenvolvimento cultural.

Geralmente, compete aos Estados assumir o dever da protecção, regulação e propagação do mecenato para fins de conscientização sócio-cultural, conduzindo os processos de valorização, preservação e protecção do património cultural, promoção e divulgação das obras e manifestações artístico-culturais, bem como a responsabilidade social inerente a estes movimentos.

Em 2012, foi criada em Angola a Lei do Mecenato (Lei n.º 8/12, de 18 de Janeiro), regulamentada em 2015 (Decreto Presidencial n.º 195/15, de 7 de Outubro) e alterada em alguns dos seus artigos (Decreto Presidencial n.º 53/19, de 18 de Fevereiro) com o propósito de clarificar os procedimentos relativos ao registo de mecenas, organização e funcionamento da Comissão de Avaliação, bem como os actos relativos ao mecanismo de isenções e benefícios fiscais.

Com a Lei, o Estado Angolano pretendeu estabelecer, fundamentalmente, um regime jurídico de incentivos de natureza fiscal na promoção do desenvolvimento dos sectores social,

cultural, desportivo, educacional, juvenil, tecnológico, bem como da saúde e da sociedade de informação.

Ficava, assim, deliberado os incentivos de natureza fiscal e apoios a serem concedidos pelo Estado, no âmbito do Mecenato, a todos aqueles que procedam a liberalidades visando fomentar, valorizar e promover o desenvolvimento em matéria

social, cultural, desportiva e juvenil, ou nos domínios da ciência e tecnologia, saúde, educação ou sociedade de informação.

Particularizando o fomento, valorização e promoção do desenvolvimento cultural, é essa a perspectiva que orienta a actividade de iniciativa da Academia Angolana de Letras (AAL).

1. Justificação (Pertinência do Encontro)

O presente *Encontro sobre Lei do mecenato: promoção e valorização da cultura e das artes* está inserido no Plano de Acção da Academia Angolana de Letras (AAL) para o ano de 2023, e visa promover uma discussão pública sobre a Lei do mecenato enquanto instrumento que estabelece o regime jurídico de incentivos de natureza fiscal na promoção do desenvolvimento das dinâmicas culturais e artísticas.

Dessa forma, a AAL procura responder a um dos seus compromissos estatutários, nomeadamente o de promover conferências sobre património cultural, nesse caso motivando a promoção e valorização cultural angolana.

Como já acima aludimos, pretende-se com o presente encontro estimular uma ampla discussão pública sobre o assunto, com intervenções de actores públicos e privados, não só para saber como estarão preparados, perante essa porta que se abriu, os potenciais beneficiários das liberalidades (criativos, produtores de festivais ou de eventos culturais, galerias, editoras, agentes privados detentores ou gestores de património cultural, etc.), assim

como apreciar o papel do Estado e os mecanismos que permitem, efectivamente, “produzir” mecenas entre as pessoas colectivas, públicas ou privadas, ao abrigo da Lei do Mecenato Cultural.

2. Problematização

Aquando da publicação do Decreto Presidencial n.º 53/19, que introduziu alterações ao Regulamento da Lei do Mecenato, muitos ciclos da sociedade apresentaram questionamentos, nomeadamente:

Por que razão, nas empresas, muitos incentivos a projectos culturais continuam centrados na efemeridade, que traduzem autopromoção do mecenas, como festivais musicais, em detrimento de projectos de maior apuro estético e técnico, como cinema, literatura, investigação, edição gráfica, etc.?

- a) *Quem deve fazer parte da Comissão de Avaliação, criada e nomeada pelos Titulares dos Departamentos Ministeriais responsáveis pelos respectivos sectores de actividade, a quem também compete apreciar, gerir e fiscalizar os projectos submetidos pelos potenciais beneficiários?*
- b) *Com a aprovação da presente Lei, quererá o Estado diminuir a sua responsabilidade sobre as políticas públicas referentes à promoção da consciencialização cultural e artística do País?*
- c) *Que mecanismos estarão a faltar para que, de facto e efectivamente, se sinta a existência de mecenas na concessão de bolsas de estudo e de criação artística, no patrocínio a criadores, no fomento à produção e divulgação cultural, científica, literária e artística no território nacional, na preservação, promoção e difusão do património artístico, cultural e histórico de Angola, no apoio a estudos e pesquisas na área artística, apoio a deslocações de caravanas artísticas culturais,*

- bem como de investigadores nas suas mobilidades (viagens) internas e externas, etc.?*
- d) Haverá alguma possibilidade/necessidade de se promover uma simplificação do processo administrativo de acesso ao regime de Mecenato Cultural, designadamente do ponto de vista da documentação exigida?*
 - e) Será fácil tornar-se mecenas Cultural, identificar e apoiar projectos artísticos e culturais elegíveis?*
 - f) Os criativos, produtores de festivais ou de eventos culturais, galerias, editoras, agentes privados detentores ou gestores de património cultural, estarão preparados para pedir o reconhecimento de interesse cultural das suas actividades e tornarem-se elegíveis para receber patrocínios ao abrigo da Lei do mecenato?*

3. Objectivos do Encontro

Com a realização do presente Encontro, a Academia Angolana de Letras pretende alcançar os seguintes objectivos:

- a) Promover discussão pública sobre a **LEI DO MECENATO** enquanto instrumento de promoção e valorização do património cultural, motivando a valorização da cultura angolana;*
- b) Posicionar a Academia Angolana de Letras (AAL), enquanto parceiro do Estado, em prol da promoção e defesa do património cultural angolano (alínea e) do Art. 5º dos Estatutos da AAL);*
- c) Estimular a compreensão do papel do mecenato na promoção e valorização da cultura e das artes;*
- d) Desafiar as empresas a adaptarem as suas estruturas, com o objectivo de garantir também que sejam beneficentes de incentivos fiscais;*

- e) *Promover discussão sobre o estatuto dos benefícios fiscais relativos ao mecenato cultural;*
- f) *Socializar sobre o conjunto de incentivos concedidos pelo Estado para estimular empresas a efectuarem patrocínio cultural.*

4. Participantes e temas

O Encontro contará com a participação dos membros fundadores e efectivos da Academia Angolana de Letras.

Numa sala que comporta até 50 pessoas, serão enviados convites a entidades singulares e colectivas, que poderão valorizar e enriquecer a discussão, além de se abrir a possibilidade da participação pública de cidadãos interessados.

No encontro, prevê-se a apresentação de quatro comunicações, designadamente:

✚ **Boaventura Cardoso** – membro fundador da AAL

✚ Tema: *Lei do mecenato: promoção e valorização da cultura e das artes*

✚ **Bruno Borges** – Coordenador adjunto do Grupo Técnico Empresarial Tema: *Fomento do mecenato à luz do código dos benefícios fiscais.*

✚ **Aguinaldo Cristóvão** – Jurista

Tema: *Lei do Mecenato: desafios para a implementação*

✚ **Esteves Cambundo Francisco de Oliveira** – Chefe do Departamento Técnico da Direcção dos Grandes Contribuintes da Administração Geral Tributária

Tema: *Benefícios Fiscais relativos ao Mecenato.*

Cada orador apresentará a sua comunicação em quinze (15) minutos.

5. Metodologia

Após o acto de abertura formal do evento, pelo presidente da AAL, o académico **Paulo de Carvalho**, o académico **Carmo Neto**, membro fundador da AAL, assumirá e dirigirá o encontro, administrando toda a sequência das comunicações e debates, mantendo a discussão dentro dos padrões definidos nos Termos de Referência.

No espaço máximo de uma (1) hora, seguir-se-ão as quatro comunicações. Cada uma das preleções terá a duração de 15 minutos, privilegiando-se posteriormente o debate de ideias, com perguntas e respostas por parte dos prelectores.

Ou seja, após as quatro comunicações, a plateia, constituída por público diversificado, entre convidados e interessados no assunto, terá direito a palavra para enriquecer o debate que se pretende público, franco, académico e construtivo.

Entretanto, cada interessado (plateia) deverá inscrever-se e aguardar que lhe seja dada a palavra.

Cada interveniente da plateia terá até dois minutos para expor a sua questão ou contribuição.

A sequência das respostas pelos oradores será conforme o coordenador do evento definir no momento.

6. Local, data e duração

O Encontro decorrerá na sala de Conferências do Centro de Imprensa Aníbal de Melo (CIAM), na cidade de Luanda, no dia **3 de Março de 2023**.

Prevê-se o início dos trabalhos às 09h20 e o termo às 13 horas.

7. Anexos

- Lei n.º 8/22, de 14 de Abril, **Código dos Benefícios Fiscais**

- Decreto Presidencial n.º 195/15: **Regulamento da Lei do Mecenato**. (Diário da República, Quarta-feira, 7 de Outubro de 2015, I Série - n.º 138);
- Decreto Presidencial n.º 53/19: **Aprova alteração de artigos do Decreto Presidencial n.º 195/15, de 7 de Outubro de 2015**. (Diário da República, Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019, I Série - n.º 22)



ACADEMIA ANGOLANA DE LETRAS

ENCONTRO SOBRE:

LEI DO MECENATO: PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA E DAS ARTES

PROGRAMA DO ENCONTRO

- **Dia:** 3 de Março de 2023, Sexta-feira.
- **Local:** Centro de Imprensa Aníbal de Melo, Luanda.
- **08H40:** Início da chegada dos convidados
- **09H20:** Início do Encontro
 - Intervenção de abertura, pelo Presidente da AAL, Académico **Paulo de Carvalho**;
 - **Sessão Cultural**, com Duo Kanhoto (Enquanto se compõe a mesa para as apresentações)
- **09H40:** Apresentação da mesa e dos convidados (Coordenador do Encontro, Académico Carmo Neto);
 - **Académico Boaventura Cardoso**: *Lei do mecenato: promoção e valorização da cultura e das artes* (15')
 - **Nuno Borges**: *Fomento do mecenato à luz do código dos benefícios fiscais*. (15')
 - **Aguinaldo Cristóvão**: *Lei do Mecenato: desafios para a implementação* (15')
 - **Esteves de Oliveira (pela AGT)**: *Benefícios Fiscais relativos ao Mecenato*. (15')
 - **Sessão Cultural**, com Duo Kanhoto
 - (Enquanto o protocolo recolhe pedidos de intervenção dos participantes)
 - *Debate* (50')
- **FINAL DO ENCONTRO**
 - *Momento para o Café*



ACADEMIA ANGOLANA DE LETRAS

ACADÉMICOS, UNIDOS POR ANGOLA

INTERVENÇÃO DE ABERTURA DO ENCONTRO SOBRE A LEI DO MECENATO, PROFERIDA PELO PRESIDENTE DA ACADEMIA ANGOLANA DE LETRAS, Prof. PAULO DE CARVALHO

– Luanda, 3.Março.2023 –

**Caras e caros Académicos,
Distintos convidados,**

Saudamos os confrades que marcam presença neste Encontro sobre a Lei do Mecenato, cuja importância para a nossa actividade de cariz social é ímpar.

Saudamos também aqueles convidados que tiveram a amabilidade de se deslocar ao Centro de Imprensa Aníbal de Melo para participar nos trabalhos deste Encontro, promovido pela Academia Angolana de Letras.

Quero destacar a presença dos representantes da União dos Escritores Angolanos (UEA), União Nacional de Artistas e Compositores (UNAC) e União Nacional de Artistas Plásticos (UNAP), bem como da Associação Chá de Caxinde e outras associações de natureza cultural e académica.

Ainda neste intróito, não posso deixar de estender os nossos agradecimentos à direcção do Centro de Imprensa Aníbal de Melo, pelo patrocínio a mais este evento da nossa Academia.

Caros Confrades, Distintos convidados,

A Lei do Mecenato foi aprovada pela Assembleia Nacional e publicada com o n.º 8/2012 e data de 18 de Janeiro desse ano (já lá vão 11 anos, portanto). Contrariamente ao que sucede com a maioria das leis, esta foi regulamentada, constando o regulamento do Decreto Presidencial n.º 195/2015, com data de 7 de Outubro. O prazo para regulamentação foi fixado pela Assembleia Nacional em quatro meses, mas isso ocorreu apenas 45 meses depois.

Isso significa que, a partir de 2016, temos condições para implementação em Angola da Lei do Mecenato.

A verdade, porém, é que isso não ocorre. Ou seja, tanto para acções de natureza cultural e desportiva, quanto para projectos de natureza científica, as associações e centros de investigação têm enorme dificuldade para conseguir apoios por parte de empresas privadas, devido à não aplicação desta lei, que (sublinhe-se) está em vigor.

De modo a abordarmos as causas dessa evidência, a Academia Angolana de Letras decidiu promover este Encontro, com a participação de académicos e de representantes de outras associações.

A Lei do Mecenato define o mecenas como a “pessoa colectiva que, de forma altruística e desinteressada, afecta economicamente bens, serviços ou fundos à realização de acções com vista a incentivar e contribuir para o desenvolvimento do sector cultural, desportivo, educacional, ambiental, científico, tecnológico, da saúde ou da sociedade da informação”.

As concessões (designadas por liberalidades) podem ser feitas em dinheiro, em espécie ou através de prestação de serviços e não obrigam a qualquer contrapartida, seja no domínio económico ou financeiro, incluindo a prestação de quaisquer serviços como contrapartida.

A Lei do Mecenato surgiu com o objectivo de criar o “regime jurídico dos incentivos fiscais e apoios do Estado a atribuir aos mecenas, visando fomentar, valorizar e promover o mecenato na

área social, cultural, desportiva, educacional, juvenil, tecnológica, de saúde e de informação”.

Como não podia deixar de ser, a lei estabelece benefícios fiscais para as entidades colectivas que concedam liberalidades destinadas a promover a acção cultural, desportiva, científica, ambiental, educacional ou de assistência sanitária.

O Estado obriga-se a conceder benefícios fiscais aos mecenas, como contrapartida da sua acção altruísta.

Estão nomeadamente previstas deduções fiscais em benefício dos mecenas, até um máximo de 40% do imposto industrial por si devido nesse ano civil.

Caros Académicos, Minhas Senhoras e meus Senhores,

Como acabámos de constatar, o Estado angolano criou as condições objectivas para que as empresas passem a financiar (dentre outras) a actividade cultural e científica.

É isso que ocorre em sistemas democráticos - as companhias e demais empresas contribuem para o progresso e o desenvolvimento do país, também através da promoção e do patrocínio às acções de natureza cultural, educativa e de assistência social. O nosso país não deve, pois, ser excepção a essa regra.

Por que razão, então, as nossas associações não conseguem patrocínios para a actividade cultural e a Academia de Letras e os centros de investigação têm dificuldade em conseguir que as empresas contribuam para o progresso de Angola, através do patrocínio ao debate académico e à investigação científica (desde que sejam de qualidade, obviamente)?

É para tentarmos responder a esta pergunta, que estamos aqui hoje reunidos.

A intenção da Academia Angolana de Letras, com o encontro que hoje promovemos, é discutir a respeito dos constrangimentos que têm conduzido à não aplicação da Lei do Mecenato.

Com esse fim, programámos a intervenção de um representante da Academia Angolana de Letras, o Académico Boaventura Cardoso, que foi o 1.º Presidente desta Academia e foi duas vezes Ministro da Cultura e, também, Ministro da Comunicação Social.

A segunda intervenção é de um representante da classe empresarial, o empresário Nuno Borges, da Associação dos Concessionários de Equipamentos de Transporte Rodoviário e Outros (ACETRO), que amavelmente aceitou ao nosso convite, apesar das obrigações antes programadas para a semana em curso.

Segue-se a intervenção do jurista Aginaldo Cristóvão, que por sinal é também escritor, e exerceu durante largos anos a função de Director do Gabinete Jurídico do Ministério da Cultura (o que significa que domina a matéria que vamos hoje abordar).

A quarta intervenção será do Sr. Esteves de Oliveira, em representação da Agência Geral Tributária (AGT), que é a entidade encarregue de velar pelo cumprimento das garantias e benefícios fiscais que devem ser atribuídos aos mecenas, a quem perguntamos: para quando o início da implementação da Lei do Mecenato?

Agradeço aos quatro, terem aceite o nosso convite para animarem a discussão a respeito desta matéria de grande importância para a vida cultural, desportiva, científica e cívica do nosso país.

Esperamos, no final, produzir um comunicado que condense aquilo que venha hoje a ser discutido.

Caros Académicos,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A terminar, renovo os agradecimentos à Sra Directora do Centro de Imprensa Aníbal de Melo, pelo apoio que nos dispensa.

Bem haja!

Quero também agradecer ao Secretário-geral da Academia Angolana de Letras, ter aceite a responsabilidade pela preparação,

organização e realização deste Encontro. Muito obrigado, pois, Académico António Quino, pelo seu empenho e dedicação à causa das Letras Angolanas.

Faço votos que o presente Encontro venha a constituir o marco de que necessitamos, na viragem que assinala o início do cumprimento da Lei do Mecenato, no nosso país.

Votos de bom trabalho.

Muito obrigado.





ACADEMIA ANGOLANA DE LETRAS

ACADÉMICOS, UNIDOS POR ANGOLA

LEI DO MECENATO: PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA E DAS ARTES

Por: Boaventura Cardoso

Por razões que mais adiante abordaremos, vamos centrar a nossa dissertação sobre o mecenato cultural.

Correspondendo às recomendações da UNESCO que em 1969 introduziu o conceito de “políticas culturais”, e às das subsequentes conferências, nomeadamente, a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais em África, em 1975, em Accra, a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, de 1982, no México e a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, de 1998, na Suécia, a República de Angola aprova, pelo Decreto Presidencial nº 15/11, de 11 de Janeiro, a sua Política Cultural.

Dito deste modo, pode pensar-se que antes daquela data, não tínhamos política cultural definida. Para conhecimento dos interessados em conhecer a história dos processos culturais angolanos sob o ângulo das ciências humanas e sociais, digamos que antes tínhamos sim um conjunto de orientações dispersas sobre a estratégia cultural conformadas nas recomendações dos

congressos do partido maioritário, nos simpósios sobre cultura nacional realizados, e inspiradas nos discursos do Presidente Agostinho Neto e na Carta Cultural de África.

Com efeito, de há muito Angola formulou os princípios da sua política cultural e mais tarde, com a entrada em vigor do multipartidarismo, definiu-a como de Democracia Cultural que toma em conta, dentre outros elementos, a realidade política e económica nacionais, bem como a crescente internacionalização da economia e a globalização. A nossa política cultural, entendida como o conjunto de iniciativas, tomadas pelo Estado, instituições públicas e privadas, agremiações sócio-profissionais, fundações, associações e organizações não governamentais, “visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do património histórico”, tem por objectivo levar a que o Homem Angolano confrontado com as exigências do progresso e do desenvolvimento continue a ser cioso das suas tradições, consciente da sua História e esteja imbuído da sua cultura ao mesmo tempo que seja apto no domínio da ciência e da técnica.

A nossa Política Cultural é, em termos ideológicos, claramente de democratização cultural porquanto visa criar as condições de acesso à produção e fruição culturais de todos sem qualquer tipo de discriminação.

Mas não basta definir políticas, há que implementá-las submetendo-as ao crivo da experimentação e da crítica. Qualquer política que seja só se revitaliza se souber “acolher e favorecer a novidade (como facto) e a inovação (como capacidade ou processo)”.

Hoje é universalmente aceite que a cultura é transversal a qualquer política de desenvolvimento. Toda a política económica tem sempre uma vertente cultural, a sua dimensão cultural. De outro modo, uma estratégia de desenvolvimento que não considere a cultura como elemento central equivale à marginalização do homem em si, e, por isso, condenada à falência. Aqui

entendemos que o desenvolvimento só tem sentido quando é endógeno, centrado no homem, integral, interdisciplinar e multidimensional.

Se, por um lado, ao Estado incumbe a responsabilidade do financiamento ao desenvolvimento cultural, por outro, a intervenção do Estado no Sector da Cultura deverá pressupor um sistema que estimule e promova a participação da sociedade civil, nomeadamente de agentes, criadores e promotores culturais, de empresas e associações do ramo. O financiamento à cultura exige a criação de um quadro jurídico.

No domínio estritamente cultural, objecto aqui da nossa atenção particular, importa dizer que ao Estado cabe criar as condições para que os agentes e promotores culturais exerçam satisfatoriamente as suas actividades, não lhe cabendo fazer cultura. Dito de outro modo, não cabe ao Estado produzir cultura, mas sim criar as melhores condições para que a cultura aconteça.

Esse postulado, aparentemente inócuo, remete-nos para uma questão ainda hoje polémica em meios académicos que tem a ver com o financiamento do Estado à Cultura ou a sua intervenção na esfera cultural. Somos pela intervenção equilibrada e ponderada do Estado na Cultura porquanto há domínios em que, pela sua especificidade, a intervenção do Estado é absolutamente indispensável. Citamos como exemplo os do Livro, do Cinema e do Património; outros, como por exemplo, o da produção e a realização de Espectáculos ou da montagem de Exposições em que, nos dias de hoje, é desaconselhável que o Estado assuma responsabilidades mas sim os mais diversos agentes e promotores culturais. De qualquer modo, consideramos que o Estado, formulando políticas públicas de cultura, acaba por, estabelecendo sinergias com as instituições e actores culturais, favorecer o estímulo à criação e fruição culturais.

Olhando para a nossa realidade concreta, parece-nos ser imprescindível o financiamento do Estado à Cultura para que um dia possamos desfrutar de elevados padrões de qualidade

estética e artística, em termos de produção, consumo e refinados gostos.

Em 2004 tínhamos a ideia de uma lei do Mecenato Cultural, conceito que acabou por ser retomado pelo diploma que aprovou a Política Cultural. A ideia de mecenato cultural remonta, aliás, à época histórica de Roma antiga, no império de Augusto César, e reenvia-nos a Caio Mecenas, que passou à história como o “protector das artes”. Entretanto, o debate sobre o assunto alargou-se e chegou-se à conclusão de que o conceito de mecenato deveria ser muito mais abrangente, como, aliás, já se verifica em determinados países.

Do preâmbulo da Lei n.º 8/12, de 18 de Janeiro, Lei do Mecenato, se deduz, sem margem para dúvidas, que o Estado Angolano assume a responsabilidade de criar as condições para o desenvolvimento dos sectores sociais, culturais, desportivos e juvenis, nos domínios da ciência e tecnologia, da saúde, da educação, bem como no sector da sociedade de informação. O Estado Angolano afirma-se, deste modo, como solidário e responsável pelo incremento de uma política social que visa promover o desenvolvimento humano e bem estar que se traduz em inclusão económica e social.

Da simples leitura do preâmbulo da lei em referência também se pode concluir que o mecenato é uma actividade de mecenas e não do Estado. A Lei do Mecenato visa objectivamente criar incentivos de natureza fiscal a todos aqueles que desenvolvam actividades nos sectores já referidos.

Aprovada há já dez anos, a Lei do Mecenato carece no entanto de alguns pequenos ajustes. Por exemplo, no domínio específico da cultura, do artigo 14.º deveria constar, explicitamente, o apoio a projectos de investigação e pesquisa de carácter científico, como vem plasmado no artigo 16, na parte atinente ao mecenato de investigação científica.

Ainda no artigo 14.º da Lei em análise, na alínea a), deveria mencionar-se as bolsas de criação literária para além das de criação artística, por um lado, e, por outro, a outorga de prémios também aos investigadores.

Estamos plenamente convictos de que a pesquisa nas diferentes vertentes da Cultura insere-se no panorama das Ciências Sociais e Humanas que pela própria natureza dos fenómenos sociais apontam para a interdisciplinaridade de qualquer estudo que seja realizado.

A implementação da Lei do Mecenato é aguardada por todos os sectores concernentes. Quanto ao mecenato cultural, a expectativa é, consideravelmente, grande. Para compreendermos e aceitarmos essa expectativa, impõe-se recordar que, por razões históricas e conjunturais em que a guerra que avassalou o país avulta como factor determinante, não havia condições para o Estado prestar o apoio necessário ao Sector da Cultura. Embora considerado sempre um Sector estratégico, as verbas atribuídas nunca foram suficientes para o desenvolvimento cabal da Cultura e das Artes. Era absolutamente indispensável priorizar sectores como a Educação e a Saúde e canalizar verbas consideráveis para o inadiável esforço da guerra em defesa da integridade territorial e da soberania nacional.

Hoje, ultrapassado que foi a crise económica e financeira de 2014 a situação está a melhorar com o Sector Social a assumir níveis históricos de orçamentação. É hora, pois, de tirar os agentes e promotores de actividades culturais e artísticas da indigência e ticanhez em que muitos gravitam desde há anos. Para tal, o financiamento à cultura por via de apoios mecenáticos é a melhor solução não só para apoiar os agentes culturais nacionais como desobrigar o Estado de mobilizar directamente verbas para apoiar aqueles agentes e promotores da Cultura e das Artes.

Esta parece-nos ser a linha de actuação mais consentânea com a conjuntura actual da nossa sociedade em que o Estado-providência deixou de existir com a implantação da democracia e da economia de mercado. Essa mudança de paradigma da nossa sociedade trouxe como novidade uma nova e prospectiva abordagem dos sectores sociais, anteriormente designados sectores não produtivos. Tais sectores, temos de reconhecer, podem criar empregos e riqueza e contribuir bastante para a inclusão económica e social.

Vivemos num mundo cada vez mais interdependente e globalizado e, por isso, a incitar a constante revisão e actualização de estratégias. A Lei do Mecenato configura, pois, uma estratégia oportuna e actual para todos os sectores concernentes.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Luanda, 3 de Março de 2023.-





LEI DO MECENATO

Promoção e Valorização da Cultura e das Artes

TEMA:

Fomento do Mecenato à Luz do Código de Benefícios Fiscais

N **Por: Nuno Borges - GTE**



Mecenato e Motivação dos Mecenas

Mecenas,

- Conforme se entende do Dec. Pres. 8/22 de 14 de Abril e neste caso concreto, é a pessoa singular ou colectiva que, de forma altruísta e desinteressada presta serviços ou afecta fundos ou bens que possam ajudar a desenvolver a cultura nacional.

Qual será o motivo que leva os Mecenas a tal prática altruísta?

- Consciência de pertença;
- Benefícios emocionais;
- Promover o desenvolvimento cultural nacional;
- Promoção de sua imagem pessoal ou empresarial;
- Construção de “Estatuto” na sociedade.



Mecenato e Prioridades para a Cultura

Prioridades no Actual Contexto

- Formação artística, cultural e de gestores culturais;
- Recuperação do Património cultural existente;
- Promover a qualidade dos Museus existentes;
- Apoio a actividades culturais orientadas para a promoção de talentos;
- Apoio à produção cultural e artística de qualidade;
- Atribuição de prémios orientados para o incentivo ao desenvolvimento artístico e cultural de qualidade;
- Apoio à investigação cultural;
- Recuperação e repatriamento de património cultural;
- Divulgação cultural e artística no país e no exterior.



Mecenato e as Empresas

Estão as empresas naturalmente motivadas para o Mecenato? - NÃO!

- Foram fortemente sacrificadas pelo COVID;
- Só em 2022 se iniciou alguma recuperação tímida do crescimento económico depois de 5 anos sucessivos de recessão;
- O Código dos Benefícios Fiscais não é suficientemente atractivo no que se refere ao Mecenato;
- O Mecenato não está suficientemente divulgado;
- Falta cultura filantrópica no país;
- Os casos existentes de mecenato não são conhecidos nem divulgados;



Benefícios Fiscais Relativos ao Mecenato Lei 8/22 de 14 de Abril

Benefícios Fiscais sobre serviços, fundos ou bens doados

- Deduzidos à matéria colectável até 40%;
- Quer dizer que o Mecenaz terá a seu encargo os restantes 60% o que não é suficientemente motivador para promover filantropia junto das pessoas e empresas.
- ❖ Propõe-se que a AGT reveja este critério para 60%, até porque já tem uma arrecadação em sede do IVA.

ARTIGO 4.º (Dedução fiscal das liberalidades)

O valor das liberalidades efectuadas pelos mecenaz, nos termos da legislação aplicável, é dedutível à matéria colectável do Imposto Industrial ou Imposto sobre o Rendimento do Trabalho, quando os sujeitos passivos destes impostos possuem contabilidade, modelo de contabilidade simplificada ou livro de registos de compras e vendas, nos seguintes termos:

- a) Até 40% da matéria colectável, quando a liberalidade seja concedida por pessoas que, de forma altruísta, prestarem serviços ou praticarem acções, realizarem para outrem ou financiarem, total ou parcialmente, obras ou projectos sociais, culturais, educacionais, desportivos, ambientais, juvenis, científicos, tecnológicos, bem como nos domínios da saúde e da sociedade de informação;
- b) Até 30% da matéria colectável, quando a liberalidade efectuada nos termos da alínea anterior, seja realizada para o benefício dos seus trabalhadores e agregado familiar destes.



Benefícios Fiscais Relativos ao Mecenato Lei 8/22 de 14 de Abril

Benefícios Fiscais sobre serviços, fundos ou bens doados

- Deduzidos à matéria colectável até 40%;
- Quer dizer que o Mecenaz terá a seu encargo os restantes 60% o que não é suficientemente motivador para promover filantropia junto das pessoas e empresas.
- ❖ Propõe-se que a AGT reveja este critério para 60%, até porque já tem uma arrecadação em sede do IVA.

ARTIGO 4.º (Dedução fiscal das liberalidades)

O valor das liberalidades efectuadas pelos mecenaz, nos termos da legislação aplicável, é dedutível à matéria colectável do Imposto Industrial ou Imposto sobre o Rendimento do Trabalho, quando os sujeitos passivos destes impostos possuem contabilidade, modelo de contabilidade simplificada ou livro de registos de compras e vendas, nos seguintes termos:

- a) Até 40% da matéria colectável, quando a liberalidade seja concedida por pessoas que, de forma altruísta, prestarem serviços ou praticarem acções, realizarem para outrem ou financiarem, total ou parcialmente, obras ou projectos sociais, culturais, educacionais, desportivos, ambientais, juvenis, científicos, tecnológicos, bem como nos domínios da saúde e da sociedade de informação;
- b) Até 30% da matéria colectável, quando a liberalidade efectuada nos termos da alínea anterior, seja realizada para o benefício dos seus trabalhadores e agregado familiar destes.



Benefícios Fiscais Relativos ao Mecenato

Lei 8/22 de 14 de Abril

Dedução Fiscal em aquisições de obras de arte

- Está previsto que a dedutibilidade dos custos por aquisição de obras de arte está limitado a 1% do resultado líquido do exercício referente ao ano de aquisição.
- Este limite inibe as empresas, de uma forma geral, a adquirir obras de arte, afectando a sua procura.

ARTIGO 44.

(Dedução fiscal em aquisições de obras de arte)

1. Os custos incorridos com a aquisição de obras de arte ou qualquer forma de produção artística produzidas por artistas de nacionalidade angolana são aceites, na sua totalidade, como custo imputável ao exercício do Imposto sobre o Rendimento, desde que a aquisição esteja devidamente formalizada através de factura ou documento equivalente, emitido pelo artista, nos termos do Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes.

2. O disposto no número anterior aplica-se às entidades que possuam contabilidade e não se dediquem à comercialização de obras de arte.

3. A dedutibilidade dos custos previstos no n.º 1 é, em todo o caso, limitado a 1% do resultado líquido do exercício em que a aquisição é feita.



OBRIGADO



ACADEMIA ANGOLANA DE LETRAS

Mecenato – Os desafios da sua implementação *

Por: Aginaldo Guedes da Costa Cristóvão **

Introdução

O mecenato tem sido entendido historicamente como um instrumento de políticas públicas criado por força de lei, visando gerar incentivos para aquelas entidades públicas ou privadas, colectivas ou singulares que, pela sua natureza, estejam habilitadas a disponibilizar recursos de natureza financeira ou não financeira para atender a determinadas áreas e finalidades de interesse público.

Com uma história milenar datada dos anos 68-8 a.C., o Mecenato teve um época áurea no período renascentista e grande influência para o florescimento e consolidação da cultura e artes em França. Desde então tem sido implementada em diversos países, em todos os continentes, com um denominador comum: a cultura como elemento central.

Por esta razão, em prejuízo da abordagem mais genérica que faremos, será tendencial e quase exclusivamente sobre o mecenato cultural que esta abordagem versa.

1. Enquadramento

A experiência decorrente da implementação do regime jurídico do Mecenato pelos diversos países permitiu consolidar a visão sobre a sua utilidade, sobretudo para aqueles países que pre-

tendem impulsionar de modo eficaz o sector da cultura e das artes. A experiência francesa e brasileira sobre a implementação da Lei Allaigon e Lei Rouaney, respectivamente, constituem interessantes indicadores sobre a adopção desta política pública, nos seus aspectos positivos e negativos.

O contexto em que é implementada a política do Mecenato é um factor determinante para a sua plena compreensão. Tendencialmente os países que possuem orçamentos mais elevados para o sector da cultura ou que possuam sólidos orçamentos plurianuais para as diferentes áreas do sector social, da Cultura e das Artes, tendem a não adoptar o Mecenato como o instrumento mais relevante para o financiamento da sua política cultural. Por definição, o mecenato é um mecanismo complementar e não principal de financiamento da cultura dos países.

Nos casos em que as políticas culturais constituem um dos eixos da acção governativa, o financiamento do sector social e Cultural através do regime do mecenato é crucial, dada a contribuição do sector privado e o efeito multiplicador que acarreta.

Acima pudemos apresentar, pelo menos do facto de vista factual, que uma política do Mecenato é impulsionada, no geral, pela necessidade dos Governos financiarem determinadas despesas de projectos públicos com receitas provenientes de actores privados, nos casos em que este tenha menor disponibilidade financeira ou entenda como mais conveniente.

A política do mecenato tem como contexto habitual a necessidade e demanda social para a disponibilização de serviços. A existência e implementação deste mecanismo está indissociavelmente relacionado com a reivindicação de políticas públicas activas para o sector social e cultural, protagonizada pelos agentes sociais e culturais e a necessidade dos Governos concederem estímulos ao sector privado para a responsabilidade social.

Os benefícios ou incentivos fiscais constituem indicadores do enquadramento da política do Mecenato. A Lei do Mecenato está enquadrada no sistema fiscal dos países, estando habitualmente harmonizada com o ordenamento jurídico fiscal que conforma todo o quadro regulatório de benefícios fiscais de modo a assegurar a sua eficácia e sustentabilidade.

Deste modo, a política do Mecenato tem sucesso nos casos em que há uma confluência de interesses entre o sector público e privado (que constituem a parte activa), dos agentes culturais privados e entidades públicas especializadas (que constituem a parte passiva) e o Governo (que é o regulador).

2. A Lei do Mecenato em Angola

No caso de Angola, a implementação do Mecenato, como política pública, decorreu da Política Cultural da República de Angola, aprovada pelo Decreto n.º 15/11, de 11 de Janeiro, que caducou em 2021. No plano da materialização das políticas públicas ela assumiu a forma de instrumento normativo, por força da Lei n.º 8/12, de 18 de Janeiro com a designação de Lei do Mecenato. O seu surgimento justificou-se pela necessidade de suportar a implementação de uma forte estratégia de implementação da Política Cultural.

O contexto em que a Lei do Mecenato foi legislada foi de revisão do ordenamento jurídico nacional, decorrente da aprovação da Constituição da República de Angola, a 5 de Fevereiro de 2010. As alterações e revisões, tanto a nível legislativo quanto institucional, constituíram fortes desafios para a implementação da Lei, ainda continua sendo pouco conhecida.

Este facto pode ser comprovado, de igual modo, pelo facto, da Lei ter sido aprovada em 2012, o seu regulamento ter sido publicado em 2015 e a fase de efectivo início de implementação ter ocorrido apenas em 2019. Ainda assim, mecenas, beneficiários e entidades públicas possuem reduzido conhecimento sobre as suas regras.

Regista-se, em Angola, uma relação de causa e efeito entre as emergências de crises financeiras e a abordagem sobre a relevância da política do Mecenato. Assim, a Lei foi aprovada após a crise financeira de 2008, a chamada bolha imobiliária de Wall Street, cujas repercussões e efeitos à escala mundial foram visíveis vários anos depois.

O ano de 2014 constituiu um período de menor disponibilidade financeira decorrente da volatilidade da nossa economia do

preço do barril do petróleo, tendo sido este o contexto da entrada em vigor do regime jurídico regulamentar. Após as eleições de 2017 e a crise cambial que se seguiu foi relevante revisitar a Lei do Mecenato visando aprovar as alterações necessárias à sua efectiva implementação e chamar a atenção do empresariado.

A Lei do Mecenato nas suas diferentes fases foi conformada e acompanhou a reforma tributária em Angola. Todavia, não pôde acompanhar o carácter mutável do sistema fiscal nacional, nem adequar-se às sucessivas alterações e revisões legislativas já operadas pela legislação fiscal desde 2012.

Este terá sido um factor crítico de insucesso da eficácia da Lei do Mecenato, pois, claramente, deixou de ser tão atractiva quanto as novidades sobre as alterações do regime fiscal, em especial o Código Geral Tributário, aprovado pela Lei n.º 21/14, de 22 de Outubro. A Lei do Mecenato manteve-se fiel aos seus pressupostos e fins de interesse público, não tendo logrado, todavia, alterar alguns dos seus pressupostos de modo a conformar-se com o actual contexto económico, social e cultural do país.

A recente aprovação do Código de Benefícios Fiscais, pela Lei n.º 8/22, de 14 de Abril, teve o mérito de introduzir, por força da revogação de todo o capítulo sobre benefícios fiscais da Lei do Mecenato, a necessária actualização de modo a torná-lo mais actual e mais atractivo. Por outro lado, irá exigir uma interpretação sempre conjugada dos dois diplomas legais tornando a sua implementação sujeita à legislação dispersa.

A publicidade é um importante requisito de eficácia e indispensável para a entrada em vigor dos actos. É assim entendido para os aplicadores da lei. Todavia, para o cidadão ou os sujeitos passivos da relação jurídica que a lei do Mecenato propicia, a publicidade do acto deve ser acompanhada de informação e instrumentos relevantes para a correcta aplicação, tais como sínteses da lei e formulários. Em todas as suas fases, a lei do Mecenato em Angola deve possuir forte investimento na divulgação e na simplificação de procedimentos, mantendo-se o rigor, certeza e segurança jurídica que lhe é inerente.

3. Desafios da sua implementação

A implementação de políticas públicas que se enquadram no âmbito do regime fiscal assume, quase sempre, particular complexidade. Desde logo, porque elas estão interligadas e por outra porque incide sobre uma área sensível para qualquer Estado, que é a dos impostos.

Tal como em diversos países em que a lei do Mecenato existe, em Angola a sua aplicação é sujeita a uma cuidadosa análise, pois os benefícios fiscais a que se refere esta Lei assumem, essencialmente, a forma de deduções de impostos.

Há, assim, uma relação inversamente proporcional entre o financiamento pela via do Mecenato e o sistema de impostos. Assim, por um lado o elevado número de projectos financiados e de deduções fiscais decorrentes do Mecenato podem dar lugar à redução dos indicadores de receitas fiscais. Por outro lado, o fraco ou inexistente financiamento de projectos torna a lei do Mecenato ineficaz, cria dúvidas sobre a sua relevância e utilidade e até pode sujeitá-la a cair no desuso.

É sobre esta segunda e última opção que é vista a situação da implementação da Lei do Mecenato.

O Ministério das Finanças é a entidade pública à qual incumbe, entre outras, a responsabilidade sobre a política fiscal do País. Neste sentido, a Administração Geral Tributária poderá, como ocorre com benefícios fiscais, promover os estudos e a divulgação necessária sobre a política do Mecenato para os mecenas, pois é junto desta entidade pública que os mecenas são registados e apuraram as deduções decorrentes de liberalidades, nos termos da lei.

O facto de existirem sete (7) Departamentos Ministeriais, além do Ministério das Finanças, que concorrem para a boa implementação da Lei do Mecenato, gera a necessidade de definir a entidade coordenadora da política do Mecenato. Esta matéria não foi prevista na lei nem no Regulamento. Ademais, o sector social é amplo e difuso, sendo que cada área possui necessidades específicas de financiamento a projectos, tornando difícil a adopção de procedimentos comuns.

Para dar resposta a esta reflexão, no contexto nacional, poderemos vislumbrar, para este caso, dada a natureza estratégica da política, a possibilidade da coordenação ser assumida pelo Ministro de Estado responsável pela Coordenação Económica ou pela Área Social.

Por outro lado, ao analisar o quadro legal que conforma a Lei do Mecenato parece-nos que a sua base ficará completa com a reflexão e eventual aprovação de um regime jurídico de Responsabilidade Social. Este diploma legal servirá de base para a política de afectação dos lucros dos mecenas para projectos sociais, como decorre das boas práticas de governança corporativa. Esta medida terá ainda o benefício de efectivamente assegurar a sustentabilidade da Lei do Mecenato e, através desta, a Lei do Voluntariado, aprovada Lei n.º 17/21, de 30 de Julho.

4. Estratégias de financiamento à cultura

O sector da cultura em Angola tem a potencialidade de aumentar as receitas não petrolíferas do Estado, mediante o fortalecimento das indústrias criativas e culturais. Neste sentido, à título de exemplo, estaremos a referir-nos à existência de um carnaval que atraia investimento público, que promova a criação de empresas, invenções, investimento privado nacional e estrangeiro, turismo, além dos empregos directos e indirectos. Como consequência, teremos o fortalecimento da base de associações e empresas do sector cultural que podem consolidar a já resiliente e novel indústria da área de espectáculos, em geral.

Tal como refere a Política Cultural, as infraestruturas culturais constituem uma base importante para este sector. É indispensável que as associações culturais tenham sede e que os agentes culturais tenham espaços adequados para realizar os seus eventos.

Finalizo, referindo que importará reflectir qual a estratégia de financiamento do Estado para este sector de modo a definir a participação do sector privado. Por isso, deve ser estudada a elaboração e aprovação de uma Lei de Financiamento da Cultura ou de um Fundo de Desenvolvimento da Cultura, como soluções sustentáveis para o financiamento da Cultura e assegurar o carácter

acessório ou complementar da Lei do Mecenato no ordenamento jurídico nacional.

Como poder-se-á concluir, o investimento no sector cultural tem sempre a necessidade de ser incrementado, a rentabilidade no sector cultural é lenta, mas os valores e resultados que ela carrega são perenes.

A implementação das estratégias acções previstas no Mapeamento das Indústrias Culturais e Criativas em Angola, promovida pelo programa Train For Trade II, no âmbito do programa conjunto UE-CNUCED para Angola será crucial para o futuro da economia da cultura no país.

Para o efeito, será necessário avaliar os passos já dados e o diagnóstico existente para continuar a investir no sector da cultura, sendo que em primeira instância é responsabilidade do Governo através do Orçamento Geral do Estado assegurar estes recursos. O sector da cultura gera riqueza para o país e seus actores. Todavia, o primeiro passo é o investimento do Estado para a sua consolidação.

Conclusões

1. A política do Mecenato tem sucesso nos casos em que há uma confluência de interesses entre o sector público e privado, dos agentes culturais privados e entidades públicas especializadas e o Governo.
2. O contexto em que a lei do Mecenato foi legislada foi de revisão do ordenamento jurídico nacional, decorrente da aprovação da Constituição da República de Angola, a 5 de Fevereiro de 2010.
3. Regista-se, em Angola, uma relação de causa e efeito entre as emergências de crises financeiras e a abordagem sobre a relevância da política do Mecenato.
4. A Lei do Mecenato nas suas diferentes fases foi conformada e acompanhou a reforma tributária em Angola. Todavia, não pôde acompanhar o carácter mutável do sistema fiscal nacional, nem adequar-se às sucessivas alterações e revisões legislativas já operadas pela legislação fiscal desde 2012.

5. A recente aprovação do Código de Benefícios Fiscais, pela Lei n.º 8/22, de 14 de Abril, teve o mérito de introduzir, por força da revogação de todo o capítulo sobre benefícios fiscais da Lei do Mecenato, a necessária actualização de modo a torná-lo actual e mais atractivo.

Recomendações

- a) Que a Administração Geral Tributária promova, como ocorre com benefícios fiscais, estudos e a divulgação necessária sobre a política do Mecenato para os mecenas.
- b) Que seja definida uma entidade coordenadora da política do Mecenato. Dada a natureza estratégica da política, a possibilidade da coordenação ser assumida pelo Ministro de Estado responsável pela Coordenação Económica ou pela Área Social.
- c) Que seja analisado o quadro legal que conforma a Lei do Mecenato mediante a reflexão e eventual aprovação de um regime jurídico de Responsabilidade Social.
- d) Que seja estudada a elaboração e aprovação de uma Lei de Financiamento da Cultura ou de um Fundo de Desenvolvimento da Cultura, como soluções sustentáveis para o financiamento da Cultura e assegurar o carácter acessório ou complementar da Lei do Mecenato no ordenamento jurídico nacional.

*** Texto apresentado no Encontro sobre a Lei do Mecenato: Promoção e valorização da Cultura e das Artes, promovido pela Academia Angolana de Letras, no dia 3 de Março de 2023, no Centro de Imprensa Aníbal de Melo, em Luanda.**

**** O autor é licenciado e Mestre em Direito. Foi Secretário de Estado da Cultura. Actualmente é Provedor de Justiça-Adjunto da República de Angola.**

Benefícios Fiscais Relativos ao Mecenato

Por: Esteves Cambundo Francisco de Oliveira

Juntos Somos Mais Fortes!
Juntos Vamos Mais Longe!

Benefícios Fiscais Relativo a Mecenato

Nota preliminar



❑ Problema

Necessidade de disseminar a operacionalização dos benefícios fiscais relativo ao Mecenato.

❑ **Objectivo Instrutivo** - Compreender o regime jurídico e a mecânica da dedutibilidade fiscal das liberalidades

❑ **Objectivo Educativo** - Reconhecer a importância do domínio da legislação vigente sobre o mecenato em Angola...



Caio Mecenato (68-8 a.C.)

Principal legislação



- 1) Constituição da República;
- 2) Lei do Mecenato Lei n.º 9/12, de 18 de Janeiro (L.M.);
- 3) Regulamento da Lei do Mecenato, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 105/15, de 7 de Outubro;
- 4) Decreto Presidencial n.º 53/19, de 18 de Fevereiro, que introduz algumas alterações ao Regulamento da Lei do Mecenato;
- 5) Código dos Benefícios Fiscais (CBF), aprovado pela Lei n.º 9/22, de 14 de Abril;
- 6) Código Geral Tributário, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/05, de 9 de Julho;
- 7) Código do Imposto Industrial, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 26/20, de 28 de Julho.



CONSTITUIÇÃO
DA REPÚBLICA DE ANGOLA
 2021

Artigo 102.º da Constituição da República de Angola

Os impostos só podem ser criados por lei, que determina a sua incidência, a taxa, **os benefícios fiscais** e as garantias dos contribuintes.

O **benefício fiscal** é um regime especial de tributação que envolve uma vantagem ou simplesmente um desagravamento **fiscal** perante o regime normal, assumindo-se como uma forma de isenção, redução de taxas, deduções à matéria coletável, amortizações e/ou outras medidas **fiscais** dessa natureza.

Fórum sobre Esclarecimento dos Benefícios Fiscais Relativo ao Mecenato



Mecenas e Beneficiário

Mecenas

Pessoa colectiva que, de forma altruísta e desinteressada economicamente, afecta bens, serviços ou fundos à realização de acções com vista a incentivar e contribuir para desenvolvimento do sector cultural, desportivo, educacional, ambiental, científico, tecnológico, da saúde, da sociedade de informação, nos termos definidos pela Lei.

Beneficiário

Pessoa colectiva que, cumprindo os requisitos subjectivos e objectivos definidos na lei são elegíveis para atribuição de liberalidades.



Benefícios Fiscais Relativo ao Mecenato



Lei 8/12 de 18 Janeiro -

ARTIGO 3.º
(Definições)

Para efeitos da presente lei, entende-se por:

b) *liberalidade* — concessão, sem quaisquer contrapartidas de carácter económico, de fundos monetários, bens, ou prestações de serviços, concedidos, nos termos e limites definidos na presente lei;

ARTIGO 8.º

(Beneficiários das liberalidades)

São beneficiários das liberalidades previstas na presente lei:

- a) as pessoas colectivas públicas ou privadas que desenvolvam acções de beneficência, de carácter humanitário e de carácter educacional;
- b) o Estado e quaisquer dos seus serviços, estabelecimentos ou organismos;
- c) as fundações sem utilidade pública reconhecida, nos termos da lei;
- d) as associações técnico-profissionais, sociais, culturais, comunitárias e académicas;
- e) os agentes culturais nacionais;
- f) as universidades, institutos superiores e centros de excelência.

Liberalidade vs Patrocínio



Benefícios Fiscais Relativo ao Mecenato

Regulamento da LM-
 DP n.º 195/15 de 07
 de Outubro

CAPÍTULO II Programa e Prioridades Sectoriais

ARTIGO 5.º (Liberalidades)

1. As liberalidades previstas no presente Diploma consistem em a forma de prestações pecuniárias em espécie ou de prestações de serviços.
2. Tratando-se de liberalidades em espécie ou de prestação de serviços devem ser quantificadas, para o respectivo cálculo dos benefícios fiscais.
3. A liberalidade em espécie e a prestação de serviço são objecto de avaliação, servindo de base o valor do custo devidamente documentado suportado pelo mecenas, para a definição da quantificação referida no número anterior.
4. A liberalidade que assuma a forma de valor pecuniário é realizada exclusivamente mediante transferência bancária, para o beneficiário, na sua totalidade ou parte do valor, de acordo com o projecto aprovado.
5. Apenas têm relevância fiscal os donativos em dinheiro ou em espécie e a prestação de serviços, concedidos sem contrapartidas para o mecenas, cujas finalidades se harmonizem com o Programa e prioridades sectoriais, previstos no presente Diploma.

Benefícios Fiscais Relativo ao Mecenato



Procedimento Administrativo Prévio ao Reconhecimento do Benefício Fiscal

CAPÍTULO III
Avaliação e Aprovação de Projectos

SECÇÃO I
Regime Geral
ARTIGO 17.^o
(Plano anual)

1. O Plano Anual é o documento constituído por projectos públicos dos órgãos da Administração Pública Central e Local, não cobertos pelo Orçamento Geral do Estado, disponibilizados pelos Departamentos Ministeriais e com a aprovação do Presidente da República, para avaliação do mecenato.
2. São inseridos no Plano Anual, além dos referidos no número anterior, os projectos provenientes das pessoas colectivas de direito privado, desde que não sejam beneficiárias de apoio de entidades públicas no mesmo período, relativamente ao mesmo projecto.
3. Os órgãos da Administração Pública submetem projecto através dos serviços executivos e institutos públicos competentes em razão da matéria.

Regulamento da LM- DP n.º 195/15 de 07 de Outubro

1972

BRASIL DA AMÉRICA

ARTIGO 1.^o
(apresentação de projectos)

1. A apresentação de um projecto ocorre até ao termo da execução anterior ou no final do exercício do projecto, sendo o período definido de 1 de Julho a 30 de Setembro de cada ano.
2. O beneficiário apresenta o projecto com os seguintes elementos:
 - a) Identificação do beneficiário;
 - b) Identificação do projecto;
 - c) Objecto social do projecto;
 - d) Análise económica;
 - e) Descrição, fundamentação e objectivos do projecto;
 - f) Recursos humanos e financeiros necessários;
 - g) Duração do projecto, se aplicável.
3. Cada beneficiário deve apresentar no máximo de três projectos por cada ano económico, ficando o limite estabelecido nos parágrafos a que se refere este artigo.
4. Os projectos são depositados junto dos órgãos da Administração Local competentes para a execução das actividades, que os mesmos para os respectivos Departamentos Ministeriais, no prazo indicado no 1.º parágrafo.

ARTIGO 2.^o
(análise de projectos)

1. A análise dos projectos submetidos pelo beneficiário é realizada por uma Comissão de Análise criada pelo Departamento Ministerial responsável pelo sector actividade do beneficiário.
2. O resultado da Comissão de Análise é comunicado por escrito ao Ministério da Saúde de actividade do beneficiário.

Regulamento da LM- DP n.º 195/15 de 07 de Outubro

ARTIGO 3.^o
(análise de projectos)

1. Os projectos apresentados são analisados pelo Comité de Análise, que elaborará uma fundamentação parâmetro e sobre a natureza do cada projecto.
2. São projectos do tipo que se refere no número anterior, os Departamentos Ministeriais devem garantir o reconhecimento dos projectos, mediante a emissão de pareceres e pareceres de aprovação para efeitos de submissão do projecto ao Ministério da Saúde.
3. Os beneficiários devem submeter até ao final do mês de Fevereiro de cada ano, o dos dados de análise para o período em análise, incluindo os dados relativos à Direcção Nacional do Registo de Mecenato do Fisco.

ARTIGO 4.^o
(aprovação e envio do Plano Anual)

1. Os projectos aprovados são encaminhados pelo Comité de Análise, que elaborará uma fundamentação parâmetro e sobre a natureza do cada projecto.
2. São projectos do tipo que se refere no número anterior, os Departamentos Ministeriais devem garantir o reconhecimento dos projectos, mediante a emissão de pareceres e pareceres de aprovação para efeitos de submissão do projecto ao Ministério da Saúde.
3. Os beneficiários devem submeter até ao final do mês de Fevereiro de cada ano, o dos dados de análise para o período em análise, incluindo os dados relativos à Direcção Nacional do Registo de Mecenato do Fisco.

ARTIGO 5.^o
(revisão de projectos)

1. Os projectos aprovados são encaminhados pelo Comité de Análise, que elaborará uma fundamentação parâmetro e sobre a natureza do cada projecto.
2. São projectos do tipo que se refere no número anterior, os Departamentos Ministeriais devem garantir o reconhecimento dos projectos, mediante a emissão de pareceres e pareceres de aprovação para efeitos de submissão do projecto ao Ministério da Saúde.
3. Os beneficiários devem submeter até ao final do mês de Fevereiro de cada ano, o dos dados de análise para o período em análise, incluindo os dados relativos à Direcção Nacional do Registo de Mecenato do Fisco.

Benefícios Fiscais Relativo ao Mecenato



DP – 52/15 de 18 Fevereiro, alteração do Reg. LM – DP n.º 195/15 de 07 de Outubro

ARTIGO 3.^o
(Registo dos mecenatos)

1. Para efeitos fiscais os mecenatos devem registar o registo, em momento prévio à realização da primeira liberalidade, junto da Repartição Fiscal da área de domicílio, devendo ser asseguradas medidas de simplificação administrativa para os mecenatos já constituídos como contribuintes pela Administração Geral Tributária.
2. O pedido de registo do mecenato é efectuado através de requerimento dirigido ao Chefe da Repartição Fiscal, até ao fim do mês de Fevereiro de cada ano.
3. A inscrição dos mecenatos depende da verificação da Repartição Fiscal, sendo o mesmo tem a sua situação fiscal regularizada.
4. Após a inscrição do mecenato, o Chefe da Repartição Fiscal emite o Certificado de Registo de Mecenato, no período máximo de 30 (trinta) dias, que compreende a seguinte, de forma legível, dos seguintes caracteres:
 - a) Nome/Designação;
 - b) Número de Identificação Fiscal;
 - c) Domicílio fiscal;
 - d) Sector económico em que desenvolve a sua actividade.



Regulamento da LM- DP n.º 195/15 de 07 de Outubro

ARTIGO 4.^o
(Registo do beneficiário)

Para efeitos estatísticos o beneficiário deve requerer o registo junto do Departamento Ministerial responsável pelo correspondente sector de actividade, os quais devem fornecer os seguintes elementos:

- a) Documentos relativos à sua personalidade jurídica;
- b) Informação relativa à actividade que desenvolve;
- c) Circunscrição administrativa em que desenvolve a sua actividade;
- d) Número de identificação fiscal.

Benefícios Fiscais Relativo ao Mecenato

Regulamento da LM- DP n.º 185/15
de 07 de OutubroARTIGO 5.º
(Obrigações do mecenato)

O mecenato obriga-se ao seguinte:

- Comunicar por escrito à repartição fiscal a realização de qualquer liberalidade;
- Apresentar documentos comprovativos da existência de contabilidade organizada, de um Conselho Fiscal ou Auditor independente de nacionalidade angolana ou com residência fiscal em Angola;
- Selecionar com autonomia os projectos sobre os quais pretenda incidir as suas acções de responsabilidade social.

Regulamento da LM- DP n.º 185/15
de 07 de OutubroARTIGO 6.º
(Obrigações do beneficiário)

O beneficiário obriga-se ao seguinte:

- Acompanhar a tramitação do projecto, tendo em consideração as notificações e editais divulgados no âmbito do presente Diploma;
- Comunicar ao órgão da Administração Pública responsável pelo inspetivo sector da actividade sobre qualquer liberalidade que tenha recebido, com a identificação do mecenato e do projecto em causa, bem como a descrição da forma da liberalidade;
- Prestar contas da execução física e financeira dos projectos ao mecenato e à Comissão de Avaliação;
- O beneficiário sujeito à colecta fiscal deve fazer constar da sua declaração fiscal anual o valor das liberalidades recebidas.

Fórum sobre Esclarecimento dos Benefícios Fiscais Relativo ao Mecenato

Mecânica da dedutibilidade das liberalidades a luz do Código dos Benefícios Fiscais

Operacionalização da dedução fiscal das liberalidades.



Condições para dedutibilidade

- 1) Situação fiscal regularizada – Artigo 36.º do RLM
- 2) Inexistência de infrações tributárias – Artigo 48.º CBF
- 3) Cumprimento das normas sobre a segurança social - Artigo 48.º CBF



Tratamento Contabilístico e Fiscal dos donativos ou liberalidades

- A atribuição de qualquer donativo ou liberalidade em incumprimento das regras estabelecidas na **Lei do Mecenato**, não só importam a não-aceitação destes custos, como determinam a tributação autónoma dessas realidades à taxa de 15% (quinze por cento) sobre o seu valor. (**artigo 19.º do Código do Imposto Industrial**).
- A tributação autónoma, referida no número anterior e noutros artigos do presente Código, implica o acréscimo dos custos incorridos, na proporção estabelecida, no lucro tributável do imposto." (**artigo 19.º do Código do Imposto Industrial**).

Fórum sobre Esclarecimento dos Benefícios Fiscais Relativo ao Mecenato



Tratamento Fiscal dos donativos ou liberalidades

AGT Educação e Cidadania Fiscal		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
Atividade	Descrição	Valor Bruto	Valor Líquido
A	Atividade de Lucro Não-Fiscal		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
B	Atividade de Lucro Fiscal		
	Atividade de lucro fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro fiscal - lucro líquido		

Fórum sobre Esclarecimento dos Benefícios Fiscais Relativo a Mecenato



Tratamento Fiscal dos donativos ou liberalidades

AGT Educação e Cidadania Fiscal		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
Atividade	Descrição	Valor Bruto	Valor Líquido
A	Atividade de Lucro Não-Fiscal		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	Atividade de lucro não-fiscal - lucro líquido		
	B	Atividade de Lucro Fiscal	
Atividade de lucro fiscal - lucro líquido			
Atividade de lucro fiscal - lucro líquido			
Atividade de lucro fiscal - lucro líquido			
Atividade de lucro fiscal - lucro líquido			
Atividade de lucro fiscal - lucro líquido			
Atividade de lucro fiscal - lucro líquido			
Atividade de lucro fiscal - lucro líquido			
Atividade de lucro fiscal - lucro líquido			
Atividade de lucro fiscal - lucro líquido			
Atividade de lucro fiscal - lucro líquido			
Atividade de lucro fiscal - lucro líquido			
Atividade de lucro fiscal - lucro líquido			
Atividade de lucro fiscal - lucro líquido			

Benefícios Fiscais Relativo ao Mecenato



"O mais importante é resolver o problema do povo"

Dr. António Agostinho Neto
(1922-1979)



Obrigado

www.agl.uninfn.gov.ao

Página 17

Juntos Somos Mais Fortes!
Juntos Vamos Mais Longe!



ACADEMIA ANGOLANA DE LETRAS

ACADÉMICOS, UNIDOS POR ANGOLA

ENCONTRO SOBRE LEI DO MECENATO: PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA E DAS ARTES

COMUNICADO FINAL

A Academia Angolana de Letras realizou hoje, 3 de Março de 2023, o **Encontro sobre Lei do mecenato: promoção e valorização da cultura e das artes**, no Centro de Imprensa Aníbal de Melo, em Luanda, tendo os presentes manifestado a urgência de se multiplicarem as acções tendentes a discussão pública sobre tão importante instrumento, que estabelece o regime jurídico de incentivos de natureza fiscal na promoção do desenvolvimento das dinâmicas culturais e artísticas.

O encontro contou com a participação de membros fundadores e efectivos da Academia Angolana de Letras e

convidados em representação de associações e instituições públicas e privadas, num universo de aproximadamente 60 pessoas, que valorizaram e enriqueceram a discussão, apresentando preciosos subsídios que poderão contribuir para que, de facto e efectivamente, se materialize e efective a existência de mecenas na concessão de bolsas de estudo e de criação artística, no patrocínio a criadores, no fomento à produção e divulgação cultural, científica, literária e artística no território nacional, na preservação, promoção e difusão do património artístico, cultural e histórico de Angola, no apoio a estudos e pesquisas na área artística, apoio a deslocações de caravanas artísticas culturais, bem como de investigadores nas suas mobilidades (viagens) internas e externas.

No acto de abertura do encontro, o Presidente da AAL, **Paulo de Carvalho**, destacou que “A Lei do Mecenate foi aprovada pela Assembleia Nacional e publicada com o n.º 8/2012 e data de 18 de Janeiro desse ano (já lá vão 11 anos, portanto). Contrariamente ao que sucede com a maioria das leis, esta foi regulamentada, constando o regulamento do Decreto Presidencial n.º 195/2015, com data de 7 de Outubro.

O prazo para regulamentação foi fixado pela Assembleia Nacional em quatro meses, mas isso ocorreu apenas 45 meses depois. Isso significa que, a partir de 2016, temos condições para implementação em Angola da Lei do Mecenate. A verdade, porém, é que isso não ocorre. Ou seja, tanto para acções de natureza cultural e desportiva, quanto para

projectos de natureza científica, as associações e centros de investigação têm enorme dificuldade para conseguir apoios por parte de empresas privadas, devido à não aplicação desta lei, que (sublinhe-se) está em vigor.” Por outro lado o Presidente da Academia lançou a interrogação:

“Por que razão, então, as nossas associações não conseguem patrocínios para a actividade cultural e a Academia de Letras e os centros de investigação têm dificuldade em conseguir que as empresas contribuam para o progresso de Angola, através do patrocínio ao debate académico e à investigação científica (desde que sejam de qualidade, obviamente)?”

No encontro, foram apresentadas quatro comunicações, designadamente:

- **Boaventura Cardoso** – membro fundador da AAL

Tema: Lei do mecenato: promoção e valorização da cultura e das artes

- **Bruno Borges** – Coordenador adjunto do Grupo Técnico Empresarial

Tema: Fomento do mecenato à luz do código dos benefícios fiscais.

- **Aguinaldo Cristóvão** – Jurista

Tema: Lei do Mecenato: desafios para a implementação

- **Esteves Cambundo Francisco de Oliveira** – Chefe

do Departamento Técnico da Direcção dos Grandes Contribuintes da Administração Geral Tributária

Tema: Benefícios Fiscais relativos ao Mecenato.

O encontro permitiu a partilha de informação e conhecimentos sobre o mecenato, estimulou a discussão entre *potenciais mecenas e beneficiários das liberalidades (criativos, produtores de festivais ou de eventos culturais, galerias, editoras, agentes privados detentores ou gestores de património cultural, etc.)*, assim como se apreciou o papel do Estado e os mecanismos que permitem, efectivamente, “produzir” mecenas entre as pessoas colectivas, públicas ou privadas, **ao abrigo da Lei do Mecenato Cultural**.

No final, os presentes propuseram ao Poder Executivo a criação de um grupo técnico multidisciplinar constituído por agentes públicos e privados, que teriam a missão de:

- a) *Estudar uma provável possibilidade/necessidade de se simplificar o processo administrativo de acesso ao regime de Mecenato Cultural;*
- a) *Socializar sobre o conjunto de incentivos concedidos pelo Estado para estimular empresas a efectuarem patrocínio cultural;*
- b) *Desafiar as empresas públicas e privadas a adaptarem as suas estruturas, com o objectivo de garantir também que sejam beneficentes de incentivos fiscais;*
- c) *Estimular e formar criativos, produtores de festivais ou de eventos culturais, galerias, editoras, agentes privados de-*

tentores ou gestores de património cultural, no intuito de estarem preparados para pedir o reconhecimento de interesse cultural das suas actividades e tornarem-se elegíveis para receber patrocínios ao abrigo da Lei do mecenato.

Luanda, 3 de Março de 2023.

[Redacted text block containing multiple lines of obscured content]

A Academia em Acção



António Quino

Actividade Desenvolvida pela AAL em 2023

- Homenagens
- Conversas da Academia
à Quinta-feira
- Notícias

Homenagens

Iniciado em Dezembro de 2022 com a homenagem ao patrono da AAL, Dr. Agostinho Neto, a Academia Angolana de Letras (AAL) prosseguiu com os actos simbólicos de homenagem a homens de letras, com destaque para os angolanos que inscreveram os seus respectivos nomes nos anais da História de Angola, pelos seus singulares trajectos em prol da promoção e valorização da cultura e do nacionalismo angolano e que contribuíram para a permanente construção duma identidade cultural angolana, alicerçando sentimentos e atitudes convergentes para uma ideia de identidade nacional.



UANHENG XITU

No âmbito do seu projecto de homenagens a Academia Angolana de Letras exaltou a figura do escritor e nacionalista Uanhenga Xitu pelo seu papel de conciliador da sociedade angolana.

Num acto da AAL, que culminou com a deposição de uma coroa de flores no túmulo do ancião, que se realizou no dia 9 de Janeiro, no Cemitério Camussuami, em Calomboloca, município de Icolo e Bengo, os académicos lembraram o modo sábio como o homenageado sabia representar pessoas do meio urbano, mas também dos meios rurais e dos subúrbios.

A homenagem da Academia Angolana de Letras ao escritor Uanhenga Xitu, que juntou escritores da velha e nova geração, também visou saudar o 8 de Janeiro, Dia da Cultura Nacional.

Agostinho André Mendes de Carvalho, mais conhecido pelo pseudónimo literário Uanhenga Xitu, nasceu em Icolo e Bengo, a 29 de Agosto de 1924 e morreu em Luanda, a 13 de Fevereiro de 2014. Foi enfermeiro, político e escritor angolano.



VIRIATO DA CRUZ

O poeta e nacionalista Viriato da Cruz foi homenageado em reconhecimento às suas dinâmicas culturais e artísticas, como contraponto à cultura colonial, promovendo acções tendentes a resgatar a dignidade dos angolanos.

A homenagem, que ocorreu no dia 29 de Março, na sede da União dos Escritores Angolanos, teve como ponto alto o encontro sobre a Dimensão Nacionalista de Viriato da Cruz, animado pelos académicos Fragata de Moraes e Carmo Neto, antecedido da deposição de uma coroa de flores na campa onde repousam os seus restos mortais, no Cemitério do Alto das Cruzes, em Luanda.

Viriato da Cruz foi certamente uma das maiores referências das letras em

Angola do século XX. Daí que o gesto de reverência a este ilustre filho de Angola, pela AAL, num ano em que, caso estivesse vivo, teria completado 95 anos de idade no dia 25 de Março, foi um merecido tributo pelo seu legado poético ao pensamento político da Angola que ele idealizou, enquanto país livre e independente.

Viriato Francisco Clemente da Cruz, ou simplesmente Viriato da Cruz, (Porto Amboim, 25 de Março de 1928 - Pequim, 13 de Junho de 1973) foi um nacionalista, político e escritor angolano, e o autor do Manifesto fundacional do MPLA.

Viriato da Cruz faleceu no Hospital Anti-Imperialista, antigamente Hospital Universitário de Pequim, no dia 13 de Junho de 1973, vítima de um enfarte do miocárdio.

No dia 26 de Dezembro de 1990 chegaram a Luanda os seus restos mortais que estavam no cemitério para estrangeiros em Pequim.

No dia 27.12.1990, os restos mortais de Viriato da Cruz foram a enterrar na sepultura onde está o corpo de sua mãe, Clementina Clemente da Cruz.



JAKA JAMBA

Na sua série de homenagens a Academia Angolana de Letras (AAL) *prestou* tributo ao professor Almerindo

Jaka Jamba, Membro Fundador da AAL, A cerimónia de homenagem ao eminente filósofo angolano Jaka Jamba iniciou-se com a deposição de uma coroa de flores no túmulo onde foram sepultados os seus restos mortais, no Cemitério da Sant'Ana, na presença de membros da Academia, familiares e amigos.

No dia 18 de Agosto, realizou-se na União dos Escritores Angolanos, Luanda, um encontro animado pelo seu editor, Arlindo Isabel, pelo académico Cornélio Caley (que por razões de saúde não marcou presença, mas deixou o seu testemunho em audio) e pela esposa do malogrado, Miraldina Jamba.

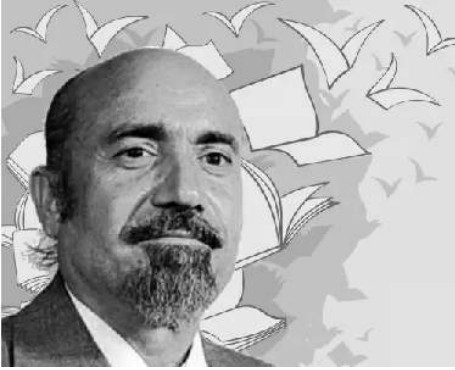
Na ocasião, os filhos do homenageado manifestaram regozijo pelo tributo que a Academia Angolana de Letras prestou a um dos seus membros fundadores.

“É sempre um momento muito emocionante porque acabamos sempre por nos recordar da riqueza intelectual do nosso pai, que nos deixa um grande legado, enquanto filósofo, diplomata, político e sobretudo enquanto académico”, disse Lucinda Jamba, filha mais velha do homenageado.

O irmão do filósofo, diplomata e político falecido em Abril de 2018, David Jamba, reconheceu que a homenagem prestada pela AAL simboliza a expressão daquilo que foi esta figura na sociedade angolana.

Almerindo Jaka Jamba foi um eminente filósofo, diplomata e político angolano, político e académico brilhante, mas igualmente, um dos negociadores angolanos dos Acordos de Alvor pela União Nacional Para a

Independência Total de Angola (UNITA), em 1974, em Portugal, para a independência de Angola.



ANTÓNIO JACINTO

A AAL prestou uma homenagem póstuma ao poeta, contista e nacionalista António Jacinto do Amaral Martins, ou simplesmente António Jacinto, que incluiu a deposição de uma coroa de flores no seu túmulo, no Cemitério do Alto das Cruzes, seguido de um Encontro realizado na sede da União dos Escritores Angolanos, uma instituição da qual é membro fundador.

O acto foi testemunhado por Paulo de Carvalho, Presidente da Academia Angolana de Letras (AAL), e pelos membros da mesma Artur Pestana “Pepetela”, Roberto de Almeida, Virgílio Coelho, António Quino e Fragata de Moraes, assim como por Cecília do Amaral Martins, sobrinha do homenageado.

Durante o acto realizado no dia 6 de Outubro, o Presidente da Academia, Paulo de Carvalho, destacou a importância de reconhecer António Jacinto como parte da Geração da Mensagem e do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, além da

sua contribuição como poeta e escritor na luta pela auto-determinação dos povos de Angola.

Paulo de Carvalho lembrou que o legado de António Jacinto continua a influenciar académicos e agentes culturais, pelo que a homenagem também surge “de modo a que as novas gerações tomem conhecimento dos feitos desta personalidade, não apenas enquanto poeta e escritor, mas também enquanto nacionalista que lutou a favor da auto-determinação dos povos de Angola”.

A animar o encontro, após o testemunho de Cecília Martins, foram apresentados três importantes comunicações, nomeadamente dos académicos Boaventura Cardoso, Pepetela e Virgílio Coelho, que consideraram António Jacinto um patriota que lutou de forma determinante por Angola, realçando a formação de quadros e a criação da primeira rede de bibliotecas e museus no país, como marcas do seu mandato à frente da Cultura em Angola.

O académico Artur Pestana “Pepetela” explicou que António Jacinto apostou numa poesia de denúncia da realidade social do período colonial, mostrando na sua obra que sempre esteve ao lado dos explorados, humilhados e castigados.

“A poesia de António Jacinto traz a contradição fundamental que existia em Angola com a colonização, como a escravatura, opressão e humilhação racial”, destacou o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AAL.

Ao tomar a palavra, o antropólogo Virgílio Coelho recordou que António

Jacinto era uma pessoa que vivia em solidariedade, aberto para tudo e para todos.

"É uma daquelas pessoas de que o país precisa. Era um homem que ama-va profundamente este País", recordou.

António Jacinto, nacionalista, poeta e contista angolano, nasceu a 28 de Setembro de 1924, no Gulungo Alto, e morreu em 23 de Junho de 1991, em Lisboa. Foi fundador, com Viriato da Cruz, do muitíssimo efémero Partido Comunista Angolano; esteve preso por actividades políticas anti-coloniais, de 1962 a 1972, a maior parte do tempo no Campo de Concentração de Tarrafal, em Cabo Verde. Antes da independência de Angola, dirigiu o Centro de Instrução Revolucionária do MPLA. Depois da proclamação da Independência de Angola, foi Ministro da Educação e Cultura (1975-1976) e depois Secretário do Conselho Nacional de Cultura (1976 -1980). Foi membro do Comité Central do MPLA.



AMÉLIA MINGAS

Na homenagem póstuma que a Academia Angolana de Letras prestou a académica, intelectual e nacionalista Amélia Mingas, no mês de Dezembro, os presentes foram unânimes em reconhecer a inestimável contribuição

que a mesma legou à linguística e à educação em Angola, influenciando positivamente a promoção cultural e a afirmação da identidade nacional na sociedade angolana.

A homenagem iniciou-se no Cemitério do Alto das Cruzes, com a deposição de uma coroa de flores na campa onde repousam os seus restos mortais, seguida de um Encontro em sua homenagem, que se realizou no Auditório Amélia Mingas, da Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto, em Luanda.

No encontro, prestaram testemunho Jota Carmelino (viúvo), Ayonda Bragança Mingas (Sobrinho), Ana Pita Grós Martins da Silva (discípula e ex-colega) e Albino Carlos (membro efectivo da AAL).

Na intervenção de abertura, Paulo de Carvalho falou do trabalho da homenageada que contribuiu bastante para a valorização das línguas nacionais, da linguística bantu e da investigação linguística no processo de estudo e compressão da interferência das línguas nacionais no português falado em Angola.

"Amélia Mingas contribuiu para a promoção, valorização da cultura e exaltação do nacionalismo angolano", referiu o Presidente da AAL.

Na ocasião, momento em que Paulo de Carvalho lembrou que a academia procura perpetuar a memória de angolanos que contribuíram para a valorização da identidade nacional e, por isso, já homenageara António Agostinho Neto, Uanhenga Xitu, Viriato da Cruz, Jaka Jamba e António Jacinto, falou do contributo de Amélia

Mingas na elaboração de alfabetos de algumas línguas nacionais, durante o tempo em que dirigiu o Instituto de Línguas Nacionais.

Durante a sua intervenção, o presidente da AAL, Paulo de Carvalho, considerou fundamental que as instituições de ensino se envolvam na luta pela inclusão social das línguas angolanas, por forma a honrarem, devidamente, a memória de Amélia Mingas.

Como académica de mil batalhas, Amélia Mingas pleiteou antes pela conquista da independência de Angola, apoiando o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), sendo que a sua dedicação à causa nacionalista inspirou muitos outros. Pela valorização dos estudos das línguas bantu, a homenageada ajudou a preservar e a promover a riqueza linguística de Angola, contribuindo para a compreensão das línguas locais e sua importância cultural.

No capítulo da educação e formação, actuou como professora e académica, formando várias gerações de estudantes angolanos.

Amélia Arlete Vieira Dias Rodrigues Mingas nasceu em Luanda, a 17 de Dezembro de 1940, e onde faleceu a 12 de Agosto de 2019, por doença. É filha do nacionalista André Rodrigues Mingas e de Antónia Diniz de Aniceto Vieira Dias. Foi Directora Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, do Instituto Nacional de Línguas do Ministério da Cultura e exerceu o cargo de Decana da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto.

Conversas da Academia à Quinta-feira

Liberdade marcou o ritmo das conversas da Academia à Quinta-feira

A Academia Angolana de Letras continuou a realizar as suas conferências Zoom designadas Conversas da Academia à Quinta-feira, com teores relacionados com vida e obra, estudos literários, linguística, estudos sociais e cultura.

No ciclo do mês de Março, o engenheiro Santos Virgílio que, sob moderação da ambientalista Eufrazina Pava, discorreu sobre produtos químicos, saúde e desenvolvimento sustentável, sublinhou a urgência da conservação e do manuseio correcto dos agrotóxicos, numa altura em que o modelo agrícola está totalmente dependente do uso desses produtos químicos.

Para Santos Virgílio, “É necessário ensinar as pessoas a lidar com os produtos químicos. Mesmo o seu transporte é feito em horas de ponta, em áreas com grande circulação de transeuntes. Vemos, por exemplo, que instalamos na Zona Económica Especial, em Luanda, fábricas que ainda produzem naftalina e chapas de lusalite, produtos altamente cancerígenos”.

Na ocasião, o conferencista acentuou a elevação da consciência ambiental no manuseio dos produtos químicos, atendendo ao seu impacto

nefasto sobre a natureza e sobre o homem, exemplificando com os altos índices de morte, de doenças cancerígenas, bem como da extinção de insectos, particularizando as abelhas, polinizadoras naturais.

Num outro momento, a jornalista Luísa Rogério, que falou da “Importância da liberdade de imprensa para consolidação da democracia”, referiu que a pressão e a interferência de instituições do Estado, mormente o Poder Executivo, sobre órgãos de comunicação social, condicionam o alcance da desejada qualidade da liberdade de imprensa para a solidificação da democracia no país. Para ela, não se constrói democracia sem a liberdade de imprensa.

Luísa Rogério citou como exemplo a nomeação de Conselhos de Administração pelo Titular do Poder Executivo. Na sua opinião, os Conselhos de Administração dos Órgãos Públicos da Comunicação Social deveriam ser nomeados por um consórcio, e não pelo Presidente da República. A conferencista falou também da pertinência de um ministério para o sector da comunicação social. “Nos moldes actuais, como existe e funciona, não faz falta nem é necessário um ministério

para a comunicação social, além de que é um claro conflito de interesses com a ERCA (Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana)”, disse a também Presidente da Comissão da Carteira e Ética, órgão fiscalizador da actividade jornalística em Angola.

Olhando a perspectiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a AAL convidou o culturólogo José Carlos Paiva para falar sobre Cultura e Desenvolvimento. Durante a conversa, o conferencista José Carlos Paiva, professor emérito da Universidade do Porto, descreveu o seu múltiplo percurso a favor de uma atitude transversal de intervenção crítica, contra a discriminação, o racismo e o colonialismo. Foi nessa base que criticou a excessiva politização da CPLP, contra a imperiosidade de os povos dos países membros constituírem a própria comunidade com base na partilha e no reforço da identidade cultural de cada.

“Na CPLP, é evidente o forte relacionamento entre os governos e as instituições estatais, em detrimento de actividades menos políticas que possibilitariam a aproximação e maior contacto entre os povos da comunidade”, afirmou José Carlos Paiva.

Numa outra conferência, a comunicóloga Denise Schacht, ao falar da raiz do pan-africanismo, definiu cinco etapas que contribuíram para a acção em prol da luta pela independência dos países africanos. “Primeiro, o surgimento do pensamento. Segundo, a consolidação do conceito renascentista e de resgate identitário. Terceiro, a repercussão junto dos revolucionários

independentes. Quarto, os movimentos radicais oriundos da diáspora norte-americana. Quinto, os movimentos ‘não’ radicalizados da diáspora e do continente”, disse a conferencista Denise Schacht.

Para ela, o Pan-africanismo edificou-se no decorrer da primeira metade do século XX, através de personalidades que, por via de congressos, investigação antropológica e manifestação literária, acabaram por o consolidar, fazendo com que passasse a ser uma instituição ideológica fundamental na libertação do africano.

Já antes, numa conferência em Janeiro, o historiador e analista político Jean-Michel Mabeko Tali, dissertando sobre Lutas de Libertação Anti-Colonial em África e os meandros das solidariedades internacionalistas das esquerdas comunistas ocidentais, destacou aspectos que, para si, contribuíram decisivamente para o início das Lutas de Libertação Anti-Colonial em África. “A I e II grandes guerras trouxeram elementos suficientes para que os colonizados pudessem pensar em diversas formas de combaterem o colonizador, começando pela diplomacia, seguida pela via armada”, disse Jean-Michel Tali.

Falando sobre a opção pelo apoio recebido das esquerdas comunistas, como a então União Soviética e a China, o professor catedrático de História de África na Universidade de Howard, em Washington, DC, referiu que a escolha foi quase por falta de opção.

“Os países ocidentais, em termos daquilo que era essencial para a luta armada dos movimentos de libertação

nas colónias portuguesas, quase nada ofereciam além de, por exemplo, ajudas humanitárias vindas de países nórdicos. Não fazia sentido os ocidentais oferecerem armas aos movimentos para atacarem outro membro da NATO. Para conseguirem as armas, só podiam contar com a solidariedade internacionalista das esquerdas comunistas ocidentais e da Ásia, como a China”, afirmou Jean-Michel Mabeko Tali.

Ao falar sobre “Carreira nas letras e rendimento económico”, o docente angolano Adérito Lameira Manuel fez uma breve panorâmica sobre a relação entre as letras e a indústria livreira, assim como a necessidade de se estruturar e estimular o mercado livreiro em Angola.

Adérito Manuel considerou preocupante o que chamou de desaparecimento de livrarias na capital do País, aliada à fraca possibilidade de o livro ser um produto comercial rentável. O conferencista lembrou que muitos autores angolanos, entre escritores e investigadores sociais, custeiam eles próprios a produção dos seus livros, sem qualquer retorno do investimento.

“Do investimento individual feito, não é expectável esperar retorno financeiro com as vendas ou do conhecimento difundido. Há necessidade de as pessoas serem também compensadas do ponto de vista económico. Dos nossos escritores que procuram sobreviver das letras, são sobretudo premiados fora do país, onde são mais promovidos e lidos”, destacou durante a conferência.

A conversa Zoom também invadiu o “Espaço e pobreza em bairros

de Luanda”. O conferencista Gilson Lázaro apresentou alguns resultados de um projecto de pesquisa realizado entre 2016 e 2017 pela Universidade Católica de Angola, com investigadores dinamarqueses, do qual fez parte como coordenador da equipa angolana. Segundo ele, o estudo permitiu perceber que a cidade de Luanda e os bairros ao seu redor configuram um “hiato social” que os une e ao mesmo tempo separa, que os diferencia no que diz respeito ao espaço habitado e aos padrões de vida, congregados no mesmo modo ou climatização social, pois “os vários segmentos da população almejam o mesmo estilo de vida urbana e moderna, não deixando de manter relações entre si”.

De Portugal, veio à conversa o professor Francisco Topa. Durante a conferência o investigador e crítico literário Francisco Topa, que falou de Alfredo Troni, cidadão de Angola, trouxe ao debate a faceta de um homem que esteve na fase inaugural da ficção em Angola e cuja obra merece um lugar de relevo no processo de formação da literatura angolana.

O conferencista falou de Alfredo Troni (1845-1904) nas suas diversas vertentes enquanto jurista, político, jornalista e ficcionista, sintetizando uma série de informações dispersas, corrigindo e acrescentando novos elementos.

“O seu labor como ficcionista é o mais conhecido e o que lhe tem granjeado mais reconhecimento e admiração”, afirmou Francisco Topa, professor e responsável pela Cátedra Agostinho Neto da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A AAL também convidou e ouviu o historiador e embaixador cabo-verdiano Daniel Pereira, num ciclo programado para assinalar os 50 anos do assassinato de Amílcar Cabral, morto a 20 de Janeiro de 1973.

Daniel Pereira sublinhou o grande senso humanista de um engenheiro que, pela sua actividade social e grande envergadura intelectual, se tornou um cientista social.

“Pelo carisma, rigor e vontade demonstradas durante a luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde; o seu sentido de convicção pela dignidade da pessoa humana e a expectativa de um desenvolvimento mais igualitário entre os homens, para não alargar o fosso social entre ricos e pobres, contribuíram para a sua grande e indiscutível dimensão internacional”, afirmou o conferencista Daniel Pereira.

De um outro historiador, neste caso angolano, veio a dissertação sobre “Problemática da literatura colonial em Angola”. João Ngola Trindade destacou como sendo crítica a ausência de estudos sobre a literatura colonial entre académicos angolanos, diferente do que acontece, por exemplo, em Moçambique. Avançou que essa falta de estudos provoca entre muitos estudiosos, e por necessidade teórico-metodológica, a busca de referências entre autores portugueses, brasileiros e moçambicanos, preferencialmente.

Sobre as características da literatura colonial, João Ngola Trindade distinguiu o exotismo estético, que se traduz na atitude deslumbrada e contemplativa do chamado civilizador, que projecta representações domina-

das pelo culto do desconhecido, tentando contar as reacções do branco dominante perante o meio-ambiente do negro subjugado.

“Essa literatura pode até ter valor estético, mas converge no ponto de vista ideológico pela adulação do colonizador. O grande problema ou um dos grandes problemas que essa literatura apresenta é a linguagem, essencialmente depreciativa, onde o negro é apresentado invariavelmente como bárbaro e não civilizado”, realçou o conferencista.

Também de Angola, veio à conversa o escritor e crítico literário Adriano Mixinge, que dissertou sobre “As artes visuais e a literatura angolana moderna: o caso da máscara na Trilogia de Camaxilo de Castro Soromenho e em Mwana Puó de Pepetela”.

Sob moderação do escritor Lopito Feijóo, o historiador, curador e crítico de Arte Adriano Mixinge destacou que as artes plásticas (pintura, escultura, desenho, arquitectura, artesanato, etc.) e a literária estão intimamente relacionadas e ambas transmitem elementos distintivos que identificam Angola. Realçou que a relação entre o texto literário e o texto plástico é anterior à literatura. Ou seja, as artes visuais têm um roteiro muito particular e uma e outra se revezam na visibilidade social, por estarem mais ou menos em diálogo permanente com os momentos vigentes na sociedade. Isso sem desprimor ao espaço da literatura, disse.

A Academia Angolana de Letras promoveu um debate em torno do tema intitulado “A raiz do pan-africanismo”, com a comunicóloga Denise

Schacht. A Bissau-Guineense Denise Schacht começou por falar daquelas que representam, para si, as etapas mais importantes que contribuíram para o surgimento do pensamento “claridoso” e para a sua acção em prol da luta pela independência dos países africanos.

“Defino cinco etapas. Primeiro, o surgimento do pensamento. Segundo, a consolidação do conceito renascentista e de resgate identitário. Terceiro, a repercussão junto dos revolucionários independentes. Quarto, os movimentos radicais oriundos da diáspora norte-americana. Quinto, os movimentos ‘não’ radicalizados da diáspora e do continente”, disse a conferencista Denise Schacht.

Para ela, o Pan-africanismo edificou-se no decorrer da primeira metade do século XX, através de personalidades que, por via de congressos, investigação antropológica e manifestação literária, acabaram por o consolidar, fazendo com que passasse a ser uma instituição ideológica fundamental na libertação do africano, tanto epistemologicamente quanto territorialmente.

As conferências Zoom designadas Conversas da Academia à Quinta-feira prosseguiram, congregando renomados académicos da Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Estados Unidos da América, Itália, Portugal e Moçambique com participações regulares.

Durante o segundo semestre de 2023, a AAL realizou cerca de 24 conferências Zoom da denominada Conversas da Academia à Quinta-feira, com temas relacionados com literatura, estudos literários, linguística, estu-

dos sociais e cultura, com participação de renomados académicos de Angola, Arábia Saudita, Brasil, Bélgica, Cabo-Verde, Estados Unidos da América, Itália, Moçambique, Portugal e Rússia.

Em saudação ao Dia Internacional da Criança, a AAL promoveu uma conversa animada pela escritora Domingas Monte, que falou sobre “O imaginário da fauna na literatura infantil angolana”. Domingas Monte considerou desafiante o contexto actual: “Estamos numa época de grandes desafios, com equipamentos tecnológicos, com os quais temos de lidar todos os dias. As crianças deixaram de brincar como se brincava outrora. Nós, os escritores para públicos com essa idade, temos também de nos adaptar a essa realidade.”

Por outro lado, falou da necessidade de o Ministério da Educação promover o gosto pela leitura e pelo conhecimento das obras dos autores angolanos, desde tenra idade.

Em saudação ao 101.º aniversário do nascimento de Agostinho Neto, a AAL aproveitou promover um diálogo entre Angola e o Brasil. Foi conferencista o escritor e jornalista brasileiro Tom Farias, que falou sobre “Agostinho Neto e o Brasil”, destacou os laços históricos que ligam Angola ao Brasil, seja durante o tráfico negreiro, seja no decurso do período colonial, em que se intensificaram os laços artísticos e literários entre os dois países. “O imediato reconhecimento da independência de Angola, pelo Brasil, é prova disso”, lembrou.

O escritor Tom Farias realçou o facto de o Brasil conhecer muito pouco sobre a natureza e a riqueza dos países africanos. Mas Agostinho Neto

“tornou-se no Brasil um poeta que simboliza a luta negra e a luta de libertação empreendida pelos movimentos negros – libertação, porque os negros brasileiros estavam também exilados dentro da sua própria pátria”. Mais que isso: Agostinho Neto “acabou dando esperança e luzes para que os militantes negros no Brasil pudessem sonhar” – disse o conferencista.

Também o filósofo brasileiro Fernando Sá Moreira dissertou sobre “Anton Wilhelm Amo, um filósofo africano na diáspora”, para saudar o 101.º aniversário do nascimento de Agostinho Neto, a 22 de Setembro.

A partir do exemplo de Anton Amo, Fernando Sá Moreira, professor na Universidade Federal Fluminense (no Rio de Janeiro), considerou ser necessário estudarmos os pensadores africanos, que produziram conhecimento ao longo dos séculos. O filósofo Fernando de Sá Moreira referiu também a sua experiência no contacto directo com imigrantes africanos na Europa, alguns deles explorados em casas de prostituição. Disse que sentiu neles fortes laços de identidade que são comuns aos seus. Concluiu dizendo que “a diáspora é também uma forma de criar, recriar e costurar identidades, não necessariamente as mesmas, em parte devido ao racismo, mas também contra o racismo e contra as tentativas de desumanização e humilhação do africano fora de África”.

No dia 5 de Outubro, tomou a vez o académico e escritor Roderick Nehone, que dissertou sobre “Literatura e memória: o futuro da identidade”, tendo referido que a literatura desempenha um papel importante na pre-

servação da memória das sociedades.

O conferencista lembrou que “a ficção tem como inspiração a realidade. O que o escritor narra decorre de coisas que tenha vivido, de leituras feitas. Quanto mais se lê, mais se irriga a capacidade de imaginar. Quem não tem memória não pensa e deixa de produzir reflexões sobre a vida”.

No capítulo da linguística, a AAL realizou em Outubro, no âmbito da série Conversas da Academia à Quinta-feira, um debate sobre “Empréstimos bantu no português oral de Luanda”. O conferencista, Afonso Miguel, apresentou resultados de estudos a respeito dos empréstimos das línguas bantu para a língua portuguesa, com destaque para os empréstimos a partir da língua kimbundu.

Afonso Miguel referiu que o português falado em Angola é uma variedade e não uma língua diferente da portuguesa. A língua portuguesa é transcontinental, de modo que não permanece intacta na sua origem: “A maneira típica de falar em Angola é diferente do linguajar usado em Portugal, pois há factores sócio-culturais que influenciam tais mudanças”.

Um outro linguista angolano, Mbiavanga Fernando, ao dissertar sobre os “Desafios das línguas de Angola no contexto da globalização”, começou por abordar o processo de globalização em curso, com a regulação da economia por parte dos mercados globais, o incremento das relações inter-pessoais e uma maior aproximação de pessoas e culturas. Está convencido que “o intercâmbio do conhecimento é a chave para o aumento da produtividade e para o sucesso”.

Segundo o conferencista, uma vez que a globalização produz alterações no espaço social, regista-se a transformação dos padrões linguísticos à escala global: “Para além da transformação na organização dos espaços sociais e nas transacções, ocorre um fenómeno novo que é o multilinguismo global, com um diferencial positivo que consiste no aumento da competência comunicativa em várias línguas”.

Mbiavanga Fernando considera que a globalização também ameaça a diversidade linguística: “A presente taxa de migração que atinge todas as geografias do planeta, o esvaziamento de pequenas comunidades devido à emigração crescente para os centros urbanos, bem como a homogeneização cultural e linguística, levam ao desaparecimento de muitas línguas locais”.

O ciclo de Novembro das “Conversas da Academia” abriu com a conferência intitulada “Estado moçambicano: entre o modelo e a realidade social”, proferida pelo nacionalista moçambicano Óscar Monteiro, antigo Ministro do Governo de Transição e Ministro do primeiro Governo de Moçambique independente.

No dia 9, um dia antes do 48º aniversário da Independência Nacional, o nacionalista Augusto Jacob João, dissertou sobre o tema “Luta de Libertação em Angola”. No decurso da conferência, também o nacionalista e diplomata Garcia Bires deixou o seu depoimento em prol da história da luta de libertação nacional.

A terceira conferência, sobre “A luta de libertação e a independência

de Cabo-Verde”, aconteceu no dia 16 de Novembro, e foi conferencista o comandante Pedro Pires, antigo Presidente da República e antigo Primeiro-Ministro cabo-verdiano.

No dia 23 de Novembro, na conferência relativa à Guiné-Bissau, foi conferencista o veterano da luta de libertação, comandante Manecas dos Santos, antigo Ministro das Finanças e embaixador, que falou sobre a “Luta de Libertação” no seu país.

Fechou o ciclo, no dia 30 de Novembro, a historiadora são-tomense Maria Nazaré Ceita que dissertou sobre “solidariedade entre os cinco: alavanca indelével na luta de libertação de São Tomé e Príncipe”.

Na conversa seguinte, de 7 de Dezembro, foi a vez do jornalista e economista angolano Jonuel Gonçalves, ter introduzido no debate a “Radicalização de conflitos internacionais hoje”, tendo enquadrado historicamente os grandes conflitos que ocorrem hoje pelo mundo e que se radicalizam rapidamente, com destaque para as guerras na Ucrânia e no Médio Oriente. Jonuel Gonçalves considera que esses dois conflitos juntam quatro actores, bastante parecidos entre si: “temos a presença de forças de direita ou extrema-direita, tanto na Rússia e na Ucrânia, quanto em Israel e no caso do Hamas”.

Enquanto a Rússia reclama da expansão da OTAN, com a admissão da Ucrânia e da Geórgia, Israel justifica a guerra pelo facto de ter sido invadido pelo Hamas. No quadro actual, a União Europeia encontra-se entre os dois lados da contenda, reconhecendo

que se trata de um espaço “altamente dependente em matéria energética”. Do outro lado está a China, que é uma potência militar e que possui um centro tecnológico.

No que à África diz respeito, Jonuel Gonçalves sublinha uma forte presença dos Estados Unidos da América no Quênia e a cada vez maior importância de Angola na relação entre os EUA e o continente africano. Angola que, “ao contrário do que sucede com dois terços dos países africanos, é um país economicamente viável”.

Na conferência do ciclo do mês de Dezembro (14) o jornalista brasileiro Juarez Tadeu Xavier dissertou sobre a “Onda conservadora que vem do Norte global: a pauta norte-americana do retrocesso”. O conferencista falou da actuação dos meios de comunicação social pelo mundo, com os *media* norte-americanos a funcionarem como veículo transmissor das ideias do Norte global, que impõe a sua pauta ao Sul. Juarez Tadeu Xavier mencionou o facto de os Estados actuarem como mecanismos de suporte e de produção de plataformas de persuasão e de repressão, usando o apartheid social como lógica de actuação.



Notícias

A propósito do Mecenato

A Academia Angolana de Letras defendeu a realização de estudos que visem a simplificação do processo administrativo de acesso ao regime de Mecenato Cultural, tornando-o menos burocrático e mais atractivo para os mecenas, artistas, investigadores sociais e promotores culturais.

Essa recomendação saiu do Encontro sobre a Lei do Mecenato: promoção e valorização da cultura e das artes, organizado pela AAL no Centro de Imprensa Aníbal de Melo, em Luanda, no dia 3 de Março de 2023, que visou promover uma discussão pública sobre a Lei do Mecenato, enquanto instrumento que estabelece o regime jurídico de incentivos de natureza fiscal e simbólica na promoção do desenvolvimento das dinâmicas culturais.

Uma das preocupações apresentadas pelos presentes, relaciona-se com os mecanismos que estarão a faltar para que, de facto e efectivamente, se sinta a existência de mecenas na concessão de bolsas de estudo e de criação artística, no patrocínio a criadores, no fomento à produção e divulgação cultural, científica, literária e artística no território nacional, na preservação, promoção e difusão do património artístico, cultural e histórico de Angola, no apoio a estudos e pesquisas na área artística, apoio a deslocações de caravanas artísticas culturais, bem como de investigadores nas suas mobilidades (viagens) internas e externas, etc.

No encontro, em que foram apresentadas quatro comunicações, o académico Boaventura Cardoso, membro fundador da AAL, falou da Lei do Mecenato: promoção e valorização da cultura e das artes; seguiu-se o Coordenador Adjunto do Grupo Técnico Empresarial, Bruno Borges, que falou do Fomento do mecenato à luz do código dos benefícios fiscais. O jurista Aguinaldo Cristóvão destacou os desafios para a implementação da Lei do Mecenato, antes do Chefe do Departamento Técnico da Direcção dos Grandes Contribuintes da Administração Geral Tributária, Esteves Cambundo Francisco de Oliveira, ter esclarecido sobre os Benefícios Fiscais relativos ao Mecenato.

Entre as conclusões do encontro, os presentes recomendaram também a capacitação dos artistas e promotores culturais no sentido de tirarem melhor proveito do regime estabelecido, visando a aprovação dos respectivos projectos, objectos de liberalidades.

De igual modo, os participantes ao encontro concluíram, dada a natureza estratégica da Lei do Mecenato, que seja definida uma entidade coordenadora da política que lhe está subjacente, permitindo uma maior socialização do conjunto de incentivos concedidos pelo Estado para estimular empresas a efectuarem patrocínio cultural.

Novos membros

A Academia Angolana de Letras realizou recentemente um concurso de admissão de novos membros efectivos para o preenchimento das seis vagas existentes, em obediência ao princípio estatutário do *numerus clausus*, preenchidas por eleição mediante escrutínio secreto e directo em Assembleia de membros.

De acordo com o edital tornado público, poderiam concorrer às vagas os escritores e investigadores angolanos que preencham, pelo menos, dois dos seguintes requisitos previstos no estatuto da organização, nomeadamente ter obra como objecto de estudo em universidades angolanas ou estrangeiras, ter ganho prémio(s) em qualquer género literário ou de investigação em Angola ou no estrangeiro e ter obras que tenham sido objecto de ensaio por especialistas em literaturas africanas de língua portuguesa.

Os 9 candidatos a membros efectivos da AAL que submeteram as respectivas candidaturas, deviam ainda

juntar provas de serem cidadãos com idoneidade comprovada, responsáveis e capazes de contribuírem para a realização dos objectivos da Academia e para a execução dos seus programas, assumindo plenamente a sua condição de intelectual, intervindo na vida cultural do País através da produção literária e de investigação científica, bem como na participação em actividades de carácter cultural.

Os membros da Academia reconhecem que os novos desafios culturais e sociais exigem uma gama diversificada de vozes e experiências para conseguirem honrar o compromisso de trabalhar para a dignificação das línguas nacionais e da literatura angolana.

Entretanto, após a submissão das candidaturas, aguarda-se que a Assembleia Geral da AAL se reúna para tratar do assunto, pois é a si que compete admitir novos membros.

A AAL é constituída por 43 membros, dos quais 42 são Membros Fundadores e Membros Efectivos e um é o Patrono da Academia.

Dagoberto aproxima mais Angola ao Brasil

Em parceria com a Academia Angolana de Letras, o professor brasileiro Dagoberto Fonseca apresentou no dia 27 de Outubro, na sede da União dos Escritores Angolanos, os 3 volumes de livros coordenados por si, que trazem em comum a defesa antropológica do ser africano.

Dagoberto José Fonseca, mestre e doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pós-doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), doutor, mestre, licenciado e bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é docente da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, assessor da Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Na ocasião, Dagoberto José Fonseca disse que iria aproveitar essa sua 12ª viagem ao nosso país para apresentar três obras da sua autoria e estreitar relações com académicos e autores angolanos.

Com essa sua visita a Angola, Dagoberto Fonseca criou a expectativa de poder ampliar o diálogo com as autoridades, estudiosos, literatos e académicos de Angola.

O antropólogo e docente brasileiro Dagoberto José Fonseca, trouxe uma delegação para concluir o Acordo de Cooperação Técnica, Académica, Científica e Cultural entre a Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), o Arquivo Nacional de Angola e o Instituto de Fomento Turístico de Angola, a fim de digitalizar todos os documentos do tráfico transatlântico entre Angola e o Brasil, Angola e o mundo e, ainda, trabalhar no fomento do turismo de memória e investigação a partir dos cruzeiros marítimos transatlânticos entre o Brasil e Angola, ainda na actual gestão do Presidente Lula.

O escritor Dagoberto Fonseca é docente de antropologia brasileira na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Tem sido professor e orientador de diversos estudantes angolanos na sua instituição universitária, no Brasil, e um parceiro da Academia Angolana de Letras e de várias instituições angolanas.

Autor de livros conceituados de literatura infanto-juvenil, poemas, obras científicas e artigos dispersos, publicados no Brasil e em países como Angola, Moçambique, França, Portugal e México, Dagoberto Fonseca desenvolve, como escritor, temas ligados à "Negritude" e à luta antirracista.

Paradigmas da liberdade dos PALOP

A Academia Angolana de Letras realizou um ciclo de quatro conferências que visaram assinalar o 48º aniversário da Independência Nacional.

As conferências, inseridas no ciclo denominado “Conversas da Academia à Quinta-feira”, contaram com a participação de protagonistas das lutas de libertação em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e em São Tomé e Príncipe.

O ciclo de Novembro das “Conversas da Academia” abriu com a conferência intitulada “Estado moçambicano: entre o modelo e a realidade social”, proferida pelo nacionalista moçambicano Óscar Monteiro, antigo Ministro do Governo de Transição e Ministro do primeiro Governo de Moçambique independente.

No dia 9, um dia antes do 48º aniversário da Independência Nacional, o nacionalista Augusto Jacob João, dissertou sobre o tema “Luta de libertação em Angola”. No decurso da conferência, também o nacionalista e diplomata Garcia Bires deixou o seu

depoimento em prol da história da luta de libertação nacional.

A terceira conferência, sobre “A luta de libertação e a independência de Cabo Verde”, aconteceu no dia 16 de Novembro, e foi conferencista o comandante Pedro Pires, antigo Presidente da República e antigo Primeiro-Ministro cabo-verdiano.

No dia 23 de Novembro, na conferência relativa à Guiné-Bissau, foi conferencista o veterano da luta de libertação, comandante Manecas dos Santos, antigo Ministro das Finanças e embaixador, que falou sobre a “luta de libertação” no seu país.

Fechou o ciclo, no dia 30 de Novembro, a historiadora são-tomense Maria Nazaré Ceita que dissertou sobre “solidariedade entre os cinco: alavanca indelével na luta de libertação de São Tomé e Príncipe”.

Revista Academia noticiada na Argélia

La Nation
Faites une page sur nous et sur
Arabic

CULTU

UNE REVUE ANGOLAIS PATRIMOINE CULTUREL

*Nous venons d'apprendre en ce mois du patrimoine (18 avril 18 mai), la
golaïse de Lettres. Cette revue a publié une contribution sur le patrimoine
accompagné de romances féminines. La*

M.H

- Le patrimoine culturel du bassin méditerranéen
- La définition des romances féminines
- La poésie d'une aire géo culturelle
- La présentation des textes populaires
- Les origines des romances féminines
- Les caractéristiques des romances féminines
- Le jeu rituel de la Djoghllila
- Les cris de joie accompagnant la Djoghllila (balmançoïre)
- La présentation des différents genres du patrimoine culturel immatériel
- La portée du patrimoine culturel immatériel en Algérie

Ce premier numéro est conçu par une équipe éditoriale, dans le domaine de la recherche scientifique et dans la spécialité des Lettres. Publiée en Angola, Revista Academia Angolana de Letras s'intéresse, par sa ligne éditoriale, à une diversité thématique et linguistique. C'est la raison pour laquelle l'équipe avait inclus Varia afin de présenter les perspectives d'une revue ouverte à toutes les suggestions et les propositions pour un enrichissement d'ordre scientifique d'une part



ciiale et Culturelle(Oran), cette discipline trouve sa place grâce à un enseignant –Chercheur, ayant lancé plusieurs projets sur l'Anthroponymie et la Toponymie avant de créer toute une direction, qui dépend de cet établissement de recherche scientifique sous la direction du Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche Scientifique (MESRS-Algérie). Nous parlons du Pr Farid Benramdane. Il est important à signaler qu'en Angola la recherche scientifique portesur la toponymie occupe une place importante dans les manifestations et activités scienti-

CE QUI S'INTÉRESSE AU IMMATÉRIEL ALGÉRIEN

La parution du premier numéro de la revue *Académia de l'Académie algérienne* culturel immatériel algérien : il porte sur le jeu de d'escarpolette, contribution traite les points suivants :



en 2022 le projet de création d'une revue, servant « de véhicule de diffusion des idéaux de l'Académie, tout en contribuant sérieusement à la diffusion des Lettres Angolaises. » Pour plus d'informations, « le projet de création de cette revue remonte au mandat du premier conseil d'administration de cette Académie (2016-2020), dirigé alors par l'écrivain Boaventura Cardoso. »

C'est avec la « nouvelle direction, qu'il a été possible de concrétiser cette idée, grâce au soutien financier (...) fourni (...) par le ministère angolais de la Culture et du Tourisme. » La bonne volonté de réussir le projet revient au « Ministre de la Culture et du Tourisme, pour la décision de soutenir une association culturelle (non encore enregistrée comme étant une entité d'utilité publique.) »

D'ailleurs, « l'Académie Angolaise des Lettres est un organisme de la société civile angolaise, dont la mission est de collaborer avec l'État dans la conception et la mise en œuvre de politiques publiques, dans les domaines de la littérature, du livre, de la linguistique et des sciences sociales. Dans ce contexte, l'AAL a jusqu'à présent produit deux déclarations, la première concernant l'accord orthogra-

- ANTÓNIO PANGUILA (1963 – 2018)
- ARLINDO BARBEITOS (1940 – 2021)
- BETO VAN-DUNEM (1935 – 2020)
- CARLOS PIMENTEL (1944 – 2016)
- CHÓ DO GURI (1959 – 2017)
- DARIO DE MELO (1935-2022)
- FRÉDÉRICÓ NINGI (1959 – 2018)
- JAKA JAMBA (1949-2018)
- OCTAVIANO CORREIA (1940-2022)
- ROSÁRIA DA SILVA (1959- 2022)

Bien qu'elle soit ancrée dans la culture des scientifiques, la rubrique nécrologique avait disparu depuis plusieurs années pour les

et d'ordre thématique d'autre part.

Dans la rubrique *Varia*, nous avons relevé quatre contributions en langue portugaise dont une est en langue française, alors portant sur les romances féminines et le rituel de Djoghila, la balançoire que la recherche scientifique lui attribue l'aspect d'un rituel joyal et que nous considérons comme une variante du patrimoine culturel immatériel, bien la balançoire est conçue par les usagers avec une corde et une peau de mouton, communément appelée « Haydora ».

Les fillettes apprécient beaucoup cette pratique socio-sociétale dont la création remonte à plusieurs siècles. Pour nous, la balançoire est arrivée des provinces de l'Andalousie, accompagnée de poésie populaire mais féminine. Dans un parler algérien, cette poésie féminine est assimilée à une production littéraire, sur la base d'une tradition ancestrale, transmise de mère à fille. Pour les sociologues, les historiens et les anthropologues, pour rejoindre les socio-anthropologues, (afin de rester dans les sciences sociales et humaines), la poésie populaire est une création littéraire et une production sous la forme de romances de genre dans le sens de parler de littérature populaire et de la culture ancestrale féminine. Les femmes sont les seules productrices des romances qui accompagnent, encore le jeu de la balançoire. Pour la rubrique éducation, nous avons enregistré trois contributions. Et, pour la rubrique « Toponymie et identité nationale », nous avons enregistré trois contributions qui nous renvoient aux objectifs de la revue *Académia*, celle qui cherche à faire valoir les questions, étroitement liées aux Lettres. Comme en Algérie, et plus particulièrement au niveau du Centre de Recherche en Anthropologie So-

ciologiques. Elle est développée jusqu'à ce que la revue *Académia* fasse un grand pas en introduisant un dossier qui relate la rencontre sur la toponymie et l'identité nationale. Le dossier regroupe quatre contributions.

Une autre rubrique « Nouvelles » est mise en avant par l'équipe éditoriale pour retrouver deux points importants :

Pour les distinctions attribuées aux universitaires

- Filipe Zau, nommé ministre de la Culture et du Tourisme

- Distinction à l'universitaire Pepetela

- Prix à l'universitaire Boaventura Cardoso

À l'universitaire Boaventura Cardoso

La revue *Académia* rapporte :

- Prix DST Angola/Camões 2022

- Prix à l'universitaire Aníbal Simões

Par ailleurs, une autre distinction à l'universitaire Aníbal Simões, pour le Prix Littéraire Sagrada Esperança 2022 (Édition Spéciale Centenaire).

La revue reprend les activités telles que :

- Activité développée par AAL en 2022 (conversations hebdomadaire du jeudi stimulent la connaissance *Academia Presente* au Centenaire de Neto)

Dans sa politique éditoriale la revue *Académia* accorde de l'importance à l'Homme, qu'il soit une femme ou un homme, en rappelant l'intitulé de la rubrique : Nécrologie. Des noms et des parcours avaient pris une place pour des notices biographiques pour les uns et nécrologiques pour les autres, illustrés respectivement par une photo. Nous évoquons les noms de :

- ANTERO DE ABREU (1927- 2017)

- ANTÓNIO FERNANDES DA COSTA (1942-2022)

- ANTÓNIO GONÇALVES (1960-2020)

plus anciennes revues scientifiques algériennes. D'ailleurs, cette pratique est tombée en désuétude.

Comme toutes les revues scientifiques, la Revue Académia informe les éventuels collaborateurs de la revue, en prenant compte des normes éditoriales, avec des précisions :

« Les textes à publier dans la revue doivent également mentionner la rubrique dans laquelle l'auteur entend les inclure, et doivent être envoyés sous format numérique à la rédaction de la revue, de préférence via l'email (de la rédaction de la revue) »

La revue insiste sur : « les textes à transmettre doivent respecter les normes rédactionnelles mentionnées (...) »

L'éditeur rappelle qu' « à partir du moment où l'éditeur confirme que les normes de rédaction ont été respectées, le texte est transmis à deux chercheurs (anonymes pour l'auteur et lui-même), qui s'expriment individuellement sur la pertinence et la publication du texte. La déclaration comprend une évaluation quantitative de l'article, sur une échelle de 0 à 100 points. Cette décision est prise sous une forme précise et exprimée par écrit avec l'Editeur. C'est au rédacteur en chef du magazine de prendre la décision finale, sur la base des évaluations des rapporteurs. La décision est communiquée au(x) auteur(s) par l'Editeur, dûment motivée, sans mention des noms des rapporteurs. »

Il est important à signaler le texte et le contenu du mot du directeur de la revue, en évoquant les points importants pour l'Histoire et la Mémoire de cette revue qui fait un bon départ dans la course et surtout dans le cadre de la concurrence scientifique et de la production intellectuelle :

L'Académie Angolaise des Lettres (AAL) lance

phique de la langue portugaise de 1990 et la seconde concernant la toponymie et l'identité nationale (déjà dans le mandat actuel) »

Il est à noter que « le premier livre publié sous le sceau de l'Academia Angolana de Letras (est) intitulé *Letras sobre as línguas de Angola* (organisé par Paulo de Carvalho et António Quino), avec 12 chapitres et la participation de 11 auteurs ; (il) est daté de 2022 et est actuellement sous presse. Il est fortement parrainé par le bureau du vice-président. »

Antonio Fonseca signe un texte, adressé aux lecteurs et se présente comme suit :

« Vous avez, dit-il, sous les yeux le numéro 1 de *Revista Academia*, du mois de juin 2023, dans lequel vous pourrez retrouver, à côté d'articles sur les thèmes centraux de ce numéro, à savoir « Éducation » et « Toponymie », une panoplie d'autres articles. De même, vous trouverez un dossier sur l'organisation par l'Académie Angolaise des Lettres, de la « Rencontre sur la Toponymie et l'Identité Nationale », la Section Actualités, la Section Nécrologie, la Section Documents à travers laquelle vous pourrez connaître l'esprit avec lequel elle a eu lieu. »

L'invitation se fait en ces termes :

« L'Académie est ouverte aux contributions de chercheurs nationaux et internationaux, c'est pourquoi nous invitons chacun ici à nous envoyer ses articles pour une éventuelle édition, pour laquelle ils doivent respecter les règles sur « Comment transmettre la collaboration » qui se trouvent sous le titre « Normes éditoriales ». » Sans préjudice de la publication d'articles sur d'autres sujets, pour le deuxième numéro de cette revue, nous avons choisi « Langues de l'Angola » comme thème central.

Documentos



ACADEMIA ANGOLANA DE LETRAS

Declaração da Academia Angolana de Letras Sobre Toponímia e Identidade Nacional

A Academia Angolana de Letras (AAL), reunida na cidade de Luanda, no Centro de Imprensa Aníbal de Melo, no dia 28 de Outubro de 2022:

Considerando a relevância do conceito de Identidade Nacional no que concerne ao sentimento de pertença e à consciência de partilha de memórias e valores históricos comuns;

Tendo em consideração que as Línguas Nacionais representam um dos mais poderosos esteios da Identidade Nacional e da estabilidade política, económica, social e cultural;

Atendendo à importância da preservação da diversidade sócio-cultural e linguística e das tradições, valores culturais e sistemas de pensamento de cada região de Angola, como fundamento da unidade nacional e do progresso político, económico, social e cultural;

Partindo do pressuposto de que a toponímia colonial é parte integrante do processo político de instauração da colonização portuguesa, sendo que a afirmação da soberania e identidade nacional angolana estão associadas ao processo de ruptura com diversas memórias e símbolos marcadamente coloniais;

Dado que ainda hoje se constata que os nomes de ruas de principais bairros e centros urbanos do país são de personagens lusas ou baseados em símbolos coloniais;

Ademais, regista-se que números significativos de cidadãos angolanos estão à margem das lógicas subjacentes ao exercício de

homenagear e nomear, assim como se constata um desequilíbrio acentuado entre os soberanos dos distintos espaços sócio-culturais e linguísticos, sem esquecer a problemática dos títulos nobiliárquicos que os notabiliza;

Considerando o teor da Declaração da Academia Angolana de Letras a respeito do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, redigida no dia 9 de Outubro de 2018;

A Academia Angolana de Letras (AAL) declara:

1. Reafirmar a predisposição de defesa intransigente da Identidade Nacional e a valorização dos sistemas de pensamento que norteiam as distintas comunidades sócio-culturais e linguísticas angolanas como baluarte dos imperativos nacionais, mormente a independência e a unidade nacional, bem como a consolidação do Estado democrático de direito e uma sociedade justa;
2. Recomendar a imediata aprovação pela Assembleia Nacional, do Estatuto das Línguas Nacionais, conferindo-lhes igual dignidade constitucional da que é revestida à Língua Portuguesa como património histórico-cultural e património cultural imaterial vivo, bem como promover o seu desenvolvimento e valorização, ampliando o seu campo comunicacional, mormente a sua harmonização com os instrumentos jurídicos internacionais que propõem a designação Línguas Nacionais;
3. Manifestar a sua indignação pelo estado em que se encontra o processo de implementação das Línguas Nacionais no sistema de educação e ensino, bem como a sua ampla utilização e divulgação em todos os sectores da vida nacional, recomendando a sua materialização conforme as directivas e deliberações dos mais diversos organismos do Estado Angolano;
4. Estimular a materialização de uma política de Toponímia consensual e aberta aos desafios do presente e do futuro, que valorize a diversidade cultural, o diálogo entre as culturas e promova a reconciliação e unidade nacional; uma política de Toponímia fundada no conhecimento científico e que congregue todas as comunidades sócio-culturais e lin-

guísticas e instituições políticas, dignificando e glorificando a História e a memória colectiva de Angola;

5. Aconselhar o resgate das origens dos nomes próprios das figuras, das cidades, dos municípios e dos factos e sítios históricos, assim como a forma correcta quer de adopção, quer de escrita, cuidando que seja feita em rigorosa conformidade com as normas da ortografia aplicada às Línguas Nacionais;
6. Apoiar as iniciativas toponímicas espontâneas promovidas por movimentos cívicos de cidadãos e das comunidades, bem como os actos administrativos oficiais, que valorizem a importância dos espaços públicos, como largos, praças, centros históricos, avenidas e ruas no imaginário colectivo e sensibilidade dos cidadãos, sendo certo de que o exercício de homenagear e nomear deve traduzir visões de Angola e do mundo, compartilhadas pela sociedade angolana, tendo sempre em consideração elementos sócio-culturais e linguísticos, sócio-históricos e culturais, assim como aspectos geográficos e económicos;
7. Defender o direito à memória histórica e partilhada à todos os protagonistas angolanos e acontecimentos históricos, propondo o inventário das designações toponímicas ligadas aos conflitos políticos desde a era colonial até à instauração da paz definitiva, em 4 de Abril de 2002;
8. Recomendar o arrolamento de nomes e eventos mais relevantes da história antiga e recente de Angola, incluindo elementos do teatro da guerra, do associativismo, da cultura, das artes, da ciência, da religião, do desporto e demais figuras grandiosas da história, merecedoras de dignidade para nomes de ruas, avenidas, becos, praças, largos, bairros e outros elementos da divisão administrativa;
9. Recensear e avaliar a importância histórica e cultural dos actuais topónimos, equacionando igualmente o levantamento de signos toponímicos, que desqualifiquem alguns soberanos em detrimento de outros, enaltecendo todos os soberanos das distintas regiões sócio-culturais e linguísticas, com igual dignidade e honra;

10. Recomendar ao Estado e ao Governo que a cidade de Moçâmedes, bem como outros objectivos económicos e sociais relacionados a esse nome voltem a chamar-se Namibe, em virtude do barão de Moçâmedes estar vinculado ao tráfico de escravos;
11. Recomendar a não inclusão na pauta toponímica nacional de nomes e motivos ligados ao tráfico de escravos, ao fascismo e a todos os actos que desonrem a história e a memória colectiva do povo angolano;
12. Retomar e dinamizar o programa de divulgação e valorização das figuras históricas angolanas, como forma de imortalizar na memória colectiva os seus feitos, quer em prol da resistência à ocupação colonial portuguesa, quer durante a luta armada de libertação nacional.

Luanda, 28 de Outubro de 2022.

A Academia Angolana de Letras (AAL)



ACADEMIA ANGOLANA DE LETRAS

Declaração da Academia Angolana de Letras sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990

A Academia Angolana de Letras (AAL), reunida na cidade de Luanda, na Biblioteca Nacional de Angola, no dia 9 de Outubro de 2018:

Considerando a relevância da Língua Portuguesa como língua oficial e de escolaridade, na República de Angola, em coexistência com as Línguas Nacionais;

Tendo em conta a necessidade de se estabelecerem formas concretas de cooperação entre a Língua Portuguesa e as Línguas Nacionais, nos domínios da investigação e da sua valorização, tal como está consagrado nos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);

Atendendo ao facto de o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AO90) divergir, em determinados casos, de normas da Organização Internacional para a Padronização (ISO) sobre conceito ligado à ortografia, para além de não reflectir os princípios da UNESCO, nem os da Academia Africana das Línguas (ACALAN), sobre a cooperação linguístico-cultural, com vista à promoção do conhecimento enciclopédico e da paz;

Reconhecendo a necessidade de formação de professores de Língua Portuguesa em função das características sócio-linguísticas do universo cultural angolano;

Reconhecendo a necessidade de salvaguardar a identidade sócio-linguística das comunidades angolanas;

Reconhecendo a importância e indispensável necessidade de os Estados Membros da CPLP serem alvo de tratamento e representação equilibrada nos postulados do Acordo Ortográfico de 1990;

Atendendo à importância da partilha de conhecimento, troca de experiências e mobilidade de especialistas no domínio do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, no contexto de língua materna e de língua segunda;

Constatando que, no âmbito dos seus pressupostos, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AO90), pelo número elevado de exceções à regra, não concorre para a unificação da grafia do idioma, não facilita a alfabetização, nem converge para a sua promoção e difusão na República de Angola;

Decide emitir a seguinte declaração:

- 1- Face aos constrangimentos identificados e ao facto de não ser possível a verificação científica dos postulados de todas as Bases deste Acordo, factor determinante para a garantia da sua utilização adequada, a Academia Angolana de Letras (AAL) é desfavorável à ratificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AO90), por parte do Estado angolano.
- 2- Tendo em conta a contribuição de étimos de Línguas *Bantu* para a edificação da própria língua portuguesa, a Academia Angolana de Letras (AAL) advoga que um acordo ortográfico da Língua Portuguesa que vigore neste país considere a importância das Línguas Nacionais como factor de identidade nacional, bem como a necessidade de coexistência entre todas elas.
- 3- A Academia Angolana de Letras (AAL) considera que a escrita de vocábulos, cujos étimos provenham de Línguas *Bantu*, se faça em conformidade com as normas da ortografia dessas línguas, mesmo quando o texto está escrito em Língua Portuguesa.

- 4- A Academia Angolana de Letras (AAL) constata a necessidade de o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AO90) ser objecto de ampla discussão com o concurso de todos os Estados membros da CPLP, em concertação com as suas instituições de formação, de investigação e de promoção literária da Língua Portuguesa.
- 5- A Academia Angolana de Letras (AAL) considera imprescindível que se estabeleça, por parte dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), um período determinado para análise, discussão e concertação de ideias à volta deste assunto, a fim de se encontrar um denominador comum que permita harmonizar a aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AO90) em todo o espaço comunitário, onde se enquadra Angola.
- 6- A Academia Angolana de Letras (AAL) recomenda que o Estado invista em ensino de qualidade, quer em Língua Portuguesa, quer em Línguas Nacionais, como contribuição para a preservação dessas línguas e como factor de progresso económico e sócio-cultural.

Luanda, 10 de Outubro de 2018.

A Academia Angolana de Letras (AAL)

Lei n.º 8/12

de 18 de Janeiro

A sociedade angolana carece de incentivos adequados à promoção e desenvolvimento de diversos sectores da vida social, cultural e económica.

Havendo necessidade de proporcionar incentivos de natureza fiscal a todos aqueles que de forma individual ou colectiva, procedam a liberalidades visando o desenvolvimento dos sectores sociais, culturais, desportivos e juvenis, nos domínios da ciência e da tecnologia, da saúde, da educação, bem como no sector da sociedade de informação;

Sendo o Mecenato um instrumento relevante de apoio, em que o Estado tende a libertar-se de despesas que podem estar a cargo de pessoas singulares ou colectivas privadas e procura arrecadar receitas a fim de afectá-las àqueles sectores onde a iniciativa privada, não se sente incentivada a investir;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das alíneas b) do artigo 161.º e d) do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte:

LEI DO MECENATO**CAPÍTULO I****Disposições Gerais****ARTIGO 1.º**

(Objecto)

A presente lei estabelece o regime jurídico de incentivos fiscais e apoios do Estado no âmbito do Mecenato, visando fomentar, valorizar e promover o desenvolvimento dos sectores social, cultural, desportivo, educacional, juvenil, tecnológico, bem como da saúde e da sociedade de informação.

ARTIGO 2.º

(Âmbito)

1. Estão abrangidos pelo disposto no artigo anterior:

- a) os benefícios fiscais concedidos aos mecenas;
- b) os apoios concedidos ou recebidos pelo Estado e suas associações;
- c) os apoios recebidos pelas pessoas colectivas públicas ou privadas consideradas aptas ao benefício do mecenato nos termos da presente lei.

2. Apenas têm relevância fiscal os donativos em dinheiro ou em espécie e a prestação de serviços, concedidos sem contrapartidas para o mecenas, cujo escopo se posicione ao nível dos sectores descritos no artigo 1.º da presente lei.

ARTIGO 3.º

(Definições)

Para efeitos da presente lei, entende-se por:

- a) *mecenas* — pessoa colectiva que, de forma altruística e desinteressada economicamente, afecta bens, serviços ou fundos à realização de acções com vista a incentivar e contribuir para o desenvolvimento do sector cultural, desportivo, educacional ambiental, científico, tecnológico, da saúde, da sociedade da informação, nos termos definidos na presente lei;

- b) *liberalidade* — concessão, sem quaisquer contrapartidas de carácter económico, de fundos monetários, bens, ou prestações de serviços, concedidos, nos termos e limites definidos na presente lei;

- c) *beneficiários das liberalidades* — pessoas colectivas que cumprindo os requisitos subjectivos e objectivos definidos na presente lei são elegíveis para atribuição de liberalidades;

- d) *agentes culturais nacionais* — pessoas colectivas que realizam e desenvolvem actividades culturais, recreativas e desportivas;

- e) *centros de excelência* — pessoas colectivas públicas vocacionadas para realização de pesquisas, treino, formação avançada, investigação científica e outros ramos de investigação e desenvolvimento, com relevo técnico para desempenharem funções consultivas para o Executivo, no âmbito de políticas públicas a adoptar.

ARTIGO 4.º

(Benefícios fiscais aos mecenas)

1. Os benefícios fiscais previstos na presente lei são atribuídos às pessoas colectivas que, de forma altruista prestarem serviços ou praticarem acções, realizarem para outrem ou financiarem, total ou parcialmente, obras ou projectos sociais, culturais, educacionais, desportivos, ambientais, juvenis, científicos, tecnológicos, bem como nos domínios da saúde e da sociedade de informação.

2. Não têm direito aos benefícios fiscais previstos na presente lei as pessoas colectivas que não possuam a sua situação fiscal regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado e a contribuições para a Segurança Social.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, tal situação só é impeditiva da concessão dos benefícios fiscais enquanto o interessado se mantiver em circunstância de incumprimento e se a dívida tributária em causa, sendo exigível, não tenha sido objecto de reclamação, impugnação ou oposição ou não seja prestada garantia idónea.

4. As entidades que se encontrem em circunstância de regularização da sua situação contributiva, ao abrigo de acordos ou planos de pagamento faseado das suas dívidas, não são elegíveis para os benefícios fiscais previstos na presente lei.

5. O incumprimento de qualquer disposição da presente lei tem por consequência a repristinação da situação fiscal do contribuinte, nomeadamente quanto às liberalidades cometidas desde a data em que é conhecido esse incumprimento.

ARTIGO 5.º

(Princípio da colaboração)

Os departamentos ministeriais competentes devem prestar todas as informações e assistência necessárias para que os potenciais beneficiários possam tirar melhor proveito da política do mecenato.

ARTIGO 6.º

(Princípio do interesse público)

Os mecenas devem incluir nas suas acções de responsabilidade social programas, actividades e acções que visem

a satisfação das necessidades colectivas, promovendo o acesso e fruição das diversas formas de mecenato.

ARTIGO 7.º

(Princípio da prossecução do fim visado)

Os beneficiários devem utilizar as liberalidades recebidas, exclusivamente, na realização dos fins para que foram destinados.

ARTIGO 8.º

(Beneficiários das liberalidades)

São beneficiários das liberalidades previstas na presente lei:

- a) as pessoas colectivas públicas ou privadas que desenvolvam acções de beneficência, de carácter humanitário e de cariz educacional;
- b) o Estado e quaisquer dos seus serviços, estabelecimentos ou organismos;
- c) as fundações com utilidade pública reconhecida, nos termos da lei;
- d) as associações técnico-profissionais, sociais, culturais, comunitárias e as academias;
- e) os agentes culturais nacionais;
- f) as universidades, institutos superiores e centros de excelência.

ARTIGO 9.º

(Mensuralidade das liberalidades)

1. As liberalidades podem ser concedidas em dinheiro, espécie ou através da prestação de serviços.

2. Tratando-se de liberalidades em espécie ou de prestação de serviços, estas devem ser quantificadas, para o respectivo cômputo dos benefícios fiscais.

3. As liberalidades em espécie e a prestação de serviço, para a definição da quantificação referida no número anterior, devem ser objecto de avaliação, servindo de base o valor do custo devidamente documentado suportado pelo mecenato.

CAPÍTULO II Benefícios Fiscais

SECÇÃO I

Incentivos Fiscais

ARTIGO 10.º

(Isenção fiscal)

1. Estão isentos de quaisquer impostos os resultados obtidos por entidades sem fins lucrativos, com reconhecida utilidade pública, nos termos da lei, derivados de actividades culturais, desportivas, de solidariedade social, ambientais, juvenis, sanitárias, científicas ou tecnológicas.

2. A isenção prevista no número anterior só pode ser concedida aos beneficiários de liberalidades legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) o exercício gratuito dos cargos nos seus órgãos;
- b) existência de contabilidade organizada nos termos do plano geral de contabilidade, devendo esta documentação ser disponibilizada, sempre que

solicitada, ou pelo Ministério das Finanças ou pelo Ministério competente em razão da matéria;

- c) disponham de contas certificadas por contabilista, nos mesmos termos estabelecidos para as sociedades comerciais;
- d) não existir qualquer afectação de fundos resultantes das actividades prosseguidas pela entidade a qualquer membro ou terceiro;
- e) inexistência de interesse, directo ou indirecto, no resultado das actividades prosseguidas.

ARTIGO 11.º

(Tributação aos mecenato no estrangeiro)

O Estado estabelece acordos com outros países para evitar a tributação aos mecenato residentes ou sedeados no estrangeiro, desde que esses países adquiram bens ou equipamentos que se destinem a ser doados a entidades ou instituições angolanas para a prossecução de qualquer dos objectivos previstos na presente lei.

SECÇÃO II

Deduções Fiscais dos Mecenato

ARTIGO 12.º

(Dedutibilidade fiscal das liberalidades)

1. Para efeito de apuramento de rendimento tributável, as liberalidades concedidas pelas actividades ou projectos das entidades públicas ou privadas referidas no artigo 4.º, são considerados custos ou perdas do exercício, fiscalmente dedutíveis à matéria colectável do Imposto Industrial em 40% do respectivo valor total.

2. Os limites definidos no número anterior, se a actividade for desenvolvida no âmbito da pessoa colectiva, para benefício dos seus trabalhadores e agregado familiar, passam para 30%.

3. Os custos incorridos com a aquisição de obras de arte, ou quaisquer outras formas de produção artística produzidas por artistas de nacionalidade angolana, mediante a documentação da transacção através de recibo emitido pelo artista em que conste o seu número de identificação fiscal, a sua morada, a identificação do artista e o valor de venda da obra.

4. A dedutibilidade dos custos referidos no número anterior é limitada a 1% do resultado líquido do exercício em que as liberalidades são concedidas.

CAPÍTULO III

Liberalidades aos Beneficiários

ARTIGO 13.º

(Mecenato social)

Na área do mecenato social, são dedutíveis ou considerados custos ou perdas do exercício, as liberalidades atribuídas às pessoas colectivas públicas ou privadas, de solidariedade social ou equiparadas, que prossigam os seguintes objectivos:

- a) assistência a pessoas vulneráveis, designadamente órfãos, filhos de pessoas desempregadas, pessoas portadoras de necessidades especiais e idosos;
- b) criação de oportunidades de trabalho e de reinserção social, famílias ou grupos em situação de

exclusão social, designadamente no âmbito de programas de luta contra a pobreza;

- c) apoios à criação e desenvolvimento de actividades de instituições de solidariedade social, nos domínios da infância e da pessoa idosa;
- d) apoios à criação e desenvolvimento das associações de deficientes e de portadores de doença mental;
- e) apoio à criação de infra-estruturas e serviços destinados a facilitar a conciliação da maternidade com a actividade profissional;
- f) apoio a entidades que se dediquem à reeducação e a desintoxicação de pessoas, designadamente jovens, vítimas dos efeitos do consumo de álcool ou estupefacientes;
- g) apoio ou fomento de qualquer actividade de beneficência social, aprovada pelo departamento ministerial responsável pelo sector social.

ARTIGO 14.º

(Mecenato cultural)

Na área do mecenato cultural, são considerados custos ou perdas do exercício as liberalidades atribuídas às pessoas colectivas públicas ou privadas de natureza cultural que prossigam os seguintes objectivos:

- a) incentivo à formação artística e cultural, concessão de bolsas de estudo e de criação artística, bem como a outorga de prémios a criadores;
- b) fomento à produção e divulgação cultural e artística no território nacional e no estrangeiro;
- c) preservação, promoção e difusão do património artístico, cultural e histórico de Angola;
- d) estímulo ao reconhecimento dos bens e valores culturais, nomeadamente os levantamentos, estudos e pesquisas na área artística;
- e) atribuição de recursos a fundações culturais com fins específicos ou a museus, bibliotecas, arquivos ou a outras entidades de carácter cultural;
- f) doação de bens móveis e imóveis para a produção artística e cultural;
- g) apoio às deslocações de caravanas artísticas e culturais, bem como de investigadores para o exterior do país;
- h) construção ou reparação de infra-estruturas ou equipamentos culturais;
- i) patrocínio de concursos, prémios e festivais;
- j) apoio a outras actividades culturais e artísticas aprovadas pelo departamento ministerial responsável pelo sector cultural.

ARTIGO 15.º

(Mecenato juvenil e desportivo)

Na área do mecenato desportivo, são dedutíveis ou considerados custos ou perdas do exercício, as liberalidades atribuídas às pessoas colectivas públicas ou privadas, cujo objecto seja o fomento e a prática de actividades desportivas, e prossigam os seguintes objectivos:

- a) formação desportiva, escolar e universitária;
- b) o desenvolvimento de programas desportivos aos portadores de necessidades especiais;

- c) atribuição de prémios a praticantes desportivos participantes em competições realizadas em Angola e no estrangeiro;
- d) a doação de bens móveis, imóveis, materiais e equipamentos desportivos;
- e) construção de equipamentos desportivos;
- f) realização de missões desportivas nacionais ao abrigo da legislação vigente;
- g) fomento à criação de instituições ou organizações de apoio às actividades da juventude;
- h) realização de acções de educação e informação dirigidas à juventude sobre a pandemia do VIH/SIDA e ITS;
- i) fomento e realização de projectos de combate à delinquência juvenil;
- j) outras actividades desportivas e juvenis aprovadas pelo departamento ministerial responsável pelo sector da juventude e desportos.

ARTIGO 16.º

(Mecenato educacional ambiental, científico e tecnológico)

1. Na área do mecenato educacional, são dedutíveis ou considerados custos ou perdas do exercício, as liberalidades atribuídas às pessoas colectivas públicas ou privadas que prossigam os seguintes objectivos:

- a) fomento e promoção de actividades de formação ou cursos legalmente reconhecidos pelo órgão governamental responsável pela educação;
- b) fomento à criação e apetrechamento de arquivos, bibliotecas escolares, laboratórios, bem como para a constituição de fundações e associações de ensino ou de educação;
- c) fomento à produção e divulgação em todo o território nacional e no estrangeiro de exposições escolares, bem como à criação de círculos de interesse técnico-científico;
- d) apoio a outras actividades aprovadas pelo departamento ministerial responsável pelo sector da educação.

2. Na área do mecenato ambiental são considerados custos ou perdas do exercício aceites fiscalmente, as liberalidades atribuídas a pessoas colectivas públicas ou privadas que prossigam os seguintes objectivos:

- a) apoio às associações de defesa do ambiente, no que respeita a sua criação e às suas actividades;
- b) apoio às Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades ou associações de defesa e protecção do ambiente, que se dediquem nomeadamente à criação, restauro e manutenção de jardins públicos e botânicos, parques zoológicos e ecológicos, ao combate à desertificação, tratamento e distribuição de água e ao saneamento básico;
- c) apoio a outras actividades aprovadas pelo departamento ministerial responsável pelo sector do ambiente.

3. Na área do mecenato científico e tecnológico são dedutíveis ou considerados custos ou perdas do exercício, as liberalidades atribuídas a pessoas colectivas públicas ou privadas que prossigam os seguintes objectivos:

- a) apoio às instituições que se dediquem à actividade científica e tecnológica e ao financiamento de bolsas de estudos definidas pelo órgão governamental responsável pela educação;
- b) apoio às escolas e órgãos de comunicação social que se dediquem à promoção da cultura científica e tecnológica;
- c) apoio ao desenvolvimento de projectos de investigação científica, aquisição de instalações ou equipamento científico, bem como a realizações de obras de conservação em instalações destinadas à investigação científica;
- d) apoio aos projectos de intercâmbio de conhecimento de especialistas e investigadores, incluindo a divulgação científica através da realização de grandes eventos científicos, como feiras, congressos e exposições;
- e) apoio aos projectos de inovação e aplicação industrial, no domínio da investigação e desenvolvimento tecnológico;
- f) apoio a outras actividades aprovadas pelo departamento ministerial responsável pelo sector da ciência e tecnologia.

ARTIGO 17.º

(Mecenato para a saúde)

Na área do mecenato da saúde são dedutíveis ou considerados custos ou perdas do exercício, as liberalidades atribuídas a pessoas colectivas públicas ou privadas que prossigam os seguintes objectivos:

- a) apoio a instituições responsáveis pela organização de eventos nacionais e internacionais no domínio da saúde;
- b) doação de medicamentos e equipamentos a instituições hospitalares públicas;
- c) apoio a campanhas de vacinação e de divulgação de medidas de prevenção de doenças;
- d) apoio aos programas de luta contra o HIV/SIDA em todo o território nacional;
- e) apoio a pessoas desprovidas de recursos que necessitem de intervenções cirúrgicas ou tratamento médico;
- f) apoio a associações de promoção da saúde, no que respeita à sua criação e ao desenvolvimento das suas actividades;
- g) apoio a outras actividades aprovadas pelo departamento ministerial responsável pelo sector da saúde.

ARTIGO 18.º

(Mecenato para a sociedade de informação)

Na área do mecenato para a sociedade de informação são dedutíveis ou considerados custos ou perdas do exercício, as liberalidades em equipamentos informáticos, programas de computadores, formação e consultoria na área da informática, concedidas aos beneficiários de liberalidades e bem assim aos órgãos de comunicação que se dediquem à recolha, tratamento e difusão social da informação.

CAPÍTULO IV

Registo e Acompanhamento

ARTIGO 19.º

(Registo dos mecenas)

1. Para efeitos fiscais os mecenas devem promover o seu registo, em momento prévio à realização da primeira liberalidade, à entidade a designar em sede de regulamento.

2. Do registo, referido no número anterior, devem constar os seguintes elementos identificativos:

- a) o nome, designação ou firma e cópia dos respectivos estatutos;
- b) o número de contribuinte;
- c) o domicílio fiscal;
- d) a certidão comercial;
- e) a área económica em que desenvolve a sua actividade;
- f) a actividade que pretende apoiar;
- g) as certidões comprovativas da regularidade da sua situação fiscal e contributiva.

3. Os mecenas, após o acto de registo, devem comunicar por escrito à sua repartição fiscal a realização de qualquer liberalidade.

4. Na declaração modelo I do imposto industrial deve ser declarado o volume anual de liberalidades concedidas, devidamente documentadas nos termos do número anterior e disponibilizadas sempre que solicitadas pela administração, sob pena de a administração fiscal proceder a correcções à matéria colectável do contribuinte.

ARTIGO 20.º

(Registo dos beneficiários)

1. Os beneficiários devem fornecer à entidade responsável pelo registo de mecenas e beneficiários referido no artigo anterior os seguintes elementos:

- a) cópia do seu programa ou plano de actividades respeitantes ao ano em que recebem alguma das liberalidades previstas na presente lei;
- b) a comprovação documental da utilização ou aplicação das liberalidades recebidas na prossecução do fim para que foram concedidas;
- c) devem ainda os beneficiários proceder à entrega, até ao final de Fevereiro de cada ano, da declaração de modelo oficial referente aos donativos recebidos no ano anterior.

2. As entidades que não estejam legalmente constituídas e que pretendam beneficiar das liberalidades previstas na presente lei devem, para além do disposto no número anterior, proceder ao seu registo no registo de mecenas e beneficiários, do qual conste o nome ou designação, o domicílio, a actividade exercida e quaisquer outros elementos necessários à sua identificação.

3. Os beneficiários sujeitos à colecta fiscal, fazem constar da sua declaração fiscal anual o valor das liberalidades recebidas, as quais não podem ser tidas em conta para o apuramento do imposto.

4. Os beneficiários comunicam de imediato e por escrito ao serviço referido no n.º 2 deste artigo, quaisquer liberalidades que tenham recebido, com a identificação do mecenas e do projecto em causa, bem como do montante recebido.

ARTIGO 21.º
(Obrigações acessórias)

1. Os beneficiários dos donativos são obrigados a:
- emitir documento comprovativo dos montantes dos donativos recebidos dos seus mecenass, com a indicação do seu enquadramento no âmbito do Capítulo IV e, bem assim, com a menção de que o donativo é concedido sem contrapartidas, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 2.º da presente lei;
 - possuir registo actualizado dos mecenass, do qual constem, nomeadamente nome, o número de identificação fiscal, bem como a data e o valor de cada donativo que lhes tenha sido atribuído, nos termos do Capítulo IV da presente lei;
 - entregar à Direcção Nacional dos Impostos, até ao final do mês de Fevereiro de cada ano, uma declaração de modelo oficial referente aos donativos recebidos no ano anterior.
2. Para efeitos da alínea a) do número anterior, o documento comprovativo deve conter:
- a qualidade jurídica da entidade beneficiária;
 - o diploma onde se enquadra, e a identificação do despacho necessário ao reconhecimento, quando aplicável;
 - o montante ou quantificação da liberalidade;
 - a identificação e quantificação da liberalidade.
3. Os donativos em dinheiro são obrigatoriamente efectuados através de transferência bancária, sob pena da sua não aceitabilidade.

ARTIGO 22.º
(Acompanhamento)

Os diferentes órgãos e serviços do Estado relacionados com os sectores abrangidos por esta lei devem prestar todas as informações e assistência necessárias para que os potenciais beneficiários possam tirar melhor proveito do mecenato, designadamente na fase de elaboração dos seus projectos.

ARTIGO 23.º
(Incompatibilidades)

1. As liberalidades não podem beneficiar directamente as pessoas vinculadas a quem as pratica.
2. Consideram-se pessoas vinculadas:
- a sociedade de que o mecenass seja Presidente do Conselho de Administração, Director-Geral e Administrador Executivo ou não executivo, gerente, accionista ou sócio à data das liberalidades ou nos doze meses anteriores ou posteriores;
 - o cônjuge, o companheiro em união de facto, os parentes até terceiro grau e os afins, os dependentes ou administradores, gerentes, accionistas ou sócios do beneficiário nos termos da alínea anterior;
 - o sócio, mesmo quando se trate de outra pessoa jurídica.

ARTIGO 24.º
(Relatório Anual)

Os mecenass e os beneficiários devem elaborar até ao fim do mês de Fevereiro, um relatório relativo aos recursos dis-

ponibilizados no exercício anterior e respeitantes a cada uma das áreas abrangidas por este diploma.

CAPÍTULO V
Infrações e Sanções

ARTIGO 25.º
(Fraude)

A simulação de liberalidade ou do seu valor acima do valor real, mediante actuação fraudulenta e concertada do mecenass e do beneficiário com o fim de obter um ganho ilegítimo, constitui crime nos termos da lei.

ARTIGO 26.º
(Sanções administrativas)

1. O recebimento pelos mecenass de qualquer vantagem financeira ou material em decorrência da liberalidade, é punível com multa que varia entre Kz: 50 000,00 e Kz: 200 000,00.

2. Compete à Direcção Nacional de Impostos o impulso processual da infracção prevista no número anterior, incumbindo ao mesmo aplicar a sanção correspondente, tendo em conta a gravidade e o grau de dolo do comportamento.

3. Perante o desvirtuamento dos objectivos visados e a inobservância das normas administrativas e financeiras aplicáveis, pode o departamento ministerial competente inabilitar por cinco anos o infractor de beneficiar de apoios públicos e incentivos previstos na presente lei.

4. A inabilitação do infractor, de beneficiário de apoios públicos e de incentivos previstos na alínea anterior, repõe automaticamente o cumprimento tributário competente, nos termos gerais da lei.

CAPÍTULO VI
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 27.º
(Regulamentação)

A presente lei deve ser regulamentada no prazo de cento e vinte dias, pelo Executivo.

ARTIGO 28.º
(Dívidas e omissões)

As dívidas e as omissões resultantes da interpretação e da aplicação da presente lei são resolvidas pela Assembleia Nacional.

ARTIGO 29.º
(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor a 1 de Janeiro de 2012.
Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 9 de Dezembro de 2011.

O Presidente da Assembleia Nacional, *António Paulo Kassoma*.

Promulgado aos 11 de Janeiro de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, *José Eduardo dos Santos*.

A Declaração de Asmara sobre Línguas e Literatura Africana

Nós, escritores e acadêmicos de todas regiões da África, nos reunimos em Asmara, Eritreia, do dia 11 ao dia 17 de janeiro de 2000, para a conferência intitulada ***Contra Todas Probabilidades***

: Línguas e Literaturas Africanas no 21º Século. Esta é a primeira conferência sobre línguas e literaturas africanas a acontecer em solo africano, com participantes do leste, oeste, norte e sul da África e diáspora e por escritores e acadêmicos de todas as partes do mundo. Nós examinamos o estado de línguas africanas em literatura, pesquisa, edição, educação e administração na África e pelo mundo. Nós celebramos a vitalidade de línguas e literaturas africanas e afirmamos seu potencial. Notamos com orgulho que mesmo com toda probabilidade contra elas, as línguas africanas sobrevivem como veículos de comunicação e conhecimento e têm uma continuidade escrita de mais de mil anos. Colonização criou os mais sérios obstáculos contra línguas e literaturas africanas. Notamos com preocupação o fato que esses obstáculos coloniais ainda perseguem a África independente e continuam a bloquear o espírito do continente. Nós identificamos a profunda incongruência em línguas coloniais falando pelo continente. No início de um novo século e milênio, a África deve firmemente rejeitar esta incongruência e afirmar um novo começo através de suas línguas e herança.

Nesta conferência histórica, nós, escritores e acadêmicos de todas regiões da África, reunidos em Asmara, Eritreia, declaramos que:

1. Línguas africanas devem tomar o dever, a responsabilidade e o desafio de falar pelo continente.

2. A vitalidade e igualdade de línguas africanas devem ser reconhecidas como uma base para o futuro « empowerment » dos povos africanos.
3. A diversidade de línguas africanas reflecte a rica herança cultural da África e deve ser usada como instrumento para a união africana.
4. Diálogo entre línguas africanas é essencial : As línguas africanas devem utilizar o instrumento de tradução para avançar a comunicação entre todas as pessoas, incluindo desabilitados.
5. Todas crianças africanas têm o direito de ir à escola e aprender em suas línguas maternas. Todo esforço deverá ser feito para que línguas africanas sejam desenvolvidas à todos níveis de educação.
6. Promovendo pesquisa sobre as línguas africanas é vital para o seu desenvolvimento, enquanto o avanço de pesquisa e de documentação africana será melhor servida pelo uso de línguas africanas.
7. O desenvolvimento pertinente e rápido de ciência e de tecnologia na África depende do uso de línguas africanas, e a tecnologia moderna deve ser utilizada para o desenvolvimento de línguas africanas.
8. Democracia é essencial para o desenvolvimento igual de línguas africanas, e línguas africanas são vitais para o desenvolvimento de democracia baseado em igualdade e justiça social.
9. Línguas africanas, como todas línguas, contêm a polarização de género. O papel de línguas africanas em desenvolvimento deverá superar esta polarização de género e alcançar igualdade de género.
10. Línguas africanas são essenciais para a descolonização do espírito africano e para o renascimento africano.

A iniciativa que se materializou durante a conferência *Contra Todas Probabilidades* deve ser continuada com conferências bienais em partes diferentes da África. Para organizar futuras conferências, para criar um fórum de diálogo e cooperação, e para avançar os princípios desta declaração, um Secretariado será estabelecido, e será inicialmente baseado em Asmara, Eritreia.

Traduzida para tantas línguas africanas quanto possível e baseada nesses princípios, a Declaração de Asmara é afirmada por todos participantes de *Contra Todas Probabilidades*. Nós convidamos todos os Estados africanos, a OUA, a ONU, e todas organizações internacionais que servem a África para nos juntar à esse esforço de reconhecimento e apoio às línguas africanas, com esta declaração como base para novas políticas.

Enquanto reconhecemos com orgulho a conservação de línguas africanas em algumas partes da África e da diáspora e do papel de línguas africanas na formação de novas línguas, nós incitamos todos povos da África e da diáspora a nos juntar no espírito desta declaração e se tornar parte dos esforços para realizar seus objetivos.

Asmara, 17 de Janeiro de 2000

** Tradução provisória e não-oficial por Maureen Gallagher para Bisharat. Julho de 2001. Texto adaptado à grafia em vigor em Angola.*

Normais Editoriais

Normas Editoriais da Revista Academia



Como encaminhar a colaboração

Os textos a publicar na revista devem incluir o seguinte:

- a) Título (na língua do texto, em português e em inglês);
- b) Nome, local de trabalho e e-mail do(s) autor(es)¹;
- c) Resumo (na língua utilizada no texto, em português e em inglês), com até 1.000 caracteres incluindo espaços;
- d) Palavras-chave, na língua do texto, em português e inglês (até 6 palavras);
- e) Texto do artigo (segundo as presentes normas editoriais);
- f) Nota bio-bibliográfica do(s) autor(es)².

Os textos a publicar na revista devem ainda mencionar a secção onde o autor pretende enquadrá-los, sendo encaminhados em formato digital para o Editor da revista, preferencialmente através do endereço electrónico revista.academia.aal@gmail.com.

Os textos a encaminhar devem respeitar as normas de redacção mencionadas abaixo, sob o risco de não serem aceites pelo Editor.

A partir do momento em que o Editor comprove estarem respeitadas as normas de redacção, o texto é encaminhado para dois investigadores (anónimos para o autor e para os próprios), que se pronunciam individualmente sobre a pertinência e secção de publicação do texto. O pronunciamento inclui a avaliação quantitativa do artigo, numa escala de 0 a 100 pontos. Esta decisão é tomada em

¹ Havendo mais de um autor, deve mencionar-se em primeiro lugar o autor principal.

² Incluir relação com a Academia Angolana de Letras, profissão, maior grau académico concluído, universidade onde o concluiu, categoria ocupacional, local de trabalho, áreas de investigação, principais livros de que é autor(a) ou co-autor(a).

impresso próprio e expressa de forma escrita junto do Editor. Compete ao Editor da revista tomar a decisão final, com base nas avaliações dos *referees*. A decisão é comunicada ao(s) autor(es) pelo Editor, com a devida fundamentação, sem menção aos nomes dos *referees*.

Um texto apresentado para publicação pode ser revisto pelo(s) autor(es) apenas uma vez, caso a opinião dos *referees* e do Editor assim aconselhe.

Normas de redacção

Os textos a publicar na revista *Academia* são preferencialmente publicados em língua portuguesa. Podem ser aceites textos em língua espanhola, francesa ou inglesa. No que respeita ao noticiário, podem também ser utilizadas línguas nacionais angolanas.

Admite-se a publicação de textos inéditos e a tradução de textos publicados noutras línguas.

Cada texto pode ter até quatro autores, ordenados segundo o critério que estes considerem ser de utilizar. Em relação ao autor ou ao primeiro de vários autores, deve ser mencionado o correio electrónico.

Cada artigo ou notícia a ser submetido deve ser redigido a 1,5 espaço, em letra *Times New Roman* tamanho 12. Já o título deve estar em caracteres negritos, tamanho 16. Os artigos devem estar preferencialmente divididos em secções ou itens, com títulos negritos em tamanho 14. Devem evitar-se sub-itens.

As notas de rodapé devem estar indicadas na própria página, em caracteres tamanho 10.

Referências bibliográficas no texto

A revista *Academia* adopta as normas editoriais da *Revista Angolana de Sociologia*. As referências bibliográficas devem preferencialmente ser indicadas no texto, da seguinte forma:

[Weber 1946]

[Weber 1946: 184]

[Weber 1946: 182-189]

[Weber 1946: 184, 187-188]

[*apud* Weber 1946: 185-186, 189-193]

[Weber 1946, Castel 2000]

[cf. Weber 1946: 183-184, Castel 2000: 24-28]

Sendo citado o nome do autor no texto, eis como devem ser apresentadas as referências bibliográficas:

«De acordo com Weber [1946: 182-189], ...»

«De acordo com Max Weber [1946: 182-189], ...»

Para as referências de mais de um autor, eis alguns exemplos com recomendações: [Born & Lioni 1996]

[Born & Lioni 1996: 14-35] [Vala *et al.* 1999]

[Vala *et al.* 1999: 49-67]

Lista bibliográfica

A lista bibliográfica deve estar indicada no final do artigo ou da notícia, de acordo com as indicações apresentadas nos exemplos a seguir (um autor, dois ou mais autores; livros, artigos em livro, revistas; draft, comunicação).

WEBER, Max

1983: *Fundamentos da Sociologia*, Porto: Rés

1946: «Class, Status and Party», in: H.H. Gerth & C. W. Mills (orgs.) *From Max Weber: Essays in Sociology*, Nova Iorque: Oxford University Press, pp. 180-195

BORN, Michel & Anne-Marie LIONTI

1996: *Familias pobres e intervenção em Réseau*, Paris: L'Harmattan VALA, Jorge; Rodrigo BRITO & Dinis LOPES

1999: *Expressões dos racismos em Portugal*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

CASTEL, Robert

2000: «A Precaridade: transformações históricas e tratamento social», in: M. Soulet (org.) *Da Não-Integração. Tentativas de definição teórica de um problema social contemporâneo*, Coimbra: Quarteto Editora, pp. 21-38

DAVIS, Kingsley & MOORE, Wilbert

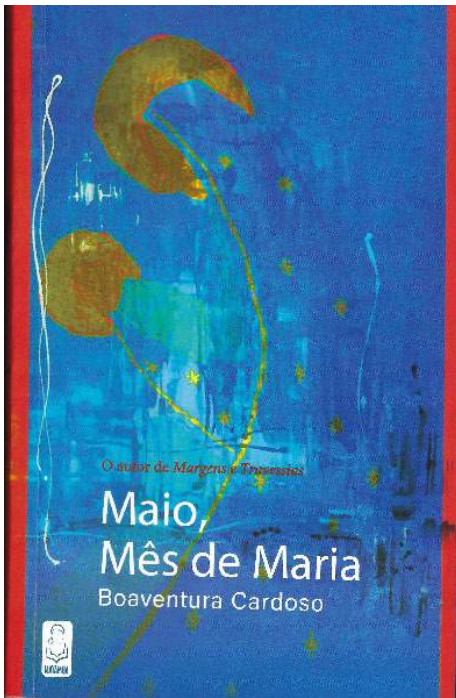
1945: «Some Principles of Stratification», *American Sociological Review*, vol. 10 (2), pp. 242-249

CEITA, Camilo

1999: *O papel da mulher na sociedade angolana*, Luanda (draft)

2001: «Caracterização da Pobreza em Angola. Perfil da pobreza 2000, Dados preliminares», comunicação apresentada ao *Seminário sobre Políticas Sociais*, Luanda

Livros



NOTA DE CENSURA PÓSTUMA

Um romance perturbante. João Segunda e sua família, angolanos assimilados e ricos, do interior rural - Dala Kaxibo - fogem à frente de um suspeito, mas não ainda revelado, furacão, suspenso sobre suas cabeças e riquezas. A viagem de fuga vai revelar o inevitável e, paradoxalmente, empurrar-lhes para o centro desse furacão: Luanda, a Independência.

Um romance de clima, de mistério e forças inominadas, pelo medo se revelando e actuando. Ardilosamente, o Autor vai aplainando uma moldura de realismo e fantasmagoria para esse quadro difuso da exacerbada religiosidade sincrética do povo luan-dense - de panteísmo e animismo, de espiritismo, de cristianismo - em sua face mais visível e (ainda) permitida: os idolátricos cultos católicos. Desse modo tentando recuperar, resgatar

valores que, naquele furacão pudessem fazer face aos cães - essa metáfora, ou hipérbole, parábola, fábula ou lenda, ou apenas pudico enunciar do imaginário popular para a brutal repressão, surda-cega-e-muda, que acelerava a desagregação individual, social e nacional.

Um romance do choque de mentalidades e modos de vida. Aí estão a delapidação, a destruição da riqueza material; a desadequação de costumes e usos; a corrupção de valores, impotentes e perdidos num espesso cacimbo de insegurança, medo, de iniquidades e de injustiça - a repressão. Opondo-se ou aceitando um quotidiano de boatos, suspeitas, mujimbos e dúvidas, com verdades e mentiras, alianças oportunistas e credices de toda a natureza, João Segunda luta pela sobrevivência. Luta até ao fim. Pate-ticamente. Para manter de pé o que era sua vida e de sua família, sua mentalidade e sua identidade submersas que estão pelas calemas desse caos que vai armadilhando a vida e as consciências angolanas. Até à emboscada final, a morte, inglória.

Um romance de autor. Boaventura Cardoso, um escritor revelado no pós-independência e dono já, em sua bibliografia, de títulos importantes na afirmação e re-definição da literatura angolana contemporânea (*A Morte do Velho Kipacaça* e *O signo do fogo*, p. e.). aqui, constrói uma narrativa de forma quase sempre subtil, ardilosa mesmo, numa linguagem que não abdica dos contributos populares para um estilo persistentemente procurado e construído. Essa linguagem, cuja adequação à matéria enformada é visível, é

ainda expressão da sua consciência de escritor que sabe ser a língua portuguesa também personagem na História do País.

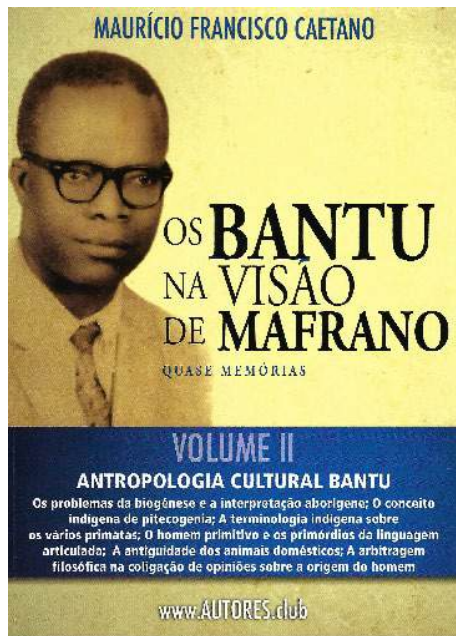
Romance quase intolerável este, da morte de uma camada social germinada contra natura pelo sistema colonial e incapaz, agora, de se afirmar na Independência.

Desfasados e desadequados os métodos de seu surgimento, construção e afirmação, ainda João Segunda, para se manter, tenta contrapor e ensaiar novas tácticas que a revolução proporciona. Mas tudo e todos são varridos por novas forças que os aprendizes de feiticeiro desencadearam. Romance-crónica também, daqueles anos da peste incubando no inexorável irracionalismo que, em crescendo, desagua no final apoteótico da procissão da Virgem.

Romance de uma derrota: de um homem, sua família, seu grupo social. Porém, derrota que, necessariamente, arrasta consigo o vencedor.

No caos instalado, a apoteose final do romance soa a apocalipse.

Luandino Vieira



PREÂMBULO

A ALMA BANTU DE MAFRANO

NESTE SEGUNDO VOLUME, de «*Os Baniu na Visão de Mafrano - Quase Memórias*», Maurício Francisco Caetano é magistral na forma como procede a explicações sobre lendas, mitos, superstições, usos e costumes dos povos Bantu, não se coibindo de comparar estes a outros povos do mundo.

Numa diversidade de temas sobre **antropologia, arqueologia, etnografia, filosofia e direito costumeiro**, enriquecidos pela veracidade de uma observação directa e pessoal, o autor faz-nos penetrar em profundos mistérios do pensamento bantu, e desperta-nos um interesse que cresce de narrativa em narrativa.

Maurício Caetano confronta pre-conceitos, desfaz premissas falsas, destrói complexos, agrega opiniões, estabelece conexões e traça paralelismos, entre lendas africanas e lendas

européias. Em concreto, ele mostra-nos as linhas gerais dos «pontos de contacto da lenda aborígene com a mitologia clássica». Também constrói diálogos, fazendo-nos viajar apaixonadamente por vários países do mundo, como a Alemanha, a China, os Estados Unidos, a França, a Itália, Portugal e o Reino Unido, sem esquecer as mitologias greco-romanas.

Atento ao facto de a cultura bantu ser então caracterizada como «indigénice de preto» e de meter a superstição no lugar da ciência, Maurício Caetano considera sem preconceitos que é importante «conhecer essa mesma superstição pois, só assim, lhe arrancaremos o que é obsoleto e destoante, tal como o médico que procuraria saber a razão das dores de cabeça do seu paciente, porque desaparecendo a causa, cessará o efeito».

Em textos publicados entre 1947 e 1982 “Mafrano” tem o mérito de colocar os bantu e a sua cultura como referência, na compreensão de muitos fenómenos, incluindo o aparecimento do homem e das espécies na Terra, transmitindo-nos imagens tão dignificantes quanto garbosas de uma cultura espezinhada durante séculos. «Nós somos Bantu!»,

escreveu ele, em Novembro de 1972, no jornal «*O Apostolado*».

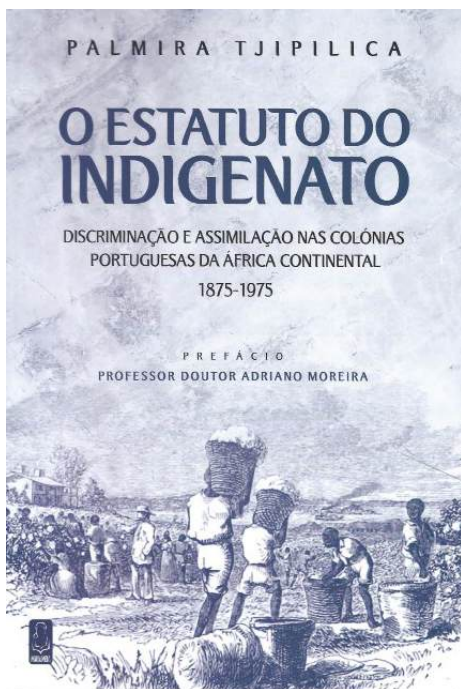
O autor despe-nos de preconceitos quanto a diferenças entre «indígenas e civilizados» e, aponta caminhos, incontornáveis, para a compreensão da Antropologia Cultural Bantu, nomeadamente:

- 1º - *Pelo conhecimento da sua língua, em extensão e profundidade;*
- 2º - *Pelo conhecimento da sua psicologia, temperamento, superstições ou hábitos mentais:*
- 3º - (...) *pelo conhecimento de contos, fábulas e lendas que mais não são do que a **Biblioteca** onde se descobrem tratados de direito, filosofia e história.*

Ao longo de 260 páginas, deste segundo de três volumes, que integra textos publicados maioritariamente no jornal «*O Apostolado*», Maurício Francisco Caetano “Mafrano” deixa-nos extasiados com o íçar da sua bandeira sobre a ancestralidade dos povos bantu. Ele faz-nos uma extensa análise sociopsicológica, e a respectiva interpretação de contos, fábulas e lendas bantu, realçando o conteúdo filosófico, moral e teológico.

Pelo seu conteúdo, este volume II da colectânea «*Os Bantu na visão de Mafrano - Quase Memórias*» afigura-se uma obra de valor transcendental merecedora de ser eleita como livro de cabeceira.

A FAMÍLIA DE MAURÍCIO CAETANO



O presente trabalho aparece numa data em que o tema da escravatura volta a receber um interesse não apenas científico, mas também ideológico, originando uma bibliografia que podemos talvez dividir em dois grupos: o primeiro, que procura apreender a evolução da escravatura, que vigorou em todas as latitudes, até às Declarações de Direitos Humanos, que na modernidade tiveram principal expressão na Declaração de Direitos que acompanhou a proclamação de independência dos EUA, na Declaração de Direitos da Revolução Francesa, na Declaração de Direitos da ONU; a segunda, que alimenta o conflito ideológico das formas de regime político em confronto, especialmente marcada por valorações partidárias que tendem para alinhar, cada uma, erros e injustiças do passado e presente dos adversários,

e virtudes proseguidas pelos programas que adoptam.

Este livro, aparecido em oportunidade marcada por conflitualidades, não apenas políticas mas também culturais, está marcado pelo rigor académico da investigação, está vinculada pelo eixo dominante que é a experiência portuguesa, com impecável averiguação da evolução do normativismo jurídico, com oportunas referências a algumas das circunstâncias que rodearam o percurso, e abrindo caminhos ao problema, que mundialmente desafia os estudiosos, que é o da autenticidade: isto é, a relação entre a formulação normativa e a realidade que persiste e consegue impedir que retrate o legislado. E esta é a principal contribuição que emerge da longa, minuciosa e bem estruturada reconstrução da evolução do sistema que, juridicamente por um lado, e socialmente por caminho diferenciado daquele, estruturou a relação colonial a que a Carta da ONU pretendeu dar um ponto final.

O caso português foi uma parcela do Império Euromundista a que aquele ponto final diz respeito. Terá assim desaparecido o conflito secular entre o normativo e a realidade? Este excelente livro abre entrada larga para essa investigação. Por exemplo, comparando o que foi chamado Escola Ibérica da Paz, que une a doutrina das Universidades de Portugal e Espanha sobre a igualdade dos humanos, sem diferença de etnia, cultura, ou religião, tem de avaliar-se a importância dos "mitos raciais", que levaram o reverendo Thomas Thompson a publicar em 1772 uma brochura intitulada

"*Como o comércio de escravos negros na costa de África respeita os princípios da humanidade e as leis da religião revelada*", o reverendo Josiah Priest, em 1852, a dar à estampa *A Bible Defense of Slavery*, e Carrol ao excesso de querer provar que os negros não pertencem ao género humano, já em 1900, com *The Negro as a Beast*, o que eliminaria inquietações sobre o rigor da pregação cristã.

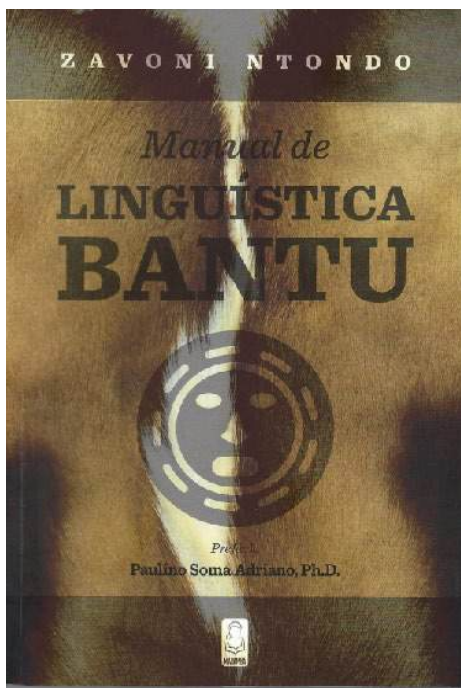
Da escravatura, extinta em Portugal por Marquês de Pombal, no ultramar português por Sá da Bandeira, no Império do Brasil pela regente princesa Isabel, sabendo com seu concordante pai, que por isso acabaria a monarquia, isso não impediu que nos EUA, da Primeira Declaração de Direitos Humanos à Guerra Civil do Sul escravocrata vencido, custasse a vida a Lincoln, nem que ali, no século XX, o sonho da autenticidade custasse a vida a Martin Luther King. Designadamente, a mudança verbal da realidade colonial portuguesa - domínio colonial, província ultramarina, colónia, e finalmente de novo, antes do fim, província - não pode entender-se sem considerar a necessidade de responder à conjuntura internacional, não à realidade. No fim, o objectivo claro é conseguir afastar o dever, decorrente da Carta da ONU, de descolonizar. A origem da formulação do Indigenato não pode apreciar-se sem averiguar a coincidência com o regime das culturas obrigatórias, a mantida falta de uma legislação sobre a retribuição do trabalho, a manutenção do trabalho forçado e a relação com as migrações para a África do Sul: em suma, a constante luta entre a forma e a realidade,

o caminho que Havel chamou "do poder dos que não têm poder" para finalmente conseguirem a autenticidade, com o seu famoso "uma palavra acerca da palavra": "Se a palavra de Deus é a origem de toda a sua criação, então a parte desta criação que a Humanidade representa existe ela própria devido a outro milagre de Deus, ou seja, a palavra do homem".

O que a Universidade sabe e pratica, numa linha em que se inscreve este trabalho, porque a batalha da autenticidade é a mais exigente naquilo que os ocidentais chamam de Terceiro Mundo.

A revogação do indigenato foi a tentativa de finalmente atribuir às populações a cidadania igual sem diferenças étnicas, culturais, ou religiosas, e foi acompanhada da criação dos institutos do trabalho para proteger os seus direitos, direitos bem definidos pelo Código do Trabalho que o BIT considerou o mais avançado de África, em suma para abrir caminho à autenticidade, isto é, conseguir que a realidade não contrariasse, coberta por uma cortina, a justiça. Tendo responsabilidade, sem partilha, nessa reformulação, não pude seguir e ter notícia do avanço conseguido, sempre apoiado, até morrer, pelo exemplar D. Sebastião de Resende, bispo da Beira.

Professor Doutor Adriano Moreira
Portugal, Novembro de 2017



O mosaico sociolinguístico de Angola é particularmente interessante, pois a língua novilatina - o português - coabita com várias outras línguas, essencialmente bantu, qualificadas como línguas nacionais. Este facto coloca vários desafios à política linguística do país no que respeita, entre outros aspectos, à promoção, difusão e ensino das referidas línguas. É óbvio que a língua portuguesa, na perspectiva de código transnacional e transcontinental, conta com copiosos estudos, não apenas no sentido da sua convergência, mas também no das suas especificidades que entram na construção das suas variedades.

O mesmo não se pode dizer em relação à linguística bantu, sobretudo no contexto de Angola, onde os estudos desse grupo de línguas ainda mingam. É nesta senda que, sem desprimor a outros pesquisadores, surge uma figura superlativa que se

tem ocupado incansavelmente deste grupo de línguas - o professor doutor Zavoni Ntondo. Depois de já ter publicado, além de numerosos artigos, três livros de inquestionável importância no âmbito da cultura e da Linguística Africana, nomeadamente (i) *Angola: povos e línguas* (Nzila, 2002, em co-autoria); *Morfologia e Sintaxe do Nyanzila* (Nzila, 2006); *Fonologia e Morfologia do Oshikwanhama* (Mayamba, 2015), dá, agora à estampa o *Manual de Linguística Bantu*, uma metalinguagem das línguas bantu de Angola, mormente no que respeita à sua fonético-fonologia e à sua morfologia, mas também, de forma mais breve, a alguns pormenores sintácticos igualmente importantes.

Assim, além da introdução, que encena aspectos relevantes conducentes à delimitação da história, demografia, difusão e geografia das línguas bantu, o *Manual de Linguística Bantu* apresenta nove unidades: a primeira corresponde a uma abordagem de aspectos teóricos que, não sendo ideal ressalvá-los neste género de estudos, permitem conhecer os pioneiros de pesquisas no âmbito das línguas bantu, desde Wilhelm H. Bleek (1827-1897) a Joseph Greenberg (1963-2001); a segunda apresenta a classificação das línguas bantu à luz dos estudiosos Malcom Guthrie e Bryan Murdock; a terceira especifica as línguas bantu de Angola e suas características fonológicas. É da quarta à oitava unidade que se pode encontrar um rico tratado da morfologia desse grupo de línguas, apresentando o funcionamento de várias classes gramaticais, nomeadamente os substan-

tivos e seus acompanhantes (prefixos dependentes, demonstrativos, possessivos, quantificadores, numerais, unidades qualificativas e interrogativos), os pronomes, as formas verbais e os invariáveis (advérbios, ideofones, preposições e conjunções). A nona unidade trata de aspectos sintácticos, isto é, da passivização, da inclusão locativa, da relativização e da pronominalização.

Como facilmente se pode inferir, o *Manual de Linguística Bantu* traz à comunidade académica, e não só, um notável contributo ao conhecimento da gramática descritiva desse grupo de línguas, expondo, igualmente, a determinação do autor em continuar a defender firmemente a cultura e as línguas de todos nós, bantu, no sentido de conhecermos, em profundidade, as suas características. A elaboração e publicação deste manual é, por assim dizer, um acto de patriotismo, porque consolida a identidade cultural do povo angolano - já que não pode haver cultura sem língua (s).

Se, mediante o exposto, o *Manual de Linguística Bantu* é, sem sombra de dúvidas, importante para linguistas e professores de línguas nacionais angolanas, deve igualmente ser de leitura obrigatória para professores de língua portuguesa por duas ordens de razões fundamentais:

Primeiro, porque conhecendo as características das línguas bantu, o professor de língua portuguesa saberá determinar melhor os fenómenos que, na situação linguística de Angola, decorrem do contacto de línguas, como, por exemplo, as interferências

(positivas e negativas) das línguas bantu no português e a alternância e a mistura de códigos. Note-se que em Angola, não raras vezes, e sobretudo nas zonas rurais, o aluno traz de casa uma língua de origem bantu, sendo a língua alvo o português, ou experimenta, desde cedo, uma situação de bilinguismo, que envolve uma língua bantu, geralmente materna, e a língua portuguesa, geralmente segunda.

Mesmo nos casos em que o português é a língua materna dos alunos, sobretudo nas zonas urbanas, a sua aquisição é, muitas vezes, feita considerando a variedade já interferida pelas línguas bantu.

Segundo, porque o conhecimento de todos os fenómenos decorrentes do contacto de línguas pelo professor de língua portuguesa permite-lhe ter um maior domínio das causas de certos desvios ou, normativamente, de certos "erros", para, em defesa da norma-padrão, não apenas traçar uma pedagogia preventiva nos casos possíveis, mas também implementar uma pedagogia correctiva que não observe a marginalização do aluno através da prescrição linguística.

Finalmente, pela relevância indiscutível de que se reveste o presente *Manual de Linguística Bantu* no contexto de Angola, considerando correntes cada vez mais emergentes que se manifestam em defesa das nossas línguas nacionais, maioritariamente do grupo bantu, bem como o esforço do Estado para a sua manutenção, consubstanciado na introdução de algumas delas no sistema de ensino, é inequivocamente oportuna a sua

publicação, só nos restando felicitar o autor, o professor doutor Zavoni Ntongo, por quem nutrimos irrefragável estima e admiração, dada a sua lucidez e ferrenha persistência na ingente tarefa de desbravar os meandros das nossas línguas bantu.

ISCED - HUÍLA, 20 DE JULHO DE 2020

Paulino Soma Adriano, Ph.D.

Coordenador científico do mestrado em Ensino da Língua Portuguesa



Um livro oportuno e necessário...

Ao percorrer as páginas deste livro, deixo-me levar pelas memórias de um tempo ido, mas não esquecido. É como que subir novamente na mutamba, às seis e meia da tarde, no maximbonbo da linha quatro e partir

para as bandas do Bairro Operário, carregando o sonho e um pedaço da ilusão de todos sermos iguais, enquanto a cidade se tornava branca. Deixo-me levar para a cidade e infância e para uma época em que as grandes construções graças ao *boom* do café “destruíam o espaço amplo e livre do antigamente”¹. Por isso, se Manuel Vaz de Borja Júnior nos apresenta este seu livro como um tributo às gentes e famílias do Bairro Operário e o tem como “Contributos” para a história desse espaço geográfico de Luanda, entendemo-lo como um livro oportuno e necessário, porquanto, mais do que um simples registo de factos, o mesmo permite-nos compreender as dinâmicas socioculturais que levaram à formação de uma identidade própria que ainda hoje povoa o imaginário de quem nasceu, cresceu ou viveu no Bairro Operário, desta cidade de Luanda. Por outro lado, numa perspectiva mais geral, permite-nos compreender as dinâmicas populacionais das décadas de sessenta e setenta, bem como as profundas transformações ocorridas nesse período, assim como as sucessivas mutações e adaptações do modelo colonial e respectivo *modus operandi* em face da necessidade de contraposição ao nacionalismo angolano e ao início da Luta de Libertação Nacional, processos que em muito tiveram o seu berço e crescimento no Bairro Operário, quer porque ali se desenvolveu uma plêiade de intelectuais comprometidos com o

¹ Wizi – Kongo. Com - portal do wiji e da cultura kongo Mário António de Oliveira, o poeta de “Noite de luar no Morro de Maianga”, natural de Makela do Zombo.

ideário nacionalista, quer porque ali, pelas artes e pela cultura se consolidou o sentido da identidade nacional, quer porque ali viveram muitos dos ícones da luta de libertação nacional, quer porque situando-se na interface entre a cidade e o musseke, entre o asfalto e a terra batida, constituiu-se como um ponto de convergência da veia nacionalista e um espaço de consolidação da angolanidade. E cremos que de outra forma não poderia ser, se atendermos à própria história e origem do Bairro Operário que, na verdade, pelas suas características arquitectónicas e arruamentos, não nasce como um musseke, muito embora, pela literatura se saiba que “suas ruas sem pavimento e iluminação geravam uma grande insatisfação nas pessoas” como bem registra Arnaldo Santos (1981) no conto “Bairro Operário não tem luz”, originalmente escrito em finais da década de sessenta: – Por que o Bairro Operário não tem luz? [...] Então as casas de pau-a-pique não tem direito a luz eléctrica?! Como é que as pessoas iam comer e brincar a noite? E nas ruas por que não punham candeeiro como os da baixa? (SANTOS, 1981, p. 72)²

Por este livro, escrito de forma endógena, fica-se a saber que o Bairro Operário, na sua história, viu nascer uma elite de intelectuais nacionalistas, agrupamentos e associações culturais e desportivas que deram perdurável testemunho de si e ficam nos anais da nossa história, o que de

resto corresponde à herança pelos seus primeiros habitantes trazida do Bairro da Ingombota, “um lugar de autoafirmação, pois em finais do século XIX foi fundada nele a primeira associação literária de Angola e na década de 1930, do século XX, foi criado também no bairro, outra associação, com pretensões mais amplas, a Liga Nacional Africana. Organização criada pela elite letrada nativa que desenvolvia ações educativas e recreativas. Em linhas gerais, tanto a Associação Literária e a Liga instaladas no bairro, constituíam-se enquanto um reforço às identidades deste grupo letrado nativo (...)”³

A mudança de famílias da Ingombota para o Bairro Operário “e o fato de estar em uma região fronteiriça, entre a cidade branca (o asfalto) e os musseques, fez como que o bairro se tornasse ao longo do tempo o símbolo de união dos angolanos (...)”⁴ No Bairro Operário chegava às ruas definitivamente o desejo de libertação do povo angolano, construído em grande parte inicialmente nas Ingombotas e suas organizações (como a Liga Nacional Africana, criado nos anos trinta) mas também nos espaços de lazer e religião do B.O. que também funcionavam enquanto espaços de articulação política. A busca pelos espaços símbolos das Ingombotas e do Bairro Operário (ou mesmo de um personagem símbolo), registrado nas memórias daqueles que viveram em Angola em meados do século XX, constitui-se

² Nascimento, Washington - Ingombotas e Bairro Operário: a história de dois bairros de Luanda (1940-1960), Por dentro da África, 8 de Fevereiro de 2017

³ Idem

⁴ Idem

assim enquanto um elemento importante do que poderíamos chamar de tentativa de construção (e imaginação) de uma identidade angolana”⁵ “O Bairro Operário: símbolo da união nacional e resistência ao colonialismo.”⁶

É este um livro oportuno e necessário, porquanto os bairros, como o é o Bairro Operário, tal como as cidades, com suas ruas, árvores, edifícios, tradições, sabores, vozes, sotaques e odores são espaços “de vivências colectivas, são paisagens privilegiadas de registros da memória. (...) São (...) lembrança, registros e fontes de conhecimento histórico. E na sua (...) interseção com a História, expressam, de forma policromática, a vida das pessoas no cotidiano (...). As cidades (...) reencontram os lugares do ontem com os sentimentos do presente.(...)”⁷ Neste sentido, este livro é oportuno e necessário, pois vem lembrar e reforçar que é necessário preservar as tradições, os sítios e os lugares de memória que aos poucos se vão perdendo nas teias da modernidade, do consumismo e no culto do novo, mesmo que reconheçamos a necessidade de melhorar as condições de vida nos antigos mussekés e bairros da capital, como o é o Bairro Operário.

As tradições e os bairros não são imutáveis, não permanecem parados no tempo, como de resto se pode perceber da presente obra. “São as

cidades realidades sempre em mutação. As relações de poder, actividades económicas, formas de sociabilidade, vida cultural e espaços colectivos transformam-se de forma contínua.”⁸ E não foi nem é diferente entre nós, nesta cidade que é Luanda. Por isso mesmo, esta obra ajudará a compreender as dinâmicas próprias do Bairro Operário de então, a formação de uma identidade própria desse bairro, com suas nuances, é claro, mas todas com a mesma idiossincrasia e denominador comum o que pode ser aferido pela história da sua fundação e realidades sociais e culturais nela narradas por Manuel Vaz de Borja Júnior.

A propósito da génese do Bairro Operário, e para o enquadramento da matéria tratada nesta obra, importará lembrar que a partir da Conferência de Berlim, por força da necessidade da efectiva ocupação do território, “Luanda (...) assiste à chegada de inúmeros militares e colonos para uma colonização de povoamento. Este facto é determinante no reordenamento populacional de Luanda. (...) O Bairro Operário foi construído no início do século XX e deve este nome, provavelmente, ao facto de seus primeiros moradores terem sido operários da Real Companhia dos Caminhos de Ferro de Luanda e da Condução de Água (Estação de Água) que pertenciam a um mesmo dono, Alexandre Peres.”⁹ Porém, tal constitui o prolongamento do “processo iniciado em 1864, ano em que a câmara arrasou as casas pobres,

⁵ Nascimento, Washington – Obra citada

⁶ Idem

⁷ Neves, Lucília de Almeida – Literatura, memória e cidades: intersecções – Scripta, PU-Cde Minas Gerais, Belo Horizonte, v 7, 2004

⁸ Idem

⁹ Nascimento, Washington – Obra citada

cobertas a capim, e aproveitando-se de uma epidemia que houve na cidade entre 1870 e 1880, o governo decretou o derrube de uma série de cubatas que existiam no Bairro dos Coqueiros e “empurrou a população autóctone para a Ingombota e para o Maculusso, ganha uma nova dimensão, começando a ser mais evidente a distinção social e racial em favor dos colonos, sendo os autóctones empurrados cada vez mais para a periferia”¹⁰, ou seja, para os mussekés, dentre os quais o musseque Burity e o musseque Cayatte que deram origem respectivamente ao Bairro Operário e ao Bairro do Cruzeiro. Tal processo, um pouco por toda a Luanda, viria a ganhar novo impulso na década de sessenta impulsionado pelo *boom* do café.

No pós independência, por força do crescimento populacional surgiram em Luanda vários mussekés e por força das políticas de urbanização, novos bairros e igualmente novas e modernas edificações, ao lado de vilas residenciais. Por força das políticas de requalificação, bairros antigos, como o Bairro Operário, constam da agenda. A questão que amiúde se coloca, é a de saber em que medida tais processos poderão manter a identidade, a memória, a alma de tais bairros e, de um modo geral, poderão preservar o património cultural que encerram.

Quanto ao Bairro Operário, emblemático pela sua história e pelos sonhos nele construídos, muitos guardados na casa do Dr. António Agostinho Neto e na sua obra literária, designadamente

em “A Náusea”, na memória da Associação dos Naturais de Angola, ANANGOLA, na obra literária de Luandino Vieira, Arnaldo Santos, Mário António, Viriato da Cruz, na obra musical do Ngola Ritmo e em muitas outras obras de renomados autores, na memória do futebol popular em que do pontificou o Bangú, na memória do atletismo nacional, na memória das artes cénicas, dizíamos, quanto ao Bairro Operário, quem o queira conhecer, ou queira considerar a sua identidade em projectos futuros, poderá socorrer-se deste monumental trabalho de Manuel Vaz de Borja Júnior, cujos créditos e sustentabilidade lhe advêm do uso de uma perfeita estratégia de conjugação da memória oral com a pesquisa bibliográfica de obras de referência neste domínio. Finalmente, importa dizer que esta obra constitui um sólido subsídio à compreensão histórica do Bairro Operário e do seu lugar em todo o processo que conduziu à nossa cidadania pelo que, em qualquer processo de requalificação do mesmo deverão ser respeitados os seus símbolos e lugares de memória.

António Fonseca



¹⁰ Pepetela – Luandando, Elf Aquitaine Angola, 1990

Ficha Técnica

Título: Academia

Revista da Academia Angolana de Letras

E-mail: revista.academia.aal@gmail.com

Director

Paulo de Carvalho

Editor deste número

António Fonseca

Redacção:

António Fonseca

António Quino

Revisão:

Óscar Guimarães

António Fonseca

António Quino

Imagem de capa:

SONA - Património Mundial da Humanidade

Paginação

Damásio Agostinho

Propriedade

Academia Angolana de Letras – Rua Higino Aires nº 1 - Luanda

ISSN: 3007-0333

Neste Número:

ARTIGOS

Vária

- 11 - Tributo a Amílcar Cabral
Carlos dos Reis
- 27 - Frantz Fanon e a insurreição no noroeste de Angola em 1961
João Manuel Neves
- 51 - Um breve relato do surgimento do MABLA: atuação de protagonistas brasileiros e africanos no processo de independência de Angola
José Francisco dos Santos
- 65 - Problemática da literatura colonial em Angola
João Ngola Trindade
- 83 - Oratura, performance e voz nos ritos fúnebres em A Muxiluanda de Celestina
Itamar Cossi
- 97 - As carreiras nas letras e rendimentos económicos: problemas de Estado, de mercado e autonomização em Angola
Adérito Manuel
- 107 - Cultura e Desenvolvimento: experiências na CPLP
José Carlos de Paiva

Artigos e Conferências

Tema Central

Línguas de Angola

- 125 - A Valorização lexicocultural dos antropónimos em língua kimbundu
Ana Pita Grós Martins da Silva
- 133 - Línguas locais de Angola no contexto da globalização
Mbiavanga Fernando
- 151 - O Estatuto das Línguas Locais em Contexto Pós-colonial
Hélder Simbad
- 163 - A situação Linguística de Angola
Pedro Ângelo da Costa Pereira
- 175 - Conflito Linguístico na Forma de Grafar os Antropónimos e Topónimos à Luz do Mosaico Linguístico Angolano
Narciso Benedito Homem
- 187 - Antropologia Linguística de Angola
Virgílio Coelho